

Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

Centro de Estudos Africanos
Universidade do Porto

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos / International Journal of African Studies

Entidade proprietária: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto
FLUP – Via Panorâmica s/n - 4150-564 Porto

Director: Maciel Santos (maciel999@yahoo.com)

Sede da redacção: FLUP - Via Panorâmica s/n - 4150-564 Porto

N.º de registo: 124732

Depósito legal: 138153/99

ISSN: 0874-2375

Tiragem: 300 exemplares

Periodicidade: Semestral

N.º de contribuinte da entidade proprietária: 504045466

Design capa: Clássica

Execução gráfica: Clássica

Edição: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Editor: José Ramiro Pimenta

Revisão gráfica e de textos: Henriqueta Antunes

Conselho científico/Advisory board: Adriano Vasco Rodrigues (CEAUP), Alexander Keese (U. Berna/CEAUP), Ana Maria Brito (FLUP), Augusto Nascimento (IICT), Colette Dubois (U. Aix-en-Provence), Eduardo Costa Dias (CEA-ISCTE), Eduardo Medeiros (U. Évora), Isabel Leiria (FLUL), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG), João Garcia (FLUP), João Pedro Marques (IICT), José Capela (CEAUP), José Carlos Venâncio (U. Beira Interior), Malyn Newitt (King's College), Manuel Rodrigues de Areia (U. Coimbra), Michel Cahen (IEP – U. Bordéus IV), Paul Nugent (CEA-Edimburgo), Philip Havik (IICT), Suzanne Daveau (U. Lisboa).

Conselho editorial/Editorial board: Célia Silva, Isabel Galhano Rodrigues, José Ramiro Pimenta, Maciel Santos.

Secretariado e edição online: Raquel Cunha

Venda online: <http://www.africanos.eu/ceaup/loja.php>

Advertência: Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação (na versão em papel ou electrónica) sem autorização prévia por escrito do CEAUP.

Africana Studia é uma revista publicada com arbitragem científica.

Africana Studia é uma revista da rede África-Europe Group for Interdisciplinary Studies (AEGIS).

Capa: Pinturas Dalambiri.

Foto: Cristina Pombares Martins.

Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

N.º 20 - 1.º semestre - 2013

Índice

Editorial – Arqueologia angolana – uma abordagem geo-epistemológica 5

Arqueologia em Angola: retrospectiva e perspectivas

Arqueologia e paisagem

Arqueologia da paisagem em Angola: das materialidades
às dinâmicas territoriais 17
Luiz Oosterbeek

Das potencialidades arqueológicas da bacia do Curoca/Deserto
do Namibe para um estudo diacrónico desde a pré-história
africana ao período colonial - algumas notas 31
Nelson Campos

Problemáticas e trabalho de campo

Pesquisas arqueológicas na Baía Farta (Benguela-Angola) 57
Manuel Gutierrez

A investigação arqueológica no Ebo (Kwanza Sul, Angola)..... 65
Cristina Pombares Martins

Etnoarqueologia da cerâmica angolana 77
Maria Helena Benjamim

Recintos amuralhados da província da Huíla..... 85
Soraia Santos Ferreira

Entrevista

Adriano Vasco Rodrigues..... 91
Entrevista conduzida por André Serdoura e Jorge Guimarães

África em debate

Arqueologia de África – perspectivas

Archéologie au Tchad: état de lieu et perspectives 101
Hamdji Noudjiko

Poderes e identidades

A representação do tráfico de cafres de Moçambique na obra <i>Geographia Historica Orientalis</i> , impressa em 1641 pelo dinamarquês Hans Hansen Skonning. O escravismo no imaginário dos nórdicos num contexto de mudanças	107
Jorge Simón Izquierdo Díaz	
As pulsões na política em São Tomé e Príncipe	135
Augusto Nascimento	

Notas de Leitura

Accusateurs Mordants, Admirateurs Fervents, Orpailleurs Mutants	155
René Pélissier	
Jonh Ninet: Un témoin suisse de la révolution égyptienne de 1882	175
Nizar Tajditi	
Devenir métropolitain – Politique d'intégration et parcours de rapatriés d'Algérie en métropole (1954-2005)	181
Isabel Maria dos Santos Lourenço	
Resumos	191
Legendas das ilustrações	193

Editorial – Arqueologia angolana uma apresentação geo-epistemológica

A regionalização científica é um fenómeno raramente abordado de um ponto de vista epistemológico. É comum a História da Ciência dedicar a sua atenção ao ‘espírito do tempo’ dos programas de investigação científica mas quase nunca se toma em consideração um equivalente *genius loci*. Assim, se a cada momento nos deparamos com a segmentação da evolução do pensamento científico em ‘cortes cronológicos’ que o designam (e essencializam) – a ‘ciência dos Gregos’, ‘da Renascença’, ‘do Iluminismo’ – já é mais raro que a mesma disposição epistemológica se encontre referida à sua expressão geográfica: a ‘ciência espanhola’ ou ‘indonésia’, a uma escala nacional, ou ‘ciência andaluza’ ou ‘javaiana’ a escalas crescentemente mais próximas do seu objecto.

Que alguma influência pode existir entre o lugar de produção científica e os resultados concretos produzidos pode verificar-se no famoso ‘triângulo europeu’ da Ciência moderna: se lançarmos num mapa do Velho Continente o maior número possível de lugares de origem dos cientistas que vieram a revelar-se cruciais na evolução do saber com características especiais chamado ‘Ciência’ (Fig. 001), somos obrigados a reconhecer que a distribuição está longe de ser aleatória. Com um vértice apoiado no Norte da Itália e e os outros dois abarcando um o sudoeste das Ilhas Britânicas e outro o sul da Escandinávia, este triângulo abarca, na quase totalidade a

Alemanha e a França (como a Inglaterra), os Países Baixos, contendo marginalmente países como a Polónia, a República Checa, ou a Suíça. Não contando com explicações essencialistas (como sendo a de que algumas nacionalidades estariam mais aptas do que outras a decifrar os enigmas da Natureza e da Sociedade) temos de tomar em consideração as várias geografias e os respectivos gradientes de que influenciam e se resultam naquela morfologia. Se esta ‘geografia da Ciência’ se compreendesse como expressão da riqueza ou avanço técnico em cada momento histórico, poderia argumentar-se que seria apenas uma localização concreta de um conhecimento universal; porém, se se considerar que os conteúdos científicos podem ser diferentes consoante a localização dos centros da sua produção, então o problema deixa de ser meramente económico e social para ser também um problema *epistemológico*.²



Fig. 001 – A geografia da Ciência da Modernidade (1650-1850). A história da Ciência deve contemplar a correspondente geografia, identificando o modo como cada espaço-tempo configura os programas de investigação dominantes. Como é evidente, ao longo do tempo a disposição geográfica da produção vai transferindo-se para outros lugares e promovendo distintas paisagens de conhecimento.

- 1 The British Journal for the History of Science, passim.
- 2 D. N. Livingstone, *Putting Science into place*, Chicago University Press.

Vem tudo a propósito da apresentação que aqui se faz do dossier da *Africana Studia* referente à 'Arqueologia de Angola'. A tensão epistemológica constituída entre aqueles dois termos ('Arqueologia' e 'Angola') remete justamente para os pressupostos que antes referimos – o modo como a Ciência (neste caso concreto a Arqueologia) pode ser entendida como uma regionalização teórica firmada em lugares concretos de produção dispostos num gradiente global de poder e conhecimento, *i.e.*, o modo como a sua *geografia* produz e reproduz uma regionalização teórica.

Temos a clara noção de que os elementos aqui utilizados apenas representam um encontro mais ou menos fortuito de investigadores com um âmbito comum de pesquisa, mas cremos ilustram pertinentemente o tipo de considerações *geo-epistemológicas* que aqui queríamos explicitar.

Geo-epistemologia

Concebe-se uma análise 'espacial' dos programas de investigação científica – que inúmeros autores têm vindo nas últimas décadas intensamente praticando com contribuições que juntas configuram um potente *spatial turn* que atravessa as Ciências Sociais e especialmente a História da Ciência.³ Uma análise deste tipo considerará vários níveis que estruturalmente (uma rede articulada de lugares e pessoas) podem caracterizar a produção científica no seio de um programa de investigação.

Em primeiro lugar, um nível propriamente 'morfológico', toma-se como ponto de partida a designação (pela inscrição num mapa...) dos lugares convocados por um programa de investigação; os lugares concretos em que a ciência se executa e exhibe a sua materialidade. No caso da Arqueologia são sobretudo as 'estações arqueológicas' que compõem a *morfologia da paisagem* de investigação, vestígios que se tornam explícitos como pontos de apoio e concretização de uma visão objectiva do passado, descritores rigorosos de uma realidade que os transcende (um 'horizonte', uma 'cultura'...) e que se organiza num gradiente específico de organização global do conhecimento científico considerado relevante. O arranjo destes materiais não constitui o fim último dos programas de investigação da Arqueologia e da História; de facto nem as versões mais materialistas e se deixam ficar por esta fase de investigação. Em todo o caso eles são o ponto de apoio empírico da regionalização teórica que se lhe segue.

Em segundo lugar, a *regionalização teórica* encetada a partir desses pontos discretos que, se acredita (como nos documentos históricos), concretizam a materialidade do conhecimento; a este nível, de progressiva abstracção, os lugares concretos de vestígios do passado tendem a perder a sua individualidade factual para serem 'deduzidos' em exemplares mais ou menos conformados com as características partilhadas de uma 'região arqueológica' que os subsume. As regiões teóricas assim estabelecidas podem ser de diversas escalas e a tensão que se estabelece entre cada elemento da morfologia individualmente considerado e o conjunto simplificado da reunião de todos os que são considerados relevantes para a definição de uma identidade arqueológica estabiliza-se num mínimo que a teoria determina como mais adequado. O processo de 'regionalização científica' suportado pela evidência dos materiais arqueológicos, e pela mais-ou-menos explicitada 'topografia social' dos autores e instituições, é justamente a principal instância em que se exprime a geografia epistemoló-

3 Cf., por exemplo, a excelente antologia organizada por M. Crang e N. Thrift, *Thinking Space*. London: Routledge.

gica dos programas de pesquisa, o que remete necessariamente para a geografia complexa das relações com o presente dos autores e das instituições.

Em terceiro lugar, determinar a *topografia social* que subjaz à expressão espacial da investigação, uma geografia profundamente estruturada das relações sociais da produção científica – nesta incluindo não apenas o âmbito propriamente científico e académico mas todos os restantes: social, político, económico. Quais são e onde se localizam os principais *calculation centres*⁴ que estruturam, articulam e organizam os respectivos programas; que motivações os animam, a que constrições estão sujeitos; como interagem à distância e como regulamentam e ordenam o movimento dos *immutable mutables* (laboratórios, materiais, investigadores...) que constituem, justificam e reproduzem uma paisagem científica. Finalmente, a configuração espaço-temporal de uma cultura de ciência – a que vimos chamando,⁵ com a devida vénia a Mikhail Bakhtin, o ‘*cronótopo*’ –, a específica função cultural, social e económica que uma interpretação do passado ocupa e cumpre na estrutura social e que pretende reconhecer a articulação ‘meta-científica’ dos programas de investigação.⁶ Incide especialmente a atenção no modo como a produção científica e os seus produtos são expressão da aplicação regional de uma topografia social global determinada e de como exprimem valores e modelos⁷ das comunidades científicas e dos contextos metafísicos de que eles são uma tradução específica.

Acompanhados dos elementos metodológicos referidos, vejamos o que pode a ‘arqueologia angolana’ revelar da sua convocação de lugares, da regionalização teórica correspondente e das diversas topografias sociais que, sobrepondo-se, a organizam.

Um espaço textual do conhecimento arqueológico de Angola

No mapa da figura seguinte lançaram-se os principais ‘lugares do passado’ convocados na narrativa conjunta que constituem o dossier sobre a arqueologia angolana que aqui se apresenta. Como acima referimos, este é o momento mais imediato de reconhecimento da articulação espacial de um determinado programa de pesquisa científica. A preferência pelo litoral é evidente, mas ela reproduz também uma história espacial de Angola, fruto da relação colonial, sem que necessariamente corresponda a uma idêntica ponderação da realidade arqueológica. A apreciação dos lugares aqui mencionados far-se-á naturalmente através da leitura dos artigos correspondentes. Nem todos pertencem ao mesmo programa de investigação nem estes possuem o mesmo grau de integração da pesquisa. Alguns mencionam-se apenas pela indicação que dão das novas preocupações da política pública angolana do

4 Bruno Latour, *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society*, Harvard University Press.

5 José R. Pimenta, *Geografias da História*. Porto: Figueirinhas; cf. também os estudos especialmente dedicados à história da Arqueologia: ‘Memória material e materiais da Memória’ (com M. M. Martins e J. L. Meireles), *CEM (Cultura Espaço e Memória)*. Porto; ‘O modo de representação colonial na produção científica das paisagens do passado’. In José R. Pimenta, João Sarmento e Ana Francisca de Azevedo (coord.), *Geografias pós-coloniais. Ensaios de Geografia Cultural*, p. 111-142. Livraria Editora Figueirinhas, Porto, *Geo-historiografia da Cultura Castreja*, Porto: Livraria Editora Figueirinhas.

6 Para uma exposição deste conceito bakhtiniano cf M. Holquist, *Dialogism*. London: Routledge; especialmente para a sua aplicação a uma teoria do espaço cf. J. Holloway e J. Kneale, ‘Mikhail Bakhtin: dialogics of space’, in *Thinking Space*, o.c., pp. 71-88.

7 A definição dupla de Thomas Kuhn continua a ser válida neste contexto: um ‘exemplar’ (modo concreto de fazer ciência, desde uma técnica de escavação à organização de uma tese de mestado) como uma concretização de um ‘paradigma’ (visão-do-mundo científica e para-científica detida pela comunidade de investigadores). T. Nickles, ‘Normal Science: From Logic to Case-Based and Model-Based Reasoning’, in T. Nickles, ed., *Thomas Kuhn*, pp. 142-177. Cambridge: Cambridge University Press.

a cada um dos conjuntos estruturados de materiais, estabelecem-se relações diferenciadas com o resto do espaço africano e até planetário. Assim, a um nível interno, assiste-se a uma abstracção regional da realidade angolana que a orientação ecológica-simbólica dos estudos de paisagem (Oosterbeek) faz associar a uma regionalização propriamente geográfica que a Geografia tropical portuguesa havia já intuído e parcialmente explicitado nos seus fundamentos geomorfológicos e bio-geográficos, associada a uma linha ‘de litoral’ que é uma fronteira de invasão colonial (Rebanda) e exportação da diáspora africana, especialmente para o Brasil.⁸ São várias as relações de ‘paralelos arqueológicos’ que assim se definem: no sentido do interior do continente, com a África central e ocidental, a bacia do Zambeze, o vale do Rift... relações que a investigação futura desenhará mais nitidamente as fases e expressões de contacto; no sentido do exterior, as marcas exógenas e endógenas da relação colonial e da correspondente exportação de gentes e elementos de cultura.

A informação referente à topografia social fez-se a partir da identificação das instituições envolvidas na produção da arqueologia científica tal como aqui podemos ter acesso a ela. Estas referências (indicadas na figura dos mapa seguintes) são mais abundantes do que as que directamente se referem à regionalização teórica e estabelecem com ela relações de íntima articulação. Da sua articulação podemos entrever as linhas de força de um gradiente global de produção científica que se articula e concretiza regionalmente (num estado) e localmente em lugares de investigação e recolha de informação arqueológica. Propositadamente apresenta-se não apenas as instituições relacionadas com a investigação e estruturação do programa de investigação como, em cartões autónomos, cindimos cronologicamente essas mesmas indicações. Trata-se de explicitar que diferentes geografias de produção científica se sucedem e sobrepõem – uma ‘arqueologia da Arqueologia’ – ao longo das últimas décadas e decerto se relacionarão com os diferentes produtos científicos validados.



Fig. 004 – Topografia social do programa de investigação, em que se identificam os lugares institucionais de produção ou edição científica. A cisão por períodos cronológicos (correspondentes ao período colonial, pós-colonial, e actual) permite constatar uma organização espacial diferencial da produção científica de que resulta necessariamente distintas ‘visões-do-passado’.

A primeira fase (1960s-1974) corresponde plenamente ao momento da relação de um poder colonial com o objecto ‘ultramarino’. Centrada quase exclusivamente em lugares metropolitanos ou desta administração no território (muito significativas, a este título, as localizações

8 José R. Pimenta, João Sarmento e Ana Francisca de Azevedo. ‘Lusotropicalism: Tropical geography under dictatorship, 1926-1974’. *Singapore Journal of Tropical Geography* 32 (2): 220-235. doi: 10.1111/j.1467-9493.2011.00430.x.

do Dundo e Sá da Bandeira-Lubango), a interpretação do passado faz-se no contexto paradigmático da diferenciação cultural e do evolucionismo subjacente e as instituições que a levam a cabo são a expressão directa da ocupação administrativa ou económica de um território colonial, como são exemplos a Junta de Investigações do Ultramar ou a Companhia de Diamantes de Angola.

A segunda fase, iniciada com a conquista da independência, revela uma progressiva descentralização do sistema de produção científica em relação ao poder metropolitano. As instituições angolanas adquirem a natural centralidade que a independência traz (e que não mais deixará de aprofundar-se) mas revela ainda assim, para além dos contactos pioneiros com a Arqueologia francesa, uma modicidade que o estado quase permanente de perturbação causada pela guerra decerto justifica.

A terceira fase parece indiciar a autonomia progressiva da co-produção científica no âmbito da arqueologia angolana. Não apenas a *liaison française* se acentua e aprofunda, como se recupera, em novos moldes, a relação em tempos assimétrica com a Arqueologia portuguesa. Neste caso é estimulante constatar que aos centros 'clássicos' da produção científica portuguesa, académica ou editorial, se associam, e em lugar proeminente, novos lugares de investigação académica que a descentralização democrática trouxe a Portugal. Em Angola instituições especializadas surgem no contexto da normalização institucional progressiva, e Benguela adquire uma centralidade expressiva pela localização não-centralista de uma das principais instituições com supervisão directa no domínio do estudo e salvaguarda do passado.

Uma arqueologia da Arqueologia angolana



Fig. 005 – A organização 'cronotópica' da ciência do passado. Lewis Binford advertia que 'nada no registo arqueológico é do passado, tudo é do presente'. Com mais razão esse princípio se aplica ao seu conhecimento. Como em qualquer região da superfície da terra, a Arqueologia firma-se nos factos empíricos que a sustentam mas valida-se no significado vasto das relações de identidade.

Finalmente, partindo da articulação integrada dos níveis geo-epistemológicos estruturais definidos, que cenários e metamorfoses paradigmáticas se podem detectar na expressão histórica (e geográfica) destes programas de investigação? Com receio de simplificar em demasia uma realidade que é decerto muito mais complexa do que os 'artefactos' aqui utilizados permitem revelar, cremos que é possível ainda assim individualizar nesta narrativa científica – cimentada por uma especial articulação entre as estações intervencionadas, a origem institucional dos investigadores e a 'norma científica' disponível para cada geração – três 'cronótopos' epistemológicos, três configurações espaço-temporais da cultura científica da exploração arqueológica em Angola.

Pelas relações com as regiões vizinhas da África central, do vale do Zambeze, do

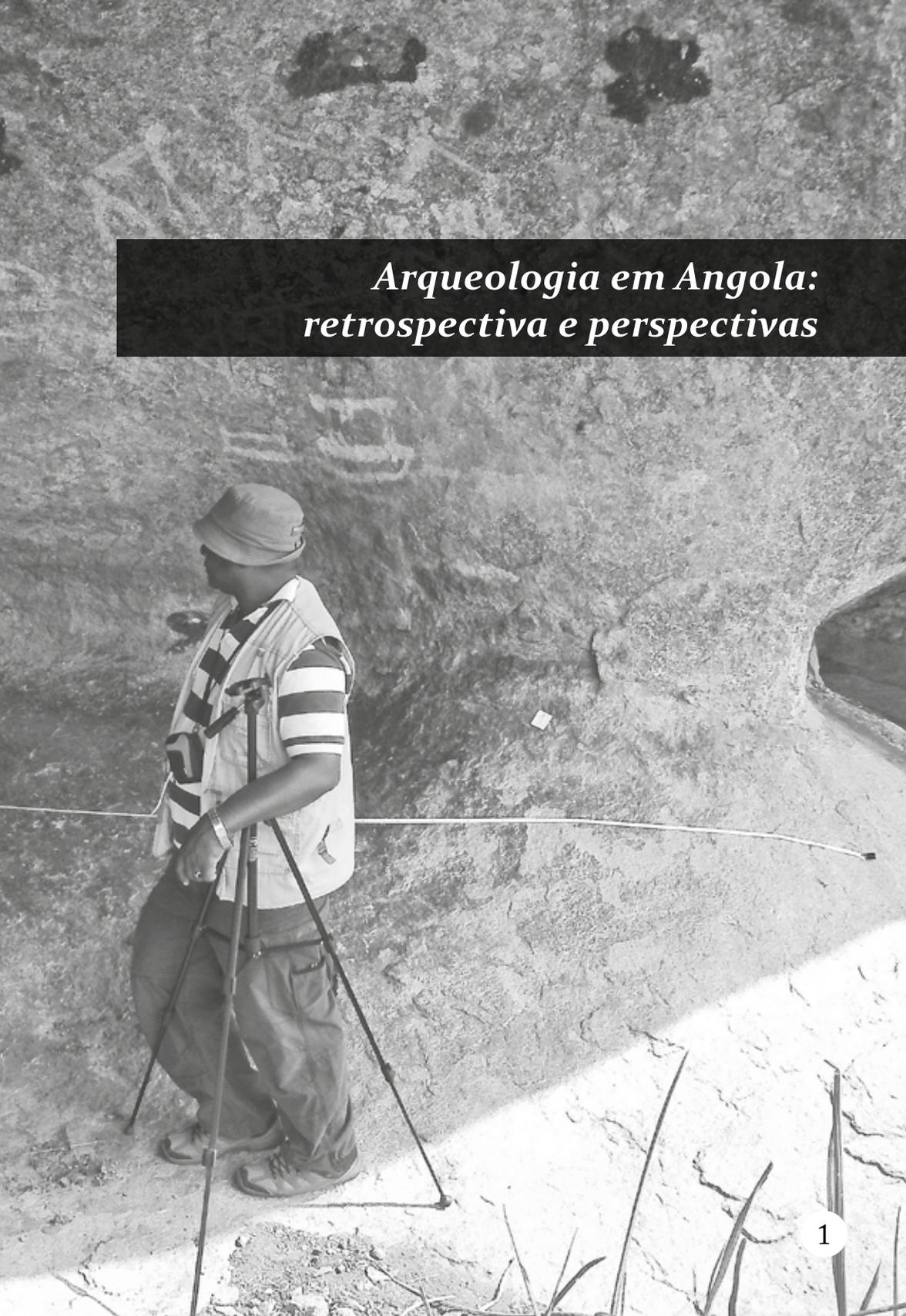
vale do Rift, o passado mais ou menos remoto de Angola estabelece relações de identidade e autonomia cultural da sua ‘africanidade’ – ou porque os vestígios do Dungo a aproximam da esfera da África ocidental, seja porque a sobreposição dos elementos da arte rupestre – ou da memória da produção de cerâmica (Benjamim) – a liguem antes ao interior, começa a desenhar-se com nitidez a identidade do passado que qualquer pedaço da superfície da terra exhibe quando se recolhem os seus vestígios.

Neste longo passado o período colonial é especialmente representativo, porque fez incidir marcas na paisagem fruto de uma ocupação ‘técnica’ do espaço. Ainda que as motivações da sua recuperação possam variar, uma arqueologia do período colonial justifica-se porque esta é também uma ‘arqueologia de resistência’: não apenas no poder designador de uma fábrica de ferro no interior do Kwanza Norte que reproduz as normas de edificação de uma Europa setecentista mas sobretudo porque, como na Pedra do Matato, ela incarna o sofrimento de um povo rumo à sua autodeterminação: aqui ‘convive-se com o passado recente e remoto’. (Martins).

Mas adivinha-se um âmbito mais vasto da arqueologia angolana. A história passada e recente do território é também a das gentes que saídas de África se viram obrigadas, pela violência e pela necessidade, a habitar novos lugares e a conviver com novas gentes. Uma ‘arqueologia da diáspora’ começa insensivelmente a desenhar-se nas preocupações dos responsáveis angolanos pelo estudo do seu passado, e a procura dos ‘materiais da memória’ far-se-á para além das fronteiras do território da nação, e abarcará metade da esfera da terra. Temos a plena noção de que esta apresentação da ‘Arqueologia angolana’ é parcialmente conjectural, alicerçada em elementos tão isolados como o são as estações referidas em relação à totalidade da materialidade arqueológica angolana. Também o objectivo principal é apenas desenhar os contornos de uma avaliação geo-epistemológica de um programa de investigação, de estabelecer princípios teóricos e caminhos metodológicos de uma ‘história-geografia da Ciência’. Cremos que pode surgir mais nítida a sua história através das cartografias que desenha no tempo. O seu reconhecimento exige naturalmente que progressivamente se incorporem novos elementos empíricos que a validem ou contradigam. De momento, contudo, e neste contexto, apenas se pretende constatar dois pressupostos que, um a par do outro, possam conduzir a uma afirmação científica de plena cidadania – a de que a exterioridade da investigação científica exige uma exuberante trans-nacionalização, mesmo que expressa num conjunto de estações arqueológicas localmente situadas.

José Ramiro Pimenta
CEAUP

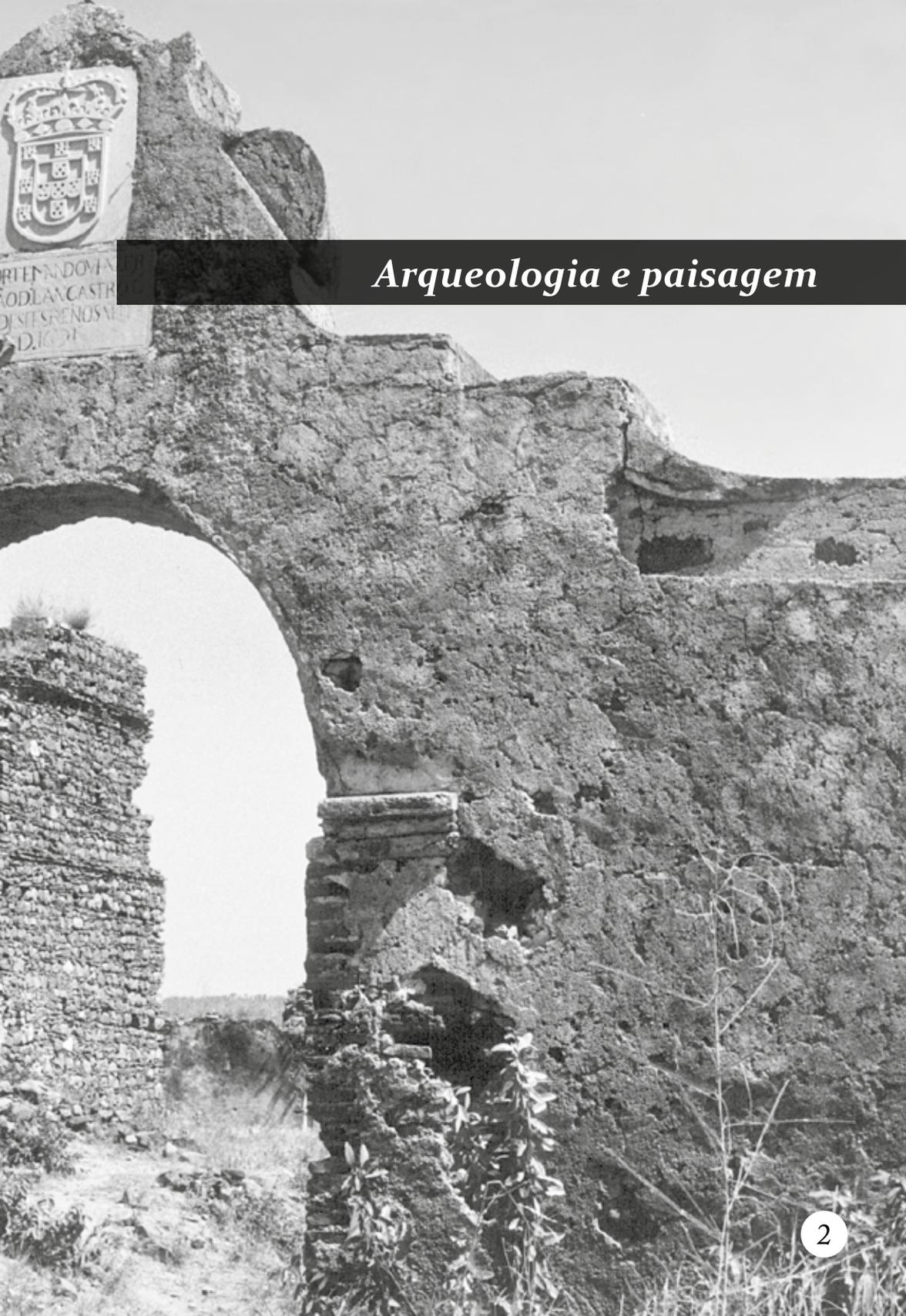


A black and white photograph of an archaeologist standing at an excavation site. The archaeologist is wearing a bucket hat, a striped t-shirt, and a high-visibility vest. They are holding a tripod-mounted camera. A white string is stretched across the site, and a small white marker is visible on the ground. The background shows a large, textured earthen wall or structure.

*Arqueologia em Angola:
retrospectiva e perspectivas*



ESSE
OVIDI
IC VCI



ARTE IN DOMINA
ODLANCASTR
SIT SRENOUSI
D. 1601

Arqueologia e paisagem



Arqueologia da paisagem em Angola: das materialidades às dinâmicas territoriais

Luiz Oosterbeek*

p. 17-28

E é, afinal, da Universidade angolana que poderão, cremos, vir a sair os núcleos de pesquisadores capazes de cobrir o vasto território deste, em breve, novo país, protegendo e estudando os seus vestígios pré-históricos, e de formar no futuro um organismo que congregue os seus esforços.

V. O. Jorge (1974)

As palavras de Vítor O. Jorge com que abrimos este texto, escritas há quase 40 anos, foram plenamente confirmadas pela história subsequente. A guerra quase ininterrupta ao longo de décadas atrasou a possibilidade de plena comprovação das mesmas, mas os anos recentes, e a velocidade a que Angola e as suas universidades se reorganizam, abrem um quadro de grande expectativa. Angola emergiu já como potência regional, com responsabilidades crescentes no quadro geoestratégico do planeta, e em particular da África Austral, e a construção de programas cientificamente rigorosos no domínio do estudo do seu passado será parte crucial para que a sua coesão se possa reforçar.

Quando pensamos na pesquisa arqueológica em Angola, e na África Austral, partimos precisamente deste quadro de referência, conscientes também de que as dificuldades actuais (em recursos técnicos, financeiros e, sobretudo, humanos) podem ser rapidamente superadas, como o foram noutros países (como Portugal ou o Brasil).

O Instituto Terra e Memória (com apoio do Instituto Politécnico de Tomar, do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra e de uma rede académica que envolve universidades da Europa, de África e do Brasil) criou uma linha de investigação sobre a África Ocidental, que tem três eixos fundamentais: as origens do povoamento humano no ocidente africano (trabalho desenvolvido sobretudo com colegas no Senegal, mas que se pretende alargar a Angola), a arte rupestre no seu contexto territorial (com expressivo trabalho em Angola, mas também na Namíbia, além de países africanos fora do eixo atlântico, como a Etiópia ou a Tanzânia), a diáspora africana gerada a partir da colonização (projecto por ora centrado no estudo de comunidades quilombolas no Brasil (Santos, Reis e Oosterbeek, 2011); (Oosterbeek e Reis, 2012) e a valorização patrimonial num quadro de gestão integrada do território, que potencie os benefícios sociais da pesquisa, nos domínios do conhecimento

* Instituto Politécnico de Tomar – Instituto Terra e Memória.

socializado, da equidade e da governança (com projectos em curso em Angola e na Namíbia). Globalmente, estes projectos permitem uma aproximação às dinâmicas humanas nas margens e através do Atlântico, bem como um cruzamento de dados procedentes da análise de recursos (materiais) e das estratégias humanas culturalmente informadas (sendo esse o eixo quer do Mestrado IPT-UTAD em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre, quer do Doutoramento UTAD em Quaternário, materiais e culturas, que o ITM apoia a partir de Maçã).

Os territórios

Na pesquisa em Angola partimos dos trabalhos desenvolvidos na segunda metade do século XX, em grande medida consubstanciados na obra de Carlos Ervedosa sobre a Arqueologia Angolana (1980). Este ponto de partida requer, obviamente, uma análise crítica, que nos permite reconhecer duas grandes linhas de pensamento, à luz das quais se devem ler as diferentes publicações: uma abordagem continental e naturalista, que organiza a informação em grandes regiões ecológicas; e uma abordagem nacional/colonial e geomorfológica, que organiza a informação em regiões angolanas.

Influenciada pela contribuição decisiva de Desmond Clark (1966, 1973), a pré-história de Angola do último terço do século XX foi dominada por uma abordagem eminentemente antropológica e ecológica, contrariamente à matriz dominante na Europa continental. O território de Angola foi estruturado por três grandes unidades territoriais: o Norte, da bacia do Congo ao norte do Kwanza; as bacias do Zambeze, do Cuando e do Cubango; e a região Sudoeste que se prolonga até à Namíbia (Breuil e Almeida, 1964; Jorge, 1974; Ramos, 1982). Esta abordagem de Angola sistematizou uma visão tripartida de:

- planaltos de elevação média, recobertos por areias eólicas e rasgados pelas depressões de rios secos e torrenciais, densamente florestadas (os muxitos), do Cassai a Leste e do Cuango a oeste, onde ocorrem terraços quaternários;
- planaltos médios cortados por vales baixos recobertos por savana e matas tropicais secas;
- relevos aplanados em direcção ao litoral, recobertos por savana, ocasionais florestas abertas e vegetação de restinga, por vezes desértica ou sub-desértica, e onde ocorrem terraços marinhos.

Esta visão ecológica da arqueologia está presente na grande maioria dos trabalhos arqueológicos posteriores a 1965, cruzando-se também com o estudo etnográfico (Estermann, 1983). É também pela descrição do território que começa o monumental trabalho de Carlos Ervedosa (1980), ainda que este prefira a geomorfologia à classificação por unidades de paisagem, nisto seguindo Mariano Feio: litoral, planaltos médios do interior e relevo modulado em degraus abruptos entre ambos (na verdade uma classificação mais focada na diversidade intra-angolana, enquanto que a proposta de Clark parte de um mapeamento africano). Mais de trinta anos depois, é ainda este o principal trabalho de referência para a arqueologia em Angola, devido ao rigor exaustivo com que, à época, foi elaborado.

Angola apresenta-se, assim, como uma charneira entre a faixa equatorial de densa floresta a Norte e a faixa tropical seca de estepe do Botswana; é dominada por um clima

tropical húmido com savana, mas incorpora todas as grandes unidades ambientais de África, incluindo os desertos. Estruturalmente apresenta uma discordância de orientação entre as grandes cadeias montanhosas ocidentais, de orientação NE/SW (que segregam o litoral do interior e funcionam como uma barreira ecológica de florestas tropicais influenciadas pela humidade gerada no contacto da corrente fria de Benguela com as águas quentes do golfo da Guiné (Pinto, 2008), e uma rede hidrográfica predominantemente orientada para WNW e para SE, o que certamente influi nos itinerários de mobilidade das comunidades humanas, associando a região do Zambeze à África do Sudeste e ao vale do Rift.

Um programa de caracterização sistemática da arqueologia angolana deve partir desta diversidade geomorfológica e ambiental, construindo uma metodologia de amostragem representativa, que tome em conta o peso relativo destas três principais unidades, mas também as especificidades como o planalto do Huambo, as faixas granitóides, os núcleos de concentração de matérias-primas metálicas, etc.

É neste quadro que forem sendo registados diversos vestígios materiais que se agrupam em três grandes conjuntos: ocupações Pleistocénicas a Norte e a Sudoeste (sendo ainda pouco compreendidos os eixos de expansão a partir do Sul do continente ou, eventualmente, para Oeste a partir do rift (Gutierrez e Guérin et alias, 2010); ocupações atribuídas genericamente à Idade do Ferro, correspondentes a sociedades metalurgistas complexas que viriam a protagonizar o contacto com os europeus; vestígios mais escassos e discutíveis de sociedades agro-pastoris não metalurgistas, não sendo a claro a que se deve tal escassez ou mesmo ausência total (a riqueza do bioma que sustentou até muito tarde as sociedades de caçadores-recolectores, ou também a pobreza estrutural dos solos ferralíticos para o cultivo com tecnologias pré-históricas?).

Este é, contudo, um retrato não apenas muito sumário mas extremamente insuficiente face à extensão e diversidade de Angola, e à sua posição chave para a compreensão dos grandes processos de adaptação e migração dos grupos humanos desde o Pleistocénico. Tal como tem vindo a ser defendido pelo Ministério da Cultura e pelas entidades com responsabilidades directas neste processo (o Museu Nacional de Arqueologia e o Instituto Nacional do Património Cultural), o inventário nacional, um trabalho de prospecção sistemática é, por isso, urgente.

Metodologia

Pensamos que, aproveitando experiências noutros países, é de facto necessário criar um quadro orgânico e metodológico que permita combinar a amplitude territorial com o rigor do registo e a rapidez necessária. Uma tal estratégia deve ser clara nas prioridades, optando por um Inventário georreferenciado com cartografia a diferentes escalas (articuladas num sistema de informação geográfica), apoiado num grande rigor terminológico e conceptual (uniformização do léxico) que se organize em fichas e relatórios normalizados (com uma estrutura de base simplificada, acessível a não arqueólogos ainda que por estes coordenada) e que se inscreva num processo com recurso a ampla participação.

Não é possível reconstruir uma visão da arqueologia de Angola sem modificar as suas bases materiais, ou seja, sem um programa sistemático de prospecção e cartografia, articulado com os desenvolvimentos teórico-metodológicos dos últimos 30 anos.

Os vectores principais de um tal programa são: rigor, clarificação da precisão diferenciada dos territórios prospectados, relatórios normalizados e articulados numa base de dados georreferenciada, com clarificação das fontes e metodologias específicas utilizadas em cada caso (Howard, 2007). A base de dados deverá ser flexível, com capacidade para adição de campos novos, mas ao mesmo tempo deve ser de preenchimento fácil nos descritores fundamentais, pois só dessa forma poderá ser construída de forma participada. E recorrer a uma metodologia participativa, consentida pela tecnologia contemporânea, é a única forma de construir um novo quadro de referência num prazo relativamente curto. Nesse sentido, ao mesmo tempo que se reforçam os recursos das grandes instituições já existentes (como o Museu Nacional de Arqueologia), uma cobertura territorial que corresponda à agenda integradora e mobilizadora do País implicará o estabelecimento de unidades museológicas (com investigação e valorização patrimonial) em todas as províncias, evitando assimetrias profundas na construção de um *corpus* de vestígios, o que seria nefasto não apenas para a pesquisa mas também para a coesão nacional. Unidades dispersas por todo o território, dotadas de conjuntos básicos de equipamentos, têm um custo muito reduzido, fácil de assegurar. Um tal conjunto incluiria equipamentos de prospecção, cartografia e computação, para além de um núcleo bibliográfico e cartográfico sólido, informatizado e disponível para as diferentes equipas. Com a dinâmica científica que Angola está a assumir, que já se evidencia em certos sectores como a energia e o ambiente, uma arqueologia rigorosa e científica não terá dificuldade técnica para se articular em todas as províncias, ao mesmo tempo que certos projectos de maior dimensão podem servir como exemplos de referência com um maior grau de exigência e de recursos (como nos casos dos projectos de valorização patrimonial global que o governo já assumiu em contextos como M'Banza Congo ou Tchitundo-Hulo, ou outros de grande relevância patrimonial e científica que também já iniciou, como em torno da arte rupestre do Ebo).

O desenvolvimento desta metodologia pressupõe a reunião de recursos técnicos (equipamentos de prospecção, cartografia e computação, para além de um núcleo bibliográfico e cartográfico sólido, informatizado e disponível para as diferentes equipas) e a formação de recursos humanos em dois níveis: um corpo técnico de pelo menos duas dezenas de pessoas, formadas de forma centralizada, que poderão coordenar 10 equipas de terreno; um corpo auxiliar de 10 pessoas em cada equipa, que deverão ser formadas, e preferencialmente recrutadas, localmente. A prospecção sistemática aparenta ser uma tarefa gigantesca, mas na verdade se for disciplinada e programada, produz resultados rápidos e de rigor crescente (o que, em cartografia, significa com detalhe crescente). Como refere Clive Orton (2000, p. 1): *“Um projecto, seja regional ou à escala de um sítio, será baseado na estratégia de amostragem, uma orientação da pesquisa poderá especificar que unidades devem ser amostradas, e as amostras de diversos tipos serão recolhidas”*, mas há amostras de diferentes naturezas e escalas, e é a definição de uma estratégia de amostragem que permite avançar de forma rigorosa na investigação. Estratégia que, partindo do estádio actual dos conhecimentos (arqueológicos e fisiográficos) e da definição de objectivos claros (globais, temáticos, regionais e locais), permita eleger os universos de amostragem, as escalas de trabalho, as metodologias relevantes e, finalmente, a recolha e processamento de dados.

Uma tal estratégia, organizada com uma expansão por enxameamento, permitiria obter uma primeira avaliação estratégica do país em 24 meses (partindo do estádio actual dos conhecimentos arqueológicos e fisiográficos, compulsando a informação bibliográfica e

documental e realizando uma primeira prospecção por amostragem). Essa avaliação, por sua vez, poderia ser uma base sólida para uma definição de claros objectivos não apenas globais, mas temáticos, regionais e locais, com definição concomitante dos universos de amostragem, das escalas de trabalho e das metodologias relevantes. Desta forma, a recolha e processamento de dados começaria por uma malha ampla de macro-caracterização, com alguns projectos de pormenor em territórios específicos, como os acima referidos, mas também com um foco nos contextos urgentes de pressão antrópica (cidades, vias de comunicação,), racionalizando prioridades. No máximo em cinco anos seria possível dotar o país de um cadastro arqueológico nacional actualizado e útil para a pesquisa e para a organização e gestão do território.

A componente de formação é, neste domínio, essencial. Angola tem hoje alguns investigadores altamente qualificados, e precisará de ampliar o número de quadros técnicos superiores, especialmente com formação nos domínios técnicos da arqueologia: prospecção e detecção remota; formação e modificação de depósitos naturais e antrópicos, incluindo tafonomia; técnicas de escavação em distintos contextos geomorfológicos e crono-culturais, do paleolítico ou arte rupestre aos contextos urbanos ou sub-aquáticos; técnicas de registo gráfico, fotográfico e digital; técnicas de conservação *in situ* e em laboratório (Ellis, 2000). A formação de mais arqueólogos, ao nível de Mestrado e Doutoramento, irá permitir alargar o número de equipas a trabalhar no terreno, e que deverão continuar a integrar especialistas de diversas áreas ao nível de licenciatura (história, geologia, biologia, geografia, antropologia, evitando o erro corporativo que alguns países – como Portugal – cometeram, de formar ao nível de licenciatura pouco mais do que operários qualificados de arqueologia, com saberes técnicos mas sem amplitude cultural e estratégica). Uma forte articulação entre as tutelas da cultura, do ambiente e do ensino superior, envolvendo a rede de ensino (nos seus diferentes níveis) em redes internacionais, potenciará o crescimento de massa crítica não apenas em arqueologia, de forma isolada, mas no campo da cultura tal como ela se projecta no século XXI: numa relação umbilical com a sustentabilidade.

Este programa de formação não poderá apenas contar com a parceria das universidades e escolas estrangeiras, mas será necessário que se desenvolvam cursos de especialização neste domínio no seio das faculdades de ciências humanas e sociais das universidades públicas e privadas nacionais. Isso exige a construção interna de uma parceria entre o Ministério do Ensino Superior e o Ministério da Cultura, na sua qualidade de gestor de sítios arqueológicos de Angola. Paralelamente, Angola irá certamente definir um programa de prioridades no domínio dos investimentos em técnicas analíticas, da caracterização de matérias-primas aos métodos de datação, da bio-arqueologia à geo-arqueologia.

No mundo global, e sobretudo atendendo à dimensão e consolidação de Angola como grande potência africana, é provável que venha a assumir um lugar de importância crescente nas redes continentais e internacionais de pesquisa. É por isso desejável que venha a definir as suas prioridades nesse contexto global, e certamente que os pesquisadores organizados no âmbito de estruturas como o Congresso Pan-Africano de Arqueologia ou a UISPP não deixarão de apoiar os esforços de Angola.

Importa prosseguir o esforço que as autoridades angolanas têm desenvolvido, no sentido de combinar uma malha ampla de macro-caracterização, com projectos de pormenor em territórios específicos, como Tchitundo-Hulo, Ebo ou Mbanza-Congo. E importa equilibrar o investimento no território global (sem o qual não se poderão compreender as dinâmicas humanas nos micro-territórios), o investimento nos locais de maior pressão antrópica

actual (as cidades e os eixos das novas infra-estruturas do país) e o estudo monográfico de contextos de maior relevância nacional e mundial, como os citados.

Por outro lado, a arqueologia actual orienta-se em sentidos diversos do que marcou as últimas três décadas. Uma maior exigência social em relação aos resultados culturais e históricos da pesquisa, e um balanço contraditório em relação aos frutos da chamada “arqueologia pública”, tem levado a uma crise crescente desta em prol de um aprofundamento da natureza cultural e científica dos trabalhos. Ou seja, menos atenção à lógica de minimização de impactes e maior foco na identificação de problemáticas relevantes em termos históricos e de gestão territorial.

Deste ponto de vista, a arqueologia é o campo de trabalho de eleição para a reconstrução de paleo-paisagens antrópicas e, desse modo, oferece um contributo inestimável para a sociedade contemporânea. Não apenas permite pensar outras realidades e dinâmicas no “mesmo” território (o que consente uma didáctica do tempo e das transformações diacrónicas), como fornece os meios para pensar os territórios actuais com uma outra grelha de análise, menos emocional e mais vinculada às dinâmicas que emergem das tradições culturais por um lado e dos constrangimentos materiais por outro. Essa didáctica é, sem dúvida, de grande importância num mundo em acelerada transformação e mergulhado num ciclo global de redução do crescimento mundial.

Com efeito, são as paisagens culturais o palco das dinâmicas socio-económicas, e a recomposição geo-estratégica do planeta, na qual Angola ocupa uma importante posição, é antes de mais marcada pela reconfiguração cultural das paisagens. A contribuição da arqueologia (Fairclough e Rippon et al., 2002) para esta transformação passa pela consciencialização do lugar das materialidades na configuração das paisagens, mas também pela sugestão de prioridades e mecanismos do seu estudo e preservação, bem como de valorização dessas materialidades (como é o caso do sistema HERITY de acreditação da gestão de qualidade, endossado por organizações como a UNESCO, o ICCROM ou a WTO).

É seguro que o continente africano avançará na construção de instrumentos comuns de estratégia, equivalentes à *Convenção Europeia das Paisagens* ou à *Perspectiva Europeia de Desenvolvimento Espacial*, naturalmente no quadro das suas próprias tradições, necessidades e prioridades. A arqueologia tem um contributo a dar nesse contexto, orientado para um crescimento económico incorporado num desenvolvimento sustentável e integrado. Trata-se de, com a arqueologia, pensar outras realidades e dinâmicas no “mesmo” território, ou de pensar os territórios actuais com uma outra grelha de análise, abrindo futuros com base num conhecimento mais rigoroso e socialmente partilhado de estratégias passadas de adaptação. É por isso, também, que é correcta a relação umbilical que em Angola já se estabeleceu entre as dimensões patrimonial e científica da arqueologia.

Dinâmicas territoriais: um exemplo

O Ebo é um extenso vale elevado (peneplanície) situado na província de Kwanza Sul, disposto *grosso modo* no sentido N/S, entre duas cadeias de maciços granitóides (Domenech González e Francisco, 1982). O vale estrutura-se a partir da crista escarpada de Amboim-Seles, a Norte, e oscila entre os 1000 e os 1500 metros de altitude. Constitui uma planície de aluvião, rodeada de maciços granitóides de contornos suaves e preenchida por ocasionais inselbergs, correspondentes a afloramentos do mesmo sistema granítico. Os maciços

laterais dispõem-se predominantemente na direcção NW/SE, e o vale é percorrido pelo rio Queve e preenchido com solos vermelhos ferruginosos. Apresenta uma predominância de clima tropical húmido e de savanas com solos ferralíticos, paraferalíticos e áridos tropicais, atingindo uma temperatura média de 20° entre Setembro a Maio na estação das chuvas, e frio nos meses de Junho a Agosto. O clima modifica-se na estação seca do Cacimbo, a temperatura média desce abaixo dos 18°, ou ainda menos, com amplitudes térmicas diárias acentuadas. A humidade relativa média anual é superior a 30% e a pluviosidade elevada por influência da altitude nesta zona de planalto. As populações das aldeias locais exprimem-se em língua Angóia (tronco linguístico do Quimundo).

Conhecido desde o início da década de 1970, o vale do Ebo nunca mereceu estudos sistemáticos, que pretendemos agora iniciar (Martins, 2008, 2011; Martins e Oosterbeek, 2013; Oosterbeek, 2011; Oosterbeek, Martins e Domingos, 2012). Foi, no entanto, visitado por diversos arqueólogos, como Carlos Ervedosa, Santos Júnior ou Fernando Batalha. Ervedosa (1980, pp. 274-281) noticiou a existência de 5 abrigos: 2 abrigos em Quingumba (3 Km a sul do Ebo), um na Cumbira (a NW do Ebo), um na Delambira (o principal, a N do Ebo) e um no Caiombo (a NE do Ebo). Existem, no entanto, pelo menos 14 abrigos e uma rocha insculturada. Os locais, em função da escória, foram interpretados como oficinas de fundição dos bantos, mas na verdade testemunham ocupações com uma grande longevidade. Todo o conjunto constitui com efeito uma complexa paisagem cultural, em que ocorrem pinturas, gravuras (pelo menos um importante afloramento com covinhas e um círculo gravado no abrigo da Cumbira), terrenos de cultivo e diversas estruturas sepulcrais (cemitérios e sepulturas de sobas, estas últimas dispersas pelos morros, e estruturadas como pequenos monumentos em falsa cúpula).

O grande afloramento com covinhas (Pedra do Matato), situado na estrada de acesso ao Ebo (dista três quilómetros da sede municipal entre os bairros de Cumbira e Dongo), ocupa com efeito o caminho tradicional de acesso à grande planície, e possui por isso uma centralidade estratégica.

Toda a paisagem se estrutura actualmente em dois planos simbólicos. O primeiro, actual, lê as manifestações patrimoniais em função de uma grelha vinculada à história recente (a estruturação do território vinculada à soberania da Rainha Ginga, que teria sido “Ngola” dos reinos do Sudoeste Africano no século XVII). Neste plano, todas as pinturas são “lidas” como registos de episódios de contacto com os europeus, ou de relações entre segmentos sociais da comunidade, numa época não muito recuada. Assim, por exemplo, a *Pedra do Matato* seria o local de onde proviriam gritos ouvidos pelos “mais velhos”, e as pinturas de *Cumbira* ilustrariam, por exemplo, cenas de transporte em padiolas. O segundo nível, que remete para períodos mais recuados, é indiciado pela toponímia antiga e esbarra, na descrição dos actuais habitantes, com a confissão de ignorância sobre o seu significado.

A *Pedra do Matato* (“do grito”) é um ocal com covinhas, que marca o acesso ao Ebo, e onde se situa o memorial da batalha do Ebo (local onde se travou a 23 de Novembro 1975 fortes combates contra a invasão Sul Africana). O local é um grande afloramento granítico, de tipo inselberg, cuja antiga designação era “Pedra do londa” (ou local onde se enterrava o Soba). Porém, o inselberg do Matato é um dos raros afloramentos em que não ocorrem estruturas sepulcrais visíveis, mas em que inversamente se identificaram grandes painéis de covinhas. Possivelmente, situado junto ao caminho tradicional de atravessamento da planície do Ebo, o afloramento terá funcionado como *axis mundi* das comunidades, vinculando-se aos ancestrais através da memória mítica dos sobas já mortos. A relação

que num relato local interpretativo da arte rupestre se estabelece entre Caio, o pastor que vem oferecer um boi, e os “velhos” que se situam nas montanhas, não deixa de nos evocar a relação entre a vida quotidiana no vale, e a importância simbólica dos pontos altos, onde se encontram as sepulturas megalíticas dos sobas e as pinturas rupestres.

Orientado N 240° (ou W 30° S / E 60° N), o abrigo da Cumbira ou *Bototo* (esconderijo) recebe o topónimo recente de Cumbira (localidade não muito distante no Kuanza Sul), mas num passado não muito distante era designado por Bototo, topónimo que segundo o Senhor Prazeres (habitante local, que nos acolheu e orientou) decorre de ter sido utilizado como abrigo para esconder crianças quando elas corriam perigo de rapto. O abrigo tem duas entradas, o que permitiria a fuga pela outra vertente do monte. Num passado mais antigo a área montanhosa recebia distintos nomes (Nhanzaqueto, Quibungo,), mas o local específico do abrigo era designado por Muluolumbi, ou “Morro de Olumbi”. Não existe memória sobre o seu significado. Também teria tido, com a chegada de fazendeiros portugueses provenientes de Porto Amboim (ocupado a 19 de Agosto de 1915 sob portaria 701), a designação de Morro do Cunzo (designação ainda conhecida localmente).

Claramente visível a partir do caminho que conduz à Pedra do Matato, a memória do abrigo reconhece distintas fases (“Moluolumbi”, depois “Morro do Cunzo”, depois “Bototo”, finalmente “Cumbira”, retomando neste caso a denominação da aldeia subjacente). O abrigo encerra pinturas com pelo menos quatro níveis de sobreposição. Pinturas zoomórficas a negro (carvão?), em que se reconhecem palancas, correspondem ao primeiro momento. Estas são recobertas por pinturas brancas em que interagem antropomorfos e zoomorfos, ensaiando cenas de caça, pesca e transporte. Num painel situado mais à direita ocorrem antropozoomorfos (antropomorfos com cauda ou falo proeminente) pintados a branco, a que se seguem, no mesmo sentido, zoomorfos esquemáticos (possível elefante, ou tapir). Um painel anda mais à direita representa um antropomorfo com aplicações na cabeça, em posição dançante, e rodeado de representações esquemáticas, algumas faliformes. No segundo painel, na parte inferior, identificam-se pinturas mais recentes, que representam zoomorfos e círculos. Na entrada foi identificado um círculo gravado, e à superfície foram identificados fragmentos de cerâmicas (lisas e impressas) e um fragmento de mó manual. As pinturas de zoomorfos a negro são, seguramente, as mais antigas, e corresponderão a caçadores, o que converge com observações de Manuel Gutierrez (2009) no Namibe. As restantes pinturas remetem para sociedades de caçadores e pastores, provavelmente da Idade do Ferro. Os adornos na cabeça, e o espesso pescoço do antropomorfo dançante lembram as decorações de cabeças de soba em bronze do Benim (os habitantes do Benim eram os “Édo”).

As grutas de *Caiombo* ou *Caiauté* (“que não mente”) ficam situadas a WNW da Pedra do Matato, no extremo oposto do Vale. Trata-se de duas exsurgências geminadas, que se inscrevem num afloramento granítico, oferecendo a aparência de “olhos” que miram o vale. Na sua frente é visível um inselberg onde, segundo o Senhor Prazeres, há pinturas que, contudo, ele nunca viu. No acesso são visíveis alinhamentos esbranquiçados, produto da exposição de um veio de quartzo.

As grutas estão abertas numa vertente orientada, *grosso modo*, E/W. Na cavidade W (à direita para quem acede às formações a partir do vale), verificam-se manchas avermelhadas/ocre na base, sobre as quais se identificam antropomorfos dançantes com grande falo e armas ou instrumentos musicais na mão que recobrem pinturas geométricas a branco e por sua vez são cobertos por pinturas a branco representando uma possível cena de dança. Nesta última, um dos antropomorfos parece estar a segurar uma espingarda, embora a associação entre esta

pintura e as demais não seja clara (poderá corresponder a um momento distinto). Na base da cena de eventual dança, pinturas a branco representam antropomorfos deitados (mortos?). Na cavidade E (à direita para quem acede às formações a partir do vale), são ainda visíveis pinturas amareladas (ocre?) muito afectadas pela circulação de águas, mas onde se pode reconhecer um grande antropozoomorfo, com cerca de 1 metro, com um falo grande (que lhe confere o aspecto de antropro-zoomorfo) e cujos membros parecem terminar na forma de cabeças de animal. A composição geral é similar à das outras representações que podemos identificar como possível dança: figura central representada de frente ou a três quartos e pequenas figuras em redor. Esta grande figura é recoberta por pinturas geométricas a branco, mas também por pequenos antropomorfos pintados, quase filiformes.

Estilisticamente, as pinturas do Caiombo e da Cumbira são distintas, ainda que a iconografia seja em parte convergente. O complexo deve ser entendido, no entanto, como um território estruturado, pontuado por manifestações antrópicas (as sepulturas de sobas de tipo megalítico, a arte rupestre). Na arte rupestre reconhecem-se três unidades descritivas: a arte mais antiga, de caçadores, que representa os animais e remete directamente para descrições de paisagens; a arte dos primeiros metalurgistas, que inscreve, em diversos conjuntos pictóricos, narrativas de mitos, prováveis mnemónicas de conhecimentos estruturantes das identidades; a arte do período do contacto, constituída por cenas onde pontuam elementos ocidentais. Se a arte mais antiga ilustra o conceito de “paisagem na arte rupestre”, já a arte dos metalurgistas remete essencialmente para o conhecimento dos mitos fundadores (identidade) e a arte do contacto é centrada nas interacções com grupos humanos distintos.

Com efeito, no Ebo foram reconhecidos quatro níveis de pinturas, estando o estudo iniciado por Cristina Martins (2008) próximo da sua conclusão, que certamente nos trará um conhecimento muito mais detalhado. O nível mais antigo é caracterizado por figuras a negro de grandes ungulados, que se representa a partir de um olhar predominantemente horizontal sobre um território em que o movimento é essencialmente transcendente à vontade humana: impalas e outros animais/presas (numa composição que se distingue bem das representações dominantes noutros contextos angolanos, como no Namibe (Gutierrez, 2009). Esta arte de caçadores dá lugar, a partir do segundo nível de pinturas, a representações que têm no centro a figura humana, e se centram nos seus próprios rituais (para terminar com sobreposições de cenas já em contexto de contacto com os portugueses – estas últimas possivelmente associáveis a algumas das lendas ainda vivas na região), embora ocorram motivos entópticos (Lewis-Williams, 2003) e subsistam representações de fauna em registos de interacção com humanos, o que evidencia estreitas relações simbióticas (Evans-Pritchard, 2007). A paisagem exterior está ausente destas representações, que ilustram a vida das comunidades e as suas cosmovisões, traduzindo um domínio territorial absoluto e uma realidade social clara: as tensões e dinâmicas não se estruturam na relação com o bioma e sim com outros grupos humanos.

Arqueologia e gestão do território

É sobre esta matriz que o território consolida as relações sociais na sincronia e ilustra a diversidade na diacronia. Por isso, programas de preservação e gestão do património arqueológico irão, progressivamente, cruzar-se com programas de gestão territorial

(Oosterbeek, 2007). O Ebo fica próximo do cruzamento de duas das principais vias de comunicação rodoviária em Angola, e estará por isso no centro de processos muito dinâmicos que irão alterar o seu quotidiano.

A construção do Património Cultural é um produto a dois tempos: obra da academia e do rigor de tipo científico, ela é, também, consagração de dinâmicas sociais. É por isso que Património Cultural remete para apropriação mais do que para conhecimento, e é também esta a razão pela qual o ensino académico do Património Cultural na ignorância da economia é estultícia.

Percorrem o património dois eixos. Um é o dos direitos sociais a apropriações distintas e até contraditórias, que radica nas dinâmicas sócio-culturais. O outro é o lugar das narrativas na vertente das ciências “duras” e naturais. Um exemplo das tensões que daqui emergem é a confusão entre os factores de crescimento económico/financeiro (PIB e cultura de consumo) e os factores de crescimento de património (posse e conhecimento tangível, “aplicado” na concepção positivista).

Na verdade, só uma estratégia global, integrada, permite uma eficaz intervenção na esfera do património (Scheunemann e Oosterbeek, 2012). É por isso que quando os governos legislam em prol de uma protecção conservativa do património isso é largamente ignorado pela sociedade. Sempre com a consciência de que o Património Cultural tem uma dupla raiz, o caminho, mais do que judicial, irá ser o de reforçar o peso institucional das associações informais de grupos de cidadãos, e o de inscrever a gestão patrimonial em estratégias globais de gestão territorial e sua governança.

Num ciclo de crise sistémica global, todas as atenções se tendem a concentrar em apenas um dos seus vectores: ora o financeiro, ora o social, ora o ambiental, algumas vezes o económico, raras vezes o cultural. E todas essas atenções se vão deslocando de um para outro à medida em que se desiludem e constataam que não há soluções sectoriais.

A Gestão Integrada do Território supera estereis debates sobre as opções entre crescimento e desenvolvimento e constrói um quadro de discussão em que a didáctica dos dilemas é o elemento nuclear, para a elevação das competências críticas dos indivíduos, para que estes possam decidir sobre nosso futuro colectivo. Neste processo, mais do que ambiente ou cultura é a palavra território que se tornará nuclear, e num futuro que se apresenta incerto e inseguro, a concorrência entre territórios e a sua possível certificação serão certamente realidades. O lugar do património estará aí, e se não cuidarmos dele nesta hora de aperto descobriremos que perdemos um activo territorial fundamental, quando o crescimento económico for retomado. Quem se preparar para essa hora, por seu lado, terá todas as condições para oferecer um contributo útil à reorganização global do País e do espaço económico, social e cultural em que se integra.

Neste sentido, é fundamental que a Cultura mantenha a atenção sobre os seus focos tradicionais (as artes e o património), mas voltando a ligá-los à economia e à dinâmica social. A sociedade precisa de reencontrar um equilíbrio entre as suas necessidades e os recursos de que dispõe e é capaz de gerar. Não será capaz de o fazer por mera importação de modelos, porque a economia é hoje global e é pela diferenciação, pela especialidade, que cada região ou país se pode afirmar. E essa diferenciação é cultural.

A cultura é a forma específica de satisfazer as necessidades de cada povo. A economia, a sociedade, o ambiente e as culturas cruzam-se, fundem-se, no território. As palavras-chave para o crescimento sustentável são território e cultura. A cultura isolada é uma curiosidade não sustentável. O território isolado é uma massa informe e sem diferenciação.

São as paisagens culturais o palco das dinâmicas socioeconómicas, e a recomposição geoestratégica do planeta, na qual Angola ocupa uma importante posição, é antes de mais marcada pela reconfiguração cultural dessas paisagens.

Agradecimentos

O autor agradece os apoios concedidos ao projecto de investigação no Ebo, pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (através do contrato PTDC/HIS-ARQ/103187/2008), pelo Instituto Nacional do Património Cultural de Angola (enquadrando e autorizando os trabalhos) e pelo Museu Nacional de Arqueologia de Angola (com o qual todos os trabalhos de investigação são operacionalizados). Só a construção a partir de Angola de uma equipa muito ampla tem permitido que os trabalhos iniciados se aprofundem e tenham continuidade, integrando, para além das entidades angolanas referidas, o Instituto Politécnico de Tomar, o Instituto Terra e Memória, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, o Instituto de Investigação Científica Tropical e a Universidade de Paris I – Panthéon-Sorbonne.

Referências bibliográficas

- Breuil, H., Almeida, A. (1964), *Introdução à Pré-história de Angola*, Lisboa: Memórias da Junta de Investigações Científicas do Ultramar. II Série, 50.
- Clark, D. (1966), The distribution of prehistoric culture in Angola. In *Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda*, Lisboa: Diamang.
- _____. D. (1973), *Pré-história da África*, Lisboa: Verbo.
- Domenech Gonzalez, A.; Francisco, K. (1982). *Atlas geográfico*. Luanda, República Popular de Angola: Ministério da Educação.
- Ellis, Linda, ed. (2000), *Archaeological method and theory: na encyclopedia*: New York, Garland Pub., p. 705.
- Ervedosa, C. (1980), *Arqueologia Angolana*, Lisboa, Edições 70.
- Estermann, C. (1983), *Etnografia de Angola (sudoeste e centro): colectânea de artigos publicados*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2 vols.
- Fairclough, Graham; Rippon, Stephen; Bull, David, eds. (2002), *Europe's cultural landscape: archaeologists and the management of change*, Brussels: Europae Archaeologiae Consilium, p. 234.
- Gutierrez, M. (2009), *Art Rupestre en Angola, Arte Rupestre de Angola*: Saint-Maur-des-Fossés, Éd. Sépia.
- Gutierrez, Manuel et al. (2010), Recherches archéologiques à Dungo (Angola). Un site de charognage de baleine de plus d'un million d'années. In: *Afrique: archéologie et arts*, 6, pp. 25-47.
- Howard, Phil (2007), *Archaeological survey and mapping*, Oxon: Routledge ed., p. 300.
- Jorge, V. O. (1974), Breve introdução à Pré-história de Angola. *Revista de Guimarães*: Guimarães, 84, pp. 149-170.

- Martins, C. P. (2011), Território, comunidades tradicionais e arte rupestre da região do Ebo (Angola). *Actas das IV Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica (JIA 2011)*. Algarve: Universidade do Algarve, pp. 191-196.
- Martins, C. P.; Oosterbeek, L. (2013), Projecto Ebo (Angola). A investigação arqueológica aliada ao desenvolvimento local sustentável, *In: Rodrigues, V.; Martins, A. C.; Duarte, M. C.; Carvalho, M. O.; Antunes, L. F., Colóquio Internacional Ciência nos Trópicos: olhares sobre o passado, perspectivas de futuro* (edição em DVD), pp. 1-9.
- Martins, C. P. (2008), *Arte Rupestre de Angola, um contributo para o seu estudo numa abordagem à Arqueologia do Território*. Tese de Mestrado em “Arqueologia Pré-histórica e Arte Rupestre do PT/UTAD (Portugal).
- Oosterbeek, L. (2007), Ordenamento cultural de um território. *In, José Portugal, S. Marques eds., Gestão cultural do território*, Porto: Setepés.
- ____ (2011), Paisagem e identidades na arte rupestre de Angola: Namibe e Ebo. *In, L. Oosterbeek, G. Nash eds., Landscape within rock art*, Tomar: CEIPHAR, série ARKEOS, vol. 29, pp. 23-33.
- Oosterbeek, L. Reis, M. G. O. (2012), Terras de Preto em Terras da Santa: Itamatatua e as suas dinâmicas quilombolas. *In: Cadernos de Pesquisa*, São Luís, Universidade Federal do Maranhão, v. 19, n.º 1, jan./abr., pp. 7-15.
- Oosterbeek, L., Martins, C. P. Domingos, Z. (2012), *Ebo e a Arte Rupestre do Sudoeste de África*, Tomar, CEIPHAR, série ARKEOS, vol. 33, p. 139.
- Orton, Clive (2000), *Sampling in Archaeology*, Cambridge: University Press, p. 261.
- Pinto, Pedro Vaz (2008), Biodiversity of Angola. *In, Angola. Cultural and natural heritage*, Barcelona: Laia Libros ed., pp. 27-52.
- Ramos, Miguel (1982), Le paléolithique du sud-ouest de l'Angola – vue d'ensemble. *In, LEBA*, vol. 5, pp. 43-52.
- Santos, G., Reis, M., Oosterbeek, L. (2011), Quilombos e globalização: um estudo arqueológico sobre identidades e mecanismos de adaptação. *In, Cruz, Fernando, org., Questões Socioeconómicas Territoriais*. Maia, AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural, pp. 109-124 (ed. CD-Rom).
- Scheunemann, I.; Oosterbeek, L. eds, 2012, *A new paradigm of sustainability: theory and praxis of integrated landscape management*, Rio de Janeiro, IBIO.





Das potencialidades arqueológicas da bacia do Curoca/Deserto do Namibe para um estudo diacrónico desde a pré-história africana ao período colonial - algumas notas

Nelson Campos*

P. 31-53

“o Kuroka (...) no meio daqueles ‘canyons’, lagoas, ruínas de fazendas, assentamentos habitacionais antigos e mais recentes, pequenos pântanos secos onde o sal aflora, cemitérios, dunas (...)”
(Ruy Duarte de Carvalho, *Vou lá visitar pastores, Lisboa, 1999*)

Intróito

Em primeiro lugar impõe-se dizer que não sou especialista em arqueologia angolana ou africana, nem tenho quaisquer trabalhos publicados sobre o tema, ou realizados no terreno, que justificassem a minha presença neste 1.º Colóquio de Arqueologia Africana organizado pelo CEAUP, a não ser um certo interesse pela arqueologia do Sul de Angola, fruto de uma série de acasos, o primeiro dos quais e seguramente o mais determinante, se prende com a minha naturalidade, de onde me advêm algumas reminiscências que resistem ao tempo. Daí a natural curiosidade de querer saber algo mais sobre essas terras, suas gentes, seu passado e evolução histórica.

Numa dessas deambulações familiares pelo que então se chamava o “mato”, cheguei a estar, pela idade dos meus 11-12 anos, relativamente próximo do Tchitundo-hulo, na zona do Virei (onde pernoitámos), sem ainda ter ouvido falar na sua famosa Arte Rupestre, cuja existência só viria a conhecer mais tarde, quando me avistei pela pri-



Fig. 001 – Prof. Santos Júnior (1901-1990) e Dr. Carlos Ervedosa (1932-1992) algures em Angola, anos 1960? – foto do FSJ/CMTM, cedida pela Biblioteca Municipal de T. Moncorvo.

* Arqueólogo. Colaborador do CEAUP.



Fig. 002 – Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo, Centro de Memória, Sala Prof. Santos Júnior – foto do autor.

meira vez com o Prof. Doutor Santos Júnior (era eu calouro do curso de História, V. de Arqueologia, na FLUP). (Fig. 001) – O Prof. Santos Júnior (1901-1990, fig. 1) possuía casa de férias em Torre de Moncorvo, onde mantenho residência, e sendo conhecedor dos seus trabalhos sobre Trás-os-Montes, procurei-o um dia no Instituto de Antropologia da FCUP (24.02.1981), tendo-me então oferecido uma separata do seu estudo sobre o Tchitundo-Hulo, editado em 1974. Frequentando então a excelente biblioteca do Instituto, aí fui conhecendo o labor das missões antropológicas

a Moçambique e Angola, a par do que então mais me interessava, que era a arqueologia transmontana.

Após o falecimento do Prof. Santos Júnior, os seus herdeiros decidiram doar a sua biblioteca e espólio documental à Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo, nos anos 90, tendo eu, de algum modo, contribuído para o seu devido acondicionamento num espaço designado por Centro de Memória (CMTM).

Ainda nos anos 1980 conheci também o Prof. Doutor Adriano Vasco Rodrigues, felizmente entre nós, igualmente um moncorvense adoptivo, porque casado com a distinta professora e historiadora Doutora Maria da Assunção Carqueja, natural do Felgar. O Sr. Prof. A. V. Rodrigues trabalhou bastante na Arqueologia Angolana e várias vezes me contou aspectos dessa sua investigação, como a empolgante história da descoberta do barco da Praia do Navio, nos areais a Sul da Ponta Albina – que reproduziu no seu livro *De Cabinda ao Namibe* (2010).

Para rematar esta série de acasos, desde há uns anos a esta parte que conheço o Doutor Maciel Santos (organizador deste Colóquio), inclusive de outras andanças, relacionadas com o Património Mineiro, o qual sendo conhecedor do meu interesse pela Arqueologia e História de Angola, me convidou a colaborar com o CEAUP, sendo este um breve apontamento dessa colaboração.

Assim, e na ausência de trabalhos de campo, pensei em tirar partido da minha proximidade com a biblioteca do Professor Santos Júnior, a qual integra o Fundo respectivo depositado no Centro de Memória, atrás referido, dependente da Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo. O fundo comporta cerca de 16.000 títulos e de 400 pastas com documentos vários (correspondência, manuscritos, fotografias e levantamentos, além de alguns objectos pessoais). Ainda que com pouca disponibilidade de tempo, procurei compulsar o que encontrasse sobre o Sudoeste de Angola, ou que pudesse servir para o seu enquadramento geográfico, geológico, histórico, arqueológico e etnológico, com vista a um eventual projecto de trabalho que se venha a realizar nessa área¹.

Esta recolha acabou por extravasar o FSJ/CMTM², tendo-se alargado e actualizado com outras referências, incluindo alguma bibliografia mais recente.

1 Aproveito aqui para agradecer todas as facilidades que me têm sido concedidas nesta pesquisa pela responsável da Biblioteca, Dr.ª Helena Pontes, pela arquivista Dr.ª Maria João Moita, Dr.ª Paula Salema, e todos os funcionários da Biblioteca.

2 FSJ/CMTM: Fundo Santos Júnior do Centro de Memória da Torre de Moncorvo.

1. Curoca, Namibe – o espaço e algumas interrogações

Mais uma vez, razões afectivas determinaram a minha curiosidade sobre a zona do Curoca (Fig. 003-007), vasta região que deve nome a um rio seco, descrito por exploradores do século XIX, como “*torrencial, intermitente, impetuoso nas grandes cheias, cujas origens estão nas vertentes da Chela*” (Capelo & Ivens 1998: 101). De facto, a torrente corre apenas um mês, mais, ou menos, por ano, conforme as enxurradas ou as secas no interior. Com cerca de 400 km quilómetros de extensão, nos últimos 90 km o seu leito faz a separação entre o deserto arenoso dunar (tipo *erg*) do lado da margem esquerda e o deserto semi-árido, de solo detrítico mais consistente (tipo *reg*), para além da margem direita. A sua bacia encaixa-se na do Cunene³, formando com este uma espécie de mesopotâmia desértica (Namibe), sobretudo ao aproximarem-se da costa, a qual, pelas suas condições extremas, ao menos nos últimos milhares de anos, configura um espaço interessante para se estudar uma série de questões, como p. ex.: como é que o Homem se adaptou a este meio tão hostil e se integrou neste



Fig. 004 – “Rio” Curoca e hipsometria do SW de Angola. Fonte: Topographic map of Angola. Created with GMT from public domain GLOBE data, 21.06.2007.



Fig. 003 – Localização da área do Curoca no mapa de Angola. Fonte: United Nations, Cartographic Section, map 2727.

ecossistema? – pressão do meio e/ou de outros grupos humanos? suas estratégias de subsistência? – O que pressupõe, antes de mais, a grande questão de quando surgiu aqui o Homem? E, antes dele, quando surgiu o próprio deserto⁴, considerado um dos mais antigos do mundo? Ou como funcionou a orogenia de base e, conseqüentemente, como se formaram as redes de drenagem, quer do Curoca, quer do Cunene (que terá capturado alguns afluentes do primeiro)? E ainda os fenómenos eustáticos costeiros, além dos ciclos climatológicos, com maior ou menor pluviosidade (apesar da remota aridez que determinou o deserto), como condicionante dos recursos naturais essenciais à subsistência humana (e eventualmente homínida).

Não se está completamente em branco no que toca à resposta (ou tentativa de) a algumas destas questões, como se verá pela bibliografia recenseada no ponto seguinte.

2. Breve recolha bibliográfica e notas correspondentes

Descontando algumas recolhas anteriores, o FSJ/CMTM foi o ponto de partida da pesquisa bibliográfica, a qual não se ficou por aqui e está longe de se esgotar⁵. Para o efeito é

3 Ver Feio (1970).

4 Ver Torquato (1970a, 1970b, 1974); Fúlvaro e Torquato 1975.

5 Na nossa bibliografia (no final) anotaremos entre [...] o que se encontra disponível no FSJ/CMTM, com indicação da respectiva cota.



Fig. 005 – Orla Sedimentar costeira do SW de Angola, segundo Neto (compil.), *Curso Geol. Ultram.* 1970.

essencial a consulta da preciosa base de dados bibliográfica organizada pela Fundação Portugal-África, desenvolvida e disponibilizada *on-line* pela Universidade de Aveiro e pelo Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento, desde 1997, onde se referencia o localização de muitas obras e artigos de difícil acesso.

2.1. Investigação geológica, geomorfológica e outra

Principiando pelo conhecimento da base geológica e geomorfológica, conclui-se, pela bibliografia compulsada no FSJ/CMTM, que desde cedo se efectuaram estudos de índole geológica e sedimentar em toda a orla costeira angolana, sendo de destacar a dissertação de Soares de Carvalho (FCUP) sobre a *Geologia do Deserto de Moçâmedes* (Carvalho, 1961), onde refere trabalhos anteriores, desde P. Choffat, no último quartel do séc. XIX, a F. Mouta e H. O'Donnell, nos anos 20 do séc. XX, autores da *Carte Geologique de l'Angola* (Mouta e O'Donnell, 1933) e ainda outros que depois estudaram a orla sedimentar de Moçâmedes (Namibe). Posterior ao profundo estudo de S. de Carvalho, regista-se ainda um artigo sobre a geologia do Curoca, de J. Ávila Martins (1965/66). Outro trabalho relevante para o estudo do meio físico é a



Fig. 006 – Deserto do Namibe e bacia do Curoca, vistos em imagem-satélite, base: BingMaps.

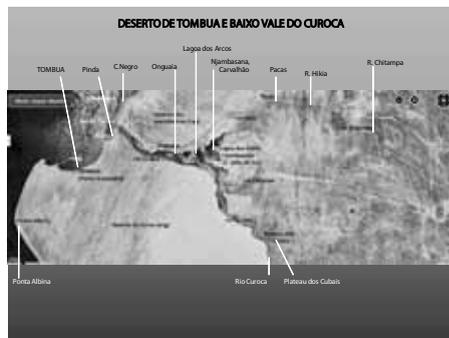


Fig. 007 – Deserto do Namibe, destacando-se o sistema dunar da margem esquerda do “rio” e a zona da lagoa de Njambasana, vistos em imagem-satélite, base: BingMaps.

Carta Geral dos Solos de Angola elaborada pela Missão de Pedologia de Angola (1963), cuja carta e notícia explicativa, ilustrada (incluindo aguarelas de paisagens do deserto). Uma versão da carta da orla costeira, actualizada em 1964, é publicada no manual do “Curso de Geologia do Ultramar”, vol. II (AA.VV., 1970)⁶. (**Fig. 005**) Ainda no que toca à geomorfo-

⁶ É possível que no FSJ/CMTM existam muitos mais artigos de interesse sobre esta e outras matérias, incluídos nas dezenas de Memórias da Junta de Investigações do Ultramar que possui, não tendo sido ainda possível verificar todos os índices.

logia da região considerada, destacamos, entre outros, o interessante estudo de Mariano Feio sobre a bacia do Cunene e sua interação com a do Curoca, publicado na *Finisterra* (Feio 1970). A geologia e tectónica do SW do Namibe, bem como a formação do deserto, foi objecto de estudo do geólogo brasileiro J. Raúl Torquato (Torquato 1970, 1974, 1975), o qual situa a formação do *erg* no limite plio-pleistocénico (ca. de 1,8 M.a.), aquando da primeira redistribuição de areias do Kalahari⁷. (Fig. 006 e 007). No que toca à geologia e ciências da terra em geral, é provável que existam outros trabalhos, inclusive mais recentes, para além do FSJ/CMTM, que até à data ainda não foi possível registar.

No que respeita a outras áreas do conhecimento, é de salientar que uma das primeiras missões científicas a esta região, teve por objectivo a botânica⁸. Tratou-se da expedição realizada em 1859 pelo eminente investigador austríaco Friedrich Welwitsch (1806-1872)⁹ que identificou e estudou a enigmática planta que receberia o seu nome (*Welwitschia mirabilis*)¹⁰, por ele chamada *Tumboa*¹¹. Já no século XX, um outro botânico, o Prof. Luís W. Carrisso (1886-1937), numa missão académica realizada em 1937, viria a falecer em pleno deserto do Namibe¹². Nesta fase não procedemos ainda à recolha bibliográfica sobre a flora e a fauna terrestre e marinha (fóssil e actual), sendo este um aspecto que reputamos da maior importância por se correlacionar com o povoamento humano, quer na linha costeira, quer no interior desértico e sub-desértico.

2.2. Investigação arqueológica; pré-história

No tocante a vestígios arqueológicos, pode-se considerar que a referência mais antiga que se conhece para o vale do Curoca se deve a Capelo e Ivens, aquando na exploração que fizeram em Março de 1884, ao longo do leito do rio, a montante da fazenda de S. Bento do Sul¹³. Algures aí encontraram vários “círculos de pedras, talvez sepulturas, dispostas à feição de *cromlechs*”, nas proximidades de uma garganta¹⁴, onde, dizem que: “*sem embargo de muitas escavações, não encontrámos despojos, e isto nos levou a crer que, se para tal fim ali foram colocadas, era circundando o cadáver que as aves e as feras devoraram, se não ao lado que o depunham, segundo o nascente ou poente, como já no Senegal se encontrou*” (Capelo e Ivens, 1886: 103). Devia tratar-se de “quebra-ventos”¹⁵, “fundos de cabana” ou “habitações”¹⁶ estruturadas com lajes, que Clark (1973: 186, leg. fot. 36-39) associa à LSA (Late Stone Age) e a grupos de caçadores-recolectores e pescadores contemporâneos,

7 Ver também Fúlfaro e Torquato (1975: 85).

8 A 1.ª missão de um naturalista a terras do Cabo Negro e Cunene parece ter sido a do brasileiro José Joaquim da Silva, discípulo de Vandelli, em 1785 (Vieira, 2006, II: 44 sendo de estranhar que não tenha registado a *Welwitschia mirabilis*).

9 A missão de F. Welwitsch ao deserto do Namibe decorreu no âmbito do seu estudo botânico de Angola, entre 1853 e 1860, com apoio do governo português, tendo percorrido os antigos distritos de Luanda, Cuanza Norte, Malanje, Benguela, Moçâmedes (Namibe) e Huila – cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich_Welwitsch.

10 De “*ntumbo*”, que na língua autóctone designava o líquido que transuda do tronco da planta (Torres, 1950: 303). Sobre o trabalho de F. Welwitsch, vd. Hiern e Rendle, 1896-1901.

11 De onde derivou “Tombua”, nova denominação da cidade de Porto Alexandre, após a independência.

12 No início dos anos 1970, lembro-me de ter visto o memorial assinalando o local da morte de L. Carrisso, algures no deserto do Namibe.

13 Talvez uns 90 km para montante.

14 Talvez entre 16°16'40"-S/12°20'29"E (limite da areia da m. esq.) e 16°17'53"-S/12°23'21"E, onde o leito do rio parece estrangular-se numa garganta – observação e coordenadas tiradas através do GoogleEarth em janeiro de 2014, depois de releitura do diário de R. Ivens, in Martins (1951-1952). A localização próxima do paralelo 17.º proposta por Ervedosa (1980: 163) não pode ser aceite porque o Curoca inflecte para Este aproximadamente no paralelo 16°18'.

15 Na designação de Clark 1973: 180, leg. fot. 36-39.

16 Na designação de Ervedosa 1980: 163, est. XLVI-XLIX.



Fig. 008 – Complexo de Arte Rupestre do Tchitundo Hulo, com localização dos núcleos conhecidos até aos trabalhos de Santos Júnior, anos 1970. Base: Google-Earth.

nevoeiro”, chamados owambundos (sic) pelos bantos (Rodrigues, 2010: 184-185, 190-191). Só muito tempo depois de Capelo e Ivens, a partir dos anos 50 do século XX, outro tipo de vestígios, na orla da bacia do Curoca, captaria o interesse dos investigadores: a arte rupestre do Tchitundo-Hulo (**Fig. 008**) Coube a Camarate-França (1953) o primeiro artigo sobre as gravuras, logo seguido de Baumann (1954), que registou também pinturas, e até o célebre abade Breuil subscreveu com António Almeida, um artigo sobre esta estação, além de outras duas, Txipopilo-Camuciuo e Brútuei, esta na bacia do Curoca (Breuil e Almeida, 1962). Posteriormente, Santos Júnior (**Fig. 009**) e C. Ervedosa estudaram, respectivamente, as gravuras do Tchitundo-Hulo Molume (Santos Júnior 1974) e as pinturas do Tchitundo-Hulo Mucai (Ervedosa 1974). Ervedosa (1980: 303-330) faz a revisão da bibliografia sobre este local, descreve-o e contextualiza-o na arte rupestre angolana e africana, com os dados conhecidos à época. Quanto à datação da ocupação do local, se

nomeadamente bosquímanos do Kalahari. Por seu lado, Ervedosa (1980: 163), seguindo M. Cruz (1967), atribui estas estruturas aos Ovakuambundo, povo não banto, talvez antepassados ou aparentados dos Kwissi. Adriano Vasco Rodrigues que também reconheceu e fotografou algumas dessas estruturas mencionadas por Cruz (1967) no deserto próximo da Baía dos Tigres (Morro Vermelho, Morro da Pedra, Damba Vermelha, Damba Branca), chama-lhes “casas”, associa-as a concheiros e atribui-as aos “strandloopers”, “homens do



Fig. 009 – Santos Júnior fotografando as gravuras do Tchitundo-hulo Molume – foto do FSJ/CMTM, cedida pela Biblioteca Municipal de T. Moncorvo.



Fig. 010 – Abrigo com pinturas do Tchitundo-hulo Mucai (Opelewa), estudado por Ervedosa em 1972 – foto do FSJ/CMTM, cedida pela Biblioteca Municipal de T. Moncorvo.

Camarate-França, a partir de achados líticos, aventou uma cronologia do paleolítico médio (mustiero-clactonense, mustieróide) a um proto-Smithfield (LSA), no que foi seguido por Santos Júnior, que igualmente refere os achados microlíticos de Ervedosa no Tchitundo Hulo Molume, associados a outros característicos do Wiltoniano (mesolítico sul-africano). Quanto a este último local, Ervedosa (1980: 326) considera dois momentos: um mais antigo, com espólio característico da cultura Wilton, com uma datação de C14 de 2596 +/-53 BP, e um outro mais recente,



Fig. 011 – Carta do Paleolítico de Angola (Acheulense) e M.S.A. (35.000-15.000 b.P), segundo Ervedosa (1980), adaptando Clark (1966).

Apesar de difícil detecção conhecem-se alguns achados de artefactos líticos no sudoeste de Angola, desde jazidas mais a norte da província do Namibe, grutas da Leba, na zona da Huíla, e para além do Cunene, materiais que se distribuem das eras mais recuadas (olduense) até às indústrias microlíticas da LSA (Idade da Pedra Tardia/mesolítico). Ervedosa (1980) apresenta uma sistematização das recolhas e estudos realizados até à data da independência, em que o Sudoeste se salienta (**Fig. 011**). Se, por um lado, é fundamental ter presente todo este enquadramento crono-tipológico e respectivos contextos, interessa sobretudo, para o caso vertente, o conjunto de sítios conhecidos na bacia do Curoca e orla do deserto, na medida em que poderão ajudar a compreender as estratégias e redes de ocupação em momentos diferentes, desde o remoto paleolítico inferior (olduense) até à LSA (mesolítico regional) e passagem para a Idade do Ferro africana (chegada dos Bantos e, posteriormente, dos europeus).

Esses achados devem-se sobretudo às missões geológicas realizadas nos anos 1950-60, sendo, no entanto, de destacar, ainda nos anos 40, a descoberta de crânios de macaco fossilizados e de outra fauna pleistocénica em fendas e cavidades calcárias do plateau da Humpata (Arambourg e Mouta, 1955) o que, relacionado com indústrias olduenses localizadas num depósito marinho da Ponta do Giraúl (Namibe), levou a pensar num possível foco de antropogénese nesta região, hipótese a que Miguel Ramos (1932-1991) põe algumas reservas (Ramos 1982, 1982: 45). A identificação do Tchitundo-Hulo e a prospecção em seu redor permitiu novas recolhas líticas, desde Camarate França (1953) às escavações de Santos Júnior e C. Ervedosa (1974). Entretanto, nos anos 1960-70, o labor de M. Ramos, arqueólogo¹⁹ do ICT, com várias campanhas de prospecção entre Capangombe e o deserto de Namibe até Porto Alexandre (Tombua), permitiu-lhe traçar um quadro da presença humana (e homínida) no sudoeste angolano, preenchendo lacunas crono-espaciais, com referência a uma

relacionado com os Cuissi¹⁷ contemporâneos, que associa à cultura da Damaralândia da Namíbia. Mais recentemente M. Gutierrez (2009) reviu os trabalhos anteriores e acrescentou novas estações rupestres na província do Namibe (região do Caraculo)¹⁸, além de obter mais uma data C14, de 1980+/-100 BP (Tchitundo-Hulo Opeleva), o que de certo modo confirma a datação de Ervedosa. Com uma metodologia actualizada e um domínio das problemáticas da arte rupestre a nível mundial, este Professor da Sorbonne tem sido, para além disso, o grande obreiro da renovação da arqueologia angolana, sobretudo a sul de Benguela até ao Namibe.

¹⁷ “Kwissi”, na actual ortografia angolana.

¹⁸ Durante este Colóquio de Arqueologia da África Subariana dedicado a Angola (7-8.02.2013), tomámos conhecimento, através da comunicação do Dr. Benjamin Fernandes (Depart. Cultural do Namibe), da grande quantidade de novos locais com arte rupestre descobertos no Namibe nos últimos anos.

¹⁹ Sobre o labor deste notável arqueólogo, hoje infelizmente bastante esquecido, ver o artigo “in memoriam” de M. Conceição Rodrigues (1992).

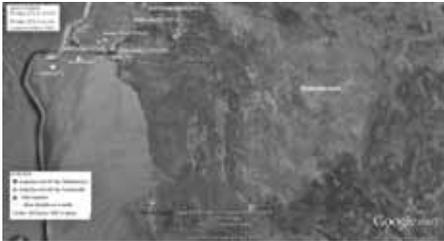


Fig. 012 – Localização hipotética de alguns sítios pré-históricos do deserto do Namibe/Curoca, com base em Ramos (1982).

série de estações que documentam praticamente os principais estádios tecno-culturais do paleolítico africano (Ramos, 1982). Respigando apenas os sítios que se aproximam mais da região em apreço, por ordem crono-tipológica progressiva, temos instrumentos líticos do Acheulense final (entre 50 000 e 40 000 anos), fácies Stellenbosch, nas seguintes estações: proximidade da estrada Namibe-Tombua ao km 39, Carvalhão-3 e Arco-2 (as duas últimas na imediação da lagoa do Curoca, Njambasana); dois sítios nas proximidades de Porto Alexandre (Tombua), ou seja, além da margem esquerda do Curoca. Do mesmo período, mas do fácies Fauresmith, mais três sítios: um na proximidade do km 49 da estrada entre Namibe-Tombua, outro no desvio para o Arco do Carvalhão/Onguaia (supõe-se que perto da estrada) e outro também próximo da estrada, no sítio outrora conhecido como “Mão do Octávio” (próximo de antiga casa de cantoneiros)²⁰. Do período da Idade Média da Pedra africana (MSA), refere Ervedosa (1980: 111) um ponto em S. João do Sul (Njambasana). Para o período seguinte, o LSA (Later Stone Age), correspondente ao Mesolítico africano, assinala o mesmo autor (Ervedosa, 1980: 150, 157-163) o Tchitundo Hulo, em cujas escavações recolheu espólio lítico que agrupou em duas fases distintas: uma do Wiltoniano (com micrólitos), datado por C14 em cerca de 2596+/-53, e outra que associa à cultura da Damaralândia da Namíbia, com espólio associado a objectos de origem europeia (após séc. XV). Os utilizadores do local, nessa última fase, seriam os Cuíssis (Kwisi), população pré-banta empurrada para o deserto pelos bantos.

2.3. O olhar exterior: relatos dos primeiros europeus. História, Etno (logia/grafia); estudos, monografias

Se se considerar a História como o período posterior à escrita, podemos afirmar que a região tratada apenas entra na História com a colocação do padrão do cabo Negro, por Diogo Cão, em 16.01.1486²¹ (Fig. 013) e o registo nos primeiros mapas (Fig. 014 e 015), em que se apresenta o cabo sob o nome de Monte Negro²². Todavia, durante os séculos seguintes até à colonização efectiva, nos meados do séc. XIX, os relatos quer de geografia física, quer humana, por parte dos europeus, sobretudo portugueses, são



Fig. 013 – Padrão colocado por Diogo Cão no C. Negro, desde 1892 na Sociedade de Geografia de Lisboa. No local foi então colocada uma réplica.

²⁰ Infelizmente não foi ainda possível localizar a cartografia de base das estações que M. Ramos (1982) refere neste artigo, talvez no arquivo no IICT, bem como os materiais correspondentes. Na Fig. 012 tentei uma localização aproximada, sobre imagem satélite do Google Earth, com base na informação de Ramos (1982), memória toponímica e de dados do terreno.

²¹ Este padrão encontra-se na Sociedade de Geografia de Lisboa, para onde foi levado em 1892, tendo sido colocada réplica no local, a qual parece ter sido destruída após a independência.

²² Cf. legenda do *Insularium* de Martellus: “ad usque montem qui vocatur niger...” (Peres, 1960: 273).



Fig. 014 – Monte Negro ou Cabo Negro entra na História-Mundi – referência em legenda do Planisfério de Henricus Martellus, 1489-90 (British Library / Beinecke Rare Book).



Fig. 015 – Excerto do portulano de Cantino, 1502, com localização do C. Negro.

ainda escassos e episódicos, pelo que podemos considerar todo esse período como uma espécie de “proto-história”.

No final do ano seguinte (1487) volta esta costa a ser visitada, desta feita por Bartolomeu Dias, na famosa viagem da dobragem do Cabo da Boa Esperança.

A primeira referência a estas terras, deve-se, contudo, a Duarte Pacheco Pereira (ca. 1455/60-1526/34), em que descreve o cabo Negro como um “*monte que está sobre ho mar e nam he muito alto, e por que a terra d’arredor he de muita area elle tem um mato*

baixo, rraso, que faz hua mostra mays preta que toda ha outra terra, por isso lhe poseram nome Monte Negro; e esta costa é quasi deserta e de muito pouca povoraçam”²³. Localiza-o erroneamente nos 15°20’S, quando está nos 15°40’. Como também são exageradas as oito léguas (40 km) que vão do C. Negro à grande “angra” (baía) “*que se chama angra das Aldeas*” assim chamada “*por que no tempo que Diego Caão descobriu esta costa por mandado d’el rei Dom Joham que Deos tem, achou dentro desta angra duas grandes aldeas*”. Acrescenta que “*os negros desta terra sam jente pobre que se nam mantem nem vivem senam de pescaria, que aquy há muita*”²⁴. Porque alguns autores, como Estermann (1960, I: 63), por vezes se equivocaram na identificação destes topónimos, importa relevar que, aparte alguns erros de cálculo de latitude e distâncias, não nos parece haver dúbidas que a Angra das Aldeias equivale à actual Tombua, e Manga das Areias a Baía dos Tigres, considerando a légua e meia (7,5 km) que diz ter a primeira restinga (actualmente 5,24 km) e as duas léguas de embocadura da segunda (actualmente 10,39 km)²⁵. Sobre a Manga das Areias diz que “*esta terra he deserta e nenhum arvoredado tem, por que tudo he area; e*

dentro desta mangua há muita pescaria, e em certos tempos do anno veem aqui do certão alguns negros a pescar, os quais fazem casas com costas de baleas cubertas com seba do mar [algas?] e em cima lançam area e aly passam sua triste vida”²⁶. Explica ainda que se trata de uma costa “*trabalhosa de navegar*”, pelo que as naus da carreira da Índia se afastavam dela. Isto, aliado à aridez e improdutividade da terra, decerto motivaram o desinteresse dos europeus por estas paragens, o que terá permitido aos habitantes locais manterem intocados os seus modos de vida ancestrais ainda por muito tempo. Mesmo assim é indiscutível que houve contactos, talvez por intermediação e com origem noutros pontos

23 Cf. Pereira, 1975 [1905]: 136-139 – *Esmeraldo de situ orbis*, obra não datada, mas do 1.º quartel do séc. XVI.

24 Op. cit.: 136, 25.

25 Efectuámos as medições com recurso à aplicação do Google Earth em janeiro de 2013.

26 Op. cit.: 136, 35.

da costa, uma vez que se se descobriam missangas europeias nos níveis mais recentes da sondagem arqueológica que Ervedosa fez no Tchitundo-Hulo Molume, que atribuiu aos Kuissi (Ervedosa 1974; idem 1980).

No século XVII, segundo A. Cardonega (1623-1690), os holandeses tiveram uma feitoria no Pinda, que abandonaram em 1648, após a tomada de Luanda por Salvador Correia de Sá (Cardonega, 1942: II, 478-481). O mesmo autor informa que, nos anos 1660, “foi um homem prático a descobrir a costa [de Angola], por nome Joseph Rosa, para ver se achava noticia da boca de rio, que entrasse para as de Cuama²⁷”, o qual, passando além do Cabo Negro, resolveu “trazer gentio daquela paragem que se não entendia nada do que falava; e a falla como de estralo, gente como selvagem, que bem o demonstravam assim em comerem carne e peixe, e milho cru, e por acenos só se entendia deles alguma couza, os quais se mandaram pôr outra vez em suas terras, à custa de quem os trouxe” (Cardonega, 1942: III). Esta passagem é transcrita e comentada por Estermann (1960: 64) que evidencia a referência à linguagem de estalos característica dos Khoisan, embora se não refira a pigmentação mais clara e amarelada desse indivíduos, pelo que depreende serem negros, e que resultariam de uma miscigenação entre grupos Khoisan e “Vambundyu” [*sic* - Ovakwambundo ou Kuissi]. Em 1770, segundo Estermann (1960: 65), foi o sertanejo João Pilarte da Silva incumbido de uma missão “às praysas dos Macorocas²⁸”, para resgate de eventuais sobreviventes de um naufrágio. Deles apenas encontrou vagos indícios, concluindo serem estrangeiros, o que, somado à belicosidade dos indígenas, que o atacaram, o levou a pensar que foram mortos e comidos por estes (Garcia, 1968). No entanto, o mais importante do relatório de Pilarte da Silva é a descrição que faz do vale do Curoca e dos seus habitantes, que afirma serem “muito bravos”, usando arcos e flechas de menor dimensão que as dos outros povos. Chegou a uma lagoa muito grande e funda, de um lado do rio, que não pode ser outra senão a dos Arcos ou de S. João do Sul (onde actualmente fica Njambasana), onde havia bastante peixe e “em que os negros fazem suas pescarias para comer” ainda que não usassem jangadas ou outro meio de flutuação. Diz ainda que os habitats se disseminavam pelas margens do rio e lagoa, em pequenos grupos de três, quatro ou cinco cabanas e, num caso excepcional, quinze. Os homens usavam uma pequena tanga de coiro de boi, enquanto mulheres e crianças andavam nus. Falavam “por estalos, e se entendem por asenos [*sic*]”. Além do peixe, comiam carne de caça, e, como vegetais, os “olhos dos caniços”. Não praticavam a agricultura e bebiam leite das vacas que possuíam, muito poucas, pequenas e magras, com grandes caudas (“rabos que arastam no chão”). O explorador informa que não levou nenhum exemplar destas vacas por achar que não aguentariam a viagem. Menos contemplação tiveram com duas mulheres, que, diz, morreram de bexigas durante a marcha de regresso... Sendo certo que Estermann afirma que a designação de “Curocas” (Mucorocas, ou Macorocas no relato de Pilarte) “é mais geográfico que étnico” (1969, I: 61), não deixa de identificar estes povos com os Cwepes (Kwepes, autodenominados Kwa/tse – pl., ou Kwakwa), resultantes de uma miscigenação entre o grupo Khoisan e os Vambundyu (Ovakwambundo ou Kwisi). É interessante notar que os Curocas de 1770, segundo Pilarte da Silva, viviam em pequenos grupos, tal como os “San” (bosquímanos, nesta região conhecidos por Mukwankalas), ao invés das “grandes aldeias” costeiras dos fins do séc. XV que, segundo Duarte Pacheco Pereira, Diogo Cão avistou na angra que assim nomeou “das aldeias”. Seriam esses habi-

27 Nome que os portugueses davam ao Zambeze.

28 Esta parece ser a primeira referência escrita aos Mucorocas, ainda que o prefixo “Mu” (homem, pessoa) apareça grafado “Ma”.

tats costeiros, de “Kwissis da beira mar” que entretanto se teriam cruzado com Khoisan, originando Kwepes, como sugere Estermann (1960: I, 61-69), durante o lapso de tempo que mediou até ao séc. XVIII?²⁹

Em 1785, década e meia depois da viagem de Pilarte da Silva, o capitão-general de Angola Barão de Moçâmedes, em face das ambições de outras potências europeias, determina a realização de uma missão de exploração ao sul de Benguela até ao Cunene, sob comando do tenente-coronel Eng.º Luís Cândido Pinheiro Furtado (1750-1822), com meios navais (uma fragata, com escaler e lancha) e apoio militar terrestre. A expedição terrestre foi chefiada por Gregório José Mendes, comerciante de Benguela e sargento-mor de ordenanças (Vieira, 2006, II: 42), que também elaborou um relatório da sua viagem, apenas até à Angra do Negro, agora denominada “Moçâmedes” em honra do promotor político da iniciativa. Quanto a Pinheiro Furtado, avançou até ao Cabo Negro, tendo-o impressionado a desolação da costa: “a própria imagem do mesmo

horror e da mesma inutilidade, pois faltava água e nada vegetava nem vivia, à excepção de alguns pássaros marinhos” (cit. in Torres, 1950: 41)³⁰. Não se refere particularmente aos habitantes do Curoca, mas num mapa que produziu, datado de 1786, seguido de um outro, de 1790 (mais tarde gravado em Paris em 1825³¹), assinala o nome de vários povos, do sudoeste de Angola, entre os quais, de norte para sul, os “Mucurocas”, erroneamente localizados muito a norte do “novo porto de Moçâmedes”, os “Mucoanhocas”, a norte do rio Bero, os “Cobais”, a sul deste rio, e, na margem direita de um rio que só pode ser o Curoca (desagua junto do cabo Negro), localiza o “povo dos Mucumbundos” (pl. Ovakwambundo) descritos como “povos bárbaros de vida nómada e pastoral”³², seguidos pelos “Mucuixes” (Kwissis) mais a sul, após a faixa litoral de “terras desertas e selvagens”, a zona dunar a sul da baía dos Tigres, curiosamente aí designada e representada como ilha, abaixo dos 18°S, ou seja, na zona da actual Namíbia. A foz do Cunene não aparece representada, aparentando o seu traçado confundir-se com o Curoca, com grande inflexão SE/NW. Daqui se retira que, nos finais do séc. XVIII, todos esses povos estavam em presença e aparentemente individualizados. Aliás, logo na ordem expedida pelo barão de Moçâmedes em 20.05.1785 se determina, no art.º 17.º: “deixará [o comandante A. José da Costa] este paiz dos Vagabundos [sic – ovakwambundos], Moquandos [Mukwandos] ou Moquixes [Mukwissis]...” (Vieira, 2006, Anexos, doc. 14).



Fig. 016 – Retratos de “Curocas”, segundo Estermann (1960, I).

29 Já na fase de revisão deste texto, tivemos conhecimento de um projecto na área da antropológia (biologia molecular) precisamente sobre os povos da bacia do Curoca, coordenado pelo Prof. Doutor Jorge Rocha, e que integra o CIBIO-UP, ISCED e CE.DO. No dia 3.12.2013 teve lugar na FLUP uma conferência promovida pelo CEAUP, em que o Prof. J. Rocha apresentou resultados preliminares do seu trabalho. Esta é uma via de pesquisa fundamental para se superar o “impressionismo” e alguma subjectividade dos antropólogos culturais.

30 Não tendo sido possível aceder ao relatório de P. Furtado, cita-se a partir de M. J. Mendonça Torres (1950).

31 *Carta geográfica da costa ocidental da Africa, compreendida entre 5.º e 19.º de Lat. Mostrando parte do Congo e reinos de Angola e Benguela*, in *Bol. da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 7.ª série, 7, 1887.

32 Esta referência à “vida pastoral” dos Mucumbundos deve tratar-se de um erro de generalização, pois que a tradição oral dos povos vizinhos, posteriormente recolhida, os dá sempre como nómadas “muito atrasados”, comendo alimentos crus, nomeadamente peixe.

Complementando este mapa, ou partindo dele, surge em 1809 um outro³³, com base no relato da viagem do naturalista português nascido no Brasil, Joaquim José da Silva (f. 1810). Este integrou uma expedição comandada por António José da Costa a terras do Cabo Negro e Cunene, no seguimento da expedição de Pinheiro Furtado, ordenada pelo barão de Moçâmedes (Vieira, 2006, Anexos). O seu mapa é também muito imperfeito e cheio de erros geográficos, designando o Curoca como rio das Trombas, e voltando a colocar os Mucorocas a norte do Bero (!); os Muquambundos são localizados na margem direita do Curoca, assim como os Cubaes a montante deles, com os Mucoanhocas mais a sul, depois de uma acentuada curva do rio, perto de um suposto percurso do Cunene (a tracejado).

Talvez em resultado destas expedições, cresce o desejo de colonização das terras a sul de Benguela. Diz Ralph Delgado (1940) que, em consequência do naufrágio da corveta *Leoa*, se criou, em 1804, a *província do cabo Negro*, sendo nomeado regente, pelo governador de Benguela, o tenente Tomás Nicolau de Bomfim, que para lá seguiu em 1805. No ano seguinte é chamado de novo a Benguela com objectivo de “*informar o estado dessa terra, devendo trazer consigo o souva [sic – soba] ou macotas [representantes] em ar de visita ao governador, para com eles tornar a voltar e continuar no seu comando*”. Entretanto, o posto militar (talvez no Pinda), seria rendido por um alferes graduado com oito soldados (Delgado, 1940: 49). Aparentemente o estabelecimento do cabo Negro teve curta duração, assim como as tentativas de colonização a sul de Benguela, mau grado uma feitoria intentada em 1839 pelo jovem empreendedor António Joaquim Guimarães Júnior (f. 1887) na baía de Moçâmedes (Guimarães Jr., 1842), no seguimento da expedição do capitão-tenente Pedro Alexandrino da Cunha, a qual integrou.

A viagem exploratória de Pedro Alexandrino ocorre por determinação do ministro do ultramar Marquês de Sá da Bandeira (Torres, 1959: 73-82, 95-98), face ao interesse de potências europeias sobre territórios do norte e sul de Angola³⁴, devendo proceder-se ao reconhecimento costeiro com vista ao estabelecimento de um presidio e ocupação efectiva.

A expedição de 1839 segue o modelo da de Pinheiro Furtado de 1785, também com partida de Benguela e articulação entre meios navais (uma corveta) e uma força terrestre, esta comandada pelo tenente de artilharia João Francisco Garcia. O comandante, Pedro Alexandrino, seguiu por mar, navegando sempre contra a corrente de Benguela e ventos contrários, tendo avançado primeiro para as costas do cabo Negro, Pinda e Baía dos Tigres, detendo-se depois em Moçâmedes mais demoradamente. Quanto à parte que aqui interessa, há a referir a estadia, durante 21 dias, no porto de Pinda, pouco a sul do cabo Negro e da foz do Curoca, que considerou um bom ancoradouro e onde recomendou a construção de uma feitoria. Anotou que aí o litoral é um deserto de areia, sem água potável, a qual só existe a 5 milhas para o interior, numas lagoas associadas a um rio que só corre no tempo das chuvas e onde constou haver uma aldeia chamada Curoca. Sabendo desta povoação mais para interior, António Joaquim Guimarães Júnior, já atrás referido, propôs-se visitá-la, o que constituía um risco, pelo que o comandante se limitou a conceder-lhe apenas uma escolta de dois elementos da guarnição e um intérprete, todos negros. Desta visita resultou uma descrição muito rica de informação, como salientou M. Viegas Guerreiro que a explorou

33 Com legenda num medalhão circular: *Mapa da derrota do naturalista Joseph da Silva da cidade de Benguella às praias do cabo Negro, onde achou o real padrão aqui desenhado cahido por terra, levantou e fixou com as próprias mãos... etc.*, in Simon, 1983. Esta viagem decorreu entre 9.08.1785 e 18.05.1787, com partida de Benguela e regresso à mesma cidade.

34 Poucos anos antes o francês Jean Baptiste Douville publicara em Paris um livro descrevendo uma viagem que fizera em 1827 a estas paragens, tendo proposto ao governo do seu país a criação de um presidio nesta zona.



Fig. 017 – Retratos de “Curocas” ca. 1884, segundo E. Van Muyden in Capelo & Ivens (1886).

num excelente artigo sobre Onguaia (Guerreiro, 1971). Supomos que a área observada se situaria ente o Onguaia e a lagoa dos Arcos, onde Guimarães Jr. viu “*um extensíssimo vale, tudo cultivado de milho maiz, feijão, abóboras e uma espécie de milho miúdo*”, talvez massambala, além de grande quantidade de arbustos e um enorme palmar. Informa ainda o visitante que os habitantes se chamavam “Mucorocas” em atenção ao local que habitavam. Considera-os de nação mucubal, talvez por possuírem bastante gado, vacum e ovelhum, apesar de caçarem e pescarem (na lagoa). Apreciavam as missangas de cor branca, azul e preta, facas e objectos em ferro, facas e pedaços (arcos?) para pontas de flechas e zagaia, enxadas, etc., assim como tecidos.

Como notou V. Guerreiro (1971: 91) estamos em presença já “*de uma população sedentária, ciosa de arcos de ferro para enxadas, praticando uma agricultura variada; em suma,*

uma população agrícola-pastoril”, em contraste com os Mucorocas que Pilarte da Silva encontrou setenta anos antes, onde não registou vestígios de agricultura.

O relatório de Pedro Alexandrino da Cunha converge com a descrição de Guimarães Jr., apenas diferindo na classificação étnica, referindo os Mucorocas como “colónia de Mondombes”, enquanto o segundo os diz de “nação mucubal”. Quanto a isto, diz-nos Ruy Duarte de Carvalho (2000: 43-44) que a partir desta altura se considerava indiscriminadamente “mondombes” todos os povos agro-pastoris com alguma (suposta) semelhança com os do Dombe, a sul de Benguela, do mesmo modo que depois se abusará da expressão de “mucubal” para todos os povos pastoris.

Ainda quanto à mutação que parece haver no Curoca na passagem do séc. XVIII para XIX, pode ter contribuído, a par de outras observações, para a ideia explanada também por Ruy de Carvalho, sobre este período: “*Há de facto em curso, na altura, um processo histórico muito evidente, alterações profundas nas sociedades em presença, não só com a intervenção directa europeia (...) mas também com estas últimas expressões, talvez, de processos migratórios decorrentes de dinâmicas bem mais remotas e que transportaram as culturas pastoris do leste africano até estas paragens e ao momento crítico de um embate que, também no decurso do séc. XIX, há-de dar-se mais abaixo, na actual Namíbia, com outra cultura pastoril, proveniente esta do sul, a dos chamados Hotentotes*” (Carvalho, 2000: 45). Aqui o antropólogo reporta-se já a um outro quadro de instabilidade regional, posterior à segunda metade do séc. XIX. Na verdade, o quase imobilismo secular ou, quiçá, milenar, destas franjas periféricas desérticas, onde se confinavam os “proscritos”, os “das pedras”, os “vagabundos do litoral”, “os ladrões do nevoeiro” (traduzindo as designações pejorativas dos vencedores relativamente a vencidos que, muitas vezes, na solidariedade dos desafortunados se entrelaçam e se aliam, ou, minimamente aceites na magnanimidade dos vencedores, acabam por ser “integrados” até



Fig. 018 – Arqueologia e História do período colonial.

à fusão e completo desaparecimento, como aconteceu com os Kwepes³⁵, ou quase, como os Kwissi), viria a conhecer uma outra aceleração da História mais radical e a uma escala mais globalizadora: a chegada dos “brancos”. Também os portugueses, pressionados pelos seus “outros”, tanto a nível de impérios europeus mais fortes, primeiro no trato escravagista e depois na busca das matérias-primas do industrialismo, e ainda circunstancialmente pressionados por episódios de ressentimento

anti-colonial no novo Brasil independente, tudo isto os conduziu a uma espécie de corrida a este “*far west*” sul-angolano. Primeiro, o presídio e fortaleza de Moçâmedes, que era o fulcro da viagem de Pedro Alexandrino da Cunha; depois o desembarque dos colonos vindos de Pernambuco em 1849. A este movimento de base agrícola, procurando explorar as “*promised lands*” dos vales de rios do deserto, juntou-se a voragem do “*el dorado*” piscícola, que fez acorrer modestos pescadores algarvios, em viagens longuíssimas e arriscadas, em frágeis caíques à vela, na demanda dos mares do sul de Angola. O Estado acompanhou o processo: em 1854 dois navios de guerra, sob comando do major António Norberto Rudzki, fundearam no Pinda, com encargo de formar aqui nova colónia, ao abrigo de instalações militares (Rudzki, 1866), que terão sido erguidas no alto do barranco que domina a enseada³⁶. Junto da instalação militar o civil Manuel Joaquim de Sousa Monteiro cria um estabelecimento comercial; uma granja agrícola desenvolve-se também aí, na margem esquerda do rio, próximo da sua foz. Em 1860, alguns pescadores algarvios resolvem estabelecer-se na antiga Angra das Aldeias, agora denominada Porto Alexandre, seguindo a legenda de um mapa inglês de ca. de 1835³⁷. Em 1862 outros algarvios de Olhão, chefiados por Cruz Rolão, chegam a bordo de um caíque com o expressivo nome de “Flor de Maio”, a lembrar o mítico “May Flower”. Estes primeiros colonos parece terem sobrevivido aí, nos primeiros tempos, do mesmo modo que os primitivos habitantes da Angra das Aldeias: construindo abrigos com ossadas de baleia (Moreira, 1967). Consta mesmo que os ovakuambundos, quiçá descendentes desses pescadores-recolectores da costa, teriam auxiliado os europeus nas fainas do mar e, não custa a crer, na sua sobrevivência quotidiana (Cruz, 1967, cit. in Ervedosa, 1980: 165-166). Falecido Cruz Rolão, a sua viúva foi eleita regedora pela comunidade piscatória. Dela ficou a lenda de uma mulher enérgica que, entre outros feitos, não hesitou em encontrar-se com os chefes hotentotes que ameaçavam a região (guerras do “*Kambari kongolo*”), numa conferência que se realizou na zona da lagoa do Arco do Carvalhão (actualmente Njambasana), onde já existiam algumas fazendas.

Como refere M. J. Mendonça Torres (1950: 337, 486), por volta de 1859 existiam no Curoca três propriedades, de que eram possuidores João Duarte de Almeida (1822-1898)³⁸,

35 Por volta de 1971 havia no Onguaia (Baixo Curoca) apenas 3 Kwepes “puros” (três velhos e uma mulher), segundo V. Guerreiro (1971: 98); além destes mais 4 nascidos de Kwepes puros com Kimbares e 6 com sangue Kwepe, mas predominância Kimbar.

36 Participou também nesta missão o capitão de fragata João Máximo da Silva Rodovalho.

37 O seu autor parece ter sido o capitão James Edward Alexander (1803-1885) que por essa altura efectuou um levantamento da costa da África meridional, incluindo das colónias portuguesas, com devida autorização de Lisboa.

38 Cecílio Moreira (1967), cit. por Viegas Guerreiro (1971: 94), diz que a ocupação branca do Curoca só se deu em 1861, com a fazenda de S. João do Sul, de João Duarte de Almeida. Talvez estivesse já registada antes de se começar a efectivar a sua construção e granjeio.



Fig. 019 – Ruínas de S. Bento do Sul, fazenda do séc. XIX, parcialmente cobertas pelas areias do deserto. Segundo informação oral, no início dos anos 1960 já se encontrava em ruínas.

Agostinho Dias Quintas e a tribo Caroca [sic]. Não deixa de ser curiosa esta menção de posse da terra por parte dos “indígenas”, a par dos colonos³⁹. Em 1871 chegaram a existir doze propriedades, mas, a partir daí dá-se um retrocesso, em parte devido à queda do preço do algodão e, por outro, a proibição da aguardente de cana em 1911 (Guerreiro, 1971: 94). No entanto, em 1884, uma importante fazenda aí se encontrava pujante: a de S. Bento do Sul (junto à Camilunga), pertencente a um abastado comerciante de Moçâmedes, Serafim Simões P. Figueiredo. Encontrava-se nela a trabalhar, directamente, o seu irmão Emídio, um jovem que sonhava derivar para o Curoca as águas do Cunene, segundo

Capelo e Ivens (1998), que aí se instalaram na primeira tentativa (falhada) de travessia do continente a partir do Curoca⁴⁰. Esta fazenda estava já em ruínas em 1962, dela se reconhecendo ainda hoje os vestígios semi-enterrados na areia periférica da *bajada* (espécie de delta) que o Curoca aí forma antes de alagar para a lagoa dos Arcos⁴¹.

Em 1892 só já havia cinco fazendas no Curoca. As que restavam em 1971 (S. João do Sul, Camilunga e Pinda), limitavam-se a fornecer víveres e gado para abate à cidade de Porto Alexandre. Para o transporte de hortaliças entre as fazendas e o centro piscatório foram levados burros para o Curoca, mas como os cascos destes animais se enterravam na areia, além de resistirem mal à sede, chegaram a ser substituídos por dromedários importados do norte de África. Com a construção do troço da estrada entre o Pinda e Porto Alexandre (Tombua), e o desenvolvimento dos transportes rodoviários depois dos anos 40 no séc. XX, os burros eram utilizados apenas pelos Kimbares⁴² do Curoca, para locomoção e transporte de géneros, enquanto os dromedários foram desaparecendo⁴³.

Para o amanhã dessas fazendas e trabalho nas pescarias, foram inicialmente mobilizadas populações do norte, mais ou menos aculturadas, ou completando aqui o seu processo de aculturação – os chamados Kimbares. Como diz Ruy de Carvalho, Kimbar não é propriamente uma etnia, mas antes uma categoria sociológica (Carvalho 2000: 18). Sobre a sua presença e miscigenação com os Curocas do baixo curso deste rio, além de outros aspectos históricos, antropológicos e sociológicos nos últimos tempos do “colonialismo”, é fundamental o artigo de M. Viegas Guerreiro sobre a *Vida humana no deserto do Namibe: Ongaia*

39 Para esta questão do relacionamento entre “arimos” e fazendas, ver Freudenthal 2005.

40 Como se sabe, devido a várias dificuldades, H. Capelo e R. Ivens retrocederam a Moçâmedes e daí tomaram o caminho da Huíla, por onde seguiram na viagem à contracosta (1884-85).

41 Vê-se, pelas ruínas observadas através do Google Earth, que possuía um edifício imponente, com várias instalações periféricas (armazéns?, casas dos serviçais?). Havia um forno de cozer pão, desmontado nos inícios dos anos 1960 e reconstruído em S. João do Sul, sendo os tijolos levados em burros (inf. oral de Maria Olimpia Campos, 77 a., que aí viveu entre 1962-1965).

42 Populações deslocadas do norte para as fazendas e centros urbanos do sul, instalados pelos europeus sobretudo na 2.ª metade do século XIX; com o abandono de algumas dessas fazendas nos inícios do séc. XX, são esses africanos que aí se entregam à agricultura, nomeadamente nos *arimbos* do rio Curoca, possuindo também algum gado, e que, casando com mulheres locais, se tornam nos “novos” Curocas.

43 Havia ainda um no jardim zoológico de Porto Alexandre, nos inícios dos anos 1970.



Fig. 020 – Distribuição dos grupos étnicos do SW de Angola, segundo Estermann (1960).

(Guerreiro, 1971)⁴⁴. Também de interesse para o Baixo Curoca, refira-se dois estudos de Carlos Lopes Cardoso: *Do uso da 'cegonha' no distrito de Moçâmedes* (1963), e o *Olumbali do distrito de Moçâmedes, Achegas para o seu estudo* (1966). Este último é um interessante estudo etnolinguístico comparativo do dialecto dos Mbális (Ovimbali, ou Kimbares) e do dos Mbundos (falantes de Kimbundu e Umbundu).

Não cabendo aqui desenvolver mais os aspectos antropológicos e etnográficos dos povos da região, embora cientes de que tal se afigura fundamental para um estudo arqueológico, refiram-se apenas alguns títulos genéricos de maior relevância, existentes no FSJ/CMTM, e com interesse para um enquadramento geral de algumas questões que aqui viemos tratando: de C. Estermann, *Etnografia do SW de Angola* (3 vols. 1960-61) e a compilação dos seus artigos editada por Geraledes Pereira e M. Viegas Guerreiro, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Lisboa, 1983. Sobre os “bosquímanos”, existem os

volumes de Isaac Schapera, *The Khoisan Peoples of South Africa* (1930) e de Viegas Guerreiro, *Bochimanen !Khu de Angola* (1968). Ainda sobre este tema, embora omissos no FSJ/CMTM por ser obra posterior à morte de Santos Jr., há a considerar a compilação (póstuma) de artigos de António de Almeida, *Os bosquímanos de Angola* (1994), com fotos e referências várias aos Curocas e Cuepes.

No que toca a monografias mais de carácter histórico, há a destacar, de Manuel Júlio de Mendonça Torres, *O distrito de Moçâmedes* (1950), de que existe apenas o 1.º volume no FSJ/CMTM. Não constando deste fundo, mas essenciais para os aspectos históricos da região em apreço, ver também: Alfredo de Albuquerque Felner, *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola* (1940) e as pequenas monografias de Cecilio Moreira, *Entre as dunas e o mar. Porto Alexandre da sua história, da terra e das gentes* (1967) e Carlos Alberto Garcia, *Moçâmedes, a cidade que o homem arrancou ao deserto* (1968).

A título de curiosidade, embora tratando-se de abordagens literárias, reveladoras do crescente interesse que esta região tem despertado, não só em Angola mas também em Portugal, refiram-se os romances de Helena Leote⁴⁵, *Kazumbi, o feitiço do Namibe* (2008), algo memorialístico e versando os últimos tempos da presença colonial, e de João Pedro



Fig. 021 – Distribuição dos grupos étnicos do SW de Angola, segundo Redinha (1962).

44 Aí encontrei depoimentos e fotografias de pessoas que conheci na minha infância, como Rogério Rita e Augusto Chimuco. No Onguaia vi e puxei pela primeira vez água através de uma “cegonha”, igual às que vim a encontrar (e utilizar) nas hortas trasmontanas. Também aí andei pela primeira vez de burro.

45 A autora é natural de Freixo de Espada à Cinta (1961), mas viveu a infância em Porto Alexandre (Tombua).

Marques⁴⁶, *Uma fazenda em África* (2012), sobre o período da colonização “pernambucana” de Moçâmedes (Namibe).

3. Considerações finais

Se o território é um palco onde se movem os grupos humanos, pressionados pelos mais variados factores, como interagiram aqui, numa ultraperiferia desértica, as diversas populações, desde as mais remotas eras? Assimilação ou exclusão? Restos de uma Humanidade perdida, não sendo “strandloopers” ou “bosquímanos da costa”⁴⁷, ou os seus parentes “San” ou “Khoisan”, “Mukwankalas”, cuja designação forânea de “povo do caranguejo” parece denunciar

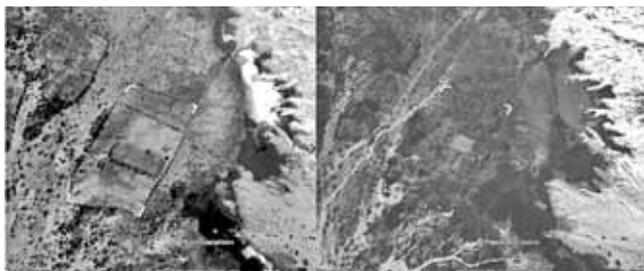


Fig. 022 – Fazenda de S. João do Sul (Njambasana, próximo da sede do CE.DO) – evolução da paisagem percebida através de imagens satélite: em 2004 (esquerda) e 2013 (direita). Base: Google Earth.

uma dieta marisqueira, ou um modo de vida errante como os caranguejos da praia, quem seriam estes homens empurrados para as areias do litoral, ou nelas completando o seu ciclo alimentar segundo remotos modos de vida, os quais Diogo Cão ainda avistou no séc. XV? Restos de populações “mesolíticas” (wiltonia-

nas), descendendo do “homem de Boskop” e de “Florisbad”, “bosquímanos negros”? quais as origens desses “Muquixes” (Kwisi), comedores de alimentos e peixe cru que a maré cuspiam nas praias, ou dos Muquambundos ou vaquambundos (que aos portugueses soaria como “vagabundos”), que figuram nos velhos mapas do século XVIII?

Estas questões não se esgotam no (des)conhecimento das populações costeiras. Para o interior andam povos bantos, hereros, os cubais, com seus gados, os que não comiam peixe, dominando a parte aproveitável do Curoca. Pelo mar, e depois também por terra, chega o colonizador branco.

O Curoca e a sua periferia é, sem dúvida, um espaço de excelência para se estudarem todas essas interacções, pelo que, com satisfação soubemos da existência, objectivos e trabalho do CE.DO (Centro de Estudos do Deserto), sedado no terreno, em Njambasana, tendo em vista desenvolver este conhecimento.

Como modesto contributo, e partindo do trabalho realizado por outros investigadores para o sudoeste de Angola, aqui se procurou efectuar um breve levantamento bibliográfico, quicá desactualizado por novas investigações, beneficiando em grande medida da biblioteca de um antropólogo e arqueólogo que trabalhou em África (FSJ/CMTM). Juntaram-se umas quantas notas de leitura e umas tantas interrogações, tendo em vista um esquema de trabalho de longa diacronia, com objectivo de se compreender o devir histórico na região considerada, numa abordagem moderna, pós colonial, e procurando a revalorização

⁴⁶ O autor, n. em Lisboa (1949), tendo sido investigador do IICT.

⁴⁷ “Shore bushman”, na expressão de G. W. Stow, 1905, cit. por Guerreiro (1968: 19).

das identidades e estudo das raízes, face a uma globalização que, certamente aqui como noutra parte do mundo, é algo que se impõe de forma por demais avassaladora.

Junta-se em anexo um hipotético esquema de trabalho para uma eventual actualização da carta arqueológica da área do Curoca, além da bibliografia referenciada, e algumas imagens. Estamos cientes que um trabalho desta natureza só pode ser proficientemente desenvolvido por quem esteja no terreno e, naturalmente, com o empenho e autorização das autoridades angolanas, além do devido enquadramento institucional de entidades académicas, institutos de pesquisa, laboratórios especializados, e uma equipa pluridisciplinar. Pode ser uma utopia (ou uma ousadia), um sonho, talvez. Mas aqui fica a proposta, para quem se interessar.

Anexo 1

Esquema de trabalho para uma actualização da Carta Arqueológica e Histórica da área do Curoca – Alguns tópicos:

A – Pré-história: do Acheulense à L.S.A. (Late Stone Age)

- 1 – Vale do Curoca. Tomar como eixo de pesquisa o vale do Curoca, com especial incidência na zona da lagoa dos Arcos/Onguáia (barrancos e cavidades de encosto), embora alargando-se às mulolas e dambas da região envolvente.
- 2 – Orla costeira. Procurar detectar eventuais concheiros na zona do “erg”.

B – Período histórico

Considerar também estruturas do período colonial:

- 1 – Na zona do vale do Curoca: ruínas de fazendas abandonadas, por exemplo. S. Bento do Sul. Considerar as possibilidades de uma análise de “arqueologia espacial”, tendo em conta os padrões de ocupação dos terrenos (agricultura e pastorícia), verificável por Google Earth na envolvente da lagoa dos Arcos – os “african fractals” de Ron Eglash, referido por Cristina Salvador (2009: 10).
- 2 – Na orla costeira: “arqueologia industrial” (antigos faróis, p. ex. na baía de Tõmbua, Ponta Albina, Ponta da Marca, na ilha dos Tigres; fábricas abandonadas, construções relevantes, anteriores da 1950; esqueletos de navios abandonados; etc.).

Fontes e outros instrumentos de pesquisa

- a) Cartográficas. Desde os portulanos do séc. XV-XVI, mapas dos séculos XVII-XIX, e levantamentos cartográficos efectuados ao longo do séc. XX (atentara na evolução do recorte da costa, toponímia e indicação da distribuição dos povos autóctones).
- b) Fotografia aérea e imagens-satélite.
- c) Fontes manuscritas. Procurar no Arquivo Histórico de Angola, Torre do Tombo (Lisboa), arquivos particulares.
- d) Bibliografia. Base de dados (iniciada pelo autor, a partir de alguns títulos do FSJ/CMMT), incluindo “on line”, com destaque para a base “Memórias Africa e Ásia”, disponibilizada pela Universidade de Aveiro. Quanto à bibliografia, distinguir:

- i – Geral (p. ex., obras como Cardonega, Ralph Delgado, Capelo & Ivens, etc.;
 - ii – Específica – artigos e monografias, p. ex: Geologia, Pré-história, /Arqueologia/Arte rupestre, Antropologia/Etnologia, História, Literatura (mas por vezes com informações úteis).
- e) Iconografia/imagens/fotografia:
- i – desenhos e gravuras (p. ex. rostos de Curocas, na obra de Capelo & Ivens; forte Pinda, por Rudzki – a localizar; etc.);
 - ii – fotografias/postais (há muitas em “sites”, blogues, grupos do Facebook).
- f) Toponímia e fontes orais (lendas, tradições, informação sobre lugares sagrados ou sobre achados fortuitos) – o eficiente aproveitamento deste tipo de fontes pressupõe o conhecimento das línguas autóctones; além disso, esta abordagem remete já para o nível seguinte de trabalho, o do trabalho de campo, o que só pode ser feito por quem está e conhece o terreno (por exemplo o CE.DO, para mais dispendo de antropólogos, começando pelo seu responsável, Professor Samuel Aço).
- g) Cultura material:
- i – arqueológica (procurar no IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, p. ex. o espólio recolhido pelo arqueólogo Miguel Ramos);
 - ii – etnográfica (em colecções públicas e privadas (em Namibe, Tombua, no CE.DO, em Museus – Huíla? Em Portugal?).
- h) Elementos patrimoniais imóveis, por ex.: abrigos naturais, com eventual enchiamento arqueológico, ou manifestações de “arte rupestre”; construções mais ou menos antigas, incluindo vestígios de construções do período colonial: ruínas de fazendas, fábricas abandonadas, casas de cantoneiros, faróis costeiros, já referidos.

Trabalho de campo

- 1 – Após a recolha, tratamento, análise e estudo das fontes anteriormente referidas (conhecimento da bibliografia, cartografia, etc) assim como das tipologias de materiais da Arqueologia e Antropologia física e cultural, a nível da África meridional em geral e especificamente do SW de Angola, além das problemáticas e linhas teóricas de abordagem, deverá ser estruturado o projecto de investigação de campo
- 2 – Estratégia de abordagem do terreno, para efeito de registo sistemático:
 - a) Sistema ortogonal, conforme as folhas da carta geográfica (esc. 1:100 000 ou menor), mediante meridianos e paralelos, com registo por quadrícula, segundo teoria dos conjuntos, distinguindo achados isolados, habitats ou outros sítios culturalmente significativos; actualmente, é fundamental também o recurso à cartografia digital e posicionamento automático por GPS;
 - b) Seccionar o vale em troços hidrográficos, como unidades de prospecção e recolha, tomando os afluentes principais (e sub-afluentes) – neste caso dambas e mulolas.
- 3 – Metodologia de prospecção. Fieldwalking, a dois níveis:
 - a) Mais imediato, pelos sítios de potencial interesse, detectados por fotografia aérea ou imagens-satélite, e seguindo uma estratégia de amostragem ao longo de toda a rede hidrográfica (malha larga);

- b) Mais sistemático, com equipas de prospectores ao longo das margens, em batida a pé, em linhas ou a pente (um trabalho que, na área em apreço, daria para várias gerações, o que será impraticável na actualidade, pelo que só é recomendável em sítios onde se detectem vestígios mais significativos e importantes).

Algumas abreviaturas usadas no texto

Ca. – cerca de

CEAUP – Centro de Estudos Africanos

FCUP – Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

FSJ/CMTM – Fundo Santos Júnior/Centro de Memória de Torre de Moncorvo

IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical

LSA – Late Stone Age (Idade da Pedra tardia ou final), aprox. entre 1000 a.C. ao séc. I da era cristã

MSA – Middle Stone Age (Idade Média da Pedra), aprox. entre 40 000 a 20 000 a.C.

M.a. – Milhões de anos

Referências bibliográficas

- AA.VV.(1970), *Curso de Geologia do Ultramar. Realizado na Faculdade de Ciências de Lisboa*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Almeida, António de (1994), *Os bosquímanos de Angola*. (Compilação de artigos vários, coord. por Maria Cristina Neto *et al.*), Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território /Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia / Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Arambourg, C. e Mouta, F. (1955), Les grottes et fentes à ossement au sud de l'Angola, in Balout, L., *Actes du Congrès Pan-Africain de Pré-histoire*, II Session, Algiers, 1952, Paris.
- Baumann, H. (1954), *Vorläufiger bericht uber felsbilder-funde in Sud-Angola*. *Paideuma*, vol. 6, n.º 1.
- Breuil, Henri e Almeida (1964), “Das gravuras e das pinturas rupestres do deserto de Moçâmedes (Angola)”, *Estudos sobre a Pré-história do Ultramar Português*, vol. 2 – Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, n.º 50, 2.ª série, Lisboa: JIU [FSJ]/CMTM, n.º 6078].
- Capelo, Hermenegildo e Ivens, Roberto (1998), *De Angola à contra-costa*. Mem Martins: Europa-América, vol. 1 [com fac-símile da 1.ª ed. Lisboa, 1886].
- Cardonega, António de Oliveira de (1940-1942), *História Geral das Guerras Angolanas*. 3 vols. [1680-1681]. Ed. revista e anotada por Manuel Alves da Cunha e José Matias Delgado. Lisboa: Agencia Geral das Colónias.
- Cardoso, Carlos Lopes (1963), *Do uso da 'cegonha' no distrito de Moçâmedes*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola [FSJ]/CMTM].
- _____ (1966), *Olumbali do distrito de Moçâmedes (Achegas para o seu estudo)*. Separata do *Boletim de Investig. Científica Angola*, vol. 3 (1), 1966. Luanda [FSJ]/CMTM, n.º 14934].

- Carvalho, G. Soares de (1961), *Geologia do deserto de Moçâmedes (Angola). Uma contribuição para o conhecimento dos problemas da orla sedimentar de Moçâmedes*. Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, n.º 26, Lisboa: JIU [FSJ]/CMTM, n.º 9073].
- Carvalho, Ruy Duarte de (2000), *Vou lá visitar pastores. Exploração epistolar de um percurso angolano em território Cuvale*. Livros Cotovia [1.ª ed. 1999].
- Clark, J. Desmond (1973), *A pré-história da África*. Lisboa: Verbo [orig. *The Prehistory of Africa*, Thames & Hudson, 1970, trad. port. de Virgílio Valadas].
- Cruz, Machado (1967), *O povo Ovakuambundo*. *Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola - vol. 4, n.º 2 (1967), pp. 67-88 (+ 8 p. de fot.)*.
- Delgado, Ralph (1940), *A famosa e histórica Benguela: catálogo dos governadores, 1779-1940*. Ed. Cosmos, 1940.
- Ervedosa, Calos (1974), *Arqueologia do Tchitundo-hulo Mulume. Moçâmedes, Angola*. Ed. Depart. de Biologia, Univ. de Luanda, sep. de Ciências Biológicas, vol. 1, n.º 3, Luanda: Universidade de Luanda [FSJ]/CMTM, n.º 13766].
- ____ (1980), *Arqueologia Angolana*. Lisboa: Edições 70, 1980, p. 426 [prefácio: 1978] [FSJ]/CMTM, n.º 13768].
- Estermann, Carlos (1960), *Etnografia do Sudoeste de Angola*. Vol. 1 - Memórias-série Antropológica e Etnológica, IV (1960 - 2.ª ed. corrigida; 1.ª ed.: 1957). Lisboa: JIU [FSJ]/CMTM] - obra completa: 3 vols. [FSJ]/CMTM, n.ºs 6116, 6117, 6058].
- ____ (1983), *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*. *Colectânea de artigos dispersos*. (Coligidos por Gerales Pereira; apresent. por Manuel Viegas Guerreiro), Lisboa: IICT [FSJ]/CMTM, n.º 6329].
- Feio, Mariano (1970), *O rio Cunene. Estudo geomorfológico. Finisterra. Centro de Estudos de Geografia*, vol. V, n.º 9, Lisboa, pp. 6-66.
- ____ (1981), *O relevo do Sudoeste de Angola. Estudo de geomorfologia*. Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa: JIU [FSJ]/CMTM, n.º 6092].
- Felner, Alfredo de Albuquerque (1940), *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola*. Lisboa: AGC.
- França, J. Camarate (1953), *As gravuras rupestres do Tchitundo-hulo (deserto de Moçâmedes)*. *Mensário Administrativo*, n.º 65/66, Luanda.
- Freudenthal, Aida (2005), *Arimos e fazendas. A transição agrária em Angola (1850-1880)*. Ed. Luanda: Chá de Caxinde (Colecção Raízes de Caxinde), Luanda.
- Fulfaro, Vicente José e Torquato, Joaquim Raul (1975), *Considerações sobre o cenozoico de Angola, África*. *Boletim IG - USP*, vol. 6 São Paulo, dezembro 1975, pp. 85-93.
- Garcia, Carlos Alberto (1968), *Moçâmedes - A cidade que o Homem arrancou ao deserto*. Luanda: CITA.
- Guerreiro, Manuel Viegas (1968), *Bochimanos !khu de Angola. Estudo etnográfico*. Instituto de Investigação Científica de Angola, Lisboa, 1968 [FSJ]/CMTM, n.º 8447].
- ____ (1971), *Vida humana no deserto do Namibe: Onguaia. Finisterra*, vol. VI, n.º 11, p. 84-123.
- Guimarães Junior, António Joaquim (1842), *Memória sobre a exploração da costa sul de Benguella, na África Ocidental, e fundação do primeiro estabelecimento comercial na bahia de Moçâmedes*. Lisboa.
- Gutierrez, Manuel (2009), *Art Rupestre en Angola. Province de Namibe*. Saint Maur des Fossés: Sepia.
- Hiern, W. P.; Rendle, A. B. et al. (1896-1901), *Catalogue of the african plants collected by Dr. Friedrich Welwitsch in 1853-61*. Londres: British Museum (Natural History), 2 vols.

- Martins, José Ávila (1965/1966), *Alguns aspectos geológicos do sudoeste de Angola, área do Curoca*. Lisboa: Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências, 1965-1966. p. 18; 24 cm + 1 mapa dobrado. Separata de: *Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências*, vol. 10 (2), 1965-66.
- Martins, F. A. Oliveira (1951-1952), *Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens*. Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 2 vols. - 1.º vol. - Documentos, 1951 ; 2.º vol., 1952-Diários, 1952 [FSJ/CMTM, n.º 15217 e 15216].
- Missão de pedologia de Angola (1963), *Carta geral dos solos de Angola. 3- Distrito de Moçâmedes*. Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, n.º 45 (2.ª série), Lisboa: JIU [FSJ/CMTM, n.º 6073]
- Moreira, Cecílio (1967), *Entre dunas e o mar, porto Alexandre da sua história, da terra e das gentes/Cecílio Moreira*. Luanda : Tip. Angolana.
- Mouta, F. Mouta e H. O'Donnell (1933), *Carte Géologique de l'Angola (1/2000000) - Notice explicative*. Ed. República Portuguesa, Ministério das Colónias, Colónia de Angola, 1933 (tem encartado um mapa geológico de Angola, a cores) [FSJ/CMTM, n.º 9204].
- Pereira, Duarte Pacheco (1975), *Esmeraldo de situ orbis*. (Reprodução anastática da edição crítica anotada por Augusto Epifânio da Silva Dias, Lisboa, 1905) Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Peres, Damião (1960), *História dos Descobrimentos Portugueses*. Coimbra. 2.ª ed. atualizada.
- Ramos, Miguel (1972), "Algumas descobertas recentes no sudoeste de Angola (nota prévia)". *Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola*, vol. IX, n.º 1 (1972), Luanda: ICT, pp. 95-101.
- ____ (1982), "Le Paléolithique du Sud-ouest de l'Angola - vue d'ensemble". *Leba, Estudos de Pré-história e Arqueologia*, n.º 5-1982, Lisboa: ICT-CPHA, pp. 43-52 [FSJ/CMTM, n.º 5242].
- Redinha, José (1962), *Distribuição étnica de Angola*. Ed. C.I.T.A. [FSJ/CMTM, n.º 10011].
- Rodrigues, Adriano Vasco (2010), *De Cabinda ao Namibe. Memórias de Angola*. Coimbra: Palimage.
- Rodrigues, Maria da Conceição (1992), *In Memoriam [Miguel Ramos]. O Arqueólogo Português*. Série IV, vol. 8/10, Lisboa, 1990-1992, pp. 10-15.
- Rudzki, Marcelino António Norberto (1866), *Notícia resumida da Bahia de Moçâmedes e Porto de Pinda, ao sul de Moçâmedes. Anais do Conselho Ultramarino - parte não oficial, série VII, anno 1866*, pp. 1-4.
- Salvador, Cristina (2009), *Diário do Deserto - Namibe, 2009*. Conferência realizada no âmbito da 4.ª ed. do prémio Fernando Távora, realizada em Matosinhos, 6.10.2009 - disponível on line: <http://arquitectos.pt/documentos/1320314835G3iTX8ec6Qc88LY9.pdf>.
- Santos Junior, J. R. (1974), *As gravuras rupestres do Tchitundo-hulo, Virei, Moçâmedes. Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correa*, n.º 26. Porto: Universidade do Porto [FSJ/CMTM, n.º 14081].
- Schapera, I. (1930), *The Khoisan peoples of South Africa. Bushmen and Hotentots*. London: George Routledge & Sons, Ltd. [FSJ/CMTM, n.º 8834].
- Simon, William Joel (1983), *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late eighteenth century*, Lisboa: ICT.

- Torquato, Joaquim Raul (1970a), *Nota prévia sobre a geologia da região do Morro Vermelho (Baía dos Tigres)*, *Rel. e Com. do Instituto de Investigação Científica de Angola*, vol. 6, Luanda : IICA, p. 49.
- ____ (1970b), *Origin and evolution of the Moçâmedes desert (Angola)*, *Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola*, vol.7, n.º 2 (1970). Luanda: IICA, pp. 29 e ss.
- ____ (1974), *Geologia do sudoeste de Moçâmedes e suas relações com a evolução tectónica de Angola*. Tese de doutoramento apresentada no Instituto de Geociências da USP, inédita.
- Torres, Manuel Júlio de Mendonça (1950), *O distrito de Moçâmedes, nas fases da origem e primeira organização (1485-1859)*. Lisboa: AGU [FSJ]/CMTM, n.º 7730].
- Vieira, Carla da Costa (2006), *Os portugueses e a travessia do continente africano: projectos e viagens (1755-1814)*. Tese de mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão (vol. 1: dissertação; vol. 2: Anexos), Lisboa: FLUL.





Problemáticas e trabalho de campo



Talvez a publicação mais importante sobre a pré-história angolana e sobre a região da Baía Farta sejam os dois volumes que J. D. Clark consagra ao Paleolítico do País (Clark, 1963). O autor assinala, entre outras informações, que na Baía Farta temos «um rico horizonte acheulense representando uma oficina de talhe e um sítio de habitat» (Gutierrez, 2001). A informação que será reproduzida no livro de C. Ervedosa sobre a arqueologia de Angola (Ervedosa, 1980). Como se pode constatar as informações disponíveis até os anos 1990 são relativas às peças líticas que são estudadas sem estratigrafia e sem relação com o contexto horizontal.

A pesquisa actual

As pesquisas conduzidas pela equipa Franco-Angolana constituída em torno do Museu Nacional de Arqueologia de Benguela e com a participação de pesquisadores franceses (Universidade de Paris 1 Panthéon Sorbonne e CNRS) são orientadas num sentido diferente. A primeira medida foi de integrar a escavação arqueológica fina (ou pré-histórica) como base do conhecimento do material arqueológico, o que significa que a recolha de superfície é abandonada.

A segunda medida foi de integrar a noção de etnologia pré-histórica nas finalidades da escavação, o que implica de abrir quadriculas de grandes dimensões para estudar os vestígios arqueológicos no seu contexto horizontal.

A partir destes dois princípios de base, procuramos verificar as informações relativas a oficina de talhe lítico e o sítio de habitat assinalados por J. D. Clark e C. Ervedosa. Os resultados são negativos mesmo se certas acumulações de líticos poderiam conduzir a imaginar uma oficina lítica, o sítio de habitat é simplesmente inexistente.

As primeiras escavações metodológicas vão ter lugar no terraço de 100 metros, no lado direito do rio Dungo e na parte orientada para o mar (Fig. 001). Nesta parte do terraço o nível de areia vermelha de superfície é menos elevado que no resto do terraço o que implica que as camadas arqueológicas são acessíveis com uma certa facilidade. Ao mesmo tempo o nível do conglomerado que está no fundo da sequência cronológica pode ser atingido sem ter um corte estratigráfico muito elevado. A primeira estação estudada foi Dungo IV (Fig. 002) com os métodos da escavação pré-histórica (pincéis e instrumentos de dentista) (Fig. 003) o que permite de ter um conhecimento pormenorizado de cada nível com o material arqueológico *in situ*.



Fig. 001 – Posição de Dungo IV, no cume do terraço.



Fig. 002 – Escavação arqueológica na estação Dungo IV.



Fig. 003 – Escavação fina no Dungo IV.

Os resultados no Dungo IV, são o estabelecimento de uma estratigrafia que mostra a existência de duas indústrias líticas bem diferenciadas no tempo. A mais antiga contém choppers e grandes lascas e encontra-se nos níveis do fundo, junto ou sobre o conglomerado e a mais recente encontra-se numa camada de areia grossa de cor vermelha e contém bifaces e lascas de pequenas dimensões. As vezes as lascas estão regroupadas em torno de uma rocha que talvez foi a cadeira do fabricante do objecto lítico (Fig. 004). Uma das particularidades do Dungo IV, é ter somente material lítico, a ausência de ossos por exemplo é notável. Foi assim que para verificar a existência ou a ausência do material osseo uma nova quadrícula foi aberta, com resultados similares (Fig. 005).



Fig. 004 – Conjunto de lascas, Dungo IV.



Fig. 005 – Aspecto das quadrículas M 10 e L 10, Dungo IV.

A procura do material ósseo foi assim orientada na região chamada paléo lago (Fig. 006) onde as condições topográficas ofereciam melhores condições para a conservação deste tipo de vestígios. E assim que foi descoberto e escavado um esqueleto em conexão anatómica parcial na estação denominada Dungo V (Fig. 007). O estudo do material osseo e do material lítico associado permitem de saber que se trata de uma baleia que foi objecto de rapinagem pelas populações paleolíticas regionais (Gutierrez *et alia.*, 2001). A cronologia relativa da estação de Dungo V e dos factos de rapinagem foi estabelecida a partir de medidas U/Th realizadas sobre uma concha de ostra. As medidas indicam uma idade de mais de 350 000 anos, mais o problema com as medidas U/Th é que o limite do método é também de 350 000 anos. De maneira que não sabemos se os factos são mais antigos que a idade da concha e de quantos anos mais antigos, trata-se então de uma cronologia relativa de *mais de*, sem poder precisar quantos anos mais antigos são os vestígios.



Fig. 006 – Aspecto do paleo lago.



Fig. 007 – Esqueleto da baleia I, Dungo V.

Estudos recentes sobre a cronologia de sedimentos do centro do Tchade elaborados pelo Centre Européen de Recherches et d'Enseignement des Géosciences de l'Environnement (CEREGE) de Aix-en-Provence (França) permitem de datar areias de superfície sobre a base da exposição dos sedimentos às actividades cosmicas. A aplicação em Angola dos métodos empregues pelo CEREGE no Tchade ofereciam a possibilidade de datar directamente objectos antrópicos em quartzo. Foi assim que quatro peças líticas de Dungo IV foram datadas (Fig. 008).

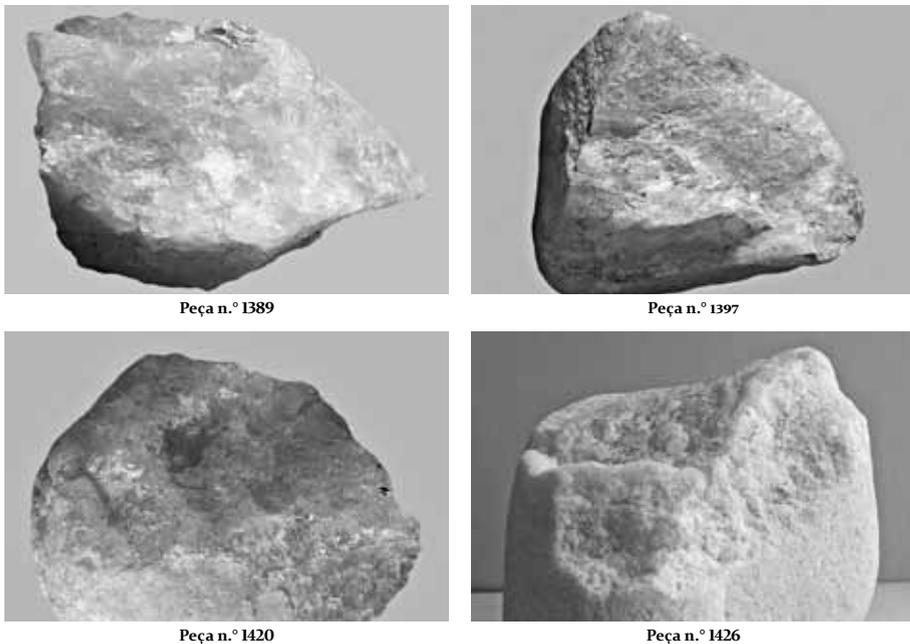


Fig. 008 – Quatro peças líticas de Dungo IV.

O método de datação é o método de enterramento, que mede a relação $^{26}\text{Al}/^{10}\text{Be}$, para determinar o tempo que os objetos em quartzo não estão submetidos a acção cosmica. Os resultados são muito interessantes (**Quadro 001**):

	Idade em milhões de anos	Al/Be
Peça n.º 1389	1,124	± 0,087
Peça n.º 1397	0,771	±0,083
Peça n.º 1420	2,014	±0,094
Peça n.º 1426	1,623	±0,108

Quadro 001: Datações de quatro líticos de Dungo IV em milhões de anos.

Do ponto de vista cronológico e como o quadro o mostra, o material é datado *grosso modo* entre 0,7 e 2,1 milhões de anos (Gutierrez *et alia.*, 2010) o que faz da indústria lítica de Dungo a mais antiga de Angola e da parte oeste da África.

Além da idade das estações paleolíticas de Dungo, estudos experimentais sobre o material lítico em quartzo foram realizados no quadro de uma tese de doutoramento na Universidade Paris 1 (Jesus, 2010). O estudo pretendia pôr em evidência a existência de marcas específicas de utilização sobre os líticos pré-históricos. O protocolo de estudo foi de fabricar objectos líticos experimentais e empregar os objectos para cortar carne, raspar ossos e vegetais, transportar os líticos, etc. e logo observar no microscópio o tipo de marcas que deixam as diferentes actividades. O passo a seguir é de comparar as marcas do material experimental com as marcas que aparecem no material lítico arqueológico e de propor as prováveis utilizações pré-históricas.

O estudo traceológico permite de constatar que, entre outros elementos, o corte de carne por exemplo deixa marcas de polido, de micro escamas e arredonda o gume. O corte de vegetais deixa também um arredondado, algumas estrias, um micro polido. Enquanto a raspagem da madeira, ela deixa um micro polido luminoso, algumas estrias e micro escamas (Jesus, 2010). O mais importante foi assim de constatar que a traceologia é aplicável ao estudo do material lítico em quartzo e que as marcas de utilização são discerníveis com um material de observação adaptado.

Do ponto de vista do material lítico de Dungo IV, se pode observar sobre as lascas arqueológicas um micropolido que é similar as marcas observadas no material experimental que foi utilizado no corte de carne. Outras marcas podem ser atribuídas ao trabalho sobre a madeira, mas também as marcas que são indeterminadas de maneira que não se pode avançar hipóteses sobre a utilização pré-histórica (*ibid.*).

O material arqueológico em quartzo das estações de Dungo pode assim ser submetido a estudos traceológicos com resultados positivos na condição de ser o resultado de escavações metódicas com os vestígios encontrados em níveis arqueológicos «protegidos» das intervenções que podem alterar o estado dos objectos.

Pesquisa e formação

A formação em arqueologia esta intimamente ligada com a prática de campo, é assim que durante os trabalhos de escavação se formão jovens que não tem ainda experiencia em arqueologia. A outra parte da formação se faz na Universidade, de Benguela e em Paris, e uma parte importante tem a forma de escola de campo.

Do ponto de vista universitário o ensino teórico em Benguela faz parte do curriculum de História onde os estudantes têm aulas específicas de Arqueologia. Na Universidade de Paris temos a formação específica em Arqueologia Africana com diplomas de Arqueólogo nos diferentes níveis universitários, da Licenciatura até ao Doutoramento.

Do ponto de vista prático a parte mais importante da formação se faz no quadro de uma escola de campo nas estações arqueológicas da Baía Farta: Dungo IV e Cachama¹, do Paleolítico inferior e do Neolítico final respectivamente (**Fig. 009 e 010**). A finalidade da

¹ A estação Cachama encontra-se na estrada que liga a vila da Baía Farta à Macaca, na parte inferior dos terraços que fazem parte do complexo arqueológico de Dungo (ver nosso artigo: La découverte d'une préhistoire. In *Archéologia* n.º 506, janvier 2013.

formação é a de familiarizar os estudantes com a escavação arqueológica, com os níveis estratigráficos, com o material arqueológico e sobre o valor histórico dos vestígios que não tem nenhuma relação com um valor comercial por exemplo. Ao mesmo tempo uma reflexão sobre o valor patrimonial das estações arqueológicas é discutida entre os estudantes e a equipa de formação. No campo a formação é permanente e cada dia antes de dar início a escavação, propriamente dita, uma palestra é apresentada por um membro da equipa e ao mesmo tempo também se explica as finalidades do trabalho do dia (Fig. 011).



Fig. 009 – Aspecto da Escola de Campo, Dungo IV.



Fig. 010 – Aspecto da Escola de Campo, Cachama.



Fig. 011 – Escola de Campo, palestra na estação Cachama.

O facto de ter duas estações arqueológicas diferentes de ponto de vista cronológico e do ponto de vista topográfico permite de treinar os estudantes a escavar duas realidades arqueológicas diferentes, com métodos adaptados a cada estação. A importância do ensino prático da disciplina é que se trata de um complemento indispensável da parte teórica que muitas vezes parece abstrata, enquanto que as técnicas de escavação, de relevo, de registo e de reconhecimento do material são muito mais complexas no campo que nas aulas teóricas. A prática da disciplina permite igualmente de detectar os potenciais candidatos para uma formação específica em Arqueologia, em níveis mais elevados na Universidade, e para preparar os futuros quadros angolanos que vão assumir a pesquisa arqueológica no futuro próximo.

Conclusões

As mudanças metodológicas introduzidas na pesquisa arqueológica pela equipa Franco-Angolana na região da Baía Farta, permitem de ter uma visão diferente da realidade pré-histórica regional.

Uns dos primeiros resultados foi de escavar com método as estações do Complexo Arqueológico do Dungo, o que permitiu de diferenciar duas indústrias líticas bem distintas: uma pre-acheulense com material lítico constituído principalmente de chopper e grandes lascas e uma outra mais recente, Achuelense, constituída por bifaces e lascas.

O estudo do material lítico e a constituição de uma série de referência em quartzo permite de ter acesso às informações relativas ao uso (provável) das peças líticas. O estudo mostra marcas de corte de carne e de madeira e outras marcas difíceis de identificar no material lítico. Do ponto de vista estratigráfico, a posição de cada indústria está bem determinada nas quadrículas de Dungo IV e sabemos que a mais antiga está em contacto com o conglomerado de base. A mais recente sobre as camadas superiores.

Do ponto de vista do conteúdo, as estações de Dungo IV e V apresentam vestígios diferentes: no Dungo IV é a indústria lítica que é o elemento mais importante, no Dungo V o esqueleto de uma baleia associado intimamente ao material lítico são os vestígios mais importantes. A associação dos líticos com o cetáceo indica a prática de rapinagem única na história da pré-história antiga.

A cronologia actual indica uma «fourchette de idade» entre 0,7 e 2,1 milhões de anos, é a mais antiga estação do paleolítico desta parte de África e também o testemunho mais antigo da prática de “charognage” de um mamífero marinho.

Em relação com a formação, temos resultados positivos com estudantes angolanos diplomados na Universidade de Paris 1 em Arqueologia, e uma prática importante nas estações da Baía Farta com a realização da Escola de Campo de Arqueologia. A escola de campo reúne os quadros do Museu Nacional de Arqueologia de Benguela, os pesquisadores franceses da Universidade de Paris 1 Panthéon Sorbonne e do CNRS com a finalidade de formar estudantes da Universidade Katiavala Bwila de Benguela assim como os jovens do MNAB.

Referências bibliográficas

- Clark, J. D. (1963), *Prehistoric cultures of northeast Angola and their significance in tropical Africa*, 2 vol. Ed. Serviços culturais Companhia de Diamantes de Angola. Lisbonne.
- Ervedosa, C. (1967), *A estação paleolítica da Baía Farta (Angola)*, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XX; fasc. 3-4. Porto: Universidade de Porto.
- ____ (1980), *Arqueologia Angolana*. Luanda: Ministério da Cultura
- Gutierrez, M. (2001), *La Préhistoire de l'Angola. Des précurseurs à aujourd'hui*. In *Afrique: Archéologie & Arts*. N-1. 2001: 16-29. Nanterre. France
- Gutierrez, M., Guérin C., Lena, M. & Jesus M.P. Da. (2001), *Exploitation d'un grand Cétacé au Paléolithique ancien: le site de Dungo V à Baía-Farta (Benguela, Angola)*. C.R.Ac. des Sc. Série II, 332, pp. 357-362. Elsevir, Paris.
- Gutierrez, M. et alia (2010). *Recherches archéologiques à Dungo (Angola). Un site de charognage de baleine de plus d'un million d'années*, in *Afrique Archéologie & Arts*. N- 6, pp. 25-47. Nanterre. France.
- Gutierrez, M., Karlin, C., Faucamberge, E., Benjamim, M.H., Gomez, P. (2013), *La découverte d'une préhistoire*, in *Archéologia*, n.º 506. Janvier 2013. Dijon.
- Jesus, Maria da P. (2010), *Recherches sur le Paléolithique inférieur de la bande côtière d'Angola. Etude comparative techno-typologique et tracéologique du matériel lithique des sites de Dungo IV, Dungo V et Dungo XII*. Thèse de doctorat à l'Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, sous la direction de M. Gutierrez.
- Neto, M. (1961), *As bacias sedimentares de Benguela e Moçamedes*. Boletim dos Serviços de Geologie e Minas, n.º 3, Luanda.



A investigação arqueológica no Ebo (Kwanza Sul, Angola)

Cristina Pombares Martins*

p. 65-74

Introdução

A investigação arqueológica em Angola remonta ao séc. XIX se tivermos em conta as primeiras publicações, mas à semelhança do que acontece com muitos outros países africanos, Angola é um exemplo bem elucidativo de um país em que a produção científica não reflecte a sua rica diversidade arqueológica, não obstante o esforço dos pesquisadores que procuram, pela cooperação com as entidades competentes, o desenvolvimento do conhecimento científico. Existe cada vez mais um maior número de investigadores e instituições a trabalhar para que aquele quadro comece a mudar.

Depois de terminada a guerra que devastou o país durante quase quarenta anos, Angola começa a reunir as condições necessárias ao seu desenvolvimento, afirmando-se como forte Nação não só em África, mas a nível mundial.

Angola foi colónia portuguesa até 1975, ano em que se torna independente. Até essa altura, a investigação arqueológica foi desenvolvida sobretudo por investigadores europeus. Nomes como José Redinha, Camarate França, Desmond Clark, Henri Breuil, António de Almeida, Santos Júnior, Carlos Ervedosa, Miguel Ramos e Oliveira Jorge marcaram a arqueologia do período colonial em Angola. Desde aquela época até hoje, têm mudado os métodos, as perspectivas e o campo de aplicação.

A partir de 1992, Manuel Gutierrez da Universidade de Paris 1 começa a desenvolver a sua pesquisa de Doutoramento no sul, na Província do Namibe, no complexo arqueológico do Tchitundohulo. Desde então, tem desenvolvido diversas actividades no país, inclusive uma escola de campo em Benguela, apresentando publicações diversas com os resultados que vai obtendo.

A partir de 2006 começamos a desenvolver a pesquisa sobre Arqueologia Angolana no âmbito do nosso Mestrado em “Arqueologia Pré-histórica e Arte Rupestre”, numa parceria entre o Instituto Politécnico de Tomar (IPT) e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), que culminou com a apresentação da tese “Arte Rupestre de Angola, um contributo para o seu estudo numa abordagem à arqueologia do território” (2008). Ainda neste trabalho foi delineado um projecto para uma região em particular – o Ebo (Martins, 2008), que apenas foi possível ter início já no âmbito do Doutoramento, naquela Universidade (UTAD). É essa investigação que apresentamos de seguida.

* Investigadora associada do Grupo “Quaternário e Pré-Histórica” do Centro de Geociências, (uID73 – Fundação para a Ciência e Tecnologia), Instituto Terra e Memória (Mação), Doutoranda em Quaternário, Materiais e Culturas (UTAD), Bolseira FCT (Projecto SFRH/BD/74567/2010).

A história da investigação no Ebo

Carlos Ervedosa e Santos Júnior desenvolveram vários trabalhos em conjunto, em Angola. O Ebo foi um dos locais que visitaram, fazendo sumárias anotações sobre os abrigos da Quingumba (o Cavundi Quizólo e o Quissanga Cuanga Quissanga), da Cumbira, do Caiombo e de Dalambiri (Ervedosa, 1980; Santos Júnior, 1974).

O Ebo é referenciado por Santos Júnior em poucas linhas no seu trabalho “Arte Rupestre de Angola” (1974), e de forma mais pormenorizada em algumas páginas da “Arqueologia Angolana” (1980) de Ervedosa. Este autor descreve resumidamente as pinturas dos abrigos visitados, indicando a existência de materiais de superfície (fragmentos de cerâmica, líticos e escórias de ferro). Não termina a descrição sem manifestar o desejo de voltar ao Ebo, reconhecendo que é uma zona que merece um estudo exaustivo. Esta visita aconteceu em 1972. Entretanto, a guerra forçou Ervedosa a vir para Portugal, impedindo-o de cumprir aquela vontade.

É ainda naquelas páginas escritas por Ervedosa que ficamos a saber que o Arquitecto Fernando Batalha, à época responsável pelos Monumentos em Angola, após ter conhecimento dos abrigos com pinturas do Ebo, decidiu fazer uma escavação num deles, no Abrigo de Dalambiri, em finais 1971/início de 1972. O espólio resultante dessa escavação terá ido para a fortaleza de Massangano, mas perdeu-se-lhe o rasto. Somando a isto o facto de Fernando Batalha nunca ter publicado algo sobre este trabalho, perdemos toda a informação que daí pudesse advir.

Sempre nos questionámos como é que uma região que dista menos de 500 km da capital Luanda ou de uma outra grande cidade como Benguela, que no dizer de Ervedosa apresenta um enorme potencial arqueológico, poderia nunca ter qualquer referência pormenorizada ou ser objecto de um estudo metódico? Esta dúvida gerou em nós a vontade de comprovar o que Ervedosa havia mencionado e dar continuidade à sua intenção. Assim nasceu o nosso projecto de investigação para o Ebo, que desde logo contou com o apoio do nosso orientador, Professor Doutor Luiz Oosterbeek, tornando-se ele próprio investigador responsável pelo “Projecto Ebo” (Projecto FCT: PTDC/HIS-ARQ/103187/2008).

Caracterização da região

O Ebo, um município com 2 520 Km² da Província do Kwanza Sul, em Angola, conta com mais de 132 mil habitantes. Esta região é uma penepalanície situada entre os 1 000m e os 1 500m de altitude, pontuada por enormes *inselbergs* graníticos, com anharas e manchas de floresta tropical aberta.

A localidade foi duramente afectada pela guerra. Aí aconteceu aquela que ficou conhecida como “Batalha do Ebo”, sendo considerada como uma das duas mais importantes batalhas para impedir a entrada em Luanda das tropas Sul-Africanas, antes da proclamação da independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975. Ainda hoje vestígios dessa batalha e de um monumento a ela consagrado permanecem junto ao *inselberg* “Pedra do Matato” (Fig. 001). Mesmo tendo atravessado momentos difíceis e muito estar por fazer em termos de recuperação ou criação de infra-estruturas que melhorem a qualidade de vida da população, no Ebo convive-se com o passado, não apenas com o passado recente, que marcou negativamente a população, mas com o passado mais remoto que recua à memória dos antepassados e o



Fig. 001 – O grande *inselberg* do Matato destacando-se na paisagem.

faz viver no presente, através da oralidade, de rituais, de crenças. Aqui a tradição oral continua a ter um peso muito importante; é assim que é transmitida a História às gerações mais novas. Dizem que no séc. XVII o rei Quixipo Kiandú, rei-caçador, veio em busca de terras, partindo de Malange, e nesta região se fixou.

A população do Ebo assume que fala Ngoya, um tronco linguístico do Quimbundo, falado pelo grupo Ambundo, incorporando muitos vocábulos do Umbundo, falado pelo grupo Ovimbundo, que alguns autores consideram como

falar Kibala-Ngoya (Angenot et al., 2011). No entanto, não é consensual entre os linguistas a designação dos termos utilizados. Certo, porém, é a grande diversidade linguística que aqui encontramos num espaço muito curto (por exemplo, em 10 km há diferentes dialectos). A principal actividade da população é a agricultura de subsistência, que os habitantes complementam com outras actividades como a pequena pecuária, a caça ou a pesca. As tarefas agrícolas são essencialmente realizadas por mulheres, sendo que aos homens apenas cabe o derrube das árvores, sempre que se justifique ampliar a área de cultivo.

Espalhados por toda esta província do Kwanza Sul, bem como numa região mais vasta que vai da Quibala ao Planalto da Huíla, encontramos peculiares túmulos em pedra. Estes túmulos são feitos sobre rocha e lá sepultados, hoje em dia, apenas os sobas (chefes das aldeias). Em cada túmulo há apenas um corpo depositado sentado, como no caso do Soba Grande, ou deitado em decúbito. As pessoas mais simples são sepultadas em campa rasa. Os túmulos que encontramos são na sua maioria circulares (Fig. 002), mas também existem alguns de forma rectangular. No caso dos circulares, existem alguns geminados e outros de cúpula com chapéu. Alguns apresentam ornamentações. Desconhece-se quando e como foram introduzidos na região.

No Centro do Ebo existe um edifício degradado e com sucessivas remodelações que alteraram parte da sua traça original, agora propriedade privada, em risco de ser ainda mais descaracterizado pois os actuais proprietários têm planos de começar obras no local sem acautelar o valor histórico e arquitectónico do edifício. Trata-se de uma edificação em alvenaria, de planta rectangular com pátio interior, em relação ao qual não há qualquer informação ou memória, mas cujo tipo de construção encontra paralelos, na antiga fortificação de Kambambe (1604) ou na “Fábrica do Ferro” de Nova Oeiras (1766), ambas no Kwanza Norte (Batalha, 2008).

As comunidades que vivem entre os princípios do Estado oficial e as regras ditadas pelas autoridades tradicionais, com prevalência destas últimas. Nesta região, as pequenas aldeias designadas por bairros são chefiadas por sobas. Cada bairro tem o seu soba a quem cabe ditar as regras e actuar aquando do seu incumprimento.

A própria forma como se estruturam as aldeias revela-se interessante – por entre caminhos de terra batida, há espaços de reunião da comunidade, espaços de trabalho (moer man-



Fig. 002 – Túmulo de Soba, nas proximidades do *inselberg* de Dalambiri.

to experienciado ao longo de gerações que desenvolveram estratégias de adaptação ao meio ambiente, utilizando recursos locais (Correia Guedes, 2011).

Nesta complexa paisagem encontramos ainda os abrigos com pinturas. Se Ervedosa referenciou cinco (Ervedosa, 1980), hoje temos indicação que existe mais de uma dezena. Embora o Ebo se traduza numa enorme riqueza paisagística, com rica biodiversidade vegetal e animal, de particular interesse para a linguística pelas variantes que apresenta ou fulcral para compreender a pré-história e a história da Região Centro-Oeste, em primeira instância, e de Angola, em geral, pelo vestígios arqueológicos e património histórico que possui, é difícil compreender que não exista qualquer tipo de estudo sobre esta região, dificultando o início da pesquisa.

A investigação arqueológica actual

No âmbito do doutoramento em “Quaternário, Materiais e Culturas” (UTAD), consideramos como hipótese de trabalho compreender a ocupação da região do Ebo a partir da arte rupestre, isto é, partindo do registo das pinturas, analisar todos os dados daí recorrentes - sobreposições, técnicas, tipologias das representações, pigmentos utilizados - e por correlação com os demais vestígios da cultura material da região, bem como estabelecendo paralelos com pinturas de outras regiões de



Fig. 003 – Produção de tijolos na aldeia de Dalambiri.

dioca para fuba, os campos de cultivo), espaços de habitação. As casas construídas com tijolos de adobe produzidos no próprio local e secos ao sol durante cerca de 10 dias, sendo virados a cada 2 dias. São tijolos de terra crua, água e palha, moldados em formas num processo totalmente artesanal (Fig. 003). O telhado é de colmo, por vezes, substituído por chapas de zinco. Cada casa é constituída por várias pequenas casas (cozinha, quartos, arrumos, etc.). Estas construções tradicionais são resultados do conhecimen-



Fig. 004 – O *inselberg* de Dalambiri.

África, apurar se podemos atestar a passagem neste território de grupos humanos distintos que nestas paredes terão deixado a marca da sua expressão cultural.

Apenas em 2012 chegaram todas as autorizações necessárias por parte do Ministério da Cultura de Angola para proceder ao trabalho de campo. Durante a estadia no Ebo foi possível visitar os abrigos de Dalambiri, Cumbira e Caiombo. Estes abrigos localizam-se fora das povoações, em cotas superiores às aldeias (todas acima dos 1300m em relação ao nível do mar).

O acesso é relativamente fácil, implicando apenas caminhadas de cerca de meia hora entre as aldeias e os abrigos. O mais complicado é o abrigo de Dalambiri localizado num grande *inselberg* (Fig. 004), de acentuada inclinação, despidido de vegetação, cujo acesso requer algum cuidado.

O abrigo de Dalambiri é o maior dos três que visitamos, com uma configuração semicircular apresenta uma faixa pintada de 64 m, chegando em algumas partes a mais de 2 m de largura. Neste abrigo resta a escavação efectuada por Batalha, sendo que no corte Norte é possível verificar a partir de 1 m de profundidade vários fragmentos de cerâmica, correspondendo a diferentes níveis estratigráficos. Existem também vários fragmentos de cerâmica quer no acesso, quer no interior do abrigo, muitos dos quais com decoração.

No que respeita às pinturas, ultrapassam o milhar e apresentam inúmeras sobreposições. Embora nem todas pareçam corresponder a diferentes períodos cronológicos, indiciam autores distintos.

Não vamos fazer aqui uma abordagem exaustiva à descrição das pinturas, pois a intenção do presente trabalho é dar a conhecer a região e os objectivos gerais da investigação em curso. Sumariamente, podemos dizer que a maioria das pinturas, no abrigo de Dalambiri, é branca. Em vermelho surgem, em menor número, representando antropomorfos e zoomorfos muito estilizados, um machado, uma ponta de seta e outras figurações indefinidas ou de cariz geométrico.

Pintadas em negro temos figurações zoomórficas e antropomórficas muito esbatidas, por baixo de todas as outras figuras pintadas, e outras figurações a negro, na maioria de cariz geométrico que, juntamente com o branco, vermelho ou até amarelo, compõem grandes figurações geralmente do tipo reticulado.

No abrigo de Dalambiri predominam os zoomorfos e antropomorfos, ambos de morfologia diversa, em geral associados entre si ou com outros zoomorfos ou antropomorfos, com especial relevância para o elevado número de eventuais cenas de caça, com diversas representações de armas de fogo associadas a estas cenas.

Ainda a salientar a grande diversidade de tipóias (Fig. 005), algumas das quais com a representação de um animal deitado (morto?).



Fig. 005 - Representações de tipóias do abrigo de Dalambiri.

O abrigo da Cumbira, por sua vez, está localizado entre dois grandes penedos encostados um no outro, apresenta dois painéis, eventualmente um terceiro referenciado por Ervedosa (Ervedosa, 1980), mas desconhecido da população; dado o mato em redor do abrigo e o tempo reduzido de que dispúnhamos não foi possível prospectar no sentido de encontrar este outro painel. No interior deste abrigo encontramos também diversos fragmentos de cerâmica à superfície e figuras pintadas parcialmente escondidas pelos sedimentos, o que poderá

ajudar no futuro a estabelecer cronologias, através de uma escavação minuciosa (já prevista), como é requisito para este tipo de trabalho junto de painéis pintados.

Se em Dalambiri encontramos mais de um milhar de representações pintadas, aqui não chegam à centena, mas nem por isso menos importantes ou interessantes. A cor predominante continua a ser o branco. Em negro continuam a aparecer zoomorfos diluídos, parecendo corresponder a uma fase mais antiga, embora também existam antropomorfos num negro mais visível que parecem, pela sua aparência “mais fresca”, mais recentes. As associações entre figuras não parecem existir ou, pelo menos, não são evidentes. Também aqui existem representações de tipóias e de machados (Fig. 006), podendo revelar ligações ao prestígio (Almeida e Breuil, 1964) ou à autoridade (Gutierrez, 1996).

O último dos abrigos visitados, o abrigo do Caiombo fica num *inselberg* composto por duas exurgências geminadas, circulares que afunilam à medida que se progride para o interior. Se na cavidade da esquerda para quem acede do vale existem poucas representações a

branco, de cariz geométrico e alguns antropomorfos, sendo um recente, já na cavidade da direita encontramos várias sobreposições, com representações de zoomorfos, antropomorfos, figurações geométricas e outras indefinidas. Embora mais uma vez exista um grande número de pinturas a branco, o lugar central parece ocupado pelas figurações a vermelho tijolo que misturam características antropomórficas (Seguram objectos? Com falo proeminente?), com características



Fig. 006 - Representação de tipóia e machado no Abrigo da Cumbira.

zoomórficas (Com cauda? Alguns com apenas três dedos? Trespasados por lanças?). Existem ainda figurações a vermelho escuro (círculos e linhas) por baixo das figuras brancas, numa tonalidade que não encontramos em nenhum dos outros dois abrigos, podendo corresponder a uma fase bastante remota, com eventuais paralelos noutros países da África Central (Smith, 2007).

Este é o único abrigo inteiramente rochoso, sem qualquer sedimento e o único onde não encontramos qualquer material à superfície.

Em todos os abrigos existem problemas de conservação associados a causas naturais (escorrência de água ou descamação do suporte (granito), provocadas por depósitos de origem animal ou vegetal ou relacionadas com o uso do espaço pelo ser humano (vestígios deixados pelo fumo de fogueiras aí realizadas ao longo do tempo e grafites) e que contribuem para a perda ou desvanecimento das pinturas.

A investigação arqueológica no Ebo, embora nascida de uma vontade individual, não se resume ao programa de doutoramento indicado, tendo-se tornado num projecto de grandes dimensões, envolvendo instituições portuguesas e angolanas (Oosterbeek & Martins, 2011), pelo que também contempla questões ligadas à conservação, num programa de acompanhamento levado a cabo por uma técnica especializada (Cruz, 2013).

De acordo com o tempo disponível para realizar a primeira campanha no terreno, era imperativo criar prioridades que permitissem obter o maior número de dados, de acordo com os objectivos da investigação. A aposta foi para o registo fotográfico tão detalhado quanto possível das aldeias, dos percursos, dos abrigos, do acesso, da área envolvente aos abrigos, da paisagem avistada a partir deles, dos painéis pintados (fotos gerais) e das figuras (fotos de pormenor), bem como dos aspectos relativos à conservação e de outros relacionados com a vida da comunidade (tarefas diárias, artesanais, etc.) e de outros vestígios históricos e arqueológicos (túmulos e outras edificações, materiais de superfície).

A partir desta primeira recolha de dados, definimos uma metodologia para começar a trabalhar. Tendo em conta que o objectivo geral da investigação será conseguir reconstituir a ocupação daquele território a partir das diferentes fases e dos diferentes grupos que deixaram a sua expressão cultural marcada nas paredes dos abrigos do Ebo, então a atenção é dada em primeiro lugar às pinturas.

Começamos, assim, a fazer os decalques digitais a partir das fotografias. Nesse sentido, utilizamos o programa *Photoshop CS6*. Cada fotografia tem sempre uma parte comum à anterior ou à posterior, à superior ou à inferior, para que seja possível depois fazer todos os encaixes e reconstituir por completo os painéis dos abrigos. Utilizando aquele programa, podemos usar as suas inúmeras funcionalidades que nos permitem manipular a fotografia, saturando mais ou menos a cor, ampliando pormenores, por exemplo, o que possibilita perceber melhor as sobreposições ou tornar visíveis vestígios de pintura que na fotografia normal não são observáveis.

Outra vantagem do programa é que trabalhamos por camadas, ou seja, podemos efectuar o decalque (**Fig. 007**) de acordo com o que nos parece terem sido as diferentes etapas de execução do painel, avançar ou recuar sempre que pretendemos acrescentar ou corrigir uma figura ou sobreposição.

A execução apenas do contorno das figuras foi uma opção metodológica pessoal para um primeiro momento da investigação, tendo em conta o abundante número de pinturas e sobreposições. Existem diversas formas de obter o decalque digital, inclusive seleccionando a imagem pintada, separando-a com a sua cor original. No entanto, para já, dado o eleva-

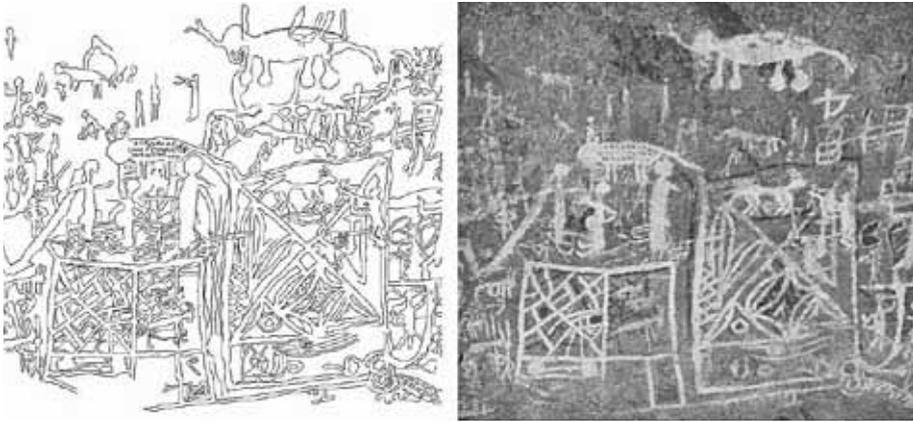


Fig. 007 – Fase de execução dos desenhos de um panel.

do número de figuras, primeiro interessa perceber o que está representado e qual a ordem de execução, da qual resultam as diversas sobreposições.

Também é possível, neste primeiro momento, individualizar as figuras o que facilitará a criação de tabelas de tipologias, sendo estas importantes para estabelecer correlações com outras regiões de Angola ou de África, permitindo aceder a significados que determinadas representações possuem no seio de diversos grupos humanos africanos.

Uma etapa importante do trabalho passará por dar atenção à cor, pois não podemos esquecer que o facto de uma figura estar pintada com uma determinada cor poderá ter um significado intrínseco.

Todo este trabalho implica uma verificação/correção *in loco* dos decalques que será feita na próxima campanha, neste ano de 2013.

Nessa próxima campanha será também dada uma atenção especial à parte etnográfica, à tradição oral, ao significado que as pinturas têm para a comunidade, tentando perceber que mensagens traduzem as representações pintadas; se há relação com outros vestígios (ex. túmulos); que tipo de vínculo liga a população actual aos abrigos pintados; se existem uma associação a ritos de passagem ou a ritos associados a outras actividades (ex. caça)?

Quanto à cronologia como elementos de datação relativa temos representações de armas de fogo, objectos levados pelos europeus para esta parte da África, pelo que nunca poderão ser anteriores ao séc. XVI, ou a representação de objectos de metal (ex. machados), sendo que a metalurgia, segundo autores como Oliveira Jorge terá chegado a esta parte de África no primeiro milénio da nossa era (Jorge, 1974). No entanto são balizas pouco precisas, pois existem figurações que se assemelham a pinturas do Malawi e da Zâmbia correspondentes a sociedades de agricultores-metalurgistas, executadas ao longo dos últimos dois mil anos (Smith, 2007), nas quais predominam as pinturas brancas, muitas vezes representando cenas do quotidiano, com pessoas, animais e motivos geométrico. Será importante encontrar marcos cronológicos mais precisos, à medida que avança a investigação.

Será também relevante considerar a análise de pigmentos, não apenas para conhecer a composição química e mineralógica dos mesmos, mas também para verificar a possibilidade de se proceder a uma datação absoluta.

De acordo com outros estudos publicados (Ervedosa 1980; Santos Júnior, 1974) tudo indica que o Ebo faz parte de uma vasta área cultural que abrange toda a região Centro-Oeste, onde encontramos sensivelmente a mesma geomorfologia e semelhante iconografia nas pinturas dos abrigos disseminados pela paisagem dessa enorme região.

Conclusão

A região do Ebo apenas mencionada brevemente em alguns trabalhos da época de 70, com uma rica diversidade natural e cultural, apresenta um património único traduzido nas pinturas rupestres dos vários abrigos, nos túmulos de pedra, na diversidade linguística, num complexo sistema de poder, de saberes e usos tradicionais, aliado a crenças, cultos, mitos e lendas que emanam de cada uma das pequenas aldeias, tornando esta região tão peculiar. Neste momento decorre o primeiro grande estudo sistemático sobre esta zona, tendo por base os trabalhos arqueológicos, com especial enfoque sobre os abrigos com pinturas rupestres, mas sem esquecer outros aspectos que devem estar intrinsecamente ligados à pesquisa arqueológica – a geologia, a biogeografia, a antropologia e a própria gestão - envolvendo já elementos de instituições angolanas (Instituto Nacional do Património Cultural e Museu Nacional de Arqueologia de Benguela) e portuguesas (instituto Politécnico de Tomar, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Instituto Terra e Memória), numa estratégia que prevê actividades a médio e longo prazo, não se esgotando no trabalho académico aqui apresentado, mas sendo este apenas o passo inicial de uma longa parceria de investigação que dará a conhecer e ajudará a preservar o património de uma região tão fascinante quanto o Ebo.

Referências bibliográficas

- Angenot, J., Mfuwa, N., Ribeiro, M. (2011), *As classes nominais do kibala-ngoya, um falar bantu de Angola não documentado, na intersecção dos grupos Kimbundu [H20] e Umbundu [R10]*. PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos E Similares, 21(2).
- Batalha, F. (2008), *Povoações Históricas de Angola*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Breuil, H., Almeida, A. (1964), *Das gravuras e das pinturas rupestres do deserto de Moçâmedes (Angola)*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar.
- Correia Guedes (2011), *Arquitectura sustentável em Angola [Manual de boas práticas]*. Ed. CPLP.
- Cruz, M.J. (2013), *As pinturas Rupestres de Cumbira e Caiombo*, Município do Ebo, Província do Kuanza Sul / Angola - Notas para a sua conservação, in Oosterbeek, L., Martins, C.P., Domingos, Z., orgs., *Ebo e a Arte Rupestre do Sudoeste Africano*. Arkeos 33. Tomar: CEIPHAR.
- Ervedosa, C. (1980), *Arqueologia Angolana*, Lisboa: Edições 70.
- Gutierrez, M. (1996), *L'Art Pariétal de l'Angola*, Paris: L'Harmattan.
- Jorge, V.O. (1974), *Breve introdução à Pré-história de Angola*. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 84, pp. 149-170.

- Martins, C. P. (2008), *Arte Rupestre de Angola, um contributo para o seu estudo numa abordagem à Arqueologia do Território*. Tese de Mestrado em “Arqueologia Pré-histórica e Arte Rupestre do IPT/UTAD (Portugal).
- Oosterbeek, L., Martins, C. P. (2011), *Projecto Ebo: arqueologia e património como factores de sustentabilidade e desenvolvimento local. Ângulo*. Tomar. Série II. pp. 1-9.
- Santos Júnior, J. R. (1974), *Arte Rupestre em Angola*. Porto: Instituto de Antropologia “Dr. Mendes Corrêa”.
- Smith, B. W. (1995), *Rock Art in south-central Africa. A study based on the pictographs of Dedza District, Malawi and Kasama District, Zambia*. Thesis submitted in candidature for Ph. D. University of Cambridge.





Etnoarqueologia da cerâmica angolana

Maria Helena Benjamim*

P. 77-83

Breve histórico

Arqueologia em Angola no período antes-independência

Falar da pesquisa arqueológica em Angola¹ é dizer que somente a partir do século XIX (1918) que os primeiros vestígios arqueológicos foram encontrados. Até ao fim deste século as pesquisas eram caracterizadas isoladas e individuais. Dois artigos foram publicados com objectos encontrados (Severo e Delgado 1890) o artigo de Delgado refere que os achados foram encontrados pelo Padre Antunes.

Além da indicação das peças líticas não há nenhuma referência do contexto deste material. A partir dos anos 1940, a pesquisa começa a mudar de método, vemos assim o surgimento de publicações sobre a Pré-história do País com a criação de um dos primeiros museus (Museu do Dundo-Lunda). Este foi criado pela Companhia de Diamantes d'Angola, o qual foi consagrado para estudos do Povo Lunda Tchokwe, entretanto as actividades alargam-se dando lugar a publicação arqueológica com a publicação periódica "Publicação Cultural do Museu do Dundo.

A primeira publicação sobre Arqueologia é feita por Janmart (na altura Chefe dos Serviços de Prospecção da Companhia de Diamantes de Angola). Estes vestígios provinham da recolha de superfície e outros encontrados no tapete rolando da extracção de minério, feita de uma forma aleatória, o que quer dizer que este material não tinha contexto



Fig. 001 - Localização geográfica de Angola.

* Museu Nacional de Arqueologia de Benguela - Angola; Doutorando Université Paris 1 Panthéon Sorbonne.

¹ Angola situa-se na Costa Ocidental de África a Sul do Equador; o país é limitado a Norte e Nordeste pela República Democrática do Congo (Ex. Zaire), a Este pela Zambia, a Sul pela Namíbia, e a Oeste pelo Oceano Atlântico, com uma superfície de 1 246 700 km².

estratigráfico. Como por exemplo o método de escavação utilizado por Janmart também era inapropriado, porque fazia pequenas sondagens utilizando a força bruta e instrumentos inadequados a uma escavação metódica, onde os métodos estratigráficos eram determinados de 10 em 10cm.

É neste contexto de pesquisa regional, mas também com um olhar sobre as pesquisas feitas em outros países que Janmart convida outros arqueólogos tais como D. Clark, Leackey, H. Breuil a virem escavar em Angola e publicarem os resultados das suas pesquisas no periódico do Museu do Dundo, marcando assim o princípio de uma arqueologia mais organizada, mesmo se as escavações (sondagens) eram ainda raras e com os métodos da época. Nos anos 1950, os geólogos que trabalhavam na banda costeira no Sul do País e pesquisadores portugueses tais como Mota, Almeida, França, Martins, Carvalho, Neto, Ervedosa, Ramos, vão conduzir as pesquisas na região Norte e centro do País.

Nos princípios dos anos 1970 são criadas as instituições em Luanda tais como o Instituto de Pesquisas de Angola que cria também um boletim onde publica os resultados de algumas descobertas no sudoeste de Angola (Ramos) e a Universidade de Angola (hoje UAN), que assegura a formação dos estudantes em arqueologia onde os pioneiros Santos Júnior e Carlos Ervedosa vão ensinar a disciplina, e ao mesmo tempo vão organizar campanhas de prospecção e mais tarde as escavações arqueológicas das quais os resultados foi a descoberta de vários sítios arqueológicos em Angola.

Arqueologia em Angola no período pós-independência

Com a criação do Museu Nacional de Arqueologia de Benguela (MNAB), por Luís Pais Pinto, em 1976, veio contribuir para as pesquisas arqueológicas, progredindo assim os conhecimentos sobre a Arqueologia na região de Benguela. Esta pesquisa é caracterizada por prospecções e recolha de superfície.

Nos anos 1980 é descoberto o sítio da Cachama, isto foi graças a um corte feito para a construção da estrada que liga o município da Baía Farta à comuna da Macaca.

A estação arqueológica da Cachama encontra-se à cerca de 3 Km a Sul da Baía-Farta. O corte permitiu, a equipa técnica do MNAB, de pôr em evidência a existência de três níveis de conchas cobertos por uma camada de areia de cor vermelha. As prospecções mostram que na realidade se trata de um conjunto de estações de uma superfície de cerca de 12 000 m² denominado “Complexo Arqueológico da Cachama”.

As primeiras sondagens foram efectuadas em 1982, com a colaboração e participação de arqueólogos portugueses, seguiram-se outras em 1983 até 1987, estas últimas com a participação de arqueólogos vindos do CICIBA-Gabão.

Na Cachama 1 uma quadrícula de 161 m² foi escavada até uma profundidade de 2 m. Os resultados são importantes na medida em que se trata de um concheiro de origem antrópica com vários tipos de conchas, restos de peixe, ossos de pequenos animais e de vestígios de cultura material como cerâmica, fragmentos de ferro, contas (ou pérolas) feitas de conchas ou casca de ovo de avestruz.

Na estação da Cachama 3, uma escavação de 112 m² foi realizada com descobertas também muito interessantes. Em superfície encontrou-se microlitos e fragmentos de cerâmica. A estratigrafia da Cachama 3 é similar a da Cachama 1 assim como o conteúdo arqueológico.

Do ponto de vista cronológico, datações C14 realizadas sobre carvão de madeira indicam uma idade antiga de mais de 2 000 anos para a ocupação das estações arqueológicas da Cachama.

Nos princípios dos anos 1990 foi estabelecida uma cooperação científica arqueológica entre o MNAB e a Universidade de Paris 1 (Laboratório de Pesquisa sobre a África (CNRS). Esta colaboração entre os dois países tinha como objectivo a formação de quadros angolanos, e prosseguir com as pesquisas arqueológicas na região da Baía-Farta com métodos actuais em pré-história. Estas pesquisas levaram a descoberta de vários sítios do paleolítico nesta região entre eles Dungo IV, V, VI e XII, que foram escavadas.

Contexto

O trabalho de estudo que nós apresentamos inscreve-se na continuidade das pesquisas feitas em Master na especialidade “Recherche Archéologique Préhistorique et Protohistorique”, (Cours de technologie céramique, Préhistoire, Archéologie, Histoire des Arts de l’Afrique Subsaharienne), na Universidade de Paris 1 - Panthéon Sorbonne.

Partiremos de uma constatação que é a do estado actual da pesquisa sobre o neolítico em Angola e que se caracteriza pela ausência notória de metodologia. O material arqueológico atribuído à este período é sempre o resultado de campanhas de recolha de superfície e quando há escavação, na realidade trata-se de pequenas sondagens sem método. Esta situação conduziu à uma ausência de estratigrafia e logo à uma dificuldade objectiva para colocar o material arqueológico numa cronologia fiável.

O sítio da Cachama pode ser em princípio atribuído ao neolítico, isto porque a cerâmica que nós encontramos na altura das escavações é associado ao material lítico em particular aos microlitos.

A partir de 1976, várias colecções cerâmicas provenientes de diversos sítios arqueológicos de Angola, foram depositadas nas nossas reservas do acervo arqueológico. Isto permitiu constatar a existência da cerâmica sobre uma grande parte do País. Portanto, nós constatamos que este material é proveniente de sondagens cuja origem estratigráfica é desconhecida. Desta série de ausências metodológicas resulta uma certa incapacidade para analisar os vestígios do passado com instrumentos científicos actuais, ou seja com dados de laboratório para exceder o quadro estreito da tipologia.

Assim, em Angola em particular, um dos materiais chave do neolítico, a cerâmica, é frequentemente analisada a partir da forma, da decoração, do ponto de vista tipológico sem contributo real sobre o fabrico e as funções.

Do nosso ponto de vista, é necessário mudar os métodos de abordagem e nos propomos fazer o estudo tecnológico da cadeia operatória de fabrico da cerâmica sobre o conjunto da província de Benguela.

Esta análise permitirá explicar o fabrico, as técnicas de acabamento, o uso e a comercialização da cerâmica actual regional. A partir desta abordagem sobre a cadeia operatória da cerâmica actual tencionamos comparar os nossos dados com os dados da arqueologia. É esta diligência que qualifica-se de **Etnoarqueologia**, porque começa do actual (etnologia) para tentar abrir a pista de investigações sobre o passado (arqueologia).

Metodologia

Do ponto de vista etnológico, é o inquérito de terreno junto das oleiras que vai trazer-nos dados sobre a cadeia operatória.

Do ponto de vista arqueológico, é a escavação arqueológica metódica que vai permitir-nos identificar os níveis estratigráficos fiáveis do neolítico e fazer-se novas datações com o material encontrado.

Do ponto de vista prático, nos propomos estudar a cerâmica arqueológica depositada no Museu de Arqueologia de Benguela proveniente de diferentes sítios arqueológicos, para a comparar com a cerâmica do sítio Cachama. Este estudo permitirá verificar se há semelhanças morfológicas, do ponto de vista da decoração, e sobre as técnicas de fabrico e de acabamento.

Estudo da cerâmica actual

A cerâmica é um bom documento de valor cronológico na História da Humanidade. Fruto de um saber-fazer transmitido de geração em geração, decorada frequentemente com cuidado, ela é utilizada de várias maneiras. Ela é um testemunho privilegiado das sociedades que a produzem e utilizam. Estes objectos são utilizados para usos diversos, assim como para a cozinha, para mesa, para armazenar alimentos ou transporte de água, pelas sociedades antigas e até aos nossos dias.

Zona de estudo

A zona de estudo limita-se a Província de Benguela, localizada no litoral centro de Angola, constituído por 10 municípios: *Benguela* (a capital), *Baía-Farta*, *Balombo*, *Bocoio*, *Caimbombo*, *Chongoroi*, *Cubal*, *Ganda*, *Catumbela* e *Lobito*, distribuídos numa superfície de 37 802 km².

Aquisição de conhecimentos

Interrogadas as oleiras, elas informaram-nos que foi com as suas avós que aprenderam a profissão. Segundo elas, a avó dizia que, a pessoa que se consagrasse a esta profissão, não podia ter outras tarefas. As oleiras ao comercializarem a cerâmica, em certa medida elas eram independentes financeiramente e podiam subvencionar as necessidades da sua família. Hoje as pessoas já não vivem desta tarefa, porque é um trabalho difícil e que o esforço e a compensação financeira não o justificam.

A cadeia operatória da fabricação da cerâmica sucede-se em várias etapas que são:

- aquisição da matéria-prima
- preparação da pasta (argila)
- fabrico
- decoração e tratamento da superfície
- secagem
- cozedura

Esta última, ao eliminar a água da constituição da argila vai mudar a sua natureza. Para facilitar o nosso trabalho classificamos em dois grupos quanto a cadeia operatória de fabricação, (“maneira-de-fazer”).

- o primeiro a partir de uma bola de argila (grupo 1)
- o segundo em rolos de argila “colombin”.

Estudo efectuado junto dos dois grupos de oleiras que habitam na região de Benguela - Angola

Cadeia operatória de fabricação	Grupo 1	Grupo 2
Acquisição/extracção da matéria-prima	A extracção da argila é feita em blocos.	Escolhem um lugar à margem de um rio onde a argila é em forma de pasta.
Preparação da pasta	Tritura-se a argila com instrumentos em madeira ou em pedra, depois junta-se água para se obter uma pasta homogénea, esta mesma pasta fica em repouso durante 3 à 5 dias.	Deixa-se a pasta de argila em repouso durante uma semana para a decantação.
Confeição/fabrico	A partir de uma bola de argila, faz-se um furo ao centro da mesma e vai-se esticando para cima até se obter o tamanho desejado.	Aos rolos de argila que vão-se sobrepondo (um à um) até atingir o tamanho desejado do recipiente.
Decoração	Impressão e incisão (instrumentos feitos com restos de cabaça ou casca de côco, pentes feitos de madeira).	Impressão e incisão (instrumentos restos e cabaça e em plástico, instrumentos ponteagudos como por exemplo pente de madeira.
Secagem	Ao ar-livre (a sombra de uma árvore durante uma semana.	Ao ar livre (a sombra de uma árvore durante uma semana.
Cozedura	Ao ar-livre (os recipientes são postos sobre uma camada de lenha seca misturada com capim e depois cobertas por uma outra camada idêntica).	Numa fossa (buraco) aberta, os recipientes são postos virados para cima sobre uma camada de lenha misturada com palha (capim) e depois cobertos por uma outra camada.

Combustível	Madeira (lenha), palha (capim) e ervas.	Madeira (lenha), palha (capim) e ervas.
Cadeia operatória de fabrico (método e técnica)	A quantidade de argila em forma de uma bola é que determina o tamanho do recipiente.	O tamanho da base (feita de palha ervas em forma de círculo) é que determina o tamanho do recipiente.
Tratamento da superfície	Mão, instrumentos feitos de restos de cabaça, casca de côco e folhas de árvore.	Mão, instrumentos feitos de restos de cabaça e de plástico.
Tratamento do recipiente após cozedura	Porção vegetal preprada a partir de vegetais e raízes de plantas que dão a coloração vermelha.	A cor do recipiente é dada pela cozedura, a parte que recebeu a totalidade do calor durante a cozedura fica vermelha e a que não recebeu fica acinzentada.

Conclusão

- São as mulheres que praticam a olaria, pode-se constatar que existe um saber adquirido e transmitido de geração em geração e que os procedimentos são conservados. Os homens ocupam-se das tarefas pesadas tais como o transporte da matéria-prima e o transporte do produto acabado para o mercado para ser;
- As oleiras são além de produtoras da cerâmica, detentoras de diversas tradições histórico-culturais, que chegaram até aos nossos dias, cujas práticas utilizadas continuam a ser rudimentares, como o afirmam as oleiras. Comercializado.
- Concernente a tipologia parece existir uma semelhança entre os dois grupos estudados, a maior parte dos vasos são do tipo «Ndimbe/Ochilindo» (em língua regional Umbundu) que são usados como pratos e tigelas, os do tipo «Ndungu» que são painéis médios usadas para cozinha e as do tipo «Tchissanga» que servem para armazenar os alimentos e transporte de água.
- Podemos também constatar que a cerâmica é executada para fins utilitários específicos e se destina a ser utilizada para uso doméstico, assim como para troca com outros produtos (sal, sabão, peixe-seco) e para a venda. Em relação ao comércio, constata-se que actualmente as pessoas compram a cerâmica tanto para uso culinário assim como para uso decorativo.
- Após a análise da cerâmica arqueológica e a cerâmica actual, nós constatamos que existem semelhanças entre elas quanto a morfologia que são: os pratos, tigelas, moringues, grandes recipientes que servem para armazenamento “stokagem” dos alimentos e transporte de água. Concernente a decoração tanto a cerâmica arqueológica como a actual, ela é feita em impressão e incisão.

Referências bibliográficas

- Clark J. D., (1966), «The distribution of Prehistoric Culture in Angola», Subsídios para História, Arqueologia, Etnografia dos povos da Lunda, Serviços Culturais da Diamang. Lisboa.
- ____ (1973), *A Pré-História de África*, Editorial Verbo, Lisboa.
- ____ (1968), Subsídios para a historia, arqueologia, etnografia dos povos da Lunda: Further paleo-anthropology studies in northern Lunda, Diamang, 78, Museu do Dundo, Lisboa.
- Desbat, A. et Schmitt, A. (2003), *Techniques et méthodes d'étude*, in La céramique, La poterie du Néolithique aux Temps modernes, Paris, Errance.
- Ervedosa C. (1980), *Arqueologia Angolana*, Ministério da Educação da Republica Popular de Angola.
- Gallay A. (2012), *Poteries du Sahel, à la découverte des traditions céramiques de la boucle du Niger (Mali)*. Infolio éditions, CH-1124 Gollion.
- Gutierrez, M. (1999), *Archéologie et anthropologie de la nécropole de Kapanda (Angola)*, L'Harmattan-Paris.
- Lanfranchi R. et CLIST B. (1991), *Aux Origines de l'Afrique Centrale*, Centres Culturels Français d'Afrique centrale, Libreville, Gabon, CICIBA, pp. 165-224.
- Pais Pinto L. J. M. (1987), *Le Musée National d'Archéologie de Benguela Angola: bilan des premiers travaux, 1979-1987*, Nsi, 3.
- ____ (1992), *Arqueologia de Benguela. A Idade da Pedra e do Ferro*, Lisboa, LEBA, n.º 7.
- Santos J. et Ervedosa C. (1978), *A Estação Arqueológica de Benfica*; Ciências Biológicas, 1,2, pp. 95, 36 planches.
- Severo R. (1890), *Primeiros Vestígios do Período Neolítico na Província de Angola*, Revista de Ciências Naturais e Sociais, pp. 1-4.
- Smith, A. L. (2007), *Chaîne Opératoire de la Poterie, Références ethnographiques, analyses et reconstitution*, Thèse pour obtention du grade de Docteur en Philosophie et Lettres, présentée à l'UB 2000-2001.



Recintos amuralhados da província da Huíla

Soraia Santos Ferreira*

p. 85-88

Falar em investigação arqueológica na Província da Huíla é ainda prematuro. A descoberta de referências bibliográficas relativamente à existência de Recintos Amuralhados na Província veio abrir espaço à discussão para a necessidade de se confirmar *in loco* a existência dos mesmos. O interesse pelo estudo destes monumentos de pedra surge em 2011, ano em que tomei conhecimento da sua existência ao desfolhar uma Separata do *Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira*, n.º 38, 1975, dedicada ao “Recinto Muralhado do Eleu” que embora se centre nas muralhas do *Eleu*, referencia a existência de outros recintos amuralhados na Província da Huíla. A bibliografia existente sobre o assunto foi maioritariamente produzida nas décadas de 60/70 do século XX, décadas apontadas pelos autores da separata como aquelas em que se iniciou de forma mais organizada e intensiva os trabalhos de prospecção arqueológica nesta região. A falta de documentação atualizada aguçou, sem dúvida, a vontade de se “desenhar” um projeto cujo objetivo principal é a identificação, levantamento e estudo dos sítios onde os recintos foram referenciados.

Nesta busca de informação acabei por descobrir e consultar, para além do *Boletim de Sá da Bandeira*, um artigo de Vitor Oliveira Jorge que, de forma mais detalhada, nos fala da existência de cerca de 19 muralhas de pedra na Huíla e outros dois artigos, anteriores a estes, que já faziam referência aos monumentos de pedra da Província da Huíla.

Para além dos autores da Separata do Boletim de Sá da Bandeira e de Vitor Oliveira Jorge, também António Almeida, Camarate França e Adriano Vasco Rodrigues nos dão conta da existência destes monumentos de pedra.

António Almeida e Camarate França, por exemplo, pulicam, em 1960, um artigo, “Recintos Muralhados de Angola” que referencia a existência dos mesmos na Huíla. Embora este artigo se dedique quase exclusivamente à descrição do recinto muralhado do Óci, os autores referem igualmente a existência de pelo menos mais quatro recintos na mesma zona administrativa.

“Durante as campanhas, em 1950 e 1952, da Missão Antropobiológica de Angola, (...) tomou-se conhecimento da existência de recintos construídos de pedra, mais ou menos arruinados, em várias localidades do distrito da Huíla.

Manuel Marques Ramos de Oliveira, comerciante na povoação de Óci (Posto Administrativo de *Capelongo*, Conselho do Alto Cunene), afirmou-nos ter visitado pela primeira vez em 1945, um dos recintos muralhados, conhecidos pelo nome da aldeia (...) posteriormente voltou ali em várias digressões cinegética, havendo também observado, entretanto, outras construções análogas nos montes de *Txipunda Txa Njimbo*, *Cuancanda*, *Muònema* e *Camunenge...*” (Almeida e França, 1960, p: 109)

* Museu Regional da Huíla

Já Adriano Vasco Rodrigues no seu artigo “Construções Bantas de Pedra em Angola” de 1968, diz que “em Angola foram detetados recintos fortificados na região de Sá da Bandeira¹ (...), utilizando como exemplo *a grande cidade triangular do Ossi*” descrita anteriormente por António Almeida e Camarete França. Vasco Rodrigues dá a conhecer igualmente a existência de um outro recinto muralhado, na mesma região, o recinto muralhado do Jau. Porém é apenas com as informações disponibilizadas por Vitor Oliveira Jorge no artigo “Alguns elementos para o Estudo dos Recintos Amuralhados do Planalto da Humpata (Região Huíla, Sudoeste de Angola)” que se começa a ter uma noção mais ou menos definida quer do número de recintos existentes nesta região de Angola quer da sua dispersão no território. Embora seja escassa a bibliografia e as informações de que dispomos sobre as fortificações de pedra da Província da Huíla os artigos consultados, até à data, e as informações orais de que dispomos confirmam a existência de grande parte dos recintos indicados nas fontes havendo no entanto a necessidade de confirmação destas informações no terreno. Os artigos acima identificados têm sido assim, a base para as pesquisas que, ainda timidamente, se têm começado a efetuar. A falta de condições materiais para os trabalhos de campo, a falta de técnicos com formação adequada têm sido um entrave ao avanço das investigações. É importante referir que a existência de alguns dos recintos mencionados na bibliografia foi confirmada pelo Sr. Avelino Elias de 47 anos de idade, Chefe de Departamento do Património Histórico e Cultural da Direção Provincial da Cultura da Huíla que em 2007 e 2008 constatou *in loco* a existência do amuralhado do *Eleu* e do *Jau* chamando a atenção para o seu avançado estado de degradação, colocando-os na lista indicativa dos bens patrimoniais histórico-culturais da Província a necessitarem de uma urgente intervenção especializada, propondo a sua classificação a Património Nacional.

Os dados de que disponho atualmente baseiam-se como referi anteriormente na recolha da informação bibliográfica existente e em algumas informações orais sobre estes monumentos. Esta é assim, a primeira fase de um trabalho de levantamento exaustivo que se pretende levar a cabo no futuro com o objetivo de identificar todos os recintos amuralhados existentes nesta região do Sudoeste angolano.

Apesar de Vitor Oliveira Jorge detalhar, no seu artigo, mais pormenorizadamente apenas quatro amuralhados, ele faz referência a outros quinze monumentos, mais modestos no que diz respeito às suas dimensões. Destaca o *Amuralhado I da Huíla*, o *Amuralhado do Eleu*, o *Amuralhado da Mulemba* e o *Amuralhado da Dangala ou Tchitunda*, identificando a sua localização e descrevendo as suas características. Com excepção do último, os três primeiros estão identificados com as respetivas coordenadas geográficas que facilitarão a sua localização em trabalhos futuros. Segundo Oliveira Jorge estes quatro recintos destacam-se dos restantes pelas dimensões (são apontados nove hectares para o recinto do *Eleu*) e por possuírem um traçado mais complexo (o *Eleu* apresenta um traçado sub-pentagonal) (Jorge, 1978, p: 235).

Descritos de uma forma mais resumida e sem grandes pormenores é o amuralhado *II da Huíla*; o amuralhado de *Ocicapunda*; o de *Elumbi*; o de *Bianda*; o de *Camucua*; o de *Namcopo*; o de *Ompundayomuti*; o de *Calondo*; o de *Munhere*; o de *Munhere*; o de *Canga*; o de *Quetemo*; o de *Bome*; o de *Cavambo* e o de *Pocolo*. Oliveira Jorge descreve-os como recintos de forma circular, com uma altura máxima de 2 m apresentando alguns deles com vestígios de fundos de cabanas e utensílios domésticos. A descrição que faz de cada um

1 Sá da Bandeira – antigo nome da atual cidade do Lubango sede de Município da Província da Huíla.

destes monumentos dá-nos pistas da sua localização, uma vez que o autor faz referência a estradas que ainda hoje existem.

Vitor Oliveira Jorge nas conclusões do seu artigo escreve o seguinte “... torna-se evidente a existência, no Planalto da Huíla, de dois grandes tipos de recintos amuralhados, uns de forma muito simples – basicamente circulares – e regra geral de dimensões restritas; outros como o amuralhado da Huila e do Eleu, muito maiores, ocupando grandes áreas e de traçados mais caprichosos, conjugando a necessidade de proteger grandes aglomerados populacionais...”.

A *Separata do Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira* por sua vez dá-nos conta para além do *Recinto Amuralhado do Eleu*, da existência de outros 9 amuralhados o *amuralhado da Bissapa*, o de *Cangalongue*, da *Uaba*, o de *Negola*, o de *Cangalongue I*, *Cangalongue II*, o de *Chiange*, o do *Óci* e o do *Munhino*.

Estes amuralhados têm as mesmas características tipológicas que os descritos por Vitor Oliveira Jorge embora no que diz respeito à sua localização levantem muitas dúvidas pois apenas o do *Eleu* é descrito pormenorizadamente.

No total as fontes bibliográficas consultadas, até ao momento, apontam para a existência de 28 recintos amuralhados na Província da Huíla. No entanto, a existência destes recintos levanta-nos algumas questões que só serão esclarecidas com a implementação do projecto de investigação que se pretende levar a cabo num futuro próximo e que venha responder às seguintes questões:

- (i) Existirão de facto estes 28 monumentos de pedra na Província da Huila?
- (ii) Quem, quando e com que finalidade foram edificados?
- (iii) Porque razão se verifica a concentração destes recintos apenas no Planalto central de Angola e com maior incidência na Província da Huíla?

Segundo Oliveira Jorge “a função para que foram construídos parece não oferecer dúvidas, este recintos terão tido seguramente uma função defensiva. Já mais difíceis de responder são as questões que dizem respeito a quem terão sido os seus autores/construtores destes monumentos e em que altura terão sido edificados”.

Embora possamos ter em linha de conta as hipóteses levantadas por Oliveira Jorge é necessário reavaliar os estudos efetuados para que novas hipóteses surjam e contribuam para uma melhor e maior compreensão destes recintos.

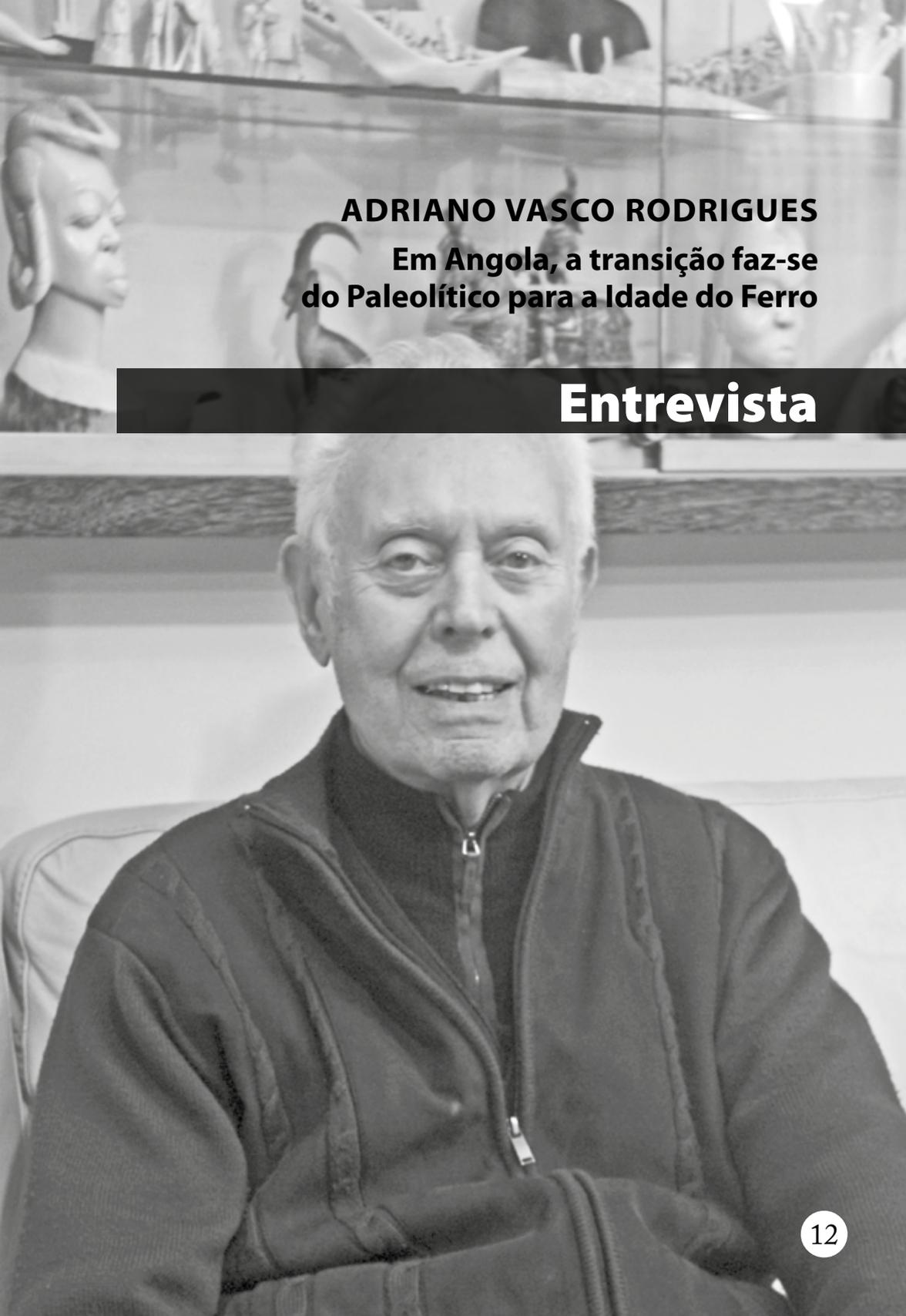
Referências bibliográficas

- Almeida, António e França, J. Camarate (1960), “Recintos Muralhados de Angola”, *Memória – Junta de Investigação do Ultramar*, 2.ª série, n.º 16, p. 18.
- Jorge, Vitor Oliveira (1978), “Alguns elementos para o Estudo dos Recintos Muralhados do Planalto da Humpata (Região da Huíla, Sudoeste de Angola)”, *Revista Guimarães*, n.º 87, p. 30.
- Ribeiro, Manuel de Jesus Gonçalves, Moreira, José Beleza, Moreira, João Henriques e Loureiro, Fernando de Jesus (1975), “Recinto Muralhado do Eleu” *Separata do Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira*, n.º 38.

Rodrigues, Adriano Vasco (1968), “Construções Bantas de Pedra em Angola”, Sep. do *Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola*, n.º 5, p. 169/189.

Fontes orais

Senhor Avelino Elias, 47 anos de idade, residente na Província da Huíla, cidade do Lubango, chefe do Departamento de Património Histórico e Cultural da Direcção Provincial da Cultura, Governo Provincial da Huíla.



ADRIANO VASCO RODRIGUES
Em Angola, a transição faz-se
do Paleolítico para a Idade do Ferro

Entrevista



Adriano Vasco Rodrigues

“Em Angola, a transição faz-se do Paleolítico para a Idade do Ferro”

Entrevista conduzida por **André Serdoura*** e **Jorge Guimarães****

Outubro de 2013

Com poucas excepções, as pesquisas arqueológicas nos territórios da África austral, e particularmente em Angola, têm tido um desenvolvimento irregular. Dificilmente seria de outro modo dadas as transformações socio-políticas das últimas décadas - descolonizações, guerras civis, recuperação e ampliação de infra-estruturas. No momento em que os países da região entram numa nova fase de crescimento, as condições parecem reunidas para que a arqueologia de Angola retome e ultrapasse o que foi, neste campo, a herança deixada pela época colonial. Poucas pessoas estarão tão habilitadas para estabelecer esse balanço e para dar pistas sobre novos projetos como o Prof. Adriano V. Rodrigues.

Em 1965, já docente no ensino secundário e universitário (regia o 1º curso de Arqueologia Peninsular na U. Porto, com uma formação no Instituto de Pré-História de Bona), partiu para uma dupla carreira em Angola. Nomeado Inspector Provincial Adjunto da Educação, integrou também o Instituto de Investigação Científica de Angola, onde relançou as pesquisas arqueológicas à escala do território. Em 1969, regressou a Portugal por incompatibilidade com os então responsáveis pelo ensino do governo provincial. Tanto na Schola Europea (da União Europeia, em Lovaina), de que foi director) como na Universidade Portucalense, de que foi um dos fundadores, continuou os seus trabalhos sobre o património material africano, continuando um dos maiores especialistas portugueses desta área de conhecimento.

André Serdoura | Jorge Guimarães (AS|JH):
Como passou da Arqueologia peninsular para a de África?

Adriano Vasco Rodrigues (AVR): Fui para Angola em finais de finais de 1965. Eu tinha um irmão médico em Luanda e dois tios (irmãos do meu pai) a trabalhar na administração.

Tinha começado por dar aulas no curso de Arqueologia Peninsular na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Na altura não havia Faculdade de Letras no Porto. A carreira que eu tinha escolhido, Arqueologia, já tinha especializações mas os quadros estavam fechados porque havia pessoas

muito novas que estavam à minha frente em Coimbra e Lisboa. E portanto, acabei por me vincular ao liceu - onde tinha um lugar seguro - dava aulas no D. Manuel II.¹ Quando o meu pai faleceu, concorri para Angola: ia trabalhar na organização do ensino como inspetor liceal, criando ao mesmo tempo liceus. Deixei a funcionar doze em Angola; quando fui havia quatro. Criei lá - um ano antes de abrir aqui em Portugal - um ciclo preparatório. Deixei vinte e três escolas secundárias a funcionar lá. E fiz lá cursos de preparação para professores do ensino preparatório em cinco cidades.

* CEAUP

** CEAUP

Transcrição da gravação: Francisca Guimarães, Joana Abreu, Sandra Figueiredo.

1 Escola secundária no Porto, actualmente Escola Secundária Rodrigues de Freitas.

ASJG: E começou ao mesmo tempo a actividade arqueológica?

AVR: Quando cheguei a Angola, já tinha uma especialização equivalente ao doutoramento, feita em Santiago de Compostela em História da Arte, e também uma formação na universidade de Bona em pré-história, com técnicas tridimensionais. Desta maneira, o professor Cannas Martins, diretor do Instituto da Investigação Científica, convidou-me para trabalhar lá a tempo parcial, trabalhando o resto do tempo nos serviços da educação. Porquê? O argumento que me deu foi que a UNESCO criticava Portugal por ter trabalhos de etnografia, de geologia, etc. mas nada sobre arqueologia. E era verdade! Não tínhamos trabalhos de arqueologia sobre o Ultramar. A minha mulher foi também contratada a tempo inteiro no centro de investigação de pré-história e arqueologia, ligado ao instituto. Era ela quem ficava encarregada de fazer os ficheiros para os desenhos. Tínhamos também “tarefeiros” que trabalhavam connosco, estudantes-universitários que ganhavam à hora.

ASJG: Essa ausência de trabalhos prévios colocava certamente dificuldades metodológicas?

AVR: Sim. A arqueologia de Angola tinha avançado apenas na região da Lunda, fundamentalmente devido aos técnicos americanos contratados pelo Museu de Arqueologia da DIAMANG. Eu também estive na Lunda, conheço-a bem, mas o resto do país tem características muito diferentes. Tive problemas delicados em escavações. Por exemplo, numa escavação, pode encontrar-se um estrato correspondente a oito mil anos, e de repente, num estrato inferior, pode aparecer uma peça de há 400 anos. Uma peça de cerâmica portuguesa de há 400 anos. Porquê? Porque em Angola e na África intertropical,

há os períodos pluviais e os inter pluviais. Note-se que nestas regiões há chuvadas que removem tudo. Quando na companhia de um técnico alemão, da UNESCO, fiz fotografias em que é possível ver a profundidade das fendas abertas no terreno pela chuva - qualquer coisa como quatro ou cinco metros.

A primeira vez que apanhei uma chuvada dessas em Angola, tinha acabado de chegar, trabalhava na educação. Deslocava-me a Benguela num carro conduzido por um inspetor da educação. De repente o céu escureceu muito, quase não se via um palmo à frente. Nós íamos numa reta, plana, depois a seguir havia uma subida. Eu disse-lhe para parar, mas ele respondeu “não, não paro aqui”. Então começou a chover, pareciam pedras a cair no tejadilho. Continuamos cerca de 100 ou 150 metros antes de ele estacionar. Quando a chuva parou ele disse-me “olhe, a água está para aí um metro acima da estrada onde nós estávamos, se nós ficassemos lá éramos arrastados”. Com as chuvas aparecem muitas peças de superfície. Deixei no museu muitos instrumentos líticos recolhidos à superfície.

ASJG: Como se poderia sistematizar essa experiência metodológica?

AVR: Penso que ainda é uma necessidade actual fazer um manual claro e simples de metodologia da arqueologia de Angola. Angola tem praticamente todos os períodos líticos. Portanto, acho necessário antes de mais sistematizar a classificação das peças e dos métodos.

TRABALHOS E MATERIAIS: “Andei milhares de quilómetros só com um jipe”

ASJG: Quando iniciou o trabalho arqueológico, quais eram as suas prioridades?

AVR: Uma primeira coisa que procuramos fazer foi um mapa da pré-história de Angola.

Este mapa ficou depois na sala de trabalho localizada no Museu de Angola, que hoje continua a existir mas creio que ligado à etnografia.

Depois o trabalho de campo. Percorri Angola e conheço-a bem. Ia sempre com a incumbência de fazer ao mesmo tempo o levantamento arqueológico e o encargo de estudar as condições de criação de uma escola ou fazer orientação dos professores locais. Na altura tinha cerca de trinta anos. Ainda era jovem e corri muito por Angola. Andei milhares de quilómetros com um jipe e um Volkswagen que me deram novo na inspeção (só tinha trinta quilómetros). Andei mais de trezentos mil quilómetros – claro, também de jipe e de avião.

AS|JG: Como selecionou os seus locais de trabalho de campo?

AVR: Fizemos um questionário arqueológico para inventariar a localização de sítios arqueológicos e também históricos, como fortalezas ou capelas e igrejas portuguesas antigas. Depois pedimos ao governador-geral para o distribuir, através dos serviços, aos administradores. Em Angola uma grande parte da administração autárquica estava a cargo de administradores de posto, intendentes e governadores administrativos.

Nós distribuímos mais de 600 ou 700 inquéritos pelos administradores de posto. Alguns demoraram mais de um mês a responder mas enviaram para o instituto de investigação científica as respostas. Através delas, localizamos muitos sítios arqueológicos. Os estudantes que tínhamos contratados faziam em seguida ficheiros segundo a nossa orientação. Deixamos lá mais de 800 fichas, quase 1 milhar de fichas arquivadas com inúmeras indicações, desde os concheiros a inscrições. Quando viemos embora, deixámos lá todo esse material, que foi aproveitado pelo

professor Santos Junior e pelo Dr. Carlos Ervedosa, que trabalhou comigo.

AS|JG: Essa informação está disponível?

AVR: Nunca mais soube dela. Mas julgo que foi aproveitada parcialmente. Ficou bastante trabalho feito porque tivemos também desenhadoras a tempo inteiro - a minha mulher e uma outra colaboradora. Fizemos também reconstituições etc, mas ficou lá tudo.

AS|JG: Onde começou os trabalhos de campo?

AVR: Comecei no forte de Santo Amaro, que foi o primeiro forte construído em Luanda, no morro da Samba pequena. Lá encontrei um concheiro, e encontrei outros também em baixo, junto do mar, na praia, e em morros. Alguns deles em morros elevados, porque ao se irem depositando as conchas fizeram-se os montes. Ao escavar encontramos os concheiros junto de um muro da época colonial, assente sobre o concheiro. Mas o que eu achei curioso nesse morro da Samba, foi exatamente o nome, porque os concheiros no Brasil são conhecidos como *sambaquis*. Na altura correspondi-me com uma arqueóloga brasileira que tinha estudado *sambaquis* e há muitas semelhanças entre os de Angola e os do Brasil.

Nalguns destes concheiros, encontramos também muitas evidências da alimentação da época colonial, isto é de cerâmica que levava comida, que os portugueses devem ter deitado fora e que eles aproveitaram.

AS|JG: Que datação fez para os muros do Forte?

AVR: O forte é do século XVII e datamos também os concheiros. Alguns têm cerca de 7, 8 ou 9 mil anos. Outros eram até do século XVI. Quase ocupação con-

tínua. Uma coisa que notei em Angola: a transição faz-se do paleolítico para a Idade do Ferro, e a Idade do Ferro começa à volta do século XI, XII. Com infiltrações vindas do Norte, os concheiros mantiveram-se naquela zona do litoral, uma zona pobre. As casas, os kimbos, as aldeias, é tudo no interior, onde há fauna e flora favoráveis. Quem sobreviveu no litoral, foram os *sandloopers* – como lhes chamam os sul-africanos, que também os estudam na Namíbia. Os *sandloopers* são os caminhantes da areia, que faziam habitações com pedras fincadas na areia e que deixaram os concheiros, que se mantiveram até à chegada dos portugueses.

AS|JG: Então considera que na época pré-colonial as principais inovações culturais vieram do Norte?

AVR: Sim, dos sítios onde há floresta. Mas a área dos concheiros é semiárida, e árida a partir da ponta do Cabo Negro. Aliás, ainda, antes do Cabo Negro é tudo já areal. O litoral é semiárido em cerca de 30, 40 km para o interior, e em alguns sítios vai até 100 km, onde não há nada, salvo um ou outro embondeiro e espinheiras.

AS|JG: Identificou abrigos dos *sandloopers*?

AVR: Sim. A única coisa que encontrei no seu interior foram conchas. Num deles também encontrei uma garrafa. E porquê? Porque eles vinham à costa, aonde vinham dar as garrafas que se deitavam dos barcos. Encontrei nos concheiros de Luanda vidros de garrafa partidos para fazerem pontas de seta. O Prof. Santos Júnior, que esteve lá comigo meses antes de eu vir embora, nem queria acreditar. Dizia-me que não podia ser ao que lhe respondi: “se percebe alguma coisa da técnica da pedra, sabe que é”.

AS|JG: Também trabalhou sobre as conchas-moeda?

AVR: Sim. Como disse, os concheiros mantinham-se ali quando os portugueses chegaram à ilha de Luanda. Os portugueses vinham do Congo e encontraram aí um dos subditos do N'gola. Na chamada ilha de Luanda - a ilha das Cabras - procurava-se moeda para o tesouro do Rei do Congo: as conchas. Um tipo particular de concha, a *Moneta*, em forma de búzio, pequenina, que ali existia.

AS|JG: Dos seus outros trabalhos arqueológicos em Angola, falou, antes da entrevista, dos túmulos da Quibala. Consegue definir a área de influência? Continua a manter que sofreram influências do Zimbabué?

AVR: Esses túmulos são sempre construídos em sítios elevados, e os funerais obedecem a um ritual semelhante à utilização da pele do boi e do embalsamamento. Tem algumas semelhanças com as culturas sub-nilóticas (no sul do Nilo). Está provado que houve influência da região sub-nilótica nas técnicas de construção.

Essa cultura avançou para sul (Vitória, Nairobi e Zimbabué), atravessou a zona em torno de Luanda e chegou à zona da Quibala. As sociedades dos construtores desses túmulos conheciam a fundição do ferro e a tradição de conservar o antigo cadáver com sal, óleo de palma e sal com a pele de boi; tinham atividade pastoril, comprovada pelas trocas que efetuavam com o sul.

O tipo de decoração com as pedras em escamas que lhes está associado lembra as folhas de palmeira que não é usada só para a decoração. O óleo de palma também é usado para fazer a conservação de cadáver no que também há semelhança com os monumentos do Zimbabué.

O caminho que seguiram está perfeitamente definido através de construções: há uma série de morros fortificados de pedra que avança desde a fronteira com o Zimbabué até à Quibala. Portanto não tenho dúvidas de que esta povoação teve relações culturais com o Zimbabué.

AS|JG: E havia então várias tipologias de túmulos?

AVR: Vários. Uns com corredores, outros mais simples. De acordo com o poder que tinha o soba. Na Quibala, por exemplo, havia quatro sobas grandes que dominavam a região.

AS|JG: E os rituais funerários?

AVR: Na região do Huambo, quando morre um soba diz-se constantemente que o soba está gravemente doente e que não pode atender ninguém. Na verdade, o soba já está morto. Pegam nele, penduram-no no alto da cubata com uma corda e vestem-lhe o melhor traje que tiver. A mulher mais velha do kimbo² vai todos os dias dar uma volta ao corpo.

Ao fim de dez a doze dias, a cabeça do cadáver separa-se do corpo e então o soba está oficialmente morto. A cabeça, expõem-na à voracidade da formiga cadáver que limpa toda a carne e deixa o crânio completamente limpo.

O corpo é então enterrado – portanto, fazem a cerimónia do funeral do soba. A cabeça é metida numa mala, normalmente de cartão, que é levada para uma gruta na montanha, onde se junta à de outros sobas.

Quando têm problemas graves (por exemplo quando se está em perigo não haver água para o gado ou uma situação conflituosa com os vizinhos), sentam-se ali, põem os

crânios dos sobas à sua frente e vão invocando de cada crânio, inspiração para resolver o problema. Ao mesmo tempo vão fazendo lileações e vão bebendo aguardente de palma. E quando sentem a inspiração, recolhem os crânios e seguem a inspiração que lhes deu aquele crânio.

Entre os sobas da Quibala, não havia esse ritual. Quando o soba da Quibala morria, o curandeiro vinha verificar se ele estava morto. Começavam depois quatro indivíduos a correr as ruas da aldeia e esconder tudo nas cubatas: cabras, porcos, crianças. E passando um certo tempo os *cassequingos* – isto é, os guardas do soba – saíam com catanas a matar tudo o que encontrassem. Não encontrando quem matar, iam então a alguma aldeamento vizinho com quem estivessem de más relações para capturar uma criança, que matavam. Depois de a deitarem ao rio, traziam a sua cabeça para acompanhar o soba. Depois vinham as quatro mulheres do soba para junto dele e o *quimbanda*. Este introduzia-lhe, através do pescoço, um funil com óleo de palma a ferver para dissolver as vísceras e quando começasse a sair o óleo de palma, consideravam-no embalsamado. Envolviam-no então na pele de um boi e as mulheres podiam então chorá-lo, o que antes não podiam fazer. A aldeia vem assim prestar o seu pranto ao soba, seguindo em seguida para o monte que escolheram, onde começam a construção da *mebila*, (ou *M'Bila*). São assim chamadas por terem a forma de um seio.

Dentro dela fica a câmara onde se depositava o soba. As *mebilas* são profundamente decoradas, têm as entradas tapadas com lajes nos quatro corredores (são dois corredores que se cruzam).

Todos durante um ano faziam *totuína*. *Totuína* quer dizer que vão depositar comida para o soba se alimentar – obviamente que a comida se vai decompondo. Essa comida era depositada em vasos, alguns desses muito antigos.

² I.e, do aldeamento.

Pelos estudos que fizemos, a maior parte destes sobas aí sepultados datam dos séculos XVI, XVII, XVIII. Um dos túmulos com as quatro divisórias, data do século XVIII.

AS|JG: Falou também do caso da embarcação que descobriu no deserto do Namibe. Como é que a encontrou?

AVR: Tinha feito um trabalho de inventariação dos naufrágios na costa: mais de setenta naufrágios! Setenta e seis, salvo erro. Há registos em Angola dos naufrágios. Notem que quando do desembarque do Salvador Correia de Sá em frente à Benguela, a nau principal naufragou.

AS|JG: O seu inventário dos naufrágios abrange uma grande intervalo cronológico?

AVR: Do século XVI aos dias de hoje. A marinha fez uma sondagem na altura em que eu andava a desenvolver estes estudos. Por exemplo, no caso da nau capitânia do Salvador Correia, verificou-se que estava em frente a Benguela, a cerca de 70 metros de profundidade. Em Luanda havia embarcações naufragadas a cerca de 14 ou 15 metros.

AS|JG: E no caso do navio do Namibe?

AVR: Um amigo meu – sargento da marinha e professor de trabalhos manuais – chamou-me a atenção para uma praia que existia no sul de Benguela, no Namibe: a praia do Navio. Referiu um relatório de 1894 do médico da marinha, Dr. Pereira do Nascimento, que fez as prospecções mineralógicas no deserto e mencionava um barco naufragado. Foi a partir dessa descoberta que decidimos ir à procura da praia e do barco naufragado.

Simplesmente as *calemas*³ tinham destruído o navio e feito com que se espalhasse por uma vasta área. Mais: se espetarmos uma estaca, passados uns meses encontramos um montículo; vão-se depositar areias em torno dela; deste modo, grande parte do barco estava soterrado na areia.

Da primeira vez que lá fomos tivemos um acidente – rebentou junta da colaça do jipe, que já era velho. Se não tivéssemos levado água em abundância tínhamos lá morrido de sede! Algum tempo depois, com os geólogos, dois jipes e outros apoios fizemos a prospecção, na qual andei a caminhar por dois ou três dias até acabar por encontrar um mastro, e, depois encontrei outro mastro. Ao fazer a escavação encontramos as quilhas. Pelos mastros, concluiu-se que o barco não era uma nau, mas seria uma embarcação já de três mastros do final do século XVII, princípio do XVIII. E também pertencia à rota da Índia porque tínhamos encontrado madeira de teca em abundância (o barco até pode ter sido refeito ou reconstruído e preparado com essa madeira de teca). Propus ao Instituto de Investigação científica trazer o navio para o reconstruir. Os geólogos que estavam comigo calcularam que o custo de transporte, do trabalho de recolha das peças (porque nós vimos só algumas, não alargamos todo o trabalho) ficaria à volta dos 250 contos. Lá ficou.

BALANÇO E PERSPETIVAS: “Vim zangado com os meus superiores em Angola e não me enganei”.

AS|JG: Em que circunstâncias se retirou do trabalho arqueológico em Angola?

AVR: Foi pena eu não continuar lá, porque, tal como conto no livro⁴, zanguei-me com os meus chefes - os da educação, não os da investigação científica. Desses, sempre tive o

3 Expressão *kimbundu* para as as tempestades e também marés vivas.

4 “De Cabinda ao Namibe. Memórias de Angola. Coimbra, Palimage, 2011”...

máximo apoio! Contudo, como estava no quadro dos serviços educativos não queria perder o lugar. Convidaram-me para ir trabalhar para a investigação científica: iria parar a uma das universidades planeadas, mas a verdade é que na altura não existiam. Continuei com o meu lugar no liceu, porque tinha a certeza de três coisas: primeiro, ganhava mais do que se fosse assistente na universidade, segundo, tinha um lugar garantido, e terceiro, podia ter comissões de trabalho noutros sítios.

Estive então para ir para uma universidade alemã, cujo diretor do Instituto de Pré-História e História Antiga me convidou. Ele estava ligado à arqueologia do Perú mas de África pouca informação tinha e eu tinha muita documentação sobre o assunto. Acabei por decidir não ir, deixei a documentação toda em Angola e regresssei a Portugal. Convidaram-me então para abrir o liceu Garcia de Orta, no Porto, e fazer um liceu piloto. Foi o primeiro liceu que teve co-educação. Isto é, era um liceu misto. Deram-me liberdade, era um liceu que não tinha “Mocidade Portuguesa”.

Vim zangado com os meus superiores em Angola e não me enganei. Mais tarde, o meu chefe principal foi julgado sob a acusação de ter desviado 13 mil contos ao Estado!

AS|JG: E o material encontrado, em que condições o deixou?

AVR: Deixei lá o material todo, inclusivamente material que me tinham dado. Havia peças oferecidas por um soba - duas argolas de prata para as pernas, pesando uma dois quilos e meio e a outra cinco. Cinco quilos de prata!

A minha mulher recusou traze-las e disse: “Isto é de Angola, fica cá em Angola.” E lá ficaram, ficaram no museu, as duas peças, que eram minhas!

AS|JG: Teve oportunidade de fazer cursos de formação arqueológica em Angola?

AVR: Mesmo antes de começar os trabalhos, fiz durante alguns meses cursos de formação a jovens e adultos que queriam trabalhar nas escavações.

Não comecei as escavações sem mostrar as dificuldades que existiam, o respeito que tínhamos de ter pelo material, como se devia escavar. Aprenderam topografia, a fazer os cortes, os desenhos. Os concheiros, por exemplo, foram todos desenhados: até comprámos, guarda sóis e mesinhas para as senhoras trabalharem nessa tarefa!

Para se fazer ideia do que representa essa formação prática, note-se que durante o meu estágio em técnicas tri-dimensionais na Alemanha, eu, que já tinha dado aulas de Arqueologia Peninsular na faculdade durante um ano, com um livro editado pela Porto Editora, fui posto a trabalhar com três operários a preparar o campo para as escavações durante vinte e dois dias.



aldisi



África em debate

Arqueologia de África
– perspectivas



Archéologie au Tchad: état de lieu et perspectives

Hamdji Noudjiko*

p. 101-103

Le Tchad est un État d'Afrique centrale, situé entre les 7° et 24° de latitude nord et les 13° et 24° de longitude Est (Lebarbe et Lebel, 1997). Il est limité au Nord par la Libye, à l'Est par le Soudan, à l'Ouest par le Cameroun, le Nigeria, le Niger, et au Sud, par la République Centrafricaine. Avec une superficie de 1 284 000 km² et une population de 11 175 915 habitants, le Tchad est le vingtième (20^{ème}) pays au monde par sa superficie et le quatrième (4^{ème}) plus grand pays d'Afrique après l'Algérie, la RDC et la Libye. Géographiquement, le Tchad constitue un point de transition entre l'Afrique du Nord à l'Afrique noire. Il est proclamé république le 28 Novembre 1958, et indépendant le 11 août 1960. Le Tchad est riche en histoire certes, mais en l'espèce, nous nous intéresserons aux recherches archéologiques qui ont été opérées dans cette partie du continent africain.

Les potentialités des richesses archéologiques avaient attiré l'attention des chercheurs de différents horizons à s'intéresser dans la recherche des outillages anciens et des traces humaines lointaines. Ces recherches archéologiques ont commencé pendant la période coloniale et ont connu une avancée significative. Plusieurs missions de recherche conduites par des éminents chercheurs ont prospecté les différentes régions du pays. Au Nord et au centre, on a les missions de recherches effectuées par: Wulsin (1928), Mr Dalloni (1930-1931; 1944-1945), Léon Pales - Seliquer (1936-1939), Lebaudy - Griaule (1938-1939), Lebeuf Jean-Paul et Annie (1949-1950), Arkell (1957), Berliet Ténéré (1959-1960), Gerard Bailloud (1956-1957) Yves Coppens (1960-1961, 1963, 1964, 1965, 1966) et autres. Signalons aussi que dans cette partie du pays, des administrateurs coloniaux et personnels de santé, pour satisfaire leurs curiosités intellectuelles, se sont intéressés aux recherches archéologiques, tels que les recherches des Docteurs Bruna Rosso et Bréaud, des capitaines Scheibling, Laparra, et Massip, des Lieutenants Guinot, Laboubée, Leroy et Fevai, du Sergent Chef Lopatinsky. Dans la zone méridionale (Sud du Tchad), les principales missions de recherche étaient celle de J. Courtin (1962-1963), Thierry (1974-1975). Ces recherches ont donné des résultats satisfaisants par la mise à jour d'une foule d'outils lithiques variés et de tout âge (Page d'Histoire 2001, 17). Grâce à ces recherches, l'on a pu démontrer à travers la multitude d'outillage archéologique, l'ancienneté de la présence humaine au Tchad (Tchad berceau de l'humanité) Une carte archéologique sur les buttes Sao aux abords du Lac Tchad a été élaborée par Lebeuf Jean-Paul mais elle demeure incomplète car, elle ne prend pas en compte tous les sites archéologiques, il y a assez des buttes Sao non identifiées à l'exemple du canton Katoa, à l'Ouest de Guelendeng vers la frontière du Cameroun (Lebeuf, 1980, p. 639). Concernant la carte du fer, elle n'est pas encore élaborée et bien d'autres cartes des sites sacrés et cultuels.

* CEAUP

Les récentes recherches effectuées par certains chercheurs et étudiants du département d'Histoire sur certains sites ont suscité l'admiration de la richesse archéologique du Tchad. Ces travaux de recherche paraissent incomplets parce que n'abordant pas tous les aspects de l'archéologie. Beaucoup des chercheurs et étudiants mènent les recherches sur la poterie Sao, céramique, les buttes Sao, la métallurgie traditionnelle dans certaines régions. Les recherches archéologiques sur le champ pétrolier de Doba au Sud du Tchad ont mis au jour les hauts fourneaux pour l'extraction des minerais de fer traditionnel. Au sujet du fer, le Tchad serait considéré comme le Birmingham c'est-à-dire une zone très riche en fer. On peut trouver le fer dans beaucoup de régions du pays.

Malgré leur richesse et leur diversité, beaucoup de sites archéologiques et patrimoines archéologiques sont menacés de disparition suite aux actes de vandalisme des habitants (exploitation agricole, construction des habitats, engloutissement dans le périmètre urbain), contre les sites, les monuments archéologiques et culturels. Et pourtant ces domaines sont protégés par la loi n.° 14-60 du 2 novembre 1960 ayant pour objet la protection des monuments et des sites naturels, des sites et monuments de caractère préhistorique, archéologique, scientifique, artistique ou pittoresque, le classement des objets historiques ou ethnographiques et la réglementation des fouilles. Il faut noter que les patrimoines archéologiques, culturels et monuments du Tchad sont protégés par la Direction Générale du patrimoine sous la supervision du Ministère de la Culture.

Vu la superficie du pays (1 284 000 km²) et le nombre de sites mis à jour, nous disons que le pays sur le plan archéologique est très peu exploité, beaucoup de régions sont encore inexploitées. Donc il serait intéressant de penser y organiser des recherches approfondies. C'est dans cette perspective qu'il a été instauré l'enseignement de l'archéologie dans les Universités du Tchad, au département d'Histoire. Cet enseignement vise à donner des notions de base en archéologie de la 1^{ère} à la 3^{ème} année de Licence et c'est en 4^{ème} année que l'étudiant se spécialise dans ce domaine. Malgré tout, il est à retenir qu'au Tchad, il n'ya pas un département d'archéologie. Pourtant, il y a plusieurs thèmes sur lesquels on peut mener des recherches archéologiques à savoir: «La peinture rupestre au Bourkou Enedi Tibesti»; «Le bâti et leurs murs défensifs des sultanats de l'époque précoloniale»; «Les urnes funéraires Sao au Tchad»; «Les buttes Sao au Tchad»; «Le bâti dans la ville de N'Djamena»; «Le bâti Kotoko»; «La métallurgie traditionnelle au Tchad»; «Les hauts fourneaux au sud du Tchad»; «La céramique Kotoko»; «Le fer traditionnel de Ndam»; «Les implantations humaines dans la basse vallée du Chari et Logone».

Certaines institutions à savoir: l'université de N'Djaména dispose d'un Laboratoire en Archéologie, quand bien même on utilise des matériels rudimentaires, ravitaille le musée national une fois l'étude des vestiges trouvés au cours de la fouille. Ces matériels sont envoyés pour la restauration et la conservation. Toutes les collections paléontologiques qui se trouvent au musée national sont déposées par le CNAR (Centre National d'Appui à la Recherche). Les institutions que nous avons évoquées ci-dessus (Université, Musée et CNAR) n'ont pas un accord de partenariat mais leur relation se limite juste à la collaboration. Nous dirons qu'un partenariat formel et une bonne synergie de travail entre ces différentes institutions permettrait d'explorer les domaines variés en recherches archéologiques.

Notons aussi qu'il se pose un réel problème de matériels de travail dont les fouilles archéologiques ne se font pas dans la règle de l'art. De tout ce qui précède, les étudiants ne bénéficient pas du savoir nécessaire et du transfert des connaissances en recherches archéologiques.

Références bibliographiques

- Capitaine, Seliquer (1941), Éléments d'une étude archéologique des Pays-Bas du Tchad. *Bulletins et Mémoires de la Société d'anthropologie de Paris*, Paris, IX.° Série. Tome 2, pp. 112-127.
- Courtin, Jean (1965), Le sanctuaire « Sao » de Bout-Al-Kabir (Fort-Lamy, Tchad). *Bulletin de la Société préhistorique française*. Tome 62, n.° 3. pp. 100-103.
- Griaule, Marcel et Lebeuf, Jean-Paul (1948), Fouilles dans la région du Tchad. *Journal de la Société des Africanistes*. Tome 18, fascicule 1, pp. 1-116.
- Huard, Paul (1966), Introduction et Diffusion du Fer au Tchad. *The Journal of African History*. Cambridge University Press, Vol. 7, n.° 3, pp. 377-404.
- Huard, Paul; Massip, Jean-Marie et Bruna Rosso (1968), Grands outils de pierre polie du Sahara nigéro-tchadien. *Bulletin de la Société préhistorique française*. Tome 65, n.° 2, pp. 629-641.
- Lebarbe, L et Lebel, T (1997), *Climatologie et précipitation d'après une expérience HAPEX au Sahel*.
- Lebeuf, Jean-Paul (1969), Carte archéologique des abords du Lac-Tchad (Cameroun, Nigeria, Tchad). *Centre national de la Recherche scientifique*. Paris, vol. sous emboîtement: 1^{er} partie; 2^e partie, cartes: 5 cartes noire, 6 cartes dépl. Coul, p. 171.
- _____ (1980), Travaux archéologiques dans les basses vallées du Chari et du Logone (1936-1980). *Comptes-rendus des séances de l'année... - Académie des inscriptions et belles-lettres*, 124^e année, n.° 4, pp. 636-656.
- Lebeuf, Jean-Paul et Griaule, Marcel (1948), Fouilles dans la région du Tchad. *Journal de la Société des Africanistes*, Tome 18, pp. 1-116.
- Page d'histoire (2001), Les recherches préhistoriques et archéologiques au Tchad, *carrefour n.° 007, mars-avril 2001 N'Djaména*, pp. 17-20.
- Pales, Léon (1937), Découverte d'un important gisement préhistorique à Fort-Lamy (Tchad). *Journal de la Société des Africanistes*. Tome 7, fascicule 2, pp. 125-172.
- Treinen, F. (1965), Harpons en os dans un gisement Sao de la région de Fort-Lamy, République du Tchad. *Bulletin de la Société préhistorique française*, Tome 62, n.° 8, pp. 267-268.





África em debate

Poderes e identidades



A representação do tráfico de cafres de Moçambique na obra *Geographia Historica Orientalis*, impressa em 1641 pelo dinamarquês Hans Hansen Skonning. O escravismo no imaginário dos nórdicos num contexto de mudanças

Jorge Simón Izquierdo Díaz*

p. 107-133

1. As companhias do Ultramar

A prática escravagista dinamarquesa vincula-se à actividade comercial desenvolvida nas ‘antigas colónias tropicais’ da Ásia, África e das Caraíbas. O tráfico e a gestão das colónias eram suportados pelas Companhias do Ultramar, sociedades anónimas criadas com o apoio da coroa. Duas das rotas do Ultramar seguidas pelos barcos das companhias dinamarquesas implicam tráfico de escravos. O tráfico de escravos é inseparável da rota de navegação entre a costa da Guiné e as ilhas das Caraíbas, segunda etapa da ‘Rota do triângulo’ entre a Europa, a África e as Caraíbas (no período de 1660 a 1845), enquanto na rota da Ásia (1616 - 1830) o serviço doméstico justifica o emprego de *morianer* ou servidores domésticos de origem asiática e africana. A historiografia nacional sobre o período colonial centrou seus esforços em descrever a fundação das companhias do ultramar (Willerslev, 1944; Gøbel, 1980) e na rota do triângulo (Kay Larsen, 1928; Kristoff Glamann, 1980; Per Nielsen (ed.), 2001), no entanto, a preferência pelo estudo do período mais estável da *Ostindisk Kompagni* (Companhia da Índia Oriental) ao longo do século XVIII (Kay Larsen, 1932; Gunnar Olsen, 1967) tem condicionado o abandono historiográfico da presença dinamarquesa em Tranquebar no século XVII (Subrahmanyam, 1989), e os historiadores optaram por uma abordagem mais superficial da prática escravagista dinamarquesa durante a primeira metade do século XVII na Ásia (Lauring, 1990). Boa culpa do esquecimento da escravidão doméstica no século XVII tem-na o carácter minoritário e episódico de uma prática social não integrada num sistema de produção, mas destinada a fornecer mão de obra de prestígio para o serviço doméstico de uns privilegiados.

* Universidade de Copenhaga.

A transição desde a morte do rei Christian IV (1577 - 1648), com quem termina o feudalismo dinamarquês, e o estabelecimento da monarquia absoluta (*enevælde*) em 1660 pelo seu sucessor Frederik III (1609 - 1670) muda os eixos do poder do país. O poder da aristocracia de províncias cede lugar a novas formas de poder centralizado na capital, desde então há o fomento do comércio, da indústria e dos estaleiros (Feldbæk, 1993). O projecto mercantilista dinamarquês apoia-se na actividade das suas companhias comerciais, que se constroem à imagem do modelo holandês. Da rota da Ásia encarrega-se a *Ostindisk Kompagni*, criada em 1616, substituída em 1730 pela *Asiatisk Kompagni* (Companhia da Ásia). Para a rota de África (até à Cidade do Cabo) cria-se em 1657 a *Gluckstadt Kompagni* que opera até 1673, ano em que é absorvida pela *Vestindisk-guineisk Kompagni* (Companhia das Índias Ocidentais e da Guiné) criada em 1671 e que opera até 1755. Depois de uma pausa de uma década, a partir de 1765 e até 1776 a *Vestindisk-Guineisk Kompagni* encarrega-se de realizar a rota. Outras companhias menores fundam-se para traficar produtos da Islândia e Gronelândia, e para o sul da Europa (sobretudo sal). O projecto ultramarino dinamarquês aparece como uma oportunidade para a busca de novos recursos depois da redefinição das fronteiras marítimas em consequência das duas guerras com a Suécia no século XVII¹. O centro de operações do ultramar é a cidade de Copenhaga, que a princípios do séc. XVII tinha uma população de 25 000 habitantes. Christian IV não só foi um rei guerreiro mas também um monarca fomentador. Seu é o projecto de converter a pequena cidade-corte de Copenhaga numa importante capital do norte de Europa no século XVII. Do seu epistolário depreende-se que Christian IV estava pessoalmente envolvido nos seus projetos urbanos e arquitetónicos (*Rosenborg slot, Børsen, Holmens kirke*), industriais (estaleiros de *Bremerholm*) e empresariais (accionista na *Ostindisk Kompagni*). Soubes acordar o interesse dos nobres de províncias e empresários burgueses de Copenhaga que colaboraram no seu projeto do ultramar. Christian IV estava pessoalmente envolvido como principal promotor das expedições de Jens Munk ao Ártico na busca de uma via para a China pelo norte (em Maio de 1619) e de Ove Gedde a Ceilão em Outubro de 1618, graças à qual se fundou o assentamento de Tranquebar, enclave situado ao sul da actual cidade de Madrás, na costa indiana de Coromandel. A administração das companhias era de natureza semipública, com a particularidade de que o rei era o principal accionista (G. Olsen, 1967). A coroa emitia um *octroi* (carta de concessão de privilégio) e decretava um regulamento com instruções regulamentando a navegação e actividades comerciais no destino. Instruções específicas guiavam a cada expedição².

1.1. O tráfico de escravos na Rota do Triângulo

Os dinamarqueses conseguiram assentar-se na costa da Guiné no contexto da guerra entre a Dinamarca e a Suécia entre 1657 - 1659, durante a qual a fortaleza sueca de Carolusborg no país Fetu (actual Cape Coast Castle no Gana ocidental), foi oferecida pelo seu governador

- 1 O projecto ultramarino dinamarquês, impulsionado por Christian IV e continuado por Frederik III, é marcado por dois episódios militares na história das relações entre a Dinamarca e a Suécia, depois dos quais fica definida a saída para o mar do país. Depois da guerra de Kalmar, 1611-1613, a Suécia abandona as suas reivindicações sobre Finmark e o norte da Noruega, e depois da guerra sueco-dinamarquesa entre 1657 - 1659, que finaliza na paz de Roskilde com a concessão da Dinamarca à Suécia dos territórios do sul da península escandinava (Escania, Halland e Blekinge), a Dinamarca perde o controle de Øresund, a porta do Báltico.
- 2 Feldbæk, 1986 compilou os *octroi* e regulamentos das companhias do ultramar que estão a salvo no Arquivo Nacional (Rigsarkivet) em Copenhaga.

Heinrich Carloff, um alemão ao serviço da *Svenska Afrikanska Kompaniet*, a Frederik III, rei da Dinamarca. A fortaleza passou a mãos dinamarquesas no dia 1 de Agosto de 1657, mas cedo a perderam para as mãos holandesas e inglesas. Para dirigir seu projecto africano, os dinamarqueses construíram e assentaram-se nas novas fortalezas de Fredensborg (hoje: ruínas em Old Ningu, no Gana) e Christiansborg (hoje: Osu Castle em Acra).

As origens do comércio de escravos dinamarqueses na costa de África no século XVII são lentos e escuros. A tarefa da primeira empresa africana dinamarquesa, a *Glückstadt Kompagni*, fundada em 1658,³ é o comércio de ouro e marfim de África, produtos que a companhia troca por têxteis, metal e armas de fogo que transportam da Europa. A falta de um mercado regular para os escravos é decisiva para a baixa atividade do comércio de escravos da *Glückstadt Kompagni* cuja contribuição para o comércio de escravos africanos foi insignificante (Alberti, 1850). A empresa foi deficitária pela instabilidade do meio africano e o empurre de outros países europeus. Depois da sua ascensão ao trono em 1670, o rei Christian V deu um impulso ao comércio de escravos dinamarqueses como uma maneira de fornecer mão-de-obra para as plantações de açúcar da ilha recém-adquirida de Santo Tomás (Skt. Thomas), nas Caraíbas. O tráfico de escravos passa a fazer parte da denominada rota do triângulo: manufacturas e armas da Europa são trocadas por escravos da Guiné, que transportados para as colónias das Caraíbas onde são trocados por cana de açúcar para a Europa. A *Glückstadt Kompagni* foi desmantelada e em 1671 fundou-se a *Vestindisk-Guineisk Kompagni*, com sede em Copenhaga. O *octroi* de 1670 não menciona explicitamente o tráfico de escravos como parte das atividades da companhia, mas a atividade é regulamentada por meio de ordens e permissões específicas. C. Alberti (1850) aponta que a primeira sanção legal na Dinamarca para o comércio de escravos da Guiné, é uma ordem de 06 março de 1674 ‘af bevilling Kongelige 1ode. Juli’ pela que se permite ao armador Jørgen Thormøhlen de Bergen, enviar um barco para realizar uma navegação para a Guiné, com a condição de que “o tráfico de escravos seja para *Vestindisk-Guineisk Kompagni*”⁴ (Alberti, 1850: 203). No entanto, o mercado de mão de obra escrava continua a ser fraco e intermitente. Neste período, os escravos são usados para o serviço da colónia (emprego militar, serviço doméstico). A carta do governador Crull ao rei dinamarqueses Christian V em 1676 é explícita: “Nós não temos dinheiro para comprar pão para os escravos” (Justesen, 2005). Por decisão real a 3 de Março de 1680, ponto § 1, o rei Christian V vê-se obrigado a liberar do pagamento de impostos um barco para manter o negócio da rota (Alberti, 1850: 206). Como forma de superar a falta de negócio, a *Vestindisk-Guineisk Kompagni* subcontrata privados para responder à procura da rota do triângulo. Por ordem real do 8 de Abril de 1684 permite-se a um investidor privado, Holger Pauli, fretar tantos navios como lhe seja possível para o comércio africano, ainda que não conte com licença explícita para o comércio de escravos (Alberti, 1850), mas se subentende que esse é o produto de África. A prusiana Companhia de Brandemburgo (*Kurfürstliche Brandenburgisch-Afrikanische Compagnie*), fundada em 1682, foi outro colaborador externo da *Vestindisk-Guineisk Kompagni*, a qual embarcou escravos para Skt. Thomas, uma parte dos quais foram reenviados a outros portos das Caraíbas (Weindl, 2010). No *octroi* de 1697 Christian V pede à *Vestindisk-Guineisk Kompagni* que se faça cargo da fortaleza de Christiansborg (Guiné) e das ilhas Skt. Thomas e Skt. Jan e que saque todo o benefício que possa do comércio transatlântico

3 A sede da companhia é a cidade de Glückstadt, fundada em 1617 por Christian IV à beira do rio Elba, na região de Schleswig-Holstein.

4 ‘(...) dog at slavehandelen alene bliver for det danske vestindiske compagnie’ (Alberti, 1850: 203).

(Art. 1)⁵. Até então, o colonialismo dinamarquês na África já tem a sua literatura de viagem. Em 1697, Erick Tilleman descreve as suas experiências na rota do Golfo da Guiné *'En kort og enfoldig beretning om det landskab Guinea og det beskaffenhed'* (Um breve e ingênuo relato da paisagem e da natureza da Guiné)⁶. A atividade da *Vestindisk-Guineisk Kompagni* estabiliza-se com o monopólio do tráfico depois da incorporação à coroa das ilhas de Skt. Jean (1717) e Skt. Croix (1733). Pelo *octroi* de 5 de Fevereiro de 1734, o rei Christian VI concede privilégios à *Vestindisk-Guineisk Kompagni* para povoar as ilhas (§ 1) e para negociar com escravos (*slavehandel*) da costa africana para as plantações de açúcar das Caraíbas (§ 3)⁷. Do século XVIII contamos com as descrições de viajantes administradores ao serviço da *Vestindisk-Guineisk Kompagni*: Erik Rømer (1760): *'Tilforladelig Efterretning om Kysten Guiné'* ('Uma descrição veraz da Costa da Guiné') e Poul Isert (1788): *'Reise nach Guinea und den Caribaischen Inseln in Columbia'* ('Viagem à Guiné e às ilhas das Caraíbas na Colômbia'), o livro mais significativo do debate sobre o tráfico de escravos no período abolicionista. São contemporâneos dos relatos de William Bosman (1705) e Ph. Barbot (1732). Após o fechamento da *Vestindisk-Guineisk Kompagni* em 1754, as três ilhas (*Dansk Vestindien*) passaram a depender diretamente da administração pública dinamarquesa. A 16 de Março de 1792, a Dinamarca decide proibir o tráfico de escravos africanos nos seus barcos às Caraíbas⁸, que se fez efectiva em 1803 depois de uma moratória de dez anos, mas só até 1848 que depois de um longo período de insegurança económica e instabilidade política o governador Peter von Scholten decide a libertação dos escravos das ilhas (Loftin, 1966). Em 1917 o estado dinamarquês vendeu as três ilhas aos EUA (Estados Unidos da América) (que hoje se denominam as Virgin Islands). Dos aproximadamente 12 milhões de africanos trasladados pelos negreiros europeus da costa da Guiné para a América entre 1450 e 1867, Per Hernæs (1984: 232) estima que, de 1660 a 1806, quase 100 000 foram transportados em barcos dinamarqueses.

1.2. O tráfico de escravos na rota da Ásia

A rota da Ásia não sustenta um regime de produção escravagista dinamarquês na Ásia. Mais que impor um novo sistema, os dinamarqueses, a par do resto dos países europeus (Vink, 2003), retomaram o modelo asiático de escravatura doméstica. O depoimento de Mourids Christensen, um empregado da *Ostindisk Kompagni*, que em 1670 denuncia no seu diário a compra e venda de tâmile como bestas de carga, testemunha a prática local: "Os malabares quando têm necessidade de alimento (...) vendem a seus próprios filhos, meninas e meninos, e a sua própria esposa, a quem queira comprar (...), (que) se convertem em escravos e trabalham como bestas (...)" (M. Christensen, 1670: 62)⁹. Os *plakat* da holandesa

5 O que podemos considerar como um velado convite ao tráfico de escravos à luz dos comentários do art. 3 do *Octroi* de 5 de fevereiro de 1734, onde se recomenda "manter o tráfico de escravos que já tinha recomendado Christian V em 1697".

6 Antecessores literários de E. Tilleman sobre a Costa de Ouro são Pieter De Marees (1602) e Wilhelm J. Müller (1673), a quem parece que imita.

7 No ano anterior, em 1733, o rei Christian VI introduziu no país a *stavnbandet*, a obrigação dos jovens camponeses a permanecer no lugar de nascimento.

8 "Forordning om negerhandel af 16.3.1792".

9 "Mallebarerne naar dee lider trang for Føde, eller Dyre Aaringer er, Selger di bort till Huem som Kôbe vill deris egne boern, Piger och drenge, ia Manden sin egen Kone naar noden er størst, och dersom hand endaa fattis selger manden sig selffuer och bagefter, och maa werre Slaffuer och arbeede som andre bæster deris Liffuis tid med Hug och slag, nogen och suelt uden nogen modsigelse" (M. Christensen, 1670: 62).

VOC (*Vereenigde Oostindische Compagnie*, Companhia das Índias Orientais) (Chijs, 1900) refletem uma prática escravagista estendida que integra as populações da costa numa trama de intercâmbio de seres humanos com base no sistema aberto comercial urbano ao que os dinamarqueses contribuíram. À imagem dos holandeses de Batavia, os dinamarqueses de Tranquebar compram e empregam servidores domésticos em regime de semi-escravatura, alguns dos quais chegam a Copenhaga (Olafsson, 1905; Bredsdorff, 1999). Na metrópole, no entanto, existe uma grande distância entre os interesses do povo plano e a actividade do Ultramar que se reflete no limitado conhecimento popular do que ocorria nas colónias e postos comerciais. O escasso interesse pelas colónias centrava-se no comércio, e os dinamarqueses negligenciam em geral dos assuntos políticos do ultramar (Justesen, 2005: x). As companhias criaram-se para promover o tráfico comercial com África e Ásia, mas os arquivos nacionais oferecem sobretudo material descritivo e escasseiam fontes que ofereçam análises da situação política e cultural na África da época (Justesen, 2005: x), e o mesmo se passa com os dados do arquivo sobre a actividade na Ásia na primeira metade do sec. XVII, cujos arquivos são escassos e em grande parte irrecuperáveis (Højbjerg, 1990). Um abandono historiográfico que Glamann (1980) achava devido em parte ao falhanço comercial do projecto da *Ostindisk Kompagni* em 1650. Além disso, não será até à chegada da missão pietista de Halle em 1706, ao comando do pastor Bartholomäus Ziegenblag, que os luteranos começam a levar a sério o trabalho missionário com as populações indianas e muçulmanas do hinterland de Christiansborg em Tranquebar¹⁰.

As fontes para conhecer este tráfico escravagista são diversas mas escassas. Por um lado, há os livros da chancelaria (*Kancellariets brevbøger*). De especial interesse para o período entre 1616-1650 são as gavetas do Almirante Ove Gedde (gaveta nr. B 169 e B 144V), a gaveta do capitão Claus Rytter, para o período entre 1639-1650 (gaveta nr. B 245A e B 245B), e a gaveta do capitão e governador de Tranquebar Wilhelm Leyel, para o período entre 1639-1648 (gaveta nr. B 246A e B 246B). Asta Bredsdorff (1999) trabalhou a gaveta de Wilhelm Leyel. Por outro lado, contamos com a literatura de viagens. A descrição da navegação à Índia do Almirante Ove Gedde foi publicado por Schlegel (1750) e divulgado por Torben Abd-El Dayen (2006). As memórias do artilheiro Jon Olafsson (1905), da navegação a Tranquebar com a frota da *Ostindisk Kompagni* em 1622, oferece abundantes detalhes da travessia. Depois dos escritos pioneiros do marinheiro dinamarquês Christiern Smeding (1558) (Høiris, 2002), a partir da década de 1660 publicaram-se relatos de viajantes e marinheiros dinamarqueses empregados da VOC. Em 1669 Adam Olearius edita sendos diários dos marinheiros Jürgen Andersen (1644-50) e Volquard Iversen (1655-68). Em 1684, publica-se o relato de Jens Mortensen Sveigaard (Gøbel, 2005), contável da VOC, e em 1672, Frederik Bolling publica a descrição de sua navegação à Índia como soldado ao serviço da Holanda. Em 1672, J. P. Cortemünde (Kerteminde), de origem dinamarquesa, mas educado na Holanda e que escreve em alemão, publica sua viagem por terras orientais (Hemming Hemmingsen, 1953). Também contamos com a memória do marinheiro Mourits Christensen, de 1670. As memórias do sacerdote sueco Nils Matsson Kiöping foram publicadas em 1667¹¹. Os oficiais nórdicos formavam-se em naves holandesas e a marinha e tropa nórdi-

10 O pastor humanista Bartholomäus Ziegenbalg realizou interessantes estudos histórico - antropológicos da sociedade Tamil Nadu.

11 Seleção de publicações de literatura dinamarquesa de viagens à Índia no século XVII: - Frederik Bolling; *Friderici Bollingii Oost-Indiske Reise-Bog hvor udi befattis hans Reise til Oost-Indien saa vel og eendeel Platzers Beskrivelse med en Andtall Hedningers Ceremonier, baade i deris Guds-Tieniste saa og i deris Ecteskabs Begyndelse end og Nego-*

ca compunham até 50 % do total de tripulantes estrangeiros da VOC na pesca e marinha mercante (Gøbel, 2003). A VOC oferecia salários mais altos e tinha uma maior actividade de navegação¹². Além de ser um depoimento histórico, estes relatos oferecem descrições dos costumes da Ásia e as rotas dos navios do norte da Europa no Índico e fazem referências isoladas ao tráfico de escravos.

A *Ostindisk Kompagni* fundou-se em Copenhaga no dia 17 de Março de 1616 à iniciativa de dois comerciantes holandeses, Jan de Willum e Herman Rosenkrantz, a quem Christian IV concede o privilégio de comercializar com a Ásia¹³. A *Ostindisk* é a primeira companhia anónima criada na Dinamarca, na qual participavam potentados nacionais além de contar com a participação do rei Christian IV como maior accionista. (Willerslev, 1944)¹⁴. O *octroi* de 1616 é uma cópia do *octroi* da *Verenigde Oost-Indische Compagnie* holandesa (VOC) de 1602. A *Ostindisk Kompagni* não é uma companhia escravagista, o seu objectivo é importar especiarias e produtos orientais (Art. 28, *Octroi* 1616).

A primeira expedição dinamarquesa à Ásia vem motivada pela recepção de Christian IV de um aventureiro navegante holandês, Marselis de Boshower, que se apresenta perante o monarca com uma mensagem do rei de Ceilão, que lhe pede para estabelecer relações comerciais. Christian IV entusiasma-se com o projecto de Boshower, e decide organizar a primeira expedição diplomática a Ceilão, composta por seis embarcações - três fretadas pelo Rei e três pela Companhia - que parte de Copenhaga em 1618, ao comando do jovem Almirante Ove Gedde. As grandes expectativas caem cedo por terra depois da fria recepção do nayak de Ceilão à expedição de Ove Gedde. Os exageros de Boshower e a ignorância

tierne med de regierendis itzige Hollandske Herrers Andkomst, Gage, Promotion og Politie udi Oost-Indien dissligeste hans Reise til Fæderne-Landen igien. København. 1678.

- S. Bløndal (ed.): *Jon Olafssons Oplevelser som Bøsseskytte under Christian IV.* København. 1905.

- Mourids Christensen: *Skildringer fra et ophold i Ostindien (begyndte i Tranquebar 16.3.1671) med nogle portugisiske og malebariske gloser.* 1672.

- Ove Gedde: *Fortegnelse paa alt hvis paa den Indianske Reise forefalden er fra 1618 til 1622.* - *In fine legitur: "Anno 1623 den 1. May haffver jeg leffuerit Her Cantzeler disse forschrne Forteignelser.*

- Erik Gøbel (ed.): *Jens Mortensen Sveigaards ostindiske rejsebeskrivelse, 1665-1684.* København. Kontaktudvalget for Dansk Maritim Historie - og Samfundsforskning, 2005.

- Henning Henningsen: J. P. Cortemünde. *Dagbog fra en ostindiefart 1672-75.* Helsingør: Handels-Og Søfartsmuseet på Kronborg, 1953.

- Ole Høiris (ed.): *Karsten Smeding: En sandfærdig beskrivelse af hvordan nogle vilde mennesker og dyr i Indien og ligeledes i andre omliggende lande og kongeriger såvel til lands som til vands er blevet set: Trykt ud fra et sendebrev fra Christiern Smid, som er født i Lüneborg, hvori han tilkendegiver, at den tyske nation nu, frem for alle andre lande, er et jordisk paradis og dertil rigeligt begavet med Guds ord. Det vil vi tyskere slet ikke fuldkomment nok kunne takke Gud for.* København, 1548 (2002).

- Nils Matsson Kiöping: *Een reesa, som genom Asia, Africa och många andra hedniska konungarikjen samt öjnar medh fljtt är förrättat aff Nils Matson Kjöping,* 1667.

- Adam Olearius: *Des Welt-berühmten Adami Olearii colligirte und viel vermehrte Reise-Beschreibungen bestehend in der nach Muskau und Persien, wie auch Johann Albrechts von Mandelslo morgenländischen, und Jürg. Andersens und Volq. Yversens Orientalischen Reise, mit angehängter chinesischen Revolution, und wie solch mächtiges Reich vor kurzten Jahren von den Tartarn überwältiget und eingenommen, auch: wie der flüchtende chinesische Mandarin und See-Räuber Coxinga, die von den Holländern besetzte Insul Formosa angefallen und erobert, nebenst beygefügetem persianischen Rosen-Thal und Baum-Garten, beyde voller Lust- und Lehr-reichen Sententzen und Sprüchen... Von Neuem aufgelegt.* Hamburg: in Verlegung Zacharias Herteln und Thomas von Wiering, 1696.

12 Em frente aos 50 barcos enviados pela *Ostindisk Kompagni* a Ásia, a VOC envia 1800 ao longo do XVII. (Gøbel, 2003).

13 A influência holandesa na cultura e sociedade dinamarquesa do XVII é imponente. A lista inclui urbanistas (J. van Wick), pintores e artistas (Karl van Mander III e Abraham Wutchers). Em 1520 Frederik II impulsiona o assentamento de grupos de camponeses holandeses para desenvolver a indústria agro-alimentária na ilha de Amager, e Christian IV contrata a peritos holandeses em navegação e comércio (M. de Boshower, R. Crappé, W. Leyel). O primeiro livro impresso em língua dinamarquesa, a anónima *Rimkrønike* (A crónica rimada) (1495) foi impresso pelo holandês Gotfred af Ghemen.

14 De possuir o 12,5 % das acções em 1616, Christian IV passou a controlar o 50 % em 1630 (Willerslev, 1944).

dinamarquesa chocaram com a crua realidade na chegada da expedição à ilha de Ceilão a 16 de Maio de 1620. O *nayak*, Cenuvirat Adassin, não era em realidade rei de todo o Ceilão senão apenas um dos muitos chefes locais em que se repartia o governo da ilha. Além disso, o príncipe estava mais interessado na contribuição militar dinamarquesa para a defesa naval contra os portugueses e holandeses que em conceder à *Ostindisk Kompagni* o monopólio mercantil das especiarias. Apesar da inicial decepção, parte da expedição de Ove Gedde ao comando de Roland Crappe dirigiu-se à costa Coromandel, onde conseguiram um acordo com o *nayak* de Tanjour, Ragunatha, para criar um posto comercial em Tranquebar, uma localidade localizada numa região agrícola fértil e populosa. A companhia conseguiu permissão para levantar o forte de Dansborg a mudança de um pagamento anual de 16.500 libras em conceito de arrendo do terreno. A influência de Ove Gedde na história nacional dinamarquesa fica refletida nesta estrofe que faz parte de um *vise* (canção popular) escrito com o motivo do seu casamento com Dorothea Houe, em 1622: “O que Deus te pediu fazer nos lugares estrangeiros” (salmo n.º XIV) (Peter Raffn, 1641).

Apesar do impulso inicial, a *Ostindisk Kompagni* não pôde competir com a pujança das praças vizinhas, a portuguesa Nagapatam (fundada em 1507) e as holandesas Pulicat (fundada em 1600) e Masulipatam (fundada em 1616). Depois de várias expedições comerciais, a má administração e a falta de capital levaram a *Ostindisk Kompagni* à quebra em 1650. A Companhia foi refundada em 1670 e esta segunda etapa durou até 1729. Em 1730 fundou-se a *Asiatisk Kompagni* (Companhia da Ásia), que em 1779 passou às mãos do rei da Dinamarca, e foi liquidada em 1830, e que com base em Tranquebar tinha no tráfico de mercadorias com a China, a sua maior fonte de rendimentos¹⁵. Em 1845 a coroa dinamarquesa vendeu Tranquebar à *East Ásia Company* inglesa.

A par das fábricas dinamarquesas na costa da Guiné, Tranquebar organizavam-se de acordo com um padrão de assentamento que consiste numa fortaleza, baptizada em Tranquebar como Dansborg (“o forte dinamarquês”), na que residia a população europeia, e um área de influência, na que reside a cidade dos nativos. Com base em Tranquebar, a rede dinamarquesa incluía pequenos estabelecimentos em Macassar, Bantam, Masulipatam e Pondichery, nas quais os dinamarqueses comercializavam “de tudo” (“*med al muelig virksomhed*”) (Niebuhr, 1805): ouro, diamantes, especiarias, seda chinesa, estanho e nitrato. As principais especiarias eram gengibre, noz moscada, cravo e pimenta, que Skonning (1639: 199), num esforço de divulgação, classifica pela sua origem geográfica: A noz moscada procede de Badan (Bantam?), o cravo da ilha Monoch (Macassar?), e o alcanfor da ilha Porne (Borneo).

2. O emprego de serventes domésticos na colónia de Tranquebar (Índia)

Não há legislação específica dinamarquesa sobre o estatuto jurídico dos servidores domésticos em Tranquebar na primeira metade do século XVII. Em princípio, os dinamarqueses adaptam-se aos costumes locais dentro dos limites do sentido comum. Os europeus não questionam a prática escravagista, ainda que se exija um contrato adequado ao escravo

¹⁵ Após o trabalho pioneiro de Kay Larsen: “*Den danske kinafart*” (1932), nos últimos anos actualizou-se o interesse pelas relações comerciais com o Extremo Oriente. Para China: Tove Clemmensen e Mogens Mackeprang: “*Kina og Danmark 1600-1950. Kinafart og kinamode*” (1980). Quanto às conexões comerciais entre a Dinamarca e o Japão: Yoichi Nagashima: “*De dansk-japanske kulturelle forbindelser 1600-1873*”. Museum Tusulanums forlag, 2003.

cumprindo assim com as obrigações mínimas de fornecer necessidades básicas (roupa e alimentação). No século XVII o tráfico de escravos justifica-se à luz do espírito da época no marco das teorias sobre direito internacional desenvolvidas pelo jurista holandês Hugo Grotius em *De jure belli ac pacis* (1625, Livro 3, capítulo 14), quem ao mesmo tempo que recusa a concepção aristotélica da escravatura natural, justifica a escravatura contemporânea como fruto de situações que requerem actos necessários de privação de liberdade, como no caso dos prisioneiros de guerra pela guerra justa e a venda dos filhos para evitar que passem fome (Anastaplo, 2012).

Apesar da sua desconfiança pela população local, os governadores dinamarqueses confiam na capacidade de trabalho dos tâmile. São empregados como tradutores, pedreiros, polícia local e inclusive marinheiros (Larsen, 1907). O Almirante Ove Gedde não duvida em empregar mão-de-obra tamil para o reparo do barco 'Elephanten' em Ceilão (Abd-El Dayen, 2006). Entre 1640 e 1643 Claus Rytter emprega *soerte tieneris* (serventes de cor) como membros da tripulação do barco '*Den forgyldte sol*' (O sol dourado) nas suas travessias regionais entre Maslepatan e Bantam. Rytter regista na sua contabilidade os salários mensais em reais pagos a estes empregados tâmile (Dansk Kancelli, B245A).

Na linguagem oficial emprega-se a distinção entre homem branco - homem negro ('hvilde og sorte mænd') para distinguir os habitantes de Tranquebar. Já em 1632, o páter Mads Rasmussen, deixou escrito no seu diário como capelão castrense do barco 'Perlen' na rota da Ásia que o dia 17 de Março celebrou sua primeira missa em Dansborg perante os seus paisanos e '*200 mænd sorte indianer*' (200 índios de pele escura) (M. Rasmussen, 1794) - note-se o ênfase na diferença racial, que se repete no *octroi* de 1670 quando se descreve o encontro da fragata Færøe com os 200 homens 'hvilde og sorte' residentes na fortaleza. Em Tranquebar, os dinamarqueses recrutam a seus servidores domésticos entre as castas baixas da sociedade indiana. Os escravos domésticos procedem da venda de elementos familiares, dívidas e cativos de guerra. As difíceis condições ecológicas forçam a venda de pobres como escravos para poder subsistir nas épocas de más colheitas. (Bredsdorff, 1999: 148). Precisamente, coincidindo com a chegada dos dinamarqueses entre 1618-1620 a Tranquebar, produz-se um período de seca e fome prolongada em Coromandel. Neste período embarcaram-se contingentes de escravos de Coromandel a Batavia¹⁶. Os europeus tinham escravos pessoais, as companhias empregavam servidores tâmile na sua frota e os governantes estavam envolvidos em tráfico negreiro¹⁷. O governador de Tranquebar Berndt Pessart tinha escravos pessoais (Larsen, 1907), e o seu sucessor o governador W. Leyel, de origem holandesa, colaborava no tráfico com seus compatriotas da VOC (Bredsdorff, 1999: 148), uma maneira, segundo Eilstrup e Boergard (1974), de sobrevivência para os dinamarqueses que em 1634 acumulavam uma dívida de 156.000 táleres (rdlr.) com o nayak de Tanjour (Larsen, 1907). Bredsdorff informa sobre um carregamento de 114 escravos de W. Leyel (1999: 149). Na sua memória de viagem, o marinheiro dinamarquês Jürgen Andersen (1669) diz que viajou no barco Nassau da VOC com um carregamento de 120 escravos para Mocca e para o Golfo Pérsico. O tráfico de escravos continuou como parte da actividade dos barcos da *Asiatisk kompagni* desde finais de século XVII (Struwe, 1966). Para 1698 o governador Claus Vogdt

16 Com base no arquivo de W. Leyel dos anos 40 do séc. XVII, A. Bredsdorff (1999) informa sobre uma exportação em Tranquebar de 8 escravos em agosto, 165 em setembro e 20 em outubro de 1647. No caso holandês, entre 1622-23 foram embarcados 1900 escravos de Pulicat e Devanampatnam (Vink, 2003: 142).

17 Governadores dinamarqueses de Tranquebar durante o primeiro período da *Ostindisk Kompagni* (1620- 1650): Ove Gedde: 1620-1621; Roland Crappe: 1622-1636; Bernd Pessart: 1636-1643; Wilhem Leyel: 1643-1648.

permitia aos barcos realizar viagens internas a Atschin em Sumatra para comprar escravos antes de regressar a Copenhaga (Larsen, 1907). A cultura guerreira no sudeste asiático inclui a venda dos derrotados como escravos de guerra¹⁸. Ainda que fosse uma prática alheia à cultura militar europeia, os dinamarqueses de Tranquebar também praticaram a venda de soldados cativos como escravos no conflito de interesses que os enfrentou durante o governo de Berndt Pessart (1636-1643) ao exército do rajá do vizinho reino de Bengala. B. G. Niebuhr (1805) informa-nos da troca de acusações: o rajá de Bengala acusa aos dinamarqueses de pirataria e os dinamarqueses acusam ao rajá de tirano. Durante o confronto, os barcos dinamarqueses praticaram a guerra do corso (*kaperie*). Niebuhr (1805: 153) descreve um episódio de venda como os escravos da tripulação de um barco inimigo bengali, capturado pelos dinamarqueses, venderam os cativos bengalis por um preço entre cinco e dez piastras por cabeça. No registo da sua longa rota de volta à Dinamarca com escala em Madagáscar e Pernambuco (Brasil) em 1643 em 'Den forgyldte sol' (Dansk Kancelli, B245A), Claus Rytter anota que Francisco, Manuel e Antonio, os tripulantes tâmile que viajam para Copenhaga em 'Den forgyldte sol', recebem salário mensal, um *gingang* bengali (prenda de algodão bengali), camisas e uma manta de viagem de Maslupatam. Chama a atenção o diferente tratamento dado aos tâmile assalariados e ao escravo tamil Braes, que não recebe salário durante a travessia a Copenhaga. Rytter inclui também o registo de Braes sem apelidos que o identifiquem, o que contrasta com o registo com nomes e apelidos dos tâmile empregados livres: "Francisco Lafer viaja inscrito como cozinheiro, Antonio de Marese viaja inscrito como marinheiro, Braes como ajudante de cozinha" - ainda que o tripulante Manuel é registado também sem apelido. (Dansk Kancelli, B245A)¹⁹.

Para 1623, um marinheiro da *Ostindisk Kompagni* recebia um pagamento de dez - treze táleres por mês (Olafsson, 1905) e 40 táleres pagou Claus Rytter na Índia pelo escravo chamado Braes para sua Majestade Christian IV em 1643. No seu diário de bordo escreve Claus Rytter: "No dia 21 de março de 1643 comprei por encargo de Hermand Clausen para sua Majestade este escravo negro (*soerte slaue*) que tem que navegar conosco até à Dinamarca empregado como ajudante de cozinha no barco e pelo que paguei por recomendação de Hermand Clausen 40 tais" (Dansk Kancelli, B245A)²⁰, o preço de um varão jovem e são no mercado de Bantam à luz das categorias de escravos recolhida pelo marinheiro Mourids Christensen (1670). Em Coromandel, custa 20 táleres um varão (*frisch karl*) e 40/59/60 taler em Bantam. Uma mulher saudável (*Smuch quindfolch*) que é posta à venda como escrava custa 10/12 táleres em Coromandel e 20/30 em Bantam, a metade de um varão mas o mesmo que um varão idoso (*gammell karl*)²¹.

18 Segundo Vink (2003), 2118 cativos foram vendidos como escravos por causa da guerra entre o nayak de Tranjavur e o nayak de Bijayur em 1640.

19 "Francisco Lafer sejler med hjem som kok, Antonio de Marese som bådsmænd, Bras som koksmat". (Dansk Kancelli, B245A).

20 "Ao. 1643 21 Marti, haffuer ieg kjøbt paa hands Mayts. Wegne aff Hermand Claußen, denne Soerte Slaue, som schal fare med oß hiem til Dannemarck, for Kocks Maet paa schibet, haffuer ieg gieffuit for ham som Hermand Claußens beuiß vduiser 40 Richs dr". (Dansk Kancelli, B245A).

21 Preço dos escravos em Bantam até 1670 de acordo com Mourids Christensen (1670):

	Coromandel	Bantam
En Frisch karl selgis paa kosten for	- 20	- 40.50.60
1 halff woxen	- 13.14	- 30.40
1 liden	- 10.11	- 20.30
1 gammell karl	- 10.12	- " "
1 Smuch quindfolch	- 14.16	- 20.30
1 liden	- 11.12	
1 gammelachtig	- 8. 9	

3. O emprego de serventes domésticos (*morianer*) na metrópoles

Na linguagem da época, um homem de pele escura é um *sortemand* e os servidores de raça negra eram chamados *mohr* ou *morianer* (mourous). A lei dinamarquesa do XVII não regula sobre os *morianer* como um grupo étnico específico – ao invés do que faz com os judeus, ciganos, católicos ou suecos (Dübeck, 1987). Como estrangeiros sem terra não lhes afecta a lei nacional que vincula o camponês ao terreno (lei da *vornedskab*) (Danske Lov, 1683: cap. 14). Profissionalmente o *morian* é assimilado ao lacaio (*lakai*), um servidor pessoal dentro da categoria de *tjenestefolk* (servidores), mas os *morianer* carecem dos direitos legais dos *tjenestefolk*: direito a salário (Danske Lov, 1683: III Bog, cap. 19, art. 14) e direito a rescisão voluntária do emprego por parte do servidor (Danske Lov, 1683: III Bog, cap. 19, art. 9 e 10). Os primeiros *sortemænd* de Ceilão e Tranquebar chegaram a Copenhaga trazidos pela expedição de Ove Gedde no seu regresso em 1620. Trata-se dos tâmeles Cathi e Mari, que ficaram a cargo do professor de escola Anders Christensen para sua conversão ao cristianismo. Pelo seu trabalho, o educador contou com dinheiro público doado pela Igreja de Nossa Senhora (*Vor Frue kirke*) de Copenhaga. O rastro de Cathi e Mari perde-se nos arquivos (H. F. Rørdam, 1889). Em paralelo a aventura colonial, o urbanismo da cidade de Copenhaga adapta-se aos novos horizontes. Os nomes das ruas do bairro de moradias de *Nyboder*, erguido em 1631 por iniciativa de Christian IV para os marinheiros da frota real, levam nomes que sugerem a natureza do novo mundo: ‘a rua do elefante’, ‘a rua do camelo’ e ‘a rua do cravo’ são alguns exemplos. Os escravos não são necessários para cumprir um objectivo productivo nem contribuem para o monopólio comercial dinamarquês na Ásia, mas são empregados como servidores domésticos, e sua presença tem que ser assimilada administrativamente. A novidade da presença de pagãos nas ruas de Copenhaga constituiu um verdadeiro desafio para a política luterana ortodoxa, inimiga formal das confissões católica e judia, cujos membros eram os destinatários dos *Fremmedartiklerne* (artículos pró peregrinos) de 1569 (reimpresos em 1617), uma lista de artigos, redigidos provavelmente pelo teólogo Niels Hemmingsen (1513-1600), e que consistiam numa prova de conhecimentos de 25 perguntas sobre a Confissão de Ausburgo que os estrangeiros tinham que contestar correctamente para poder residir no país. A discordância entre a prática social escravagista e a falta de legislação administrativa e religiosa (P. Olsen, 1987) não pode ser mais evidente que no caso dos *morianer* importados pelos capitães da *Ostindisk Kompagni*. Christian IV opôs-se a que os capitães trouxessem serventes asiáticos nos seus barcos (Olafsson, 1905), uma prática popularizada pelos navegantes da VOC repariados para Amsterdão (Gelman Taylor, 1983), mas não regulada pela ortodoxia luterana. Nos assuntos religiosos, os *morianer* movem-se no limbo administrativo antes da ordem de Christian V do dia 21 de Março de 1693 sobre casamentos e baptismos no país, que proíbe a residência extraconjugal e exige o baptismo dos filhos²². H. D. Lind (1889a) oferece duas breves notas com informações sobre o baptismo de *morianer* em Holmens Kirke no período de Christian IV. O critério étnico é patente no registo do baptismo de Knud, “um filho do *morian* Ulrik Christian” (*Ulrik Christian Morian*), e em 1640 o mesmo varão, agora designado como “o índio Ulrik Christian” (*Ulrik Christian Indianer*), teve outro filho. A relação de propriedade dono-servo é evidente no registo de baptismo no dia 28 de Novembro de 1638 de Frans Panirs, “*morian* de Ernst Pricker” (*Ernst Prickers morian*), quem

22 “Forordning om de reformeredis brudevielser saa og om deris og de catholiskes børnedaa” (Regulação dos casamentos e bautizados de católicos).

era capitão do navio *Fortuna* destinado à rota da Ásia. No interior de *Holmens kirke*, a igreja do bairro dos estaleiros (*Bremerholmen*) fundados por Christian IV, conserva-se uma pia de baptismo de 1649 decorada com motivos étnicos. A pia, de ferro forjado, esmaltado e dourado, apoia-se em quatro pés de *morian*, e quatro bustos de galeões com caras de *morian* que alternam com o escudo de armas de Christian IV decoram a superfície externa do recipiente. As suas grandes medidas (mede 117 cm. de altura) diferem das pias de outras igrejas do país. Desde a sua construção em 1617, *Holmens kirke* está vinculada ao grémio de marinheiros e a pia segue colocada sobre uma enorme rosa dos ventos gravada no solo no centro da nave. Parte da massa trabalhista de *Bremerholmen* eram presos dinamarqueses destinados a trabalhos forçados - mas não há referências a presos de raça negra no estudo clássico de Lind (1889b). O interesse historiográfico pelo desenvolvimento da escravatura nas plantações durante o século XVIII (primeiro durante o período florescente e depois durante o período abolicionista) escureceu o interesse pelos *morianer* na metrópole. Além disso, não se trata de população urbana, claramente visível, porque residiam nas mansões dos seus donos no campo, onde se dedicavam a labores domésticos. Na memória popular dinamarquesa recorda-se a figura de Christian Carl, o “*morian* da rainha” que pereceu no incêndio do castelo de *Sophie Amalieborg* durante uma representação de ópera em 1689. Nos livros da chancelaria (*Kancelliets brevbøger*) de 1621-1623, aparece uma entrada sobre a actividade produtiva de um *morian* na Dinamarca. Numa misiva do 1.º de maio de 1623 (pp. 593-594) Christian IV impele a *Otte Brahe Pedersen*, governador (*lensmand*) do senhorio de realengo de *Kolding hus* “que mostre ao índio enviado” (*at vise denne indianer*) o lugar onde se encontram as pérolas no rio *Varde* (*Varde å*) para que as pesque. O “*indianer*” (índio), provavelmente um *morian* trazido pela expedição de *Ove Gedde*, é nomeado com o nome cristão de *Peder* (Pedro). O trabalhador fica a cargo de *Peder Hansen*, prefeito da população de *Skamstrup*, que recebe uma compensação de três táleros e meio de prata (*rigsdaler*). Há que fazer notar que nada se diz do salário do trabalhador, sujeito, quem sabe, à obrigação de corvea (*hoveri*) que é a obrigação vigente na Dinamarca na época de trabalhar gratuitamente para o senhor. Por outro lado, intuimos as duras condições de trabalho do índio, porque numa misiva do dia 7 de Outubro de 1623 é comunicado ao novo governador, *Gunde Langué*, que o índio (sic) morreu e se lhe consta que emprega agora camponeses locais para que continuem com a actividade perlática. O *morian* carece de decisão sobre seu destino, que fica nas mãos do seu senhor, seja este o monarca ou uma autoridade provincial. A concorrência pelos serviços de um *morian*, sem dúvida um serviço de prestígio, manifesta-se na missiva de Christian IV enviada em 1620 ao nobre *Otto Marsvin* (1573-1647), ao que impele a retornar o *morian* “que tem em seu poder desde faz tempo” (misiva do 19 de setembro de 1620, *Kancellariets brevbøger*).

4. Os *morianer* na literatura e arte dinamarquesa da época

Em dinamarquês antigo utiliza-se o termo *morian* ou *mohr* (mouro, em português) para designar ao homem de cor, africano. É um termo de origem grega *μαροσ* que chegou às línguas germânicas através de uma língua romance, possivelmente do francês *morien*, derivado do latín *maurus*, que quer dizer preto. A escravatura (*trældom*) não é contrária à idosa lei natural nórdica. Os viquingos praticavam a escravatura sem distinção de raça, ainda que as distinções pela cor da pele vêm de tempos antigos. Nas sagas chama-se

blaamænd (homens azuis) aos habitantes do norte de África (V. Dahlerup, 1905). A conotação *morian* e cor escura “Mørckblaa er som Morian” (escuro como um *morian*) é uma expressão utilizada por Poul Jensen Colding em sua *Dictionarium Herlovianum* (dicionário dinamarquês-latim) de 1626, (Kap. 12, p. 409). Durante as Cruzadas introduziu-se a figura da cabeça de um negro (*moriashoved* ou *blaamændhoved*) na heráldica escandinava como troféu (Thiset, 1905). Estas cabeças representam-se com cabelo encaracolado, fita e pendente. No capítulo da *Geographia* dedicado à Etiópia superior, H. H. Skonning (1641) chama *morianer* à gente de cor por natureza (cap. XLVII). O termo *kaffer* (cafre) é de origem medieval árabe, quem utilizavam-no para designar às populações pagãs bantú de África do Sul. J. Olafsson (1967) chama *cafires* aos Hotentotes, ‘canibais’ de África do Sul (Olafsson, 1905: 43, cap. XI) e H.H. Skonning (1641: L) utiliza *caffres* como sinónimo do homem negro de acordo aos usos linguísticos germânicos da época, que distinguem entre os homens negros (*negerin*; holandês, *neger*; dinamarquês) e os homens de pele escura (*swartz*; holandês, *sorte*; dinamarquês). Nos documentos conciliares designa-se com o termo *indianer*, isto é, habitantes da Índia, aos tâmeles de Tranquebar, quem no imaginário dinamarquês da época são catalogados como *soertemænd* (homens de pele escura). O tema racial não é explícito e suas referências são escassas na literatura barroca escandinava. Na Idade Média o adjectivo *sort* (hoje: *sort*) utiliza-se em sentido negativo: se diz *den sorte pest* (a peste negra), e a disciplina escolar conhece-se como *den sorte skole* (a escola negra). A palavra *mørk* designa a escuridão, o lado sinistro das coisas segundo o *Dictionarium Herlovianum* (1626). A poesia barroca emprega com frequência o termo nas suas descrições gerais: “*Naar mørk og lang er aftenen*” (quando escura e longa seja a noite) (Peter Syv), mas para descrever os rasgos fenotípicos de cor nas pessoas se utiliza o adjectivo *sort*. Num poema de Søren Terkelsen, “*Denne holder med de soerte*” (Este apoia aos negros) (1650) o poeta idolatra a sua amada, de pele branca mas de olhos escuros (*hudden hvid oc øjne sorte*). O poeta não recusa os rasgos físicos que se afastam do regular germânico, ainda que os aceita por defeito: “*Naar de hvid'er' alle borte, holder jeg mig til de sorte*” (quando já não há brancos, fico com os negros), para terminar reafirmando a beleza da sua amada, ainda que seja imperfeita: “*Du est kjon/dog ej dêem kiønneest/skjøn est du/dog ej dend skjøneest*” (és bela, mas não a mais bela (x2)). Um *morian* protagoniza um capítulo da peça popular “*Em underlig og dog meget schiøn historie om dêem tålmodig Helena af Constantinopel, em konge daater*” (A estranha e bela história da paciente Elena de Constantinopla, uma filha do rei), de meados do século XVII. Trata-se de uma fantasia literária sobre um príncipe *morian* guerreiro e pagão, general das tropas turcas, que enfrentam os cristãos em Flandes. Depois de um duro assédio turco à cidade de Brujas, as tropas do rei Antonius e do Bispo de Tours conseguem romper o cerco e libertar o rei inglês Henry prisioneiro do turco. O episódio termina com o necessário baptismo do infiel. Na mentalidade religiosa só a intervenção divina liberta o pecador, a quem Michaelis Severini, o autor da seguinte canção popular (*vise*) de 1625 identifica com um escravo negro (*blaamand*): “*Em blaamænd omskifte huden sem. Alting vaar aff til modstand, hjælp aff em naade din*” (Um escravo negro mudou-se a pele. Toda resistência desaparece com Tua ajuda). As fronteiras sociais que delimitam a raça são inquebráveis para o *morian*. No poema bíblico *Hexameron* (1661), o poeta Anders Arrebo escreve o seguinte: “*Baadsmænds viis sem trøje gennembløder. Dog som em Morian ej gjerne sig bespejler, (Det gjør hans Ansigt vidt, hans skønhed hannem fejler)*” (O contra-maestre mostra a sua camisa empapada mas, como um *morian*, não quer se ver no espelho (porque a sua cara se vê branca

e isto é uma falha que o afeia)). O poeta nacional dinamarquês J. L. Holberg introduz no teatro dinamarquês o motivo do medo ao herege turco e romano em Peders Paars (1719) e Melampe (1723) (Holm, 2010). Ainda que a entrada *morian* ou *sortemand* em Holberg carece de uma clara conotação social, o seu emprego está longe de ser inocente: Em *Jeppe på bjerget* (1722) põe na boca de Jeppe a expressão “*Fala dinamarquês, cão negro*”. Em general, o tom é decididamente pessimista. *Morian* equivalente a sinistro aparece numa descrição dos dias do mês na comédia *Sganarels reyse til det philosophiske land* (A viagem de Sganarel ao país da filosofia) de 1758, (p. 6v) e nas suas memórias escreve que em certo dia “*Solen var blever saa brun som em morian*” (o sol estava tão negro como um *morian*). No seu ensaio *Epístola IV* (p. 357) escreve: *Thi em Paukenslageren var em sort Morian* (um timbaleiro era um *morian* negro) (exemplos procedem do arquivo de literatura dinamarquesa na rede: www.adl.dk - *Arkiv for dansk litteratur på nettet*). Na literatura romântica nacionalista dinamarquesa explodiu as sugestivas conotações dos países cálidos através da figura do *blaamand* em S. S. Blichter e N. F. S. Grundtvig (V. Dahlerup, 1905). A moda orientalista tem na obra de teatro *Aladdin* (1803) de A. Oehlenschläger e na novela *Mullatten* (1843) de H. C. Andersen um ponto álgido. Na literatura sueca dos séculos XVIII e XIX o termo *morian* emprega-se também associado a situações estranhas ou denegrentes para os protagonistas. Foi utilizado pelos poetas nacionais C. M. Bellman (1740-1795), que utiliza a expressão “*Båd ängel och morian*” (anjo mau e *morian*) nalguns dos seus poemas, e C. J. L. Almquist (1793-1866), que utiliza o termo *morian* para marcar um desvio da norma social quando põe na boca de um dos protagonistas de *Drottningens Juvelsmycke* (As jóias da rainha) (1834) a expressão “*Men tag öfver ansigtet mask af em Morian*” (mas põe-te antes uma máscara de *morian*). No século XIX, G. F. Gyllenborg descreve nas suas memórias uma situação em que se encontrava “*omgifven på ena sidan af em morian och på den andra af em markatta*” (se encontrava flanqueado por um *morian* e um macaco) e o autor C. G. af Leopold põe na boca de uma das personagens das suas obras a expressão “*diabólico escravo*” para insultar um assassino. A novela sueca mais popular com tema de *morian* é “*Morianen eller Holstein-Gottorpska huset i Sverige*” (O *morian* ou a casa de Holstein-Gottorp na Suécia) (1751), na qual M. J. Crusenstolpe transforma em figura literária o *morian* Gustav Badin, servidor de Lovisa Ulrika, esposa do rei Adolf Frederik da Suécia (1710-1771). O romântico nacionalista Victor Rydberg na sua novela *Fribytarens på Östersjön* (O pirata do Báltico) (1851), cuja trama desenvolve-se no século XVII, escreve “*att kusken framkom svart som em morian till det främmande stället*”, (o condutor chegou ao lugar de destino negro (sujo) como um *morian*). Mais empático mostra-se Thomas Thoril, o defensor sueco da causa abolicionista no final do século XVIII, que utiliza um tom épico para descrever o “heroísmo do escravo e os deserdados”.

Os gostos artísticos dos príncipes ilustrados impulsionam a transição para o Barroco das representações teatrais no centro e norte de Europa. O teatro religioso medieval, com suas representações de mistérios, vidas de santos, e comédias de carnaval, dá lugar às representações dramáticas nas quais é cada vez é mais frequente o aparecimento das figuras burlescas do diabo e do tolo (*narrem*) em cena. O *morian* não tem espaço nas comédias populares de escola (*skolekomedien*) escritas por Peder Jensen Hegelund e Hieronimus Justesen Ranch, um género literário que, em paralelo às obras teatrais didácticas jesuítas, se desenvolveu nos países luteranos neste período. A *skolekomedie* é uma forma de teatro com motivos bíblicos e conteúdo moral e didáctico interpretado e dirigido ao público escolar. No entanto, o tema do *morian* entra discretamente através da arte dramática inglesa

e alemã. No final do século XVII, companhias de actores e instrumentistas ingleses vinculados ao *Blackfriars theatre* de W. Shakespeare, percorriam o centro e norte da Europa actuando nas cortes principescas (Cohn, 1865). Da mesma forma que os seus homólogos alemães o *Landgraf* Maurice de Cassel e o Duque Henry Julius af Brünswick in Wolfenbüttel, os reis dinamarqueses Frederik II e Christian IV foram grandes aficionados do teatro. Depois de actuar nas cortes de Berlim, Dresden e Nüremberg, os comediantes ingleses incluíam a corte dinamarquesa na sua gira europeia. Na linguagem dramática da época o *morian* é sinónimo de tolo (P. Hansen, 1891), ainda que os *morian* carecem de réplica nas obras dramáticas cortesãs. Uma referência discreta ao conceito popular de raça como cor da pele encontramos na expressão “*Ieg maa well were bleg og sortt*” (eu posso ser tanto pálido como moreno) que o autor Hieronimus Justesen Ranc põe na boca do carácter Abiabel, um dos protagonistas da comédia escolar *Samsons fængsel* (O cárcere de Samsão) (1599). Na obra, Abiabel é o príncipe dos filisteus, os inimigos do povo de Deus. Em dinamarquês antigo, de acordo a S. Birket Smith (1876: 389), *sort* (escuro) e *bleg* (pálido) são termos que se utilizam para descrever a cor da cara. No epílogo da obra *Tobias Comedie* (A comédia de Tobias) representam-se três números musicais com referências africanas, que incluem a *Pygmæ Dans* (A dança dos pigmeus), a *Rytter-Dans* (A dança do cavaleiro) e a *Daare-Dans* (A dança do tolo), este último número inspirado na dança do moro (*Morris Dans* ou *moresca*) inglesa (P. Hansen, 1891). Um tema central nas festividades cortesãs (*kongelige festligheder*) eram os concursos de carrossel (*ringridder spil*), jogo com armas a cavalo de origem italiana que teve grande aceitação entre a nobreza como substituto do jogo de justas, proibido pelo Papa depois da morte de Enrique II de França durante um torneio em 1559. Christian IV era um grande aficionado e campeão do carrossel. Na parede da escada central do Palácio de Rosenborg em Copenhaga, está pendurada uma série de quadros com o motivo do desenvolvimento de um torneio em que os participantes, encabeçados por Christian V competem em golpear o objectivo que é um monigote com cabeça de negro ou moro. A luta protestante contra o eixo do mal que vai de Roma a Constantinopla reflete-se no tom anticatólico e antiturco das representações teatrais nas festividades para a coroação de Christian IV no Verão de 1596 (Holm, 2010: 37). No fantástico cenário de danças moras e carnaval zombador (no que participou Christian IV disfarçado de Papa de Roma) combate-se simbolicamente a ‘heresia’ de Clemente VIII e Mehmet III, mas não o paganismo africano, politicamente irrelevante.

Na Idade Média a figura do *morian* Baltazar, o terceiro rei Mago, populariza-se na arte sacro, por exemplo, nos frescos de *Højby kirke*, no retablo de 1520 em ‘A Casa do Espírito Santo’ em a cidade de Nykøbing Falster e o retablo da catedral de Slesvig. Depois da reforma luterana, que triunfa na Dinamarca após o golpe de estado de Christian III em 1536, além dos clássicos motivos bélicos e religiosos ao serviço da propaganda do estado, os encargos realizados pela corte real, a igreja e outros particulares coincidem no seu interesse por ressaltar a riqueza material do reino e a fama da linhagem, através das figuras individuais que são destacadas num meio pomposo e ideal - segundo a moda de Rubens e Tiziano (Reindel, 2009). Na sala de etnografia do actual Museu Nacional (*Nationalmuseum*) expõem-se os quadros pintados pelo holandês Albert Eckhout sobre tipos humanos do Brasil colonial. As pinturas de Albert Eckhout chegaram em 1654 a Copenhaga como presente de Johan Mauritz af Nassau-Siegen, governador holandês de Brasil, a seu primo Frederico III da Dinamarca. As pinturas de Eckhout representam tipos humanos da colónia americana: mulher afrobrasileira, índios tupinamba e tapuia, e negros e mulatos. Num

cenário local exótico e fértil, os retratos de Echkout convidam a reflectir a respeito da natureza humana. Frederik III premiou a Johan Mauritz com a insígnia da Ordem do Elefante que este inclui em seu brasão, ainda que seu exemplo não é único, já que os intercâmbios de quadros com motivos africanos escravagistas, por exemplo com um servente negro, são uma prática geral que passam a fazer parte da rede de contactos diplomáticos internacionais entre poderes coloniais. O paradoxo das cenas com *morian* no século XVII é que estes não aparecem retratados em cenas da sociedade civil mas aparecem retratados, como serventes, em cenas da alta aristocracia e das altas instâncias político-jurídicas do país. Em alguns casos, são protagonistas involuntários das decisões políticas ao mais alto nível. Num quadro que está pendurado na sala 10 do museu do palácio de Rosenborg (nr. 1042), que representa a Christian V reunido com os membros do tribunal superior de justiça, provavelmente em 1683, o pintor inclui no fundo do quadro a figura de um servidor *morian* olhando ao grupo. Podemos perguntar-nos se é uma maneira de recordar ao observador do quadro que a *Danske Lov* (a primeira Lei Nacional emitida em Dinamarca), emitida por Christian V nesse mesmo ano, também se adequa aos *morian* socialmente invisíveis do país. Os encargos de retratos com personagens africanas estão entre as preferências da nobreza cortesã da época. A figura do exótico *morian*, popularizado pelos retratos da corte turca realizados pelo pintor e viajante dinamarquês Melchior Lorck (1527-1588) (Christensen, 2006) torna-se motivo nos retratos da aristocracia europeia. A gente prominente é retratada em pose orgulhosa e flanqueados por um ou dois serventes de cor em cenários idealizados mas reconhecivelmente europeus, como uma maneira de localizar os novos recursos como parte do fértil reino terreno (*den blomsterede rige*) (Reindel, 2009). No *Statens Museum for kunst* estão pendurados os quadros de Dom Miguel de Castro e seus dois serventes enviados à corte de Soyo (Angola) (1643) pintados por Jasper Becx e o colorista ‘O casamento de negros no Suriname’, pintado por Dirk Valkenburg em 1706-1708. A riqueza dos motivos realça o esplendor da corte, não só como curiosidade senão como uma maneira de reafirmar o poder real (Kopplin, 1987). Os mestres do género de pajem são Karl van Mander III (1606- 1670) e Abraham Wutchers (1608-1682) pintores de origem flamenca empregados ao serviço da corte dinamarquesa (Povl Eller, 1971). Algumas das obras de van Mander III que estão penduradas nas paredes do Museu Nacional de Arte (*Statens Museum for kunst*) refletem a aventura colonial: “Um *morian* com turbante e armadura” e “Cabeça de africano”. Seu é o retrato do Almirante Ove Gedde. Os retratos reais de Sophie Amalie (1650), rainha consorte de Frederik III, e o de seu filho, Prins Jørgen, realizados por Abraham Wutchers, e que estão pendurados no Museu de História Nacional de Frederiksborg (*Nationalhistorie museum*), incluem a figura de um *morian* de pequeno tamanho, de rasgos infantis e que observa em posição submissa o seu a partir de um segundo plano, como engrandecendo o seu valor. Pequenas reproduções destes quadros com *morian* estão pendurados inclusivamente em casas de pequenos burgueses de províncias (Eller, 1975: 136). A moda de ser retratado com *morian* como símbolo de prestígio é também adoptada por membros da ascendente classe burguesa. As personagens retratadas no “Duplo retrato de Hannibal Sehested e sua senhora Christiane” (*Dobbelt portræt af Hannibal Sehested og hans hustru Christiane*) aparecem numa cena de caça com cavalos e acompanhados de pajens de raça negra. Na figura do pajem destaca-se o seu turbante e uma pérola na orelha e o colar, símbolo do estatuto de escravo. A porcelana de *morian* mais antiga que se conserva no catálogo do Palácio de Rosenborg é de 1610, mas é com a chegada de Sophie Amalie von Brandenburg, esposa de Frederik III, à corte em meados do

século XVII que a prestigiosa fábrica de porcelanas de Dresden (Alemanha) se converte no principal fornecedor de porcelanas com figuras de *morian*. Estas peças de porcelana, que começam a fazer parte do circuito dos elementos da alta nobreza do país, estão decoradas com motivos humanos africanos: relicários e cálices com talho de *morian*, figuras de guerreiros africanos ou posantes e objectos de mesa (cabo de talher, sopeira) decorados com cabeça de *morian* realizados em marfim, esmalte, ouro, e pedras preciosas. Uma jóia nacional com conotações ultramarinas é a medalha da Ordem do Elefante (*Elefantordenen*) cuja figura destaca a presença de um *morian* sentado à cabeça de um elefante. A origem da figura do elefante vinculada à Ordem é obscura e na mesma confluem tradições dispersas (Münter, 1822). A versão actual tem a sua origem na Ordem da Virgem Maria (*Jomfru Maria Orden*) que foi instaurada em 1457 pelo rei dinamarquês Christian I, e presenteada pelo Papa de Roma em 1479, para condecorar os cavaleiros da União de Kalmar com a máxima distinção. A insígnia original compunha-se de duas medalhas, uma formada por dois elefantes com sendas torres e outra com a figura da Virgem Maria com o Menino. No período de transição ao luteranismo eliminou-se a figura mariana pelas suas conotações católicas, mas Frederik II, em 1580 retomou a figura do elefante com uma torre, agora investida a figura elefantina de significação como símbolo de firmeza protestante. Os componentes da figura contemporânea (com *morian*) ficaram fixados pelos estatutos de Christian V em 1693 (Niels Bartholdi, 1993). Sobre a figura original do elefante, de esmalte branco e fitas douradas, está colocada uma torre e a figura da cara do monarca decora ambos custados do elefante. O símbolo do elefante, um animal nobre que representa pureza e firmeza, tem conotações bíblicas. No livro dos Macabeos, no Antigo Testamento, faz-se referência ao emprego deste animal em combate. No entanto, foi Christian IV, o monarca que impulsionou o projecto colonial na Ásia, que decidiu colocar a figura de um moro de raça negra (*morian*) sentado na garupa do elefante e de costas para a torre. No entanto para os historiadores segue sendo um mistério saber por que decide Christian IV colocar a figura de um *morian* sobre o elefante, uma questão não trivial, que pode levantar questões entre os historiadores. Num artigo de 2004, P. Seed vincula-o à inspiração africana que surge dos contactos entre Portugal e a Dinamarca no século XV. No entanto a explicação de Seed nada diz sobre porque razão não aparece a figura do *morian* na garupa do elefante nas figuras da Ordem anteriores a Christian IV. Nós apontamos para uma origem mais oriental que africana da figura humana que Christian V, seu legislador, identifica com um *morian* (*Elefantordenens statuter af 1693: 'og en Morian med en Piil i Haanden'*) e L. Holberg identifica com um *blaamand* (L. Holberg: '*paa elephantens hals sad em blaa mand'* (*Skiemte digte*. F8r). Ao contrário da explicação africanista de Seed, e das descrições dos gobelinos da casa real que nos aparece tecida a ordem do elefante com *morian*, achamos que a figura de *blaamand* se inspira num homem de etnia tamil, isto é, num *morian* de origem asiática, já que o projeto africano é posterior a Christian IV. Ceilão é desde sempre conhecida e admirada por seus elefantes. O grego Diodoro Sicurus já menciona a beleza dos elefantes da Índia (Skonning, 1639: 194), que seus governantes utilizavam para agasalhar a seus visitantes ou como moeda de mudança. Seguindo a tradição, o Príncipe Raja Singa (o príncipe leão) enviou elefantes ao governador dinamarquês, Wilhelm Leyel, a mudança de produtos europeus (Niebuhr, 1805). O viajante Karsten Smeding já descreve o elefante asiático com *morian* guia "Um homem nu como um menino se senta sobre o elefante que lhe obedece" (1555, cf. Høiris, 2002: 18). A empresa colonial asiática empreendida por Christian IV é motivo justificativo suficiente para ter acrescentado

a figura do *morian* ao elefante. Por outro lado, é interessante observar que a Ordem do Elefante continua vigente como a maior condecoração concedida pelo estado dinamarquês no século XXI.

5. *A Geographia historica orientalis* de Hans Hansen Skonning (1641)

Hans Hansen Skonning nasceu em 1579 na cidade de Ystad, na região de Skania. O apelido Skonning faz referência à sua região de origem que por essa altura era parte de Dinamarca. Em 1617 mudou-se para a cidade de Århus (Jutlândia), onde trabalhou como ajudante da catedral de Skt. Clemmens e se fez popular por publicar uma sátira sobre o bispo da cidade. Depois de fazer-se com os direitos para gerir um moinho para fabricar celulosa, fundou uma imprensa na cidade, onde publicou material próprio e de outros autores. Faleceu em Århus em 1651 (Elkjær, 1988). H. H. Skonning não é considerado um autor de primeira linha na história da literatura dinamarquesa, ainda que é autor prolífico, que segue a moda do seu tempo de publicar *tractatus* (compêndios) sobre filosofia, história e geografia natural (Appel, 2001). A filosofia da religião é o tema de sua primeira obra de divulgação, *Memento mori* (1614) e sobre a religião pagana escreve e publica em 1636 *Collegium philosophorum. Hedenske philosophia eller vjisdom* (Filosofia ou sabedoria pagana). Sobre a natureza humana escreve e publica *Mirabilia naturalia eller Natur-Wunder* (Maravilhas naturais) (1639), e em 1641 escreve e publica *Geographia historica orientalis* (Geografia histórica oriental). H. H. Skonning é um viajante de salão que escreve sobre culturas, geografias ou passados dos que conhece bem pouco e suplementa com imaginação exagerada o que não entende - por exemplo, a sua descrição da transição terrestre da Ásia à América através do Oriente (1641: cap. XXXII) dá uma imagem atípica da superfície da terra - mas o seu estilo ajusta-se no entanto aos parâmetros literários do tratadista barroco que consiste em ordenar o que outros contam, de acordo a uma concepção da representação literária como um exercício de repetição canónica de fontes enciclopédicas comuns (Eco, 1988). No subtítulo de *Geographia Historica Orientalis*, Skonning reconhece sua dívida com os autores clássicos (*aff betrote oc fornemme geographicis autoribus tilhobe samlitteratur*)²³ que cita frequentemente ao longo do livro: Herodoto, Josephus, Ptolomeo, Plínio, Isidoro. Suas fontes da Idade Moderna são Johannes Boemus (*Omnium gentibus mores*) (1520) e a *Cosmographia* de Sebastian Münster (1544), e realiza referências pontuais a Francisco Alvarez (Verdadeira informação das terras do Preste Joam) (1542), Walther Raleigh (*The History of the World*) (1614) e Jan Huyghen van Linschoten (*Reysgheschrift*) (1595), autores cujas obras transcreve ou utiliza directamente com abusivas citações em extenso e sem notas a rodapé. Em consequência do método, o autor barroco arrasta de maneira anacrónica comentários e valorizações de autores clássicos. Na *Geographia* de Skonning, os judeus seguem tão longínquos da Escandinávia como nos tempos de Josephus (1641: cap. XXIII), os irlandeses seguem sendo tão canibais e incestuosos como nos tempos de Estrabón (1641: cap. XXVI), e os filhos de Heracles seguem fazendo correrias pelas planícies de Scythia vinte séculos após a morte de Herodoto (1641: cap. XXVIII). Um problema destas publicações é a sua falta de credibilidade. Apesar do seu carácter enciclopédico, os compêndios não acrescentam nada ao conhecimento do mundo, ainda que excitam a imaginação dos leitores a respeito dos mundos longínquos. O Oriente é um mundo fascinante, cheio de riquezas

23 Note-se o uso barroco de misturar latim (*geographicis autoribus*) e língua vernácula (dinamarquês) na expressão.

e maravilhas, mas também de desigualdades e práticas tirânicas indesejáveis (Lach, 1994). Da mesma forma, na descrição da viagem à Ásia Central do seu contemporâneo Adam Olearius (*Offbegeherte Beschreibung der neuen Orientalischen*, 1647), Skonning reduz os dados estranhos a meras curiosidades e generalidades. É por isso que Skonning também não faz referência à presença dinamarquesa em Tranquebar. A Índia é descrita a partir de Plínio por 'seu ar subtil e vivificante', pelas suas especiarias e animais exóticos (1641: cap. XXXII). Skonning (1641: cap. L, p. 692) parafrasea o *Reysgheschrift* (Roteiro) de van Linschoten (1598: cap. XLI, p. 274) para dizer que o tráfico de escravos faz parte da natureza selvagem destas gentes que matam, comem ou vendem o escravo de guerra. H. H. Skonning (1641) cita amplamente o Itinerário de vão Linschoten no capítulo sobre o Ceilão (cap. XXXIX em Skonning, cap. XIV no Roteiro de van Linschoten), sobre Sumatra (cap. XLI em Skonning, cap. XIX em Linschoten) e no capítulo sobre 'De nigritter eller caffres' (cap. L em Skonning, cap. XLI em Linschoten). O capítulo L da *Geographia* de Skonning é um plágio do capítulo XLI do Roteiro de van Linschoten, de 1595. Neste capítulo L, Skonning descreve um episódio de tráfico de cafres entre Moçambique e Índia. O interessante é que Skonning descreve para o público dinamarquês um episódio de tráfico de escravos antes do começo das actividades negreiras da *Vestindisk-Guineisk Kompagni*. O Roteiro (*Reysgheschrift*) de Jan Huygen van Linschoten beneficiou-se na informação privilegiada sacada dos roteiros portugueses que ele copiou em Goa quando esteve empregado ao serviço do Arcebispo. O Roteiro de van Linschoten era uma obra popular no seu tempo e foi traduzida para holandês (1595), alemão (1598), latim (1599), inglês (1598), francês (1619) (Koeman, 1985). A tradução para dinamarquês de alguns capítulos do Roteiro de Linschoten realizada por Skonning na *Geographia* é possivelmente inédita porque estranha-nos não ter encontrado referências ao plágio na bibliografia consultada na Dinamarca. Depois da sua publicação em 1595, o Roteiro de van Linschoten passou a ser parte do inventário regular dos barcos europeus que navegavam no ultramar. Uma cópia do *Reysgheschrift* de van Linschoten fazia parte do inventário da expedição do Almirante Ove Gedde a Ceilão (Abd-O Dayen, 2006: 57). H. H. Skonning pode ter adquirido o seu exemplar no popular mercado de *Børsen* em Copenhaga no qual operava a conhecida livraria e editorial holandesa Elzevir (Werner, 1915) ou através dos seus contactos em Århus com o teólogo de origem aristócrata Holger Rosenkrantz, apelidado 'o sábio Holger' (*den lærde Holger*), representante da classe intelectual nórdica que no século XVII nasce aliada às classes superiores, que alimentam um sistema de patrocínio às ciências naturais e à história (Fink-Jensen, 2007). O rei dinamarquês Christian IV (1577 - 1648) colecionava objectos de culturas longínquas, como kayaks e animais exóticos. O interesse por coleccionar objectos de etnografia e história natural no século XVII desemboca na criação do *Kunstkamre*, o gabinete de colecionista origem do actual *Nationalmuseum* (Museu Nacional) de Dinamarca. O seu impulsionador, o médico e historiador Ole Worm, contou com o apoio do rei Frederik III (1609 - 1670). Em latim publicam-se textos de ciência e medicina - por exemplo, pelos irmãos Bartholin - e livros de divulgação e literatura em língua vernácula. Durante os séculos XVI e XVII forja-se na Suécia um nacionalismo cultural nórdico inspirado no goticismo da *História de Gentibus septentrionalibus* (1555) dos irmãos Johannes e Olaus Magnus e na noção de Escandinávia como berço das civilizações na *Atlantida* (1679) de Ole Rudbeck. Da mesma maneira as descrições epistolares do aventureiro Karsten Smeding (1555)²⁴, H. H. Skonning fantaseia nos seus compêndios a respeito da diferença cultural: sobre blemios, esciápodos

24 Em 1550, Karsten Smeding, um marinheiro nascido na cidade de Lünneberg, Holstein, tinha enviado aos seus familiares duas cartas com impressões da sua viagem pela Ásia (Hóiris, 2002).

e outros monstros e prodígios humanos (Skonning, 1639), sobre o canibalismo e a antropofagia dos povos africanos (Skonning, 1641). Os escritores barrocos interessam-se mais pelo curioso do que pelo trágico (Lach, 1994). Não surpreende portanto que Skonning não desqualifique o escravagismo como uma maldade humana. Aos autores da época o mais repugnante parece-lhes o canibalismo e a pirateria²⁵. “Nos limites de Berberia vivem os comedores de homens, que assam os homens à parrilha para ingeri-los como alimentos” (*Iudkant af Berberiet boer der Menneskeædere, der lægger Mennesker på Jernrister og steger dem til Føde*) escreve Jan Olafsson, artilheiro da *Ostindisk Kompagni* nas suas memórias de 1622 (Olafsson, 1905: 35, cap. VIII). E em 1548 o aventureiro Karsten Smeding escreve ao seu amigo Hans Eliebeke que em Goa “vive gente de pele escura e que em alguns lugares se comem homens” (*Der er sorte mennesker, og nogle steder æder de mennesker*) (Smeding, 1548; cf. Høiris, 2002). A tensão social fica reservada para a presença da figura do diabo em alguns países, como na Rússia e na China (Skonning, 1641: cap. XXVII e cap. XXXI).

Os livros de viagens do Barroco desenvolvem a ideia do “*blomstere de rige*” (Reindel, 2009), isto é, são um canto ao país e à sua fertilidade. A natureza e cultura são as garantias da ordem da existência nórdica no clássico de Arendt Bernsten *Danmarkis oc Norge fructbar Herlighed* (1656) (‘O fértil esplendor da Dinamarca e Noruega’). As descrições geográficas que Skonning (1641) realiza do Velho Mundo ajustam-se ao canon: Turquia, Jerusalém, Índia, China, etc são descritas pela fertilidade dos seus campos, pela produtividade das suas gentes e das suas crenças. A natureza é deliciosa e os costumes estranhos no diário de viagem do sacerdote dinamarquês Mads Rasmussen à Índia entre 1623-1626 (Rasmussen, 1794). A literatura de viagens ajusta-se à premissa humanista do reconhecimento da obra de Deus através das suas criaturas (Pil Dahlerup, 2000), mas não é sempre valorizada positivamente. A Velha Ásia é descrita com frequência como um lugar pestilento pelos viajantes dinamarqueses. A pior parte é a ilha de Giava (Java) cujos habitantes são acusados de praticar o canibalismo e Sumatra, caracterizada como a ilha das ervas venenosas (Skonning, 1639: 199). Karsten Smeding informa o seu amigo Hans Eliebeke das condições infernais da vida no Oriente (calor, doença, fome), que fazem da Alemanha o paraíso na terra (1550; cf. Høiris, 2002: 17). O mesmo se passa com África. Skonning caracteriza o país de *Nigritia*, que está situado nas margens de Líbia, pela má saúde, o mau ar e falta de medicamentos (1639: cap. VIII). A teoria da negridão de Skonning é basicamente a de Plínio: a negridão deve-se ao efeito da condensação no sangue dos raios do sol sobre a pele (Skonning, 1641: cap. XLII). No entanto os escritos destes viajantes barrocos carecem da profundidade necessária para estabelecer um diálogo intercultural²⁶. Na realidade transladam na sua literatura a imagem luterana da dimensão moral da saúde humana, que conceptua o corpo como testemunha da graça divina. O ponto de partida é o princípio luterano das boas obras que seguem a Fé. Em *De anima* (Fink-Jensen, 2007), Melanchton utiliza a imagem do corpo como casa da alma: só o corpo são do crente está em disposição de receber

25 A pirateria na costa da Berberia é uma dor de cabeça para os governos europeus da época.

26 Kjælggaard (2002) sustenta a ideia de que o diálogo intercultural é estranho à literatura nórdica antes da época da Ilustração, já que para encontrar um diálogo com o Outro estrangeiro terá-se que esperar que Ludwig Holberg publique, em 1741, *Nils Kleim underjordiske rejse* no que os cipreses nagires do reino de Mardak chamam bárbaro ou herege a todo aquele que se aparta de sua visão escópica. A *Geographia* de Skonning carece da profundidade comparativa do exercício de antropologia universal ilustrada, por exemplo, pelo livro *Kort fortælling af de vilde folks fornemmeste indretning* (Breve relato dos distintos nobres selvagens), publicado por Jens Kraft em 1760, e Skonning não emprega a sua ironia para lançar olhares críticos sobre o seu país nem para marcar a diferença com o estrangeiro, como fará Montesquieu em França em ‘Letras Persas’ (1721) (citados por Kjælggaard, 2002).

os dons do Espírito Santo²⁷. Na mentalidade luterana de Skonning, Smeding e Olofsson, o negativo meio vital do pagão – é dizer, a sua convivência com o diabo – não é mais que o reflexo da sua ignorância e incapacidade para encontrar Deus. H. H. Skonning nem sequer emprega a sua ironia para lançar olhares críticos sobre o seu país nem para marcar as diferenças com o estrangeiro. No entanto, os dinamarqueses do século XVII estão bem conscientes da diferença étnico-cultural. O termo ‘*ethnic*’, que já aparece pela primeira vez como entrada no dicionário do professor Christiern Pedersen em 1550, é empregado na sua acepção de pagão pelo teólogo Niels Hemmingsen na sua particular colecção de sermões protestantes *Postilla* (o original em dinamarquês é de 1562. Versão inglesa de 1570). A *Geographia* de Skonning translada a um plano religioso a noção barroca de pátria como centro do mundo²⁸ que Skonning aplica a doutrina dos dois reinos de Martin Lutero (1483- 1546) a partir da distinção primária entre os círculos cristão - não cristão, da que carece o modelo geocêntrico secular do *Compendium cosmographicum et chronologicum* (1646) de seu compatriota Hans Nansen (1598-1667). A doutrina dos dois reinos de Martin Lutero divide os homens em dois reinos: o reino espiritual, ao que pertencem os crentes, governado pelo poder espiritual de Deus, e o reino temporário deste mundo, no que participam os crentes e não crentes na sua condição de pecadores. A lei do amor rege no domínio de Deus, a razão natural e a justiça humana no reino deste mundo. (H. Bornkamm, 1966). No capítulo introdutório à *Geographia* (1641), Skonning translada a cosmografia, a concepção luterana das ordens humanas já que distingue entre um primeiro círculo cristão, caracterizado pela crença em ‘*den sande kundskab om den levende Gud*’ (a mensagem verdadeira do Deus vivo), e um segundo círculo exterior ao círculo cristão, de composição plural, composto tanto por não cristãos - judeus, turcos (mahometanos e moscovitas) e pagãos, como pelos crentes na Virgem, isto é os católicos ou papistas, na linguagem da época. Para todos é lícito procurar a vida eterna, mas os habitantes do segundo círculo avançam por caminhos equivocados ao adorar, na linguagem luterana de Skonning, deuses falsos: Mahoma, o sol e a lua, o diabo e, inclusivamente, os santos e a Virgem Maria. São dois os argumentos de Skonning para recusar os infiéis: A tirania de seus governantes (porque ‘Ninguém se atreve a contradizer o Corão’) e as práticas (cerimónias, oferendas) e crenças equivocadas ‘*Tyrckens dårlig mening om den yderste dag oc den da skal stie*’ (as opiniões equivocadas dos turcos a respeito do caminho para o último dia (isto é, as causas finais)) (Skonning, 1641: cap. IIX (*sic*)). Um mundo, de essência maligna, ‘*som er nedfundet i det onde, leffner i det onde, practicerer på det onde*’ (um mundo que está fundado no mal, vive no mal e pratica só o mal). O sistema cosmográfico duplo de Skonning parece ser uma aplicação directa dos princípios doutrinários de Niels Hemmingsen: por um lado, encontra-se o reino de Cristo e seus conhecedores e por outro lado, o reino de Satanás, no que habitam os que não conhecem Cristo. O teólogo aplica sua teoria dupla, que introduz no sermão do 5.º Domingo de Quaresma, Domingo de Paixão (Hemmingsen, 1562), as diferenças entre cristãos e judeus mas que Skonning parece aplicar a toda a Humanidade. Em relação à geografia doméstica empregada nas canções populares (*vise*) para descrever os países com os que a Dinamarca se compara normalmente, seja de acordo com critérios sociológicos (povos, cidades e o país em si: a Suécia, a Noruega ou a Polónia) ou religiosos (o territó-

27 Philip Melancthon desenvolve em *De anima* a sua teoria sobre a dimensão moral da anatomia humana. As principais figuras da igreja luterana, Peder Palladius, o primeiro Bispo luterano dinamarquês, e Niels Hemmingsen, o principal teólogo reformista dinamarquês, foram discípulos directos de Melancthon.

28 Um exemplo é a *Danmarckis Riges kronicke* (1652) de Arild Huitfeldt.

rio luterano em relação ao território romano, judeu ou muçulmano) (Peder Raffn, 1641) o marco de Skonning é cosmográfico já que inclui aos povos pagãos (africanos ou asiáticos). A diferença dos católicos, turcos e judeus, as crenças erróneas dos pagãos devem-se mais à sua ignorância do que à tirania dos seus governantes. Aqui, Skonning parece assumir a teoria da lei natural como princípio universal de Niels Hemmingsen. Em *Om naturretten* (De lege naturae) (1562) Hemmingsen defende que Deus plantou a sua semente em todos os seres humanos, mas só a ignorância impede o pagão de encontrar a chispa de Deus na sua alma (Ebbesen e Koch, 2003).

A referência aos pagãos em Skonning é importante no contexto da ideologia escravagista. Sem ser um escrito sobre a escravatura, quando a escravatura aparece na *Geographia* vinculada a outro assunto é descrita como resultado da ignorância do escravo²⁹. Em 1760 o administrador colonial dinamarquês na Guiné, L. F. Rømer, insistirá de novo na ignorância do pagão quando considera os africanos incapazes de superar por si mesmos o estado de guerra contínua (Rømer, 1760: cap. I). É interessante observar como Skonning envolve numa linguagem ilustrada uma concepção religiosa da vida humana, quando qualifica os habitantes do segundo círculo de ‘*uopliuste mennisker*’ (seres humanos desinformados ou não letrados (1641: Introdução). Em H. H. Skonning, e em Niels Hemmingsen (Schwarz-Lausten, 2013), a sobrevalorização da cultura nacional é um corolário da crença na diferença criada pelo desvio dos pecadores ‘turcos e étnicos’. Os que estão fora do círculo cristão procuram por sua conta o reino dos céus mas erraram o seu caminho por não ter sabido obedecer (*at aflyde* = em sentido etimológico grego: não saber escutar), o que é causa de seus males - uma degeneração que os converteu em escravos de carne e sangue. Para o luteranismo, a obediência à autoridade é uma questão-chave para o desenvolvimento das virtudes sociais. Em *Der große Katechismus*, 1529, Lutero sustenta no Quarto Mandamento (Honrarás a teus pais) o mapa das ordens sociais ou regulamentos que organizam as relações pessoais do cristão: *Hausregiment* (a casa) *Weltregiment* (o estado) e *Geislichregiment* (a igreja e a escola), e a cujas respectivas autoridades (os pais, o governo, os sacerdotes e os mestres) o cristão tem a obrigação de servir, honrar e obedecer (*Gehorchen*, alemão, *at aflyde*, dinamarquês) e que Hemmingsen transporta para o espaço étnico: “*If they were to the turcs and ethnikes should be saved, of whom many have obeyed their teachers*” (Henningsen, 1570: Oitavo Domingo após Pentecostés). Skonning não pretende realizar uma teoria do escravagismo, mas contribui para reproduzir no imaginário dinamarquês uma ideia luterana das diferenças humanas baseada no reconhecimento de Deus através da ideia de obediência. A ideia do direito natural como base do direito positivo já está em Niels Hemmingsen (Ebbesen e Koch, 2003), ainda que será Samuel von Pufendorf (1632-1694) quem a desenvolve em *De iure naturae et gentium* (A respeito da lei natural e o direito das gentes) (1672) para justificar a noção de obrigação que os seres humanos têm para Deus e para o próximo, e que Ludwig Holberg retoma em 1716 com a publicação de *Moralske Kierner eller Introduction til Naturens og Folke-Rettens Kundskab* (Factos morais ou Introdução ao conhecimento do direito natural e das gentes), livro que funda o moderno direito natural dinamarquês. Para Holberg o escravagismo pertence ao direito de gentes (*folkeretten*), mas por lei natu-

29 É interessante comparar com a visão do tema dos impressores de Bry quem, ao menos na interpretação de Boogaart (2009), parecem criticar a prática escravagista vinculada às paixões incontroladas dos latinos. Se para os de Bry o escravagismo é resultado da ambição e a sede de poder do país opressor, em Skonning a escravatura é um mau consubstancial às condições de ignorância local do escravo.

ral todos os homens são iguais (*Om den naturlige lighed melle malle mennesker* Sobre a igualdade natural entre os seres humanos) (F. I. Billeskov Jensen, 1999)³⁰.

Na *Geographia* de Skonning, o victimismo do pagão ignorante pode interpretar-se também em termos políticos no marco da ideologia antimissionária do primeiro luteranismo, que deixa nas mãos do pagão os desejos de conversão. A *Geographia* de Skonning (1641) é um século anterior ao ensaio (1760) do teólogo Erik Pontoppidan (1698-1764) onde, pela primeira vez se apresenta o escravagismo africano como um problema social na Dinamarca. No seu prefácio à autobiografia de L. F. Rømer, administrador colonial dinamarquês na Guiné, '*Tilforladelig Efterretning om Kysten Guiné*' (Um relato verdadeiro da Costa da Guiné), Erik Pontoppidan sustenta a sua defesa da prática escravagista na crença na superioridade moral e económica do branco (Green-Pedersen, 1972). Da mesma forma que o resto das potências coloniais europeias, durante o século XVIII os dinamarqueses compram regularmente escravos na costa da Guiné, o que o administrador Rømer justifica por critérios de interesse nacional ainda que não duvida em desmarcar-se e criticar as maneiras degradantes empregadas pelos seus vizinhos europeus para examinar a mercadoria humana (Rømer, 1760: cap. V). A distância ideológica entre H. H. Skonning (que se mostra indiferente ao problema social do escravagismo) e Erik Pontoppidan (que já propõe o problema social do escravagismo) pode se entender no marco do debate teológico entre luteranos ortodoxos e pietistas. A princípio do século XVII não há um debate político na Dinamarca sobre a necessidade de evangelizar nem sobre o escravagismo, apesar de que, em 1616, o governo de Christian IV decide investir no projecto colonial. No *octroj* de 1670, ponto 5, emitido por Christian V, é explícito pela primeira vez a necessidade de converter os pagãos, mas é a decisão de Frederik V de enviar uma missão pietista à Índia o que enfrenta a política religiosa ortodoxa (*rettroenhed*), um período de intolerância que cresce em torno do '*Universæ theologiæ sistema*' (1633) do bispo Jesper Brochman. A vinculação da igreja ao estado luterano fica refletida no lema de Christian IV 'O temor de Deus reforça o reino' (*Guds frygt styrker rigerne*). A primeira missão oficial de um país protestante no ultramar com apoio real é a dinamarquesa encarregada por Frederik IV aos estudantes de teologia alemães Bartholomäus Ziegenbalg e Heinrich Plütschau da congregação pietista de Halle (*Die Dänisch-Hallische Mission*). Ambos missionários embarcaram em Copenhaga no dia 29 de Novembro de 1705 no barco *Sophie Hedewig* e chegaram a Tranquebar, na costa Coromandel no dia 9 de Julho de 1706 (Iversen, 2005). O projecto missionário ultramarino nacional dinamarquês (*ydre mision*) teve a sua continuidade com a missão capitaneada por Thomas von Westen aos samis do norte da Noruega em 1715 e a missão do sacerdote Hans Egede à Gronelândia em 1721. A decisão de Frederik IV desencadeia uma luta de poderes na igreja dinamarquesa, já que o sector ortodoxo, liderado pelo bispo de Selândia, Henrik Bornemann, opõe-se ao trabalho missionário, promovido pelo sector liderado pelo Bispo da corte F. J. Lützens, de orientação pietista. O argumento do Bispo Bornemann é que a iniciativa missionária tem que partir da mesma congregação, não da coroa. De acordo com esta perspectiva é erróneo enviar um missionário real que não foi reclamado pelos mesmos fiéis africanos ou asiáticos. No entanto, a sorte da incipiente actividade missionária luterana do XVIII há que a entender no contexto dos interesses das Companhias comerciais. O fim das companhias do ultramar era eminentemente comercial.

30 Que Holberg tinha acções na *Vestindisk-Guineisk kompagni* ilustra a crença de Holberg na sua distinção teórica entre direito natural e direito das gentes.

A Companhia fazia-se responsável das actividades e a mudança reservava-se à administração de seus interesses sem injerências externas. Os governadores eram nomeados pelo Conselho dirigente da companhia e sua eleição era sancionada pelo monarca. Além disso, os fins da companhia não eram de ocupação mas procurava a sua presença nos enclaves costeiros. Ainda que o monarca seja o primeiro accionista da Companhia, o estado dinamarquês não interfere em como a Companhia tem de levar seus assuntos do Ultramar. Os fins eminentemente comerciais impõem a condição de manter uma separação estrita entre a companhia comercial e a igreja. A tomada de decisões sobre a actividade ultramarina estava marcada pelas disputas de poder definidas pelo complexo mapa de interesses em jogo: administradores de origem alemã, holandesa e dinamarquesa, interesses seculares e eclesiásticos, poder do monarca e poder da companhia. Não surpreende, por tanto, a fria recepção aos sacerdotes empregados pela companhia em Tranquebar, cuja presença nos barcos do ultramar era exigida pelo *octroi* real, mas cuja actividade missionária era recusada pelos representantes da companhia. Em consonância com o evangelho luterano, os *octroi* incluem disposições para que em mar e terra haja sempre um sacerdote, mas é só até o *octroi* de 1670 que, no pk. 5, inclui-se pela primeira vez a necessidade do trabalho missionário para converter aos pagãos. (Feldbæk, 1986). O conhecido episódio da queda em desgraça dos dois sacerdotes Niels Andersen Udbynder e Christian Pedersen Storm durante os governos de Bernt Pessart e W. Leyel (Larsen, 1907; Bredsdorff, 1999) pode servir para ilustrar a problemática religiosa na colónia dinamarquesa. Os dois sacerdotes tinham má fama e foram acusados de conduta vergonhosa por violência doméstica e concubinato com escravas que pertenciam a donos portugueses. Depois da sentença de morte dos dois sacerdotes, os três escravos, de nome Antonio, Maria e Dominga, que Storm tinha a seu serviço foram libertados e criados com o dinheiro deixado por Storm (Bredsdorff, 1999: 114-115). A interpretação moral da descida aos infernos dos sacerdotes Udbynder e Storm como um exemplo de como os europeus podem cair nas tentações da vida colonial rápida e profundamente (Larsen, 1907)³¹ obscureceu o debate político que envolve a missão luterana na Ásia. A nosso ver, o episódio de Udbynder e Storm influenciou sem dúvida o debate doméstico sobre a idoneidade de enviar missionários para o ultramar. A sentença do Bispo Bornemann de que “Os estudantes dinamarqueses não estão capacitados para este trabalho (de missionário), se abandonam à bebida, à ignorância e à prostituição” (*Danske studenter er ikke egnede til dette arbejde, de er hengivne til overflod, druk, uvidenhed, og hor*) (Nørgaard, 2005: 46), entende-se neste contexto. Inspirado na ideia pietista de serviço, a postura de Frederik IV, que adopta o lema absolutista *cuius regio, eius religio* “Tal príncipe, sua religião”, é radicalmente diferente à dos seus antecessores ortodoxos, já que faz da empresa missionária parte de um projecto de integração nacional dos súbditos do país que a cada vez é mais multicultural (Nørgaard, 2005: 42). É notável que em seu louvor ao rei Christian V durante a inauguração da Ópera do Palácio Real de Amalieborg, em 1689, o poeta cortesão incluía como súbditos reais a ‘*der Morian*’ (ou *der morian*) junto a ‘*der Dannemann, der Normann, der Teutsche*’ (os dinamarqueses, os noruegueses, os alemães) (J. Paludan, 1881). Refere-se o poeta aos súbditos africanos, asiáticos e gronolândeses das colónias?. Podemos entender a justificativa de Erik Pontoppidan para a deportação dos negros pelos efeitos benéficos do cristianismo nas suas almas como um corolário desta política missionária pietista: “*Here more attention must be paid to their immortal souls, and*

31 “(et) eksempel paa, hvor hurtigt og dybt Europæere kan bulke under for Kolonilivets Fristelser” (Larsen, 1907).

we must seek, by teaching them Christianity, to help them approach somewhat closer the bounds of the kingdom of God" (Pontoppidan, 1760: 8).

Mais tarde, ao longo do século XVIII, o sistema de plantações nas Índias ocidentais geraria uma ideologia escravagista entre os proprietários que justifica o duro trato dado aos escravos e assegura a aceitação pelos negros da sua condição de escravos (Hall, 1992). Desde 1688 importam-se na Dinamarca africanos das Caraíbas, com diferentes finalidades: lacaios de grandes senhores da aristocracia e comerciantes, mas também com fins educativos religiosos pelos missionários e profissionais (capacitação para o trabalho) (P. Olsen, 1987). A presença de escravos em Copenhaga estava sujeita à necessidade de estabelecer restrições para evitar a mistura de raças (branca e negra) mas respeitando os desejos dos importadores de contar com mão-de-obra suficiente (P. Olsen, 1987: 113). No fundo, debate-se sobre o direito de propriedade do negro importado pelo seu dono no horizonte das diferenças entre a lei na Dinamarca (onde o escravagismo estava proibido) e nas Índias Ocidentais (onde o escravagismo era legal)³². O clássico modelo dual de divisão humana voltamo-lo a encontrar em N. F. S. Grundtvig (1783-1872), o pai ideológico da Dinamarca contemporânea. Grundtvig divide os humanos em dois grupos: a gente principal (*Hovedfolkene*), que inclui judeus, gregos, romanos e nórdico-germânicos, e a outra gente, os indígenas (*Naturfolkene*), que moram em 'os países cálidos' (Poul Pedersen; 1989) - isto é, *sortemænd*. O que mudou desde os tempos de Skonning é a percepção da escravatura, que para Grundtvig agora é má em si mesma, não a percepção do negro como um ser ignorante cuja vida é um inferno indesejável. De acordo com O. Høiris (1989), a percepção hierárquica das raças humanas continuou na antropologia dinamarquesa até meados do século XX.

6. Conclusão

A *Geographia* de Skonning é uma obra que destila representações ideológicas luteranas: as noções de separação de domínios, tirania, obediência, ignorância dos não crentes. A sensibilidade histórica nórdica para as diferenças de raça é prévia a questões de escravagismo. O pragmatismo nórdico da abolição no século XVIII entronca com a velada aceitação e inclusive indiferença para com o escravagismo no século XVII. Podemos identificar uma continuidade nas atitudes que justificam a prática mas que recusam o maltrato do escravo. Os *morian* como motivo de prestígio são protagonistas da pintura, do teatro, do carrossel e outras manifestações artísticas e culturais das classes altas - um costume que deixou resíduos. A falta de legislação combina-se com uma prática social que acomoda os empregados negros na sociedade segundo necessidades.

Referências bibliográficas

- C. Alberti (1850), *Den danske slavehandels historie*. Historisk Tidsskrift, 2. række, Bind 3.
George Anastaplo (2012), *Reflections on slavery and the Constitution US*. Lexington Books, pp. 19- 26.

³² Na prática considerava-se que o escravo trazido para a Dinamarca não podia ser o seu próprio dono. No século XIX os conservadores pedem que se catalogue os negros importados como servidores (*Tjenestemænd*) mas sem direito a romper com seu dono, o que equivale, segundo A. S. Ørsted, o fundador da ciência jurídica dinamarquesa, a reconhecer um direito de propriedade contrário à legalidade europeia do momento (P. Olsen, 1987: 114).

- Anônimo, "En underlig og dog meget schiøn historie om den tålmodig Helena af Constantinopel, en konge daater". Danske Folkebooger, vol. VIII. p. 60, D6v.
- Charlotte Appel (2001), *Laesning Og Bogmarked i 1600-Tallets Danmark*. København. Museum Tusulanum. 2 Vol.
- N. Bartholdi (1993), "Brøderskab – selskab – ridderorden. Ordenens ældste historie". Em: Bencard, Mogens; Kørsted, Tage: *Fra korsridder til ridderkors. Ordenskapitlet*.
- F. J. Billedskov Jensen (1999), *Ludvig Holberg og meneskerettigheder og andre Holbergstudier*. C. A. Reitzel forlag. København.
- Asta Bredsdorff (1999), *Willem Leyel liv og farefulde rejse til Indien*. København. Museum Tusulanus forlag.
- Ernst van den Boogaart (2009), *Slavery in the de Bry collection: The formation of a worldwide comparative perspective*. Em: Kim Klooster (ed.): *European expansion and Indigenous response*. Vol. 2: *Migration, trade and slavery in an expanding world*. Essays in honour of Pieter Emmer. Brill Academic Pbs, pp. 165-196.
- K. E. Bugge et al. (2005), *Det begyndte i København... Knudepunkter i 300 års indisk-danske relationer i mission*. Syddansk universitetsforlag.
- Jacobus Anne van der Chijs (1885-1900), *Nederlandsch-Indisch plakaatboek, 1602-1811*. Batavia: Landsdrukkerij: 's-Hage: M. Nijhoff.
- Albert Cohn (1865), *Shakespeare in Germany in the 16th and 17th Centuries*. London.
- Pihl Dahlerup (2000), *Humanismebegreb*. Em: Marianne Barlyng et al. (ed.): *På tværs*. Danska, pp. 36-47.
- Verner Dahlerup (1905), *Blåmand*. Fra sprog og litteratur. Danske studier. n.º 18, pp. 85-87.
- Inger Dübeck (1987), *Fremmedrettens udvikling i Danmark 1700-1914*. Em: B. Bendiknow: *Fremmede i Danmark. 400 års fremmedpolitik*. Odense universitets forlag, pp. 1-45.
- Sten Ebbesen og Carl H. Koch (2003), *Filippisme og protestantisk naturret*. Em: S. Ebbesen og C. Koch: *Dansk filosofi i Renæssancen. 1537-1700*. Gyldendal, pp. 33-60.
- Umberto Eco (1988), *Middelalderen gemkomst. Ti måder at drømme om middelalderen*. Kbh.: Forum, pp. 16-48.
- Per Eilstrup e Nils Eric Boesgaard (1974), *Fjernt fra Danmark. Billeder fra vore Tropekolonier, Slavehandel og Kinafart*. Lademann.
- Ole Feldbæk (1993), *Danmarks økonomiske historie: 1500-1840*. Herning: Systeme.
- ____ (1986), *Danske handelskompagnier 1616-1843. Oktrojer og interne ledelsesregler*. Kbh.: Selskabet for Udgivelse af Kilder til Dansk Historie.
- Morten Fink-Jensen (2007), *Fornuften under troens lydighed naturfilosofi, medicin og teologi i Danmark 1536-1636*. Museum Tusulanums Forlag.
- Sv. E. Green-Pedersen (1972), *Teologi og negerslaveri. Om Erik Pontoppidans fortale til F. L. Rømer: Tilforladelig Efterretning om Kysten Guinea 1760*. Festkrift til Poul Bagge, pp. 71-89.
- Erik Gøbel (2003), *Danske i det nederlandske ostindiske kompagnis tjeneste i det 17. århundrede. Handels og søfarts museet på Kronborg*. Årbog, pp. 7-29.
- ____ (1980), *Danske oversøiske handelskompagnier i 17. og 18. århundrede. En forskningsoversigt*. Em: *Fortid og Nutid XXVIII*, pp. 535-569.
- Neville A. T. Hall (1992), *Slave society in the Danish West Indies*. St. Thomas, St. John, and st. Croix. The John Hopkins University Press.
- Bent Holm (2010), *Tyrk kan tæmmes. Osmanerne på den danske scene. 1596-1896*. Multivers.

- Ove Hornby; Svend Ellehøj; Kristof Glamann (1980), *Kolonierne i Vestindien*. København: Politikens Forlag.
- Inger Højbjerg (1990), *Tranquebars bybefolkning 1620-1845. Speciale i historie*. Københavns universitet.
- Ole Høiris (2002), *Rejse til Indien. Om Karsten Smeding*. Intervention press.
- Ole Høiris (ed.) (1989), *Dansk mental geografi*. Århus universitetsforlag.
- Lasse H. Kjældgaard (2002), *Fremmede øjne. Tværkulturelle dialoger i oplysningstidens danske litteratur*. En: *Mere lys! Indblik i oplysningstidens i dansk litteratur og kultur*. Mads Julius og Lars Kjældgaard, pp. 65-89.
- M. Kopplin (1987), *Amoenitates exoticæ: Exotische Köstlichkeiten im Zeitalter des Barock*. Em: *Exotische Welten, europäische Phantasien*. Exh. cat., Stuttgart: Cantz, pp. 318-45
- Hans R. Iversen (2005), *Knudepunkter i 300 års indisk-danske relationer i mission*. Em: K. Bugge et al. Op cit. pp. 11- 23.
- C. Koeman (1985), *Jan Huygen van Linschoten. Centro de estudos de história e de cartografia antiga*. Lisboa.
- Donald F. Lach (1994), *Asia in the making of Europe. A Century of Wonder. Book 2: The Litterary Arts*.
- Kay Larsen (1928), *Dansk Vestindien, 1666-1917*. København: C. A. Reitzel.
- _____ (1907), *De dansk-ostindiske koloniers historie I Trankenbar*. København. Centralforlaget.
- Kåre Lauring (1990), "Da vejene måtte anses for usikre, betakkede jeg mig for at rejse". Ræsonnerende bibliografieratur vedrørende Indien og Ceylon udkommet i Danmark og Europa før 1618. *Handels- og Søfartsmuseet på Kronborg*. Bd. 49, pp. 54-91.
- Arno Lehmann (1955), *Es begann in Tranquebar: Die Geschichte der ersten evangelischen Kirche in Indien*. Berlin: Evangelische Verlagsanstalt.
- H. D. Lind (1889a), *Daab af morianer i Christian IV's tid*. Kirkehistoriske samlinger. Fjerde række. Bind 1, pp. 577.
- _____ (1889b), *Kong Kristian den fjerde og hans mænd paa Bremerholm*.
- Joseph Loftin (1966), *The abolition of the Danish Atlantic Slave Trade*. 1966. Phd dissertation. Louisiana State University.
- Frederik Münter (1822), *Undersøgelse om de danske ridderordeners oprindelse*.
- B. G. Niebuhr (1805), *Nogle efterretninger om Wilhelm Leye og den danske østindiske handel under hans bestyrelse*.
- Per Nielsen (ed.), *Fra slaveri til frihed, det dansk-vestindiske slavesamfund 1672-1848*, symposium den 3. juli 1998 på Nationalmuseet i anledning af 150-året for slaveriets ophør på de dansk-vestindiske øer. Kbh.: Nationalmuseet.
- Anders Nørgaard, *Missionens forhold til danskerne*. En K. E. Bugge et al. Op. Cit. pp. 41-85
- Erik Nørr e Jesper Thomsen (2007), *Nordatlanten og Troperne*. Forvaltningshistoriske kilder fra Farøerne, Grønland, Island og Trøpekolonierne. Selskabet for udgivelse af kilder til dansk historie. København.
- Poul Erik Olsen (1987), *Disse vilde karle. Negre i Danmark indtil 1848*. Em: B. Bendiknow: *Fremmede i Danmark. 400 års fremmedpolitik*. Odense universitets forlag. pp. 103-117.
- J. Paludan (1880-1881), *Om Dramets Udvikling i Danmark mellem Skolekomedien og Holberg*. *Historisk Tidsskrift*, Bind 5, række, 2, 1.
- Poul Pedersen (1989), *Grundtvig i verdenshistorien og blandt fremmede folk*. Em: O. Høiris (ed.), Op. cit.

- Erik Pontoppidan (2000), Foreword to Ludewig Ferdinand Rømer 'A reliable account of the Coast of Guinea' (1760). Em Selena Axelrod Winsnes (op. cit.), pp. 5-12.
- Peder Raffns visebog, Danske Visebog. Oslo. (1889), (1641).
- Ulrik Reindel (2009), Kronborgtapeterne, pragt og propaganda på Frederik II's Kronborg. Slots-og ejendomstyreelse.
- H. F. Rørdam (1889), De tidligste spor af missionsbestræbelser hos os efter Reformationen. Kirkehistoriske Samlinger. Kbh, 157- 162.
- Martin Schwarz-Lausten (2013), Niels Hemmingsen, Storhed og fald. København. Anis.
- Hans H. Skonning (1636), Collegium Philosophorum. Hedenske Philosophia eller Vijsdom. Udi huilcken findis adskillige, mærkelige oc værkelige Bedriff, Ordsprog oc Tale, aff vjse Hedninge oc Philosophis foregiffuit: Aff adskillige Grædske oc Latinske Autoribus colligerit: oc vdi nogle visse locos communes, med sine observationibus oc Lærdomme, tilhobe skreffuit, oc vdi Danske Sprog forfærdiget. Her forvden findis oc-saa it philosophiske Klagemaal, om dette arme ælendige Menniskelige Liff oc Leffnit, med des Jammer, Møde oc Ælendighed, det er vndergiffuit etc. Århus.
- ____ (1639), Mirabilia naturalia eller Natur Wunder, det er: Wunderlige oc adskillige naturlige Tingesters Beskriffuelse, Nemlig: Om Mennisken: Item, om wonderlige Bierge i Verden: Trærs, Urters, Diurs, Fuglis oc Ormis, wnderlig Art oc Natur: Med mere andet forunderligt som medfølger, dernest, en drabelig Papistiske Løgn, om Johane Chrysostomo, ex Luthero, lystig ad læse, colligerit oc tilkobe samlet, aff forneme Lærde Mends Skrifter, oc pa danske i Trycken publicerit. Århus.
- ____ (1641), Geographia historica Orientalis. Det er: Atskillige Østerske Landis oc Øers, met desz Folckis Beskriffvelse. Aff betrode oc fornemme Geographicis Antoribus med Fljd tilhobe samlit, oc i Danskten publicerit. Århus.
- Kamma Struwe (1967), Dansk Ostindien 1732-1776. Tranquebar under kompagnistyre. Em: J. Brøndsted; G. Olsen, K. Struwe: Vore gamle tropekolonier. København. Bd. 6.
- Sanjay Subrahmanyam 1989, The Coromandel Trade of the Danish East India Company, 1618-1649. Scandinavian Economic History Review. Vol. XXXVII. Nr. 1, pp. 41-56.
- Erik Sønderholm (ed.) (1969), Dansk barokdigtning. 1600-1750. Kbh. : Københavns Universitets Fond for Tilvejebringelse af Læremidler.
- Preben Sørensen (2001), At fortælle historier. Triestre.
- Johannes Werner (1915), Børsen. H.H. Thieles.
- A. Thiset (1905), Danske adelige sigiller fra det XV., XVI. Og XVII. Aarhundrede. Kjøbenhavn.Reitzel.
- Markus Vink (2003), The world's oldest trade. Dutch slavery and slave trade in the Indian Ocean in the Seventeenth Century. Journal of World History. Vol. 14. n.º 2.
- Andrea Weindl, Die Kurbrandenburger im 'atlantische System'. 1650-1720. Arbeitspapiere Lateinamericaforschung. Universität zu Köln. (2010).
- Richard Willerslev (1944), Danmarks første aktieselskab. Historisk tidskrift. 10. 6.
- Selena A. Winsnes (op. cit.) (2000), A reliable account of the coast of Guinea, 1760, by Luwig Ferdinand Rømer.



As pulsões na política em São Tomé e Príncipe

Augusto Nascimento*

P. 135-152

Aquando da vitória da Aliança Democrática Independente (doravante ADI), liderada por Patrice Trovoada, nas legislativas de 1 de Agosto de 2010, pensar-se-ia que, sob o lema da *mudança*, um novo ciclo político se inaugurava em São Tomé e Príncipe. Tal designio de *mudança* era anunciado pela aparente determinação de ruptura com o passado. Ao observador menos familiarizado com o arquipélago parecia igualmente que o triunfo da ADI se replicaria nas eleições presidenciais apazadas para 2011.

Para conferir congruência ao curso da política, este triunfo deveria acarretar uma renovação da governação¹, mormente pelo corte com os procedimentos dos velhos políticos do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (doravante, MLSTP) – aos olhos dos opositores, o governo era o dos *políticos* alojados no poder desde a independência –, assim se concretizando o desejo enfaticamente expresso nas ruas, em resposta, aliás, às palavras de ordem dos comícios da ADI. Parte substancial da votação de 2010 adveio da mobilização do ressentimento social animado por uma leitura simplista e moralista dos males da *política*, aos quais importava pôr cobro.

Porém, para quem acompanhe assiduamente a evolução do arquipélago, logo se terá perfilado a hipótese de esta vitória não se replicar. Era fácil prognosticar que Pinto da Costa, primeiro presidente do país, concorreria às eleições presidenciais² e que, após tentativas falhadas em 1996 e 2001, se arriscava, por assim dizer, a ganhar. Pessoas próximas do antigo líder do MLSTP afirmaram-se convictas de que ele ia concorrer e de que tinha fortes possibilidades de triunfar³.

Esta convicção equivalia (e equivale) admitir a propensão da sociedade são-tomense para sucessivamente acolher mensagens, não raro dissonantes mas até antagónicas, como as emanadas de Patrice Trovoada e de Pinto da Costa. Sem expressar clara oposição programática,

* Investigador auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa; colaborador do CEA-ISCTE/IUL, do CEAUP e do IHC da FCSH/UNL.

- 1 Sem prejuízo de algumas medidas “moralizadoras”, com o quê de propagandístico, não se terá renovado a prática política. Mas registaram-se diferenças na acção governativa. À primeira vista, a chefia de Patrice Trovoada surgia menos refém de cumplicidades locais, relativamente às quais parecia marcar uma distância como que sobranceira.
- 2 Salvaguardado o respeito devido aos sentimentos pessoais, pode afirmar-se que o elogio fúnebre de Alda do Espírito Santo foi um sinal inequívoco da disposição de Pinto da Costa de se candidatar a presidente (intenção que alguns antecipavam desde, pelo menos, meados de 2010). A alusão à “tristeza” de Alda implicava a promessa de saldar uma dívida moral, o que só podia significar o compromisso de um engajamento político activo.
- 3 *Em Julho de 2010, estava convicto de que Pinto da Costa ganharia com uma margem de votos algo confortável. Equivoquei-me na atribuição de uma vantagem confortável a Pinto da Costa, de resto, maior na primeira do que na segunda volta.*

estas mensagens implícitas sobrepõem-se umas às outras, substituindo-se na inculcação, cada vez menos profunda e duradoura, de uma réstia de esperança nos são-tomenses relativamente à inversão da trajectória de perda⁴ a lograr pela regeneração da acção política. Assinale-se, esta regeneração é mais esperada dos políticos e menos de uma organizada e persistente participação cívica e política do comum dos são-tomenses.

Porque é que em 2010, na hora de uma alteração política expressiva – menos pela diferença de votos do que pela assertividade da mensagem simples da ADI sobre a remoção dos políticos “corruptos”, inequivocamente ao encontro do sentimento popular de desforra relativamente aos governantes do MLSTP –, se poderia profetizar sem grande margem de erro que Pinto da Costa, adversário de Patrice Trovoada (e do pai deste, Miguel Trovoada, para quem perdeu uma eleição em 1996), se candidataria e, decerto, ganharia as eleições presidenciais, dando corpo a um sentimento contrário à maioria que elegia a ADI e, em particular, Patrice Trovoada? Com efeito, em 2010, com razoável certeza podia aventar-se que, independentemente do desempenho governativo e da respectiva influência sobre a eleição presidencial, a ADI e Patrice Trovoada se arriscavam a perder a eleição a ocorrer em 2011. Como explicar este comportamento eleitoral pendular que, predito um ano antes e no exacto momento em que se afiguraria improvável, se perfila como algo paradoxal? Por analogia, quiçá indevida, com outros contextos, aventar-se-ia que os resultados eleitorais das legislativas de 2010 e das presidenciais de 2011 revelariam uma sábia procura do equilíbrio de poderes. Logicamente plausível, tal intuição relativa às vantagens desse equilíbrio poderá ter tido um papel, mas não explica o ziguezague eleitoral entre propostas políticas supostamente antagónicas, devendo desde já realçar-se que, provavelmente, o maior antagonismo não reside nem nas doutrinas nem nos programas.

De outra perspectiva, devedora da visão de uma microinsularidade constringedora da mudança social, pode interpretar-se a evolução política adoptando a ideia de um país avassalado por uma luta entre dois amos, Miguel Trovoada e Pinto da Costa⁵. Por outras palavras, dir-se-ia que, não obstante o contágio das mudanças no mundo, o comportamento dos são-tomenses reproduziria a conflitualidade de um passado mais ou menos remoto⁶. Tal inevitabilidade comprovar-se-ia, uma vez mais, nas eleições de 2010 e 2011. Sem negar o peso do historial dos conflitos entre Pinto da Costa, de um lado, e Miguel e Patrice Trovoada, de outro, esta será, em todo o caso, uma explicação redutora.

À distância, parecerá difícil interpretar os múltiplos significados das escolhas eleitorais em São Tomé e Príncipe em 2010⁷ e 2011, de modo algum atribuíveis às propostas dos can-

4 Apesar de os indicadores macroeconómicos iniciarem a inversão da trajectória de perda do país, para o arraigamento da percepção dessa perda concorrem vários factos, entre eles, o empobrecimento, acentuado na década de 1990, de que o país vem recuperando lentamente, o crescente fosso entre ricos e pobres, a condenação destes à marginalidade e, ainda, a falta de perspectivas para os jovens que aferem os seus direitos pelos padrões de vida vigentes no exterior.

5 O estudo de Gerhard Seibert contribuiu para firmar a ideia de que a evolução política do arquipélago tem estado refém da rivalidade de dois actores, Pinto da Costa e Miguel Trovoada, agora substituído pelo filho. Tal rivalidade remontaria às questões de tempo do CLSTP, cf. Seibert, 2001.

6 Afora as imbuídas de um caldo cultural racista, que alguns considerariam resíduos da ideologia colonialista, correm formulações de diferente matiz, desde as mais elaboradas, *somos assim há séculos...*, até às da rua, *o são-tomense é assim!*, umas e outras denotando conformismo face à presumida índole dos são-tomenses. Logo, esta inescapável índole estaria na origem dos males do país. Contra estas armadilhas, que amiúde contaminam e colonizam o pensamento científico, importa indagar e descrever a mudança social em São Tomé e Príncipe e entre os são-tomenses.

7 Já para não falar dos resultados das autárquicas de 25 de Julho, dos quais se dizia terem baralhado as sondagens que davam vitória à ADI nas legislativas de 1 de Agosto. Diga-se, nas ruas pressentia-se esta vitória, que pareceu posta em dúvida pelos resultados das autárquicas, que deram a impressão de o MLSTP poder de novo vencer sobre a linha de meta.

didatos. Em si mesma, a oscilação dos resultados no curto espaço de tempo poderia não ter tido um impacto particularmente decisivo para a evolução do país. Todavia, Pinto da Costa veio a patrocinar a queda do governo de Patrice Trovoada. Ora, a considerar-se este desenlace como inevitável, então maior perplexidade suscitam os resultados das eleições de 2010 e 2011, o das últimas de modo algum apenas ditado pelo eventual desencanto do eleitorado de Patrice Trovoada.

A aceleração das mudanças sociais e da conflitualidade política autorizam o enfoque de um lapso cronológico assaz circunscrito, o do ano entre os dois actos eleitorais em causa⁸, aqui tomados como mote para alguns apontamentos sobre a volatilidade e as pulsões na política no arquipélago. Que elementos se revelaram preponderantes em 2010 e 2011 e quais as consequências das pulsões no futuro do país? Que eventuais traços de ponderação acerca da vida colectiva indiciam os resultados eleitorais? De outro ângulo, mais do que de uma irracionalidade desgovernada, podemos falar de uma pulsão que gera um movimento pendular de permanente correcção das derivas do rumo do país? Em todo o caso, dir-se-ia que não se constroem consensos mínimos necessários a uma condução política com algum horizonte de estabilidade, nem, em alternativa, se traça, a partir de uma escolha política clara, um rumo de desenvolvimento apoiado por uma proficiente acção governamental. É objectivo deste ensaio elencar factores da história recente do arquipélago, tendo presente a volatilidade dos cenários políticos, manifesta nos previsíveis resultados eleitorais de 2010 e 2011. Delinear-se-ão hipóteses explicativas de um cenário político caracterizado pela instabilidade governativa e no qual a observância formal dos mecanismos de legitimação coexiste com (e, nessa medida, sanciona) práticas que têm conferido à recente evolução política uma nota que supostamente desmente as vantagens por regra associadas ao multipartidarismo adoptado em 1990.

As eleições de 2010 e de 2011

Para os são-tomenses mais novos, muitos deles numa trajectória de desenraizamento⁹ e, em todo o caso, expectantes relativamente ao desempenho do Estado¹⁰ no tocante à satisfação dos seus direitos¹¹ — inferidos dos padrões de vida dos instalados ou do que se constata ser cor-

8 Relembrando a previsão dos resultados de 2011 feita um ano antes, diria que este texto começou a ser pensado e escrito em 2010. Foi apresentado em 2012 no Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica, Lisboa, ISCTE, 27 a 29 de Março.

9 Alguns desses jovens foram crianças espoliadas pela miséria que assolou os seus pais nas décadas de 1980 e 1990. Na cidade, quedam-se frequentemente pela economia informal, o que se traduz na falta das mínimas expectativas de vida.

10 Apesar de desmentida pelo pobre amparo do Estado, a expectativa relativamente ao desempenho estatal é algo de constitutivo das condutas dos são-tomenses, mesmo se a razão e o conteúdo das expectativas têm mudado com o tempo. A convicção acerca das obrigações do Estado decorre da percepção de que pelo Estado passam os recursos. Por isso, continua a esperar-se de quem manda no Estado a resolução dos problemas, sobretudo dos mais imediatos.

11 Tais jovens representar-se-ão como injustiçadamente pobres. À inegável assimetria decorrente da liberalização económica e da informalidade nos laços laborais, soma-se a subjectividade da leitura dos factores de empobrecimento. Esta visão relativa à (injustiça da) sua situação – atribuída à apropriação indevida da riqueza oriunda do exterior por alguns em detrimento da população – basta-lhes para firmar o convencimento da necessidade de desagravos e de reparações.

A sua pobreza pode ser relacionada com a exclusão do mercado de trabalho e com a menor oferta de oportunidades, como bolsas de estudo, numa época em que os vínculos sociais, mormente os familiares, parecem deixar de ser garantia satisfatória, mesmo se, objectivamente, esses laços ainda são cruciais no sustento dos jovens e, sobretudo, dos seus descendentes. Seja como for, vale a percepção de que o suporte familiar não ajuda a garantir o futuro.

riqueiro no exterior —, possuídos das certezas de um moralismo simplista e, nessa medida, propensos à intolerância¹², as eleições de 2010 revestiam-se de um significado político inequívoco: era imperativo desalojar do poder os *ladrões* e os *corruptos*. O juízo pronto acerca da governação danosa do país por corruptos encaixava no lema *corruptos, rua, ladrões, rua!* que animou os comícios da ADI. Nenhuma mensagem substantiva valia tanto como este *slogan*¹³. Por ocasião da campanha eleitoral, surgiram tonitruantes acusações relativas ao roubo de petróleo são-tomense a perpetrar por Portugal e Angola com a cumplicidade do governo em exercício¹⁴. Somava-se a circunstância de este governo ter resultado de uma coligação MLSTP e PCD que apeara, de forma dita “traícoeira”, o governo de coligação ADI, PCD e MDFM, chefiado por Patrice Trovoada. Tal dava fôlego à ideia de que os governantes, desfrutando embora da condescendência externa – justamente pela conivência com os atropelos aos interesses do país –, não tinham legitimidade. Aos *ladrões* e aos *corruptos*, importava pô-los na rua. Sobre tudo para os mais jovens, a remoção dos governantes parecia um requisito imprescindível para uma governação atenta às suas expectativas e às necessidades do país.

Na sua campanha eleitoral, na qual o conteúdo programático era secundário¹⁵, a ADI explorou a insatisfação dos jovens com dificuldades, entre os quais os valores de outrora, aprendidos nos contextos familiares, perderam valia, derrogados pelo sucesso dos poderosos¹⁶. Também por isso, no domínio político pareceu cavar-se um fosso geracional face aos mais velhos – familiares ou dirigentes políticos¹⁷ –, cujo insucesso, segundo os mais jovens, se comprova pelas difíceis circunstâncias do país.

Desenraizada e concentrada na capital, onde a intervenção do Estado se afigura cada vez menor – salvo para a imposição de medidas administrativas tidas por injustas por dificultarem o desenrascar da vida ou para a contenção (se necessário, policial) dos protestos –,

Com efeito, a família deixou de ser uma matriz decisiva na socialização e encaminhamento profissional dos jovens, conquanto certas ascensões sociais ainda se façam por conta das redes familiares. Porém, e não obstante o propalado respeito pelos *mais velhos*, a mobilidade social e, sobretudo, o empobrecimento contribuíram para a corrosão do patriarcalismo e da ascendência dos *mais velhos*, processo concomitante da menor importância das famílias enquanto suporte social.

- 12 Produto de uma posição anti-sistema causada pela marginalidade social e compreensivelmente ligada ao ressentimento pelo afastamento das oportunidades de vida, esse moralismo simplista acerca dos políticos pode transformar-se num espírito justiceiro apoiante de posições de força. Timidamente embora, assim aconteceu aquando das intonações militares de 1995 e de 2003, independentemente ou por causa da inexistência de um programa político dos revoltosos. O apoio era devido ao que tais movimentações comportavam de reacção aos privilégios dos poderosos.
- 13 É curiosa a continuidade de procedimentos sob vários regimes, em parte resultante do vazio de políticas e/ou da dissimulação das intenções políticas. Aquando da realização de umas “eleições” em contexto monopartidário, também se deu a voz ao povo, não para este se pronunciar sobre políticas, mas para legitimar a suposta actuação das autoridades contra os malandros e preguiçosos (cf. *Revolução* nº63, 15 de Março de 1980, p.3). Independentemente da diferença dos regimes e da autenticidade variável das eleições, estas foram ocasião para se clamar contra os outrora preguiçosos, hoje corruptos.
- 14 Veja-se Nascimento, 2010.
- 15 Num certo sentido, e sem embargo do aparato profissionalizado da campanha – indiciadora da posse de meios, o que atrai votos –, esta quase se resumiu ao desempenho de Patrice Trovoada, parco em intenções, doutrina e programa, antes focado na intenção de *mudança*, isto é, em apelar os governantes em exercício. Já no Príncipe, a campanha revestiu o carácter de uma quase negociação entre a população e o candidato, selada com a assinatura de um acordo entre Patrice Trovoada e a população da ilha.
- 16 No arquipélago, os padrões de vida de todos, poderosos incluídos, estão sob escrutínio público. Numa sociedade onde a liberalização económica se traduziu na ostentação de uma súbita e injustificada riqueza, esta é ainda mais afrontosa por pressupostamente colidir com a negação das aspirações ao consumo de bens básicos da maioria da população económica e socialmente marginalizada.
- 17 Em 2010, esteve subliminarmente presente uma questão geracional. No arquipélago, se a independência correspondeu a um arredar da “tradicional” elite da terra, também se aventará que, em 2010, aflorou um antagonismo geracional, pois os jovens moveram-se contra o que sentiam ser uma espécie de gerontocracia política, que não largava o poder para alguém mais novo.

a juventude constitui um elemento social de peso. Diferentemente dos progenitores, os jovens não parecem dispostos a abdicar da vida ou a trocá-la pela construção de amanhãs ridentes a legar aos vindouros. Sem razões para alimentar esperanças, menos ainda de ascensão social, propendem a reclamar para já as oportunidades de vida¹⁸.

Esta não será a visão dos governantes. Ainda assim, o primeiro-ministro, Rafael Branco, veio a público reconhecer como razão da derrota o papel da camada jovem, que a sua mensagem não cativara. Na realidade, a questão não foi de ordem comunicacional. De antemão, a *rua* não queria saber de programas eleitorais, cuja apresentação formal e intelectualizada não a tocava. Em razão da greve na Televisão São-Tomense na altura da campanha eleitoral, o MLSTP proporcionou a transmissão da final do Mundial de futebol de 2010 numa praça de São Tomé e aproveitou o intervalo do jogo para projectar um vídeo com o seu programa eleitoral. Quando a mensagem do MLSTP começou a roubar uns minutos de transmissão da segunda parte, o jovem público presente na praça deu mostras de viva impaciência. Ainda que a beneficiar de um *banho* simbólico, mostrou animosidade por o privarem do que lhe era devido pela presença no local. Afinal de contas, o destino dos governantes estava traçado e o que importava era o jogo.

Como se afirmou, para quem desconhecesse o abastardamento do lema da *mudança* ao longo de anos ou tomasse os motes propagandísticos pelo seu valor facial, em Julho de 2010 a *mudança* parecia irromper com o ímpeto de uma promessa regeneradora, ainda que tal se devesse mais a uma atitude de desafio aos governantes do que a propostas políticas concretas e exequíveis. Também por isto, e a despeito da veemência da *rua* contra o MLSTP e o governo, cumpria duvidar da renovação das práticas de poder. Ora, parte dos jovens não teria presente o historial de desilusão subsequente à implementação do multipartidarismo em 1990-1991, quando a *mudança*, personificada por Miguel Trovoada, varreu o país, castigando politicamente o MLSTP pelos anos de regime de partido único¹⁹. Até hoje, a *mudança* torna-se apelativa – por regra, contra o MLSTP – pela relação que aparenta ter com o que existe fora e que constitui aspiração de vida da generalidade dos jovens. Da mesma forma, também a política se mantém atractiva, decerto pelas possibilidades de decisão sobre oportunidades económicas.

Rapidamente se chegou às eleições presidenciais, a que Fradique de Menezes, presidente em exercício, não podia concorrer. Apesar da limitação de poderes presidenciais, a movimentação para a eleição de 2011 conferiu-lhe particular importância, por se antever que nela se jogava o destino do governo. O primeiro facto notório foi o número de candidatos²⁰: começaram por ser 14, iniciaram a campanha 9, juntando-se-lhes Delfim Neves, que viu aceite o recurso da sentença judicial que o afastara de corrida eleitoral. Os campos dividiram-se. O do governo era personificado por Evaristo Carvalho, que concorria pela ADI e, forçoso é concluir, por indicação de Patrice Trovoada, que, disse-se, fora travado pelos do seu partido na sua pretensão de concorrer a presidente²¹. Já o campo da oposição

18 O desajuste entre as demandas da população jovem e a incapacidade de a sociedade e o Estado proporcionarem empregos e modos de vida geram uma pressão social visível. Por exemplo, os mancebos voluntários superam por largo a capacidade de incorporação dos contingentes militares.

19 Diga-se, para logo o reabilitar nas eleições autárquicas de 1992, nas quais a votação no MLSTP terá reflectido a desilusão com a governação da *mudança*.

20 Sinal de mudança social, vários militantes do MLSTP candidataram-se, sabendo ou podendo conjecturar que o líder histórico o faria também. Há anos, esta marcação de terreno para as eleições seguintes seria improvável.

21 A ter concorrido, não seria a primeira vez. Tentando marcar terreno à custa da animosidade contra Fradique de Menezes, contra quem, todavia, ninguém se dispunha a perder, em 2006 Patrice Trovoada avançou contra o recandidato Menezes (em 2001 lançado pelo pai, Miguel Trovoada, contra a candidatura de Pinto da Costa, tal a leitura que fica

estava pulverizado. Só aparentados com o MLSTP, concorriam quatro candidatos, entre eles, duas mulheres. Daí adveio a dispersão de votos, embora a vantagem de Pinto da Costa obtida na primeira volta fosse apreciável.²² Os resultados obrigaram a uma segunda volta entre Pinto da Costa e Evaristo de Carvalho.

Diga-se, para além de alguns boicotes, a abstenção da primeira volta foi atribuída à falta de *banho* na hora do voto²³, porquanto, admitiu-se, as pessoas só se dispunham a votar se houvesse *banho*. Sem embargo, a abstenção denotará também um alheamento da população relativamente à política, menos por alienação do que pela convicção da falta de um qualquer rumo para o país. Após uma campanha pautada pela troca de acusações relativas ao *banho*²⁴, Pinto da Costa venceu Evaristo de Carvalho por uma margem menor do que a conjecturável a partir da soma dos votos da primeira volta nos vários candidatos, indício da volatilidade das motivações dos eleitores. Apesar de criticada e de pontuada por conflitos de significado simbólico não desprezível, a condução política de Patrice Trovoada não fora de molde a suscitar um vincado sentimento de desforra face a promessas não cumpridas²⁵ – provavelmente, nem seria arriscado sentenciar que ninguém, nem mesmo parte dos seus eleitores, acreditaria no cumprimento de promessas –, pelo que importará encontrar outras razões para a dissonância das votações num tão curto espaço de um ano.

Em 2010, no rescaldo das eleições legislativas, alguns não queriam crer na vitória de Pinto da Costa. Mas tal vitória e a oscilação eleitoral a ela subjacente dizem bem do peso da emotividade das escolhas políticas no arquipélago, capazes de o levar numa (suposta) direcção e, quase simultaneamente, na direcção (supostamente) contrária. É como se, a coberto de uma errância imponderada, se sedimentasse um voto anti-sistema contra todos os políticos, ainda que capitalizável pelos políticos que se apresentem com promessas de mudanças por que todos aspiram a todo o momento. Detenhamo-nos nesta aparente volatilidade política, tentando descortinar os factores deste comportamento político e eleitoral.

para a história). Numa decisão algo controversa, o MLSTP apoiou Patrice Trovoada, conferindo-lhe relevância política que, em todo o caso, nunca dependeria apenas deste facto. Em última análise, depende das posses financeiras que não se lhe conhecem mas que se lhe atribuem.

- 22 Brotando embora de realidades diversas, realcem-se os votos conseguidos por Filinto Costa Alegre, Elsa Pinto e Aurélio Martins. Este empresário tomou conta do MLSTP para se guindar a candidato presidencial (um quase mimetismo com os partidos de um homem só). De assinalar que o MLSTP quase se demitiu de agir, parecendo tão-somente esperar por nova liderança.
- 23 Entre as inúmeras caracterizações do banho, consulte-se a de Wuando Castro em <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/message/31987>, acesso: 24 de Março de 2012.
- 24 Depois de o jornal *O Parvo* ter mostrado imagens do *banho* de Pinto da Costa, o jornal digital *Téla Nón* mostrou Evaristo de Carvalho a doar dinheiro numa zona popular, em resultado do que se gerou uma alteração entre os circunstantes que tentavam arrebancar o máximo de notas (cf. <http://www.telanon.info/politica/eleicoes-presidenciais/2011/08/01/8054/evaristo-carvalho-confirma-%E2%80%99Cbanho-de-boca-de-urna%E2%80%99D-como-eixo-central-da-campanha-da-adi-na-segunda-volta/>, acesso: 9 de Junho de 2013). O *Téla Nón* foi acusado de retaliação e de estar ao serviço de Pinto da Costa.
- 25 Excepto no caso do Príncipe, onde as promessas de Patrice Trovoada foram substantivas, tendo, aliás, sido interpelado a esse respeito (cf., por exemplo, <http://www.telanon.info/politica/2010/04/28/2991/adi-assina-com-forcas-vivas-do-principe-pacto-para-o-desenvolvimento-da-ilha/> e <http://www.telanon.info/politica/2011/12/02/9173/acordo-que-patrice-trovoada-assinou-com-a-populacao-do-principe-e-falso/>, acesso: 9 de Junho de 2013). Quando o contraste entre as promessas e o seu incumprimento se tornou flagrante e, mais especificamente, quando da aparente oposição a um mega-investimento estrangeiro na ilha, desenhou-se uma reacção popular, amparada pelas autoridades regionais, contra a negação das promessas feitas presencialmente na campanha eleitoral.

Os vectores da volatilidade política

Alguna volatilidade surge associada a factos como, por exemplo, as sentenças moralistas sobre os políticos, a comunhão emocional gerada pelo imaginado providencialismo do chefe ou pelo *banho*, a ausência de ideologias e a fulanização dos partidos – as mensagens políticas são os próprios candidatos –, dados que, pessoalizando-as, determinam as eleições. O curso da política vai sendo pontuado por fugazes comunhões emocionais que, substituindo-se às frustrações das esperanças nas promessas dos recém-eleitos, desembocam nalguma errância política. A respeito do arquipélago, mais útil do que usarmos a imagem de *cadinho crioulo*, outra usada para caracterizar uma identidade cultural ou, mais prosaicamente, uma forma de ser que punha os são-tomenses de bem consigo mesmos, com a história e com o mundo, será aludirmos a um caldeirão político, onde as possibilidades de determinação dos comportamentos são limitadas, excepto no tocante à incessante mutação das condutas e à acelerada erosão de códigos sociais que alguns julgavam intemporais.

De difícil caracterização enquanto actor político, a *rua* – na sua maioria jovem e desempregada ou a viver da informalidade, que se desdobra da economia à barganha por proventos, por exemplo, por ocasião das eleições –, tende a tecer juízos de uma posição anti-sistema político. Em razão da rala integração na vida política e social, a *rua* pode mover-se pelo mero imperativo de apejar os governantes. Entre a população desapossada enraizou-se a convicção do que de irremediável comporta o fosso entre ela e os mandantes. No actual ambiente de liberdade de expressão, tal desemboca na prontidão com que, em qualquer lugar, os políticos em geral são denominados *ladrões*.

Actualmente, as dificuldades quotidianas são menores do que após a independência. Todavia, desaparecido o medo do tempo do partido único, as dificuldades suscitam várias formas de pressão social, a que, por ora, o funcionamento institucional, as relações clientelares e o *banho* vão dando vazão. Fazem-se exigências em nome da reivindicada igualdade de direitos – também sugerida pela contiguidade física e pela intensa interacção pessoal e social – que, sem outra tradução, requer, pelo menos periodicamente, uma compensação imediata em bens materiais, como sucede aquando do *banho*, também explicável por carências, nalguns casos extremas. A comunhão emocional não é suscitada por qualquer mensagem política substantiva, antes leveda em torno de quem ostenta prodigalidade na distribuição de bens ou promete uma reparação sumária aos desfavorecidos, a concretizar pela punição dos *políticos*, isto é, dos poderosos.

Desde há anos, as eleições demandam o *banho*, a propósito do qual os nexos entre as atitudes dos vários actores são multiformes. O *banho* é ocasião para negociação implícita e, por vezes, explícita entre candidatos e eleitores. Por conta disso, simula-se uma comunhão emocional, patente nas *t-shirts* envergadas tanto por militantes como por “profissionais” das passeatas, os quais carregam consigo *t-shirts* das diferentes candidaturas para, por seu alvedrio, se incorporarem nas comitivas dos candidatos a quem depois exigem compensação monetária²⁶. Tendo abdicado de ser portadores de valores ou, sequer, de ideias próprias, os partidos polarizam afeições interessadas em dádivas materiais. Qual reverso conveniente da acrimónia para com os *políticos*, estes são abordados pelas pessoas para resolver problemas pessoais, isto é, para obter dinheiro para os mais variados fins, por exemplo, viagens ao

26 Conta-se que os motoqueiros se integram de sua livre e espontânea vontade nas comitivas eleitorais, exigindo depois uma compensação por esse desempenho. Tal narrativa tem uma forte probabilidade de ser verdadeira, atentas as dinâmicas de captação de votos no arquipélago.

estrangeiro²⁷. Logo, o famigerado *banho* será a face visível de um processo bem mais decisivo de contínua estruturação de clientelas políticas, processo que se articula com a dependência do assistencialismo de particulares e com a sedimentação das diferenças entre poderosos e seus clientes, por um lado, e demais indivíduos, por outro. Dada a fraqueza das instituições, este processo de permanente recomposição de lealdades clientelares chegou para ficar.

Fomentando o engodo como mensagem política e a duplicidade como conduta de eleitos e de eleitores – todos descreem de tudo –, o *banho* constitui-se como um indutor de anomia social, tendência que torna risíveis os pronunciamentos relativos à punição dos implicados no *banho*. Diga-se, corrosivo da acção política, o *banho* poderia ser encarado como uma reacção dos marginalizados contra o sistema político, tal a inferência da analogia da apropriação e instrumentalização dos Estados pelas sociedades africanas²⁸. Aliás, os candidatos nem sequer têm a certeza do retorno em votos do dinheiro e dos bens distribuídos²⁹ (mais, não se errará ao dizer que alguns já terão comprovado que o *banho* não rendeu os votos expectáveis, para não dizer nem um só voto, incluindo de indivíduos inscritos como militantes). Como os próprios políticos anuem, de instrumento de aliciação do eleitorado, o *banho* virou uma canga, uma *maldição que se abateu sobre o nosso país*, como o caracterizou um histórico do MLSTP³⁰. Ora, o *banho* é o veículo de reprodução de uma classe dirigente, cujos elementos deverão ser homens providenciais no sentido de disporem ou de circularem próximo do dinheiro. Noutros termos, o *banho* perpetua-se e tem um papel na reprodução da nomenclatura política, porquanto só quem possui ou angaria somas avultadas para fazer propaganda – isto é, para distribuir e fazer distribuir dinheiro e bens – consegue congregiar lealdades e tecer alianças para se afirmar politicamente. A aura das figuras políticas varia na razão directa da respectiva riqueza, imaginada pelas descrições de prodigalidade e estimada pelos bens ostentados. Não menos relevante, ocorre a cotação da figura ser proporcional ao desconhecimento do modo como angariou a presumida fortuna. O comum dos políticos faz-se à custa da aparência de poderio económico. O esvaziamento dos critérios de avaliação política pelas derivas dos governantes acabou por impor como factor de credibilização o dinheiro que se aparenta ter para dar a quem se mostrar próximo. Daí a força imperativa do *banho*, qual canga assestada, sim, sobre os políticos sem capacidade de distribuir dinheiro e bens.

As ofertas de bens transmudaram-se na exigência de *banho* – imitando os privilegiados, a população aproveita todas as oportunidades como se fossem irrepetíveis – e, por via disso, os partidos transformaram-se em agências de redistribuição de bens – tal a mutação social e política operada há anos. Logo, a cada eleição, a mobilização popular advém cada vez

27 Por força das circunstâncias, escutei parte de uma conversa telefónica em que um dirigente partidário ia anuindo, algo contrafeito, ao que parecia ser a demanda do pagamento de uma viagem ao estrangeiro. Confirmando a conjectura, uma vez fechado o telemóvel, o político lamentou-se do estado a que tinham chegado os partidos. Foi-me asseverado não ser caso único (testemunho pessoal, A Nascimento).

28 Tal a proposta interpretativa de Chabal (1993), a partir da qual ele lê a especificidade da política em África, diferente do facto político observado, por exemplo, na Europa.

29 Veja-se, por exemplo, um testemunho em http://bocapito.blogspot.pt/2010_08_01_archive.html, acesso: 10 de Junho de 2013; consulte-se Vicente, 2013.

30 O *banho* provou ser uma maldição, sobretudo a partir do momento em que se tornou uma exigência popular – “JÁ NÃO HÁ VOTO GRÁTIS”, tal o teor de um comentário escrito no respaldo de uma notícia sobre banho na campanha eleitoral de Evaristo Carvalho, cf. <http://www.telanon.info/politica/eleicoes-presidenciais/2011/08/01/8054/evaristo-carvalho-confirma-%e2%80%9cbanho-de-boca-de-urna%e2%80%9d-como-eixo-central-da-campanha-da-adi-na-segunda-volta/>, acesso: 24 de Março de 2012 – que, afinal, não replica senão o comportamento de políticos. Estes iniciaram a prática que agora dizem lamentar.

menos da partilha de valores ou da sintonia com um (ainda que vago) projecto político. A cada momento, a empatia emerge em torno da personalidade que ostente dinheiro e poder. Em suma, ainda que de forma variável, o voto é pautado pelo *banho*, que hoje já não torna gratos os desapossados, nem diminui o rancor para com os *políticos*. Porventura, outros factores pesarão na mobilização em cada ocasião eleitoral. Mas a descrença generalizada fora dos períodos eleitorais sugere que, nas companhias, a emotividade – suscitada pela suspensão do tempo comum substituído pelo das eleições – é norteadada pela contabilidade dos pequenos ganhos e/ou pelo desejo popular de desforra.

Diferentemente de outrora, e na medida em que a liberalização política deu azo à exibição das diferenças económicas, em que os laços sociais deixaram de conferir segurança – a acumulação de riqueza, a apropriação de terras e, simbolicamente, os muros das propriedades são o desígnio dos que se poderiam constituir como uma elite – e em que não se vislumbra um projecto económico e social galvanizador, os bens e a relação clientelar que os garante tornaram-se o crivo da escolha política, da opção partidária e da filiação clientelar. Alardeando um descaramento inaudito aos olhos dos mais velhos, os jovens listam as suas demandas materiais para aderir a um partido. Na realidade, mais não fazem do que tornar explícito aquilo que decerto implicitamente subjaz às opções de muitos actores políticos. Nessas demandas pesam pouco ou nada as convicções ideológicas. Pesam, sim, as expectativas de obter, se não garantias para um futuro ou uma trajectória ascensional, ao menos um qualquer ganho imediato.

Nestas circunstâncias, desprovidos de ideologia, os partidos tendem a ser agremiações, de um homem só³¹, facto correlato da menor importância da colegialidade³².

A manterem-se as actuais circunstâncias, a tendência para ombrear com o homem forte de cada momento não mudará facilmente.

Na esteira da pobreza intelectual e da ausência de participação cívica na era colonial, prolongada no tempo do partido único³³, hoje ainda se constata a fraca influência do debate público. Sem debate público, não se constrói uma intersecção mínima entre eventuais projectos políticos³⁴, nem se escolhe um rumo. Apesar da actual abertura do espaço para debates programáticos e ideológicos, a discussão, antes cercada por argumentos de autoridades do chefe, não ocorre, submergida pela prevalência do *banho* e pela premência do *desenrascar a vida*.

Com efeito, não está tanto em causa a falta de ideias ou de projectos (que florescem em virtude da qualificação académica dos jovens e da circulação da informação) quanto a de

31 O providencialismo em torno das figuras políticas, decantado no regime de partido único (para não remontarmos ao colonialismo), já favorecia a fulanização dos partidos, facto, que a criação da ADI, por Miguel Tovoada, e, posteriormente, do MDFM por Fradique de Menezes, veio acentuar. No tempo do partido único, a carga ideológica do MLSTP era maior. Todavia, a colegialidade seria assaz limitada por relações rigidamente hierarquizadas, justificadas pelo centralismo democrático, bem como pela informalidade da tomada de decisões em círculos mais restritos do que os órgãos dirigentes do próprio MLSTP.

32 O MDFM não recuperará da orfandade causada pelo abandono da política do ex-presidente Fradique de Menezes. Mais do que uma punição eleitoral, a votação de 2010, pela qual o MDFM elegeu um deputado, traduz a convicção de que o ex-presidente não terá protagonismo político que lhe permita distribuir réditos do Estado.

33 Numa brevíssima menção histórica, lembre-se que, na era colonial, a extroversão económica e a marginalidade do tecido social ilhéu se constituíram como óbices, não apenas à acumulação endógena e à mudança social, mas também à capacitação de elites locais. Prolongando o pecado do colonialismo, o monolitismo do regime de partido único no pós-independência contribuiu para o letargo do arquipélago no que a elites dizia respeito, cf. Nascimento, 2007.

34 Por exemplo, a luta contra a pobreza é uma indução do exterior e, nessa medida, mais uma complexa tarefa administrativa do que uma política.

elites, pois que, como se disse, os indivíduos diferenciados buscam, sobretudo, amealhar um pecúlio e garantir uma posição. Sem embargo do contributo dos tirocínios no exterior e do crescente papel da diáspora, não há um consistente desempenho de elite³⁵. Falta espaço público com instituições de referência e escasseiam elites interventoras, decididas a recusar a cooptação para o exercício político ou para a mediação de interesses. Somada à conflitualidade interpessoal, a ausência de um desempenho de elite comprometido com o bem público favorece a fulanização da política e, por conseguinte, suscita pulsões em vez de ideários e de projectos.

À margem das mensagens progamáticas, a que ninguém presta atenção, são diversos os sinais que os vários candidatos transportam consigo para suscitar a adesão afectiva de que se constitui a escolha política da *rua*. Na campanha de 2010, sem mensagens substantivas, prevaleceram os pólos da ADI, mais vistosos do que as t-shirts dos partidos concorrentes e, sobretudo, o lema *corruptos, rua, ladrões, rua*. Esta mensagem conferiu força anímica aos seguidores (talvez mais do que apoiantes) da ADI e, mais precisamente, de Patrice Trovoada.

Diluídas as ideologias, sem elites, líderes ou lideranças, na ausência de uma interlocução efectiva em defesa dos são-tomenses marginalizados pelo processo de mudanças económicas e de concentração da riqueza, aos excluídos restará o sentimento de desamparo por uma vida sofrida. A marginalização, quando não dê origem ao conformismo, pode acentuar os ressentimentos. Quando estes não se traduzam em pequenos motins, levarão a um ambiente propenso a despiques eleitorais com forte carga emocional, cuja manipulação, em última instância, favorece a fulanização da política. A cada eleição, os candidatos procuram ver reflectidas em votos a mobilização de vontades em torno dos seus propósitos políticos e, sobretudo, da sua pessoa.

Estes factos propiciam uma volatilidade das opções eleitorais, decorrente do juízo do que é o interesse próprio, imediato, elemento que, presente no grosso das liças eleitorais, estará sobre-representado nas de São Tomé e Príncipe. Sem classe média, sem espaços de consenso, avultam as clivagens extremas e alguma volatilidade de voto que se move de candidato para candidato. O rumo do país, isto é, das vidas das pessoas é julgado em função da propensão providencialista do Estado ou de quem nele mande. No arquipélago, o que legitima o poder não é necessariamente a congruência de procedimentos ou de discursos. É, antes, o aparato de poder pessoal e o das possibilidades de uma acção de matiz assistencialista. Tal favorece o candidato que, com esta promessa, for ao encontro de sectores da população descrentes e desesperados, propensos, apesar de frustrações passadas, a crer em desempenhos assistencialistas. Os mais lúcidos limitar-se-ão a aproveitar os ganhos de cada momento porque, fora das campanhas, pouco ou nada há a esperar.

O sucessivo incumprimento das promessas, coetâneo do enriquecimento dos políticos³⁶, firma a ideia da perenidade do fosso entre estes e o comum da população. Isentos de responsabilidades, os políticos sujeitam-se apenas ao desprezo e à chacota a que, entrementes, se imunizaram.

35 No tocante à rarefacção das elites, importa também entrar em linha de conta com a dinâmica de expatriação das pessoas e, em particular, das diferenciadas, dinâmica operante nos territórios microinsulares.

36 Na *rua*, lavra a intuição de que o grosso dos recursos provém do exterior e de que a manipulação e o rateio desses recursos são a fonte de enriquecimento dos que passam pelo poder.

A redenção chegada de fora

Dissemo-lo, uma constante das sucessivas propostas eleitorais é o acento na regeneração das práticas políticas, como se cada candidato se propusesse inaugurar um tempo novo³⁷, distinto do prevalecente até então. A cada pleito eleitoral, os candidatos apresentam-se sempre com a promessa de erradicar ou, pelo menos, minorar as dificuldades da população e, ultimamente, de restaurar a autoridade do Estado e de repor a moralidade na gestão pública. Até agora, a (fugaz) credibilidade das reiteradas promessas de regeneração política tem-se esboroadado com o invariável falhanço de quantos têm prometido com estrondo mudar o *status quo* antecedente.

Em sucessivas ocasiões, a adesão a personalidades com soluções redentoras prevaleceu sobre a valorização de políticos com tirocínio nas ilhas. Este facto comprova o ralo reconhecimento de individualidades locais, tanto pela depreciação dos seus percursos – também pela condição em que jazem as ilhas –, quanto pela tendência da micro-sociedade dependente e pobre para gerar expectativas relativamente a figuras salvadoras porque exteriores à terra ou à política.

Assim como do exterior chegam as agendas de governação e os respectivos fundos, assim também chegam os chefes (que não necessariamente líderes) políticos. Com efeito, à desilusão e ao desamparo social acodem, a cada passo, soluções redentoras vindas do exterior³⁸. É de notar que todos os líderes e todas as mudanças, mais ou menos profundas mas sempre com consequências imprevistas, chegaram de fora. Além do que o próprio colonialismo continha de exterioridade, mormente a governação, o providencialismo e as promessas de redenção chegados do exterior são uma constante há décadas. Num certo sentido, a “luta” contra o colonialismo foi, algo tardia e intempestivamente, importada após o 25 de Abril de 1974. O nacionalismo e os dirigentes independentistas, guindados ao poder em 1975, forjaram-se no exterior. A adesão a propostas salvíficas de 1974-75 esmoreceu nos anos 80, renasceu em 1991 e em 2001 e, de alguma forma, em 2010. Embora com conteúdo diferente, aflorou nas presidenciais de 2011.

Vejamos, em 1990, Miguel Trovoada, ungido pela ânsia popular de desagravo das afrontas do partido único, retornou de uma década de exílio. Nalguma medida, também Fradique de Menezes chegou do exterior da política. O seu anterior compromisso político e governativo fora ténue e circunstancial e, ademais, apagado pelo seu enriquecimento que, aos olhos dos são-tomenses, era prova bastante da sua capacidade. Por isso, apareceu como que chamado do exterior da política para o imaginado desiderato de lhe conferir eficácia pela aplicação da racionalidade demonstrada nos negócios³⁹, o que pressupunha remover

37 Ao contrário do que se suporia a partir das promessas de regeneração do exercício político, a recorrente ideia de um tempo novo, inaugurado a cada eleição, redundava na permanente rasura de responsabilidades dos políticos. Nas ilhas, a interação pessoal tende a acentuar a dificuldade em individualizar as responsabilidades, políticas e outras, mesmo se a política se pauta por antagonismos pessoais.

38 A aceitação do que chega de fora depende da carga providencialista em causa. Por isso, quando não se vislumbra essa perspectiva salvífica em quem chega de fora, prevalece um certo alheamento, quando não uma velada hostilidade, como sucede com os expatriados, encarados como potenciais concorrentes na cada vez mais difícil competição pelos recursos e oportunidades.

39 Nas eleições de 2001, ainda ecoaram os ressentimentos derivados do regime de partido único. Lembrou-se a represão de Agosto de 1979, exibindo-se material propagandístico alusivo ao recenseamento, que serviria de pretexto para a amotinação popular, acenando-se, assim, com o passado de totalitarismo do candidato Pinto da Costa. Curiosamente, Fradique de Menezes apresentou-se como isento de responsabilidades por se ter distanciado do regime. A despeito da menção aos gravames do regime de partido único, a vitória de Fradique de Menezes deveu-se à promessa de transformação da acção política, iniciada por um discurso em tons diversos da costumada liturgia política.

os vícios dos *políticos*. Até pelas vicissitudes da vida do progenitor, Patrice Trovoada veio igualmente de fora⁴⁰. Por fim, apesar de primeiro presidente do país, também Pinto da Costa como que se apresentou às eleições de 2011 chegado de fora. Com a legitimidade de pai da independência e de alguém aparentemente arredo à riqueza, que não ostenta, após um período de retiro, tentou emergir como um vulto, a um tempo amadurecido e renovado, apartado das questiúnculas e, nessa medida, indutor da regeneração da acção política. Numa síntese forçosamente grosseira, todos os movimentos políticos com relevo se têm processado do exterior para o território ou da margem para o centro do sistema político. Desde a independência, os líderes chegaram e pretenderam chegar do exterior, fosse do arquipélago, fosse do espectro político, isto é, da teia de cumplicidades políticas prevalentes nas ilhas. A eleição de Pinto da Costa, não desmente a ideia da carga redentora dos líderes chegados de fora, porque, à primeira vista, ele se manteve como que apartado das disputas políticas quotidianas.

Nenhuma proposta significativa ou movimento político de relevo assenta num tirocínio no arquipélago. Diga-se, aliás, que um tirocínio político na terra, quando não prontamente desvalorizado, é interpretado como um percurso dúbio, como se o desempenho de vários cargos de poder não significasse senão que se acumula ao mesmo tempo que se priva os outros do que lhes é devido.

Por ora, as sucessivas creditações das promessas de políticos chegados de fora têm sustido o descontentamento, renovando, fugazmente embora, a esperança. Porém, sendo verdade que a vida das pessoas não é algo de mutável de um dia para o outro, também o é que cada vez mais celeremente se esvai a disponibilidade para esperar. Por isso, a cada passo, logo sobrevém a desilusão. A sucessão de desilusões gera, por enquanto, a errância nas escolhas de governantes.

As incertezas, a entropia e a demanda do *pulso forte*

Onde radicar o acolhimento a Pinto da Costa e o seu triunfo em 2011? Sem que tal seja uma evidência, a reviravolta nos resultados eleitorais denota uma clivagem profunda entre o comum das pessoas e os dirigentes⁴¹. Conquanto tal possa ter pesado na votação em Pinto da Costa, não é claro que os são-tomenses quisessem equilíbrios de poder. Também a fulanização da política, a propensão a enfileirar com o homem forte e as redes clientelares poderão não bastar para explicar a sua vitória. Tão pouco terá bastado a animadversão a Patrice Trovoada e o decréscimo de expectativas ao cabo de um ano de governação, sentimento de que, em todo o caso, Pinto da Costa tirou proveito contra Evaristo Carvalho, que tinha contra si o facto de politicamente não ser um *homem grande* ou um *homem forte*. Para além destes factores, há também algo de redenção e de providencialismo associado a Pinto da Costa, de certo modo devido ao ambiente social que se vem sedimentando.

À custa do dinheiro com que pagava às figurantes que o acompanhavam e que animavam os comícios, a inovação coreográfica na sua primeira campanha introduziu um sentido de novidade que potenciou a captação de votos.

⁴⁰ Até hoje têm curso comentários que salientam a circunstância de Patrice Trovoada não ser um homem da terra, ao que ele, retorquindo, já relembrou o facto de o seu pai ter sido obrigado a exilar-se.

⁴¹ De resto expressa na elevada abstenção da primeira volta das presidenciais de 2011, eventualmente atribuível ao efeito (desmobilizador) do elevado número de candidatos. Este elevado número de candidatos militava contra a ideia serem pessoas providenciais. Ao invés, arraigava a convicção de que todos procuravam os proventos da função.

Não apenas os indicadores macroeconómicos como também a observação do quotidiano confirmam uma melhoria gradual da situação económica, o que, pelo menos, significa que o dia-a-dia das pessoas é agora mais fácil de *desenrascar*. Todavia, tal amenizar das dificuldades faz-se através de processos que corroem a vida colectiva. Por exemplo, a corrida aos bens, se não é, parece desenfreada, facto que acelera a monetarização do relacionamento social em detrimento da entreada de outrora.

Este antigo património social, suporte da imagem de bonomia dos ilhéus, está posto em causa, mormente por causa da tensão e da conflitualidade provindas das mutações económicas. Existem leis, assim como saber e consciência do que convém, ou não, no tocante à relação entre o interesse privado e o bem-comum. Mas os pareceres técnicos ou a bondade dos propósitos esbarram, quando não nas inércias das instituições titulares da acção legal e administrativa, na discricionariedade dos mandantes. De acordo com narrações escutadas nas ilhas a cada passo, estes mobilizam solidariedades por pequenos interesses que violam, amiúde por omissão, o bem-comum ou que cedem às tentações de uso do poder em proveito próprio. Por vezes, afigura-se que a sem-cerimónia na instrumentalização do poder e o afrontamento das instituições são, em si mesmos, importantes, mais até do que o benefício daí advindo. Assim se constrói a impunidade, se cultiva a desigualdade e semeia a necessidade de desagravo que forçosamente correrá à margem das instituições. Por último, assim se consolida a ideia de que tal será, inevitavelmente, o caminho da sociedade são-tomense. Ora, nem a ética, nem a autoridade institucional sobreviverão à prevalência da discricionariedade. Enfraquecendo as instituições, a discricionariedade coarcta a defesa do bem comum, indicando aos agentes daquelas que têm de consentir e calar se querem, como é crível que queiram, acautelar o seu futuro.

A somar à percepção de que o futuro se decide fora, tanto a aceleração e a imprevisibilidade das mudanças sociais, quanto também a desregulação dos comportamentos no espaço público vincam uma sensação de entropia, comprovada quer pelo aparato de violência policial antes impensável, quer pelo uso de armas para fazer justiça pelas próprias mãos. Mais, substituindo as antigas delimitações dos *quintés* feitas de pau-sabão, os sobranceiros muros de pedra não delimitam apenas as novas propriedades privadas⁴². Dão nota da pouca confiança dos proprietários na irmandade são-tomense e na actuação da autoridade pública. Perante este quadro, apela-se aos *nostros valores*⁴³, imaginados como uma espécie de virtudes primordiais dos são-tomenses. Encarados como solução para os males da sociedade e da *política*, estes *valores* são menos os de uma africanização, que entrou no arquipélago sem bater à porta, do que os inculcados na vida colectiva pelo colonialismo. Seja como for, a evocação faz-se de permeio com equívocos que ajudam a tolher uma clarividente procura de soluções. A via do *pulso forte* parece um caminho para a recuperação desses valores ou, pelo menos, para um ordenamento político e social mais conforme à socialização de outrora. Alguns sectores procuram a previsibilidade e a regulação social (nuns casos, da era do partido único, da qual agora se lembra a ordem do quotidiano, como nessa altura,

42 Outrora, assentes noutros valores e na contenção política e social, as propriedades não careciam de muros de pedra a vedá-las. Hoje, tais muros de pedra, mais do que preservar a intimidade, escondem a riqueza, cavando o fosso social entre os são-tomenses com posses e os que não têm meios de vida.

43 Os tão invocados *valores* nunca serão resgatados por inexistirem nos termos em que são-tomenses os querem imaginar. Esses *valores* e a imagem de bonomia foram criados pela repressão e pela contenção impostas pelo poder colonial, de alguma forma prolongadas no tempo do partido único. Actualmente, a diferenciação económica, espectralizada na ostentação, e a competição, tão mais aguda quanto as oportunidades parecem irrepelíveis, militam contra os ditos *valores* da terra.

perante as dificuldades do dia-a-dia, se lembravam, à boca pequena, as vantagens do tempo do colono). Justamente, também a procura de segurança fez ganhar Pinto da Costa. Conforme foi dito por um ilhéu, *tenho motivos para odiar esse homem, mas vou votar nele*. Se não reduzirmos as escolhas políticas apenas a um produto da informalização da política⁴⁴ – com base no que as pessoas não fariam opções, apenas se moveriam de clientela para clientela – e as atribuirmos, não forçosamente a uma estrita racionalidade, nem a uma errância sem norte, antes a uma procura, intuitiva que seja, de uma trincheira de segurança individual e colectiva, então diremos que o acolhimento da via do *pulso forte* deriva da percepção da porosidade entre desordem institucional e o ambiente social crescentemente agressivo, mormente para os mais indefesos. Alguns esperam de um *pulso forte* uma contenção política e social, para eles, sinónimo de segurança.

Compreensivelmente, muitos associam democracia à desregulação social. A par da concentração da riqueza e da respectiva ostentação⁴⁵, bem como da marginalidade de segmentos sociais, a crispação e a desregulação sociais aumentaram. Na acomodação à ideia da necessidade de um *pulso forte* expressa-se o desejo de uma certa ordem, para o que concorrem ecos de uma alegada identidade cultural, supostamente ligada aos valores da terra. Para alguns, o tempo de Pinto da Costa significou a previsibilidade das condutas e a segurança da vida, como, de resto, sucedera no final do colonialismo. Ainda que a memória dos agravos do regime monopartidário não se tenha esbatido⁴⁶, o recato político de Pinto da Costa e a continuidade das privações após a implementação do multipartidarismo acabaram por levar a que alguns são-tomenses valorizassem a previsibilidade e a ordem do tempo do partido único.

Atento o passado político do candidato, logo assomou a possibilidade do regresso a fórmulas ditatoriais⁴⁷. Uma das questões era a da profundidade das suas convicções democráticas, questão pertinente até em razão da sugestão do meio, local e africano, no sentido de um renovado autoritarismo⁴⁸, insinuado, nas ilhas, por diversos factos, a saber, a reivindicada restauração dos valores de antanho e as propostas de instauração de um regime presidencialista, mormente do ex-presidente Fradique de Menezes e, mais recentemente, de Patrice Trovoada⁴⁹.

44 Veja-se Chabal, 2005.

45 Outrora, a apropriação individual dos recursos externos processava-se com maior discricção. Hoje, conquanto ninguém a prove, essa apropriação (indevida) parece inegável, pois que ninguém crê que a riqueza dos políticos (excepto nos raros casos dos que se tentam pela política depois da angariar fortunas) provenha do empenho laboral ou empresarial na terra.

46 A memória pesou nos resultados eleitorais de 1991 que, ao invés do sucedido noutros contextos africanos, “castigaram” a governação do partido único. Em 2001, a memória jogou um papel contra Pinto da Costa. Contra aquilo que se julgou ser o padrão africano de esquecimento das vicissitudes e atribuições políticas dos primeiros anos de independência, Pinto da Costa perdeu para Fradique de Menezes, que venceu, sobretudo, pela ânsia popular de aceder a dinheiro. Revelou-se mais importante a memória do passado recente do que a memória ideologizada referida ao colonialismo, concretizada nas acusações de racismo feitas a Fradique de Menezes.

47 Se o cartaz do recenseamento de 1979 exibido num comício de Fradique de Menezes de 2001 teve algum impacto ao recordar o passado de autoritarismo de Pinto da Costa, tal deveu-se a duas circunstâncias, a saber, a relativa proximidade desse passado e a avaliação dessa mensagem, não tanto pelo seu significado quanto pela credibilidade atribuída ao opositor, Fradique de Menezes. Tal redundou na sumária condenação política de Pinto da Costa. Já em 2011, afóra as movidas por agravos pessoais, poucas pessoas sustentariam como razoável o alvitre sobre desígnios ditatoriais de Pinto da Costa.

48 Veja-se, por exemplo, Falola, 2004: 273.

49 Não cabe aqui historiar a tentativa de transformação do regime protagonizada por Fradique de Menezes. Sobre a sugestão de Patrice Trovoada, veja-se, entre outras fontes, o seguinte artigo <http://www.telanon.info/politica/2013/06/03/13400/deus-livrou-sao-tome-e-principe-de-um-regime-presidencialista-inedito/> (acesso: 10 de Junho de 2013). A ser verdadeiro o que Patrice Trovoada relata, não deixa de ser significativo que tenha julgado mais avisado apresentar um projecto

Amiúde, sugere-se que a razão pela qual líderes africanos responderam positivamente às pressões no sentido da boa governação e da democracia foi, não um sincero desejo de mudança política, mas o peso das dificuldades económicas agravadas pelo desamparo derivado do fim da Guerra-fria. No arquipélago, a demanda organizada nas ruas de mudança de regime era impensável. Em contrapartida, grassavam a passividade, a sátira corrosiva do regime e o corpo mole. A operar alguma *condicionalidade democrática* era a da propensão para a mudança entre os próprios dirigentes, cansados de uma revolução que se revelara um fardo e os conduziu a um beco sem saída, vinculando-os a uma serôdia fidelidade a desígnios em que, havia anos, já não acreditavam. Ainda não imaginada como tal, a transição para a democracia (que abriria caminho a uma mudança radical da sociedade são-tomense no espaço de anos) começou antes do fim da Guerra-fria, com o impasse económico a que a condução política levava o país⁵⁰ e com o reconhecimento de que a via política proposta em 1974-75 tropeçava em múltiplas dificuldades, das quais o alheamento dos são-tomenses não era a menor. Ao cabo de anos, alicerçada num lastro cultural e num modo de estar que os dirigentes tinham desejado erradicar por tributários da alienação colonialista, a resistência passiva dos são-tomenses fizera estilhaçar os projectos do *homem novo* e corroía a autoridade. Ora, independentemente das intenções relativas a si próprio e ao MLSTP, Pinto da Costa encetou a mudança de regime⁵¹, vindo, embora com décadas de atraso, a colher os resultados dessa iniciativa, bem como, repetimo-lo, do resguardo que procurou para si nos últimos anos.

Embora parte dos votantes possa ter sido aliciada pela acomodação à necessidade de um *pulso forte*⁵², qual compromisso impreciso entre liderança assertiva e boa governação, insusceptível de ser alcançada com líderes fracos ou reféns de questiúnculas partidárias, não era claro que Pinto da Costa quisesse enfileirar nesse movimento de restauração autoritária⁵³. Para o comum dos seus votantes, Pinto da Costa, querendo porventura ser encarado como salvador, no sentido de pôr ordem na sociedade, não estava necessariamente fadado para o retorno a processos ditatoriais⁵⁴.

Notas conclusivas

Em lado algum, o curso da política resulta de um exercício racional de indivíduos ou de grupos. Mas em São Tomé e Príncipe, as pulsões afectivas, de adesão ou de rejeição dos

de revisão constitucional com recurso à mediação de um vulto africano do que expô-lo abertamente aos seus conterrâneos. Pareceu, pois, que o argumento de autoridade de uma figura de fora poderia pesar mais do que os resultados de um debate aberto sobre a moldura constitucional, a espaços questionada por políticos e intelectuais.

50 Veja-se Cahen, 1991: 126 e ss.

51 Embora seja matéria para outros estudos, avenge-se que, de alguma forma, Pinto da Costa enveredou pela mudança de regime, atitude com que deve ter surpreendido os seus camaradas de luta dos *Cinco*.

52 Conquanto, num contexto democrático, aberto e com um curto mas profundo historial de desregulação social, um *pulso forte* não baste para impôr a ordem social e a previsibilidade de outrora com que sonham alguns dos votantes em Pinto da Costa.

53 A experiência terá demonstrado a Pinto da Costa a dificuldade de governo do país depois das mutações desencadeadas pela independência e, sobretudo, pela liberalização política. Também por isso, a actual condução do país, sucedânea à queda do governo de Patrice Trovoada, se faz por interposta pessoa, o advogado Gabriel Costa.

54 Algo de diferente se dirá do propósito de querer mandar e de querer arredar Patrice Trovoada. De resto, também este pretendia concentrar todos os poderes a partir da transformação da actual arquitectura constitucional num regime presidencialista, anunciando-se como concorrente ao cargo de presidente. Tal matéria merece estudo separado.

políticos, pesam bastante, sendo captáveis para projectos voluntaristas (nalguma medida, sucedeu assim em 1975 e pode voltar a ocorrer) e para desígnios erráticos.

A concordar com a ideia de que, após 1991, foi morrendo a euforia popular com a *mudança*⁵⁵, aceita-se também que na apregoada *mudança* convergiam aspirações negadas e sufocadas durante quinze anos (diferentemente, no tempo colonial, a assimetria social era naturalizada e aceite pela maioria da população), tornando-a um poderoso factor de mobilização política em São Tomé e Príncipe, onde, diferentemente do sucedido noutros países africanos, se vem constatando a alternância no poder. Aliás, dir-se-ia que, no arquipélago, mais do que alternância se observa instabilidade.

Subsequentemente abastardada, a *mudança* voltou de novo a ser a palavra de ordem vitoriosa em 2010. Tal significa que o mote vale menos do que a credibilidade – na circunstância, não a derivada da congruência do discurso político mas a da promessa implícita de providencialismo – de quem o enuncia (também Fradique falava de *mudança* e, em 2010, o MDFM foi, não castigado, mas sim ignorado). Fosse como fosse, a *mudança* de Patrice Trovoada logo foi derrotada em 2011.

Que cultura política popularizada suporta estes movimentos erráticos ou, em alternativa, esta procura intuitiva de soluções políticas viáveis e com alguma racionalidade? É difícil responder a esta questão, mas elenquemos alguns possíveis factores da modelação da evolução política nas ilhas nos próximos anos.

Vários projectos de intentos regeneradores das práticas políticas revelaram-se um fracasso, levando à dispersão dos seus promotores. Dezenas de anos após o fim do regime de partido único, a sociedade civil mantém-se incipiente. Não há uma sociedade civil que interpele a governação. A desconfiança e a descrença deverão continuar a pautar uma atitude negativista relativamente aos poderosos e aos *políticos*.

Hoje já ninguém crê que político algum venha a repor a decência mínima dos padrões de vida. Dir-se-ia que, embora inconfessadamente, se elegem políticos sobretudo para “castigo” dos que não cumpriram com a palavra. A verificar-se, possibilitada pelo funcionamento regular da democracia, esta hipótese significaria que a população teria perdido toda a res-tia de esperança. Não será assim, mas talvez se possa dizer que a população se defrauda a si própria depositando excessivas esperanças em personagens que se anunciam com propósitos subliminar ou declaradamente redentores.

Apesar das manifestações contra os *políticos* – tal o resultado de uma trajectória de perda tida por insuperável –, repise-se que os mecanismos democráticos de reprodução ou alteração do *status quo* político funcionam. Todavia, apesar do respeito pela liberdade individual, esta é alienada pelo *banho* que gera a duplicidade de quem alicia e de quem se deixa aliciar. Agora já se recomenda à população que aceite o *banho* mas que vote em consciência, como se tal fosse possível ou não acarretasse, em todo o caso, um abaixamento da fasquia ética dos políticos, das instituições e da sociedade. Por isso, também o *banho* laborará para a corrosão da arquitectura política e institucional, cujas consequências a prazo só poderão ser comportamentos anti-sociais e disruptivos, desde os que atentam contra a urbanidade e o civismo até à criminalidade e aos motins. Por ora, não há alternativa que não a de dar *banho*, mas os próprios políticos já estão cansados do que eles próprios semearam. Qual *maldição*, não é possível acabar com o *banho* num horizonte concebível. Tal implicaria uma mudança do *modus operandis* da política que não se vislumbra poder ocorrer.

⁵⁵ Graça, 2011: 181.

Pode dizer-se que a nota dominante das relações políticas e sociais no momento presente é a do aumento da desconfiança nas instituições, assim como entre pessoas e grupos, em consequência do individualismo, da anomia e da crescente concorrência sem regras ou com regras interpretadas de forma casuística. Diferentemente de visões de tom simultaneamente pragmático e optimista, que se interrogam sobre os meios para reverter a descrença instalada, a perspectiva para os próximos tempos será a do aprofundamento da desconfiança entre a população e os *políticos*, concomitante da tendência para a fulanização da política. Por paradoxal que tal se afigure, dado o substrato cultural legado pelo colonialismo, a democracia representativa não é um fardo estranho em São Tomé e Príncipe. Mas tal não apaga a corrosão dos laços sociais devida à instrumentalização e da patrimonialização do Estado, procedimentos que, esses sim, são um fardo. Acresce que, a par da persistência das privações, o fosso crescente entre os ricos e os marginalizados contribui para a erosão de qualquer chefia política. A não ser fugazmente, poucos crêem em promessas de políticos. A crescente descrença da população é o caldo de cultura da pulsão na direcção do *pulso forte* ou de uma condução política que simule uma desforra dos desapossados. Vaticinemo-lo, uma tal deriva voluntarista, de início aparentemente dirigida contra os mandantes, acabará direccionada sobretudo, quando não exclusivamente, para a repressão dos envolvidos na eventual conflitualidade de rua e na pequena criminalidade.

Avulta a necessidade de efectiva mudança, não forçosamente de arquitectura política, mas de actuação dos seus actores, sob pena de fenómenos como o crescimento demográfico, a escolarização da juventude, a politização da rua e o desemprego poderem levar a convulsões político-sociais e, em qualquer dos casos, a empobrecer o arquipélago de gente capaz. Sentimentos, como, por exemplo, a intolerância, podem irromper entre os são-tomenses, só não sendo irreparáveis por serem mutantes.

Por paradoxal que se afigure, a competição política continuará a assentar em promessas renditoras. Susceptível de manipulação, a propensão para a adesão a homens providenciais conducente à errância nas votações deriva da percepção de que os atropelos às leis passam incólumes, sem que as instituições, atoladas em formalismos processuais, em défices de saber e em cumplicidades pessoais e grupais, pareçam capazes de impor a legalidade. Deste modo, parecerá que um político de propósitos firmes e/ou de *pulso forte* – estatuto a que tanto Patrice Trovoada como Pinto da Costa se quiseram alcandorados – pode conseguir a regeneração social que os dúplices ou os titubeantes não conseguem obter.

Referências bibliográficas

- Cahen, Michel (1991), “Arquipélagos da alternância: a vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe” in *Revista Internacional de Estudos Africanos* n.º 14-15, IICT-CEAA, Lisboa, pp. (113-154).
- Castells, Manuel (2002), *Fim de milénio*, São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Chabal, Patrick (1993), “Some reflections on the post-colonial state in the Portuguese-speaking Africa” in *Africa Insight*, vol. 23, n.º 3, pp. 129-135.
- ____ (2002), *A history of postcolonial lusophone Africa*, Londres: Hurst & Co.
- ____ (2005), “Violence, power and rationality: a political analysis of conflict in contemporary Africa” in Chabal, Patrick, Engel, Ulf e Gentili, Anna-Maria, *Is violence inevitable in Africa? Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention*, Leiden, Brill: pp. 1-14.

- Diop, Momar Coumba e Diouf, Mamadou, (1992), “As sucessões legais: mecanismos de transferência do poder em África” in *Ciências sociais em África*, Lisboa, Edições Cotovia, pp. 129-167
- Falola, Toyin (2004), *Nationalism and african intellectuals*, Rochester: University of Rochester Press.
- Frynas, Jędrzej George; Wood, Geoffrey and Oliveira, Ricardo M. S. Soares de, (2003), “Business and politics in São Tomé e Príncipe: from cocoa monoculture to petro-state” in *African Affairs* 102, Royal African Society, pp. 51-80.
- Graça, Carlos (2011), *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*, Lisboa: UNEAS.
- Hodges, Tony e Newitt, Malyn (1988), *São Tomé and Príncipe. From Plantation Colony to Microstate*, Londres: Westview Press.
- Hugon, Philippe (2009), *Geopolítica de África*, Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Nascimento, Augusto (2007), *Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte*, edição digital, Porto, CEAUP, <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads.EB005/pdf>.
- ____ (2010a), “São Tomé e Príncipe na idade adulta: a governação e o descaso da rua” in *Tempo do Mundo*, vol. 2, n.º 3, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada, Brasília, pp. 45-73.
- ____ (2010b), “S. Tomé e Príncipe: a independência, o monopartidarismo, a democracia e o empobrecimento”, in *Caminhos Cruzados*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 309-327.
- ____ 2011a, “Elites em São Tomé e Príncipe: os lastros da história, as peias do presente” in http://www.general.assembly.codesria.org/IMG/pdf/Augusto_Manuel_Saraiva_do_Nascimento_Diniz-2.pdf.
- ____ (2011b), “São Tomé e Príncipe: a independência ou o parto do autoritarismo” in Rollemberg, Denise e Quadrat, Samantha Viz orgs., (2010), *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. África e Ásia*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 157-205.
- Seibert, Gerhard (2001), *Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*, Lisboa: Vega.
- ____ (2002), “São Tomé e Príncipe” in Chabal, Patrick, *A history of postcolonial lusophone Africa*, Londres: Hurst & Co, pp. 291-315.
- Vicente, Pedro C. (2013), “Is Vote-buying Effective? Evidence from a Field Experiment in West Africa” in <http://www.pedrovicente.org/banho.pdf>, acesso: 7 de Junho de 2013.



Notas de Leitura

Accusateurs Mordants, Admirateurs Fervents, Orpailleurs Mutants

René Pélissier

P. 155-174

Généralités et regroupements de plusieurs pays

Commençons cette chronique par ce qui est pour nous une découverte – secondaire, mais longtemps inespérée depuis qu’il y a plus de trente ans nous avons essayé de connaître sur place quelques centres universitaires brésiliens s’intéressant à l’Afrique. Avec une population imprégnée aussi profondément par l’esclavage, nous pensions alors et bien naïvement que le Brésil aurait dû être à l’avant-garde des recherches et des études centrées sur le continent dit «noir». En fait, vu de Belo Horizonte, nous aurions dû écrire le «continent gris» car, dans la palette chromatique, les élites du Brésil préféraient, au mieux, se rappeler la neige des ancêtres émigrés plutôt que voir que le muscle couleur charbon était à la base des racines de la nation. Certes, on exaltait le métissage blanchisseur, trop visible pour être nié, mais depuis plus d’un siècle on inventait et cultivait des mythes confortables et ce n’étaient pas quelques auteurs tardifs et isolés qui étaient de taille à lutter contre Gilberto Freyre et ses extrapolations fumeuses. Les amarres avec le côté sombre de son histoire, au-delà de l’Atlantique sud, avaient été rompues. Politiquement, économiquement, et surtout scientifiquement, le Brésil savait que l’Afrique existait quelque part à l’est de Recife, mais cela restait dans le domaine de l’exotisme ou alors, depuis les années 1960, un problème pour le Portugal, c’est-à-dire, trop souvent, le géniteur tantôt ridiculisé, tantôt méprisé ou accusé d’être un colonialiste, et pire, un raciste éhonté et prétentieux.

Disons les choses outrancièrement: avant 1950-1960 l’Afrique avait pratiquement disparu des préoccupations de l’écrasante majorité des Brésiliens moyens qui la toléraient dans leur musique, leur cuisine (et dans leur lit pour certains), mais pas dans leurs aspirations. Pour en avoir le cœur net, nous étions allé consulter les catalogues de trois bibliothèques locales. Hélas! Même à la Bibliothèque nationale de Rio de Janeiro, il y avait à peine 1.000 titres concernant *toute* l’Afrique, *toutes* langues confondues. Bref, le Brésilien était un Américain tropical qui parlait portugais et regardait vers l’Europe, mais qui continuait à ignorer l’Afrique (sauf pour lui acheter du pétrole et lui vendre des produits manufacturés). Depuis lors, les choses ont évolué en partie, mais il reste que, malgré le volontarisme de certains décideurs politiques et surtout économiques et religieux, voire médiatiques, qui s’investissent et investissent en Afrique, l’état des connaissances de base quant aux réalités africaines – même celles qui prévalent dans les PALOP – semble être encore fragile au Brésil. Soyons clair. Ne vivant pas au Brésil, il est possible et même probable que notre vision des choses ne soit pas très actualisée. En fait, notre appréciation ne peut être fon-

dée que sur les livres brésiliens qui nous parviennent au compte-gouttes. Pourquoi? Parce que nous sommes mal informé de tous les nouveaux travaux ou des ouvrages de vulgarisation qui se publient dans ce domaine. Lorsque nous les demandons aux éditeurs ou aux auteurs pour en rendre compte, une fois sur deux ils ne sont pas envoyés. Soit le coût de l'affranchissement –atrocément exorbitant – ne compensera pas les ventes éventuelles, soit l'expéditeur juge que les circuits livresques entre le Brésil et le reste du monde lettré étant ce qu'ils sont, le livre non littéraire n'a aucune chance d'intéresser hors frontière, soit la méfiance, l'inertie et l'amateurisme militent contre un envoi lointain. Face à ces blocages, le bibliographe est désarmé. Mais lorsqu'une exception arrive sur sa table, il est de son devoir de révéler aux lecteurs africanistes que l'on s'est enfin réveillé africaniste dans quelques universités brésiliennes.

A África na sala de aula¹ de la professeure d'histoire africaine de l'Université de São Paulo est un livre ambitieux mais, comme il en était à sa quatrième édition en 2008, on peut penser qu'il répondait et répond toujours à un besoin pressant au Brésil: fournir aux étudiants un manuel en portugais d'histoire africaine moderne et contemporaine qui soit au carrefour de la philosophie, de la sociologie, de l'ethnologie (peu) et de la science politique, le tout étant fondé sur cinq idées fortes: 1.^o) détruire les idées reçues, les mythes et les préjugés racistes; 2.^o) dénoncer le colonialisme, ce qui est plus facile lorsque l'on a été soi-même colonisé (cf. les Etats-Unis); 3.^o) fournir à l'étudiant des données essentielles sur les grands mouvements qui ont influé sur le cours des événements: l'impérialisme sous ses différentes formes, la résistance anticolonialiste, le panafricanisme, etc.; 4.^o) examiner avec plus ou moins de détails l'accession à l'indépendance de chaque Etat africain (et ne pas insister sur les énormes problèmes postérieurs); 5.^o) établir quelques tableaux chronologiques et une bibliographie que l'on suppose accessible au Brésil à un étudiant déjà avancé. Et fouineur acharné, car on se demande si l'on trouve très facilement la moitié, voire le quart des entrées indiquées dans le manuel lorsque l'on est dans une bibliothèque éloignée de São Paulo.

A juste titre, l'auteure a développé la section consacrée à la fin de «l'ultracolonialisme» des Portugais, c'est-à-dire que plus de 100 pages (pp. 501-609) clôturent le livre (avant l'épilogue et les annexes) et c'est là que l'empire portugais est le plus dénoncé dans le texte. Pratiquement, elle prend le contrepied total de la propagande séculaire et officielle de Lisbonne jusqu'en 1974. C'est évidemment dans le droit fil des thèses nationalistes africaines depuis les années 1960 et celles de l'UNESCO-ONU pendant la même période. On a quelques aperçus sur l'histoire de l'expansion depuis le Prince Henri et l'on embraie sur la sous-section consacrée à la Guinée-Bissau et au Cap-Vert qui n'a pas moins de 27 pages, celle relative à São Tomé et Príncipe 11 pages, soit beaucoup plus que la Côte d'Ivoire. En comptant large, l'Angola en a 20 (plus donc que la quinzaine de pages concernant l'émancipation globale du Ghana, du Nigeria, de la Gambie et de la Sierra Leone) et le Mozambique 36.

Nous ne savons pas si ce livre a été largement diffusé au Portugal et dans les PALOP. Mais ce qui est certain, c'est que dans son rôle de défricheuse de l'histoire africaine moderne au Brésil, l'auteure ne cache pas ses convictions personnelles. L'insistance de ses orientations auprès de ses étudiants immédiats à São Paulo a eu pour effet bénéfique de les pousser à entreprendre des thèses sur des thèmes que les historiens anglo-américains considèrent

1 Hernandez, Leila Leite (2008), **A África na sala de aula. Visita à história contemporânea**, São Paulo: Selo Negro, p. 678, cartes et illustrations noir et blanc.

dédaigneusement comme «démodés»: approfondir la résistance primaire anticoloniale. Mais rien ne se démode plus vite qu'une mode, jusqu'à ce qu'elle retrouve les faveurs d'une nouvelle génération. Donc, comme nous lui avons déjà préparé le terrain pour l'Angola, le Mozambique, la Guinée portugaise et Timor, nous apprendrons peut-être aux «fashion victims» de l'historiographie anglophone qu'à São Paulo, tout au moins, les héros de la résistance du Gaza et dans l'Angoche sont redevenus des sujets de thèse tout à fait fréquentables. On en verra deux exemples convaincants dans la suite de cette chronique, à la rubrique «Mozambique». Pour le moment, contentons-nous de recommander aux bibliothécaires lusophones dans le monde l'acquisition de ce gros livre venant d'un pays émergent qui, lui aussi, a des vues sur l'Afrique, et qui démarre en force dans son exploration.

Avec des objectifs beaucoup plus restreints, la deuxième édition de la **Bibliografia sobre o fim do Império**² paraît moins de trois ans après la première, dont nous avons déjà dit dans la précédente chronique ce qu'elle pourrait être si elle était rédigée selon les canons de la spécialité. Cette nouvelle version a doublé le nombre des auteurs recensés et comporte 662 entrées, c'est donc un réel progrès. L'éditeur, Manuel Barão da Cunha, devrait dès à présent imposer à ses contributeurs des règles et des limites plus exigeantes et envisager une troisième édition avec un minimum peut-être de 1.100 entrées. Alors là, il deviendrait un outil – ou une arme puisqu'on est avec des militaires – indispensable à toute future recherche approfondie. Mais il conviendra de fixer clairement ce qu'on entend par «Fim do Império», sans cela il va voir se multiplier des ajouts anachroniques. Que vient faire ici un livre – utile certes pour l'historien de la conquête de l'Angola, mais qui n'a rien à voir avec le titre de sa bibliographie –, tel que *Acção da cavalaria portuguesa no Sul de Angola em 1914/15*? Ou alors, il faut changer le titre et se préparer à recenser 10 à 11 000 auteurs s'il commence en 1415, ce qui manifestement ne peut se faire dans des délais raisonnables et à partir des bibliothèques qui existent au seul Portugal. Et nous ne parlons pas des articles, mais uniquement des livres. Soyons réalistes.

Guiné

Restons dans le classique avec **A. C. Caç. 2317, na guerra da Guiné**³ où, peut-être plus important que le titre et le sous-titre, c'est ce qui a été inscrit en surtitre sur la page de la couverture: *No corredor da morte. Porquê? Para quê?* Les anciens qui ont combattu en Guiné se souviendront toujours de ce cauchemar «à la vietnamienne» tout au long de ce qu'il leur restera d'années à vivre. Mais il y avait des différences énormes entre une affectation à Susana ou Bafatá – et encore plus à Bissau – et une autre à Guiledge, à quelques kilomètres de la frontière guinéenne. Or, précisément, l'auteur arrive en mars 1968 dans la zone névralgique située sur la piste qui relie Guiledge plus au sud, au bastion du PAIGC dans l'Oio. Il n'a pas de mots assez durs pour fustiger l'inconscience et l'incompétence de l'état-major du gouverneur Arnaldo Schultz qui plante sa compagnie à Gandembel/Ponte Balana dans une savane arborée, très dense, où rien n'a été préparé pour l'accueillir. Elle devra donc se débrouiller pour défricher à la tronçonneuse, creuser à la pioche et se

2 Cunha, Manuel Barão da (coord.) (2013), **Bibliografia sobre o fim do Império**. 2.^a edição, Linda-a-Velha: DG Edições, p. 55.

3 Reis, Idálio (2012), **A. C. Caç. 2317, na guerra da Guiné. Gandembel/Ponte Balana**, s.l., auto-édition, p. 256, nombreuses photos noir et blanc.

fortifier avec des troncs d'arbres, c'est-à-dire s'enterrer littéralement dans le sol. Idálio Reis a raison de critiquer la tactique portugaise initiale, caractéristique d'une Armée ankylosée qui, non seulement était mal équipée et généralement trop statique, mais surtout portée abusivement, pour pallier ses carences, à s'en remettre à la rusticité du soldat portugais prétendument capable de supporter des conditions qui auraient été intolérables dans une autre armée ouest-européenne. Depuis la cauchemardesque aventure de la République au Mozambique pendant la Première Guerre mondiale, les seuls changements majeurs opérés étaient une amélioration – relative – des services sanitaires, une certaine modernisation de l'armement et évidemment une couverture aérienne. Mais la doctrine, elle, était restée celle d'une Armée de classes où les officiers supérieurs n'étaient généralement pas trop soucieux de respecter les limites de la résistance physiologique et psychique de leurs hommes, censés être des paysans et des ouvriers, donc capables de s'adapter miraculeusement à n'importe quel milieu tropical, si inconnu et hostile soit-il. S'ils avaient étudié l'histoire militaire de la Guinée, ils auraient compris dès 1963 qu'ils faisaient fausse route face à une guérilla aussi solidement appuyée de l'extérieur: armes lourdes soviétiques (y compris, à la fin, des missiles anti-aériens et des blindés), conseillers cubains et chinois, sanctuaire international à quelques dizaines de kilomètres, etc. De plus, le PAIGC était généralement bien commandé à l'échelon local du Sud-Est et assez peu regardant, lui aussi, sur ses pertes en hommes.

L'auteur donne un résumé détaillé du théâtre des opérations au Sud-Est avant l'arrivée de sa compagnie, puis il décrit de façon extrêmement critique et en respectant le déroulement chronologique ce qu'il appelle l'odyssée de sa compagnie qu'il qualifie de sacrifiée, chargée d'ouvrir et de défendre un poste inutile dans un territoire déjà perdu au profit du PAIGC. On ne peut pas, ici, le suivre, jour après jour, mais il est patent que s'il ménage Spínola, qui venait souvent les voir, sa haine à l'encontre de Schultz, son prédécesseur, s'exprime librement. Il fournit en fin de volume le récit – non vécu personnellement – des opérations postérieures au départ de sa compagnie en décembre 1969. Elle n'avait eu que 9 morts, ce qui est dans la norme «statistique» pour une unité de cette importance en 23 mois, dont les pires furent passés dans ce double trou de Gandembel/Ponte Balana. Ce livre porte de graves accusations que le surtitre nous dispense de développer. Epilogue? Le 28 janvier 1969 Gandembel est évacué, sur ordre de Spínola. Le poste avait été harcelé 372 fois en quelques mois.

Angola

David Livingstone est mort d'épuisement en 1873, à soixante ans, dans les marécages d'un lac du Nord-Est de la future Zambie, sans que l'on ait retrouvé sa carte de crédit, semble-t-il. Son lointain émule, Paul Theroux, voyageur compulsif, lui aussi, et romancier américain presque aussi célèbre que le «good doctor» a soixante-dix ans en 2011 et il décide de repartir, seul une dernière fois, comme un jeune routard qu'il n'est plus. Seul avec sa valise, son attaché-case et une carte de crédit de plus de 48.000 dollars, en remontant par les routes et les pistes, du Cap de Bonne Espérance vers le nord, peut-être jusqu'à Tombouctou ou plus simplement au Congo, en camion-stop ou en transports publics, en mettant les choses au mieux. Que cherche-t-il, lui qui ne vit plus en Afrique depuis longtemps? On le découvrira en lisant ce qu'il va rencontrer en Angola: les désillusions de sa vieillesse trop vagabonde et peut-être la réponse à cette question existentielle qui torture le voyageur obsession-

nel ayant atteint l'overdose, à savoir «What am I doing here?». **The Last train to Zona Verde**⁴ est donc un adieu désespéré à l'Afrique dans la grosse centaine de pages corrosives que Theroux, à bout de nerf et de finances, consacre à l'Angola (pp. 209-336).

Des auteurs de récits de voyages en Angola, nous en avons lu des dizaines, des centaines même, depuis le XVIII^e siècle. Nous ne nous souvenons pas d'en avoir épluché un d'aussi critique. Avant même la frontière à Santa Clara, l'homme de lettres se fait pirater dans un hôtel de l'Ovamboland sa carte de crédit par des escrocs namibiens qui vont l'utiliser jusqu'à son épuisement, mais c'est d'abord avec les fonctionnaires de l'immigration et de la police angolaises que tout débute vraiment mal: son chapitre frontalier s'intitule: «The frontier of bad karma» et son cauchemar commence.

Dix ans et plus après la fin de la guerre, il serait peut-être temps que les autorités luandaïses se préoccupent de l'image que leurs militaires et leurs «défenseurs de l'ordre» (*sic*) donnent aux étrangers, argentés ou non, aux confins d'un des pays les plus riches d'Afrique – tout au moins sur le papier et dans les statistiques commerciales. Mais à Luanda, elles sont si loin et si occupées! Alors un livre négatif de plus ou de moins... Plus d'un siècle et demi en arrière, à son arrivée à Luanda, Livingstone avait été accueilli avec méfiance mais courtoisie par les Portugais de l'époque, négriers ou non. Leurs successeurs en uniforme, noirs ou gris, n'ont pas hérité de leur habileté dans l'usage des relations publiques. De Santa Clara à Lubango, notre néo-explorateur n'a pas le choix de l'itinéraire: une seule route défoncée, et s'amorce l'odyssée brinquebalante dans l'imprévu et surtout la misère de la population locale. Mais N'Giva ou Ngiva, détruit par les Sud-Africains, a cependant été reconstruit et Theroux s'embarque fort imprudemment dans le récit d'une pseudo-histoire de la conquête du Cuanhama totalement mythifiée à la sauce nationaliste et truffée d'erreurs crasses. Depuis quand les Portugais ont-ils décapité le roi Mandume? Et où?

Passons en fermant les yeux sur les tanks et les camions éventrés qu'aucun ferrailleur n'a encore récupérés depuis 1988. La Land Rover qui tient lieu d'autobus tombe en panne en pleine nuit. Il dort dedans, mais après des détours entre les trous de bombes, les misérables villages traversés, et les fermes des Portugais abandonnées, elle parvient à Lubango. Theroux a probablement mal préparé son voyage s'il persiste à croire qu'il n'y a pas eu de routards, d'anthropologues, de politologues, de voyageurs depuis l'indépendance, sinon lui qui serait le seul à avoir laissé un livre de bord sur l'Angola post-indépendantiste. Il y a même un guide touristique!

Mais il donne des cours de «creative writing» en anglais à l'Institut pédagogique supérieur de Lubango qui le console d'habiter le Grande Hotel, complètement décrépît, ce qui nous attriste nous aussi et plus que lui, même, pour avoir été son client quarante-sept ans plus tôt (cf. René Pélissier. *Explorar. Voyages en Angola et autres lieux incertains*, Editions Pélissier, Orgeval, France, pp. 193-201). Entre deux commentaires négatifs, Theroux glisse pourtant et souvent des remarques et des observations extrêmement pertinentes. Notamment sur les nouveaux colonisateurs chinois en Angola qui, selon lui, se préparent des jours sombres en rudoyant et en exploitant les Africains comme ils le font. Ils devraient se méfier des retours de bâton et nous le suivrons sur ce point. L'Angola, ce n'est pas le Tibet. Quilengues lui paraît intact, mais il ne peut s'empêcher d'ajouter que les instituteurs n'y ont pas été payés pendant des mois et qu'il n'y a plus d'animaux sauvages visibles le long

4 Theroux, Paul (2013), *The Last Train to Zona Verde. Overland from Cape Town to Angola*, Londres: Hamish Hamilton, VII, p. 353.

de la route (?) vers Benguela où il enseignera encore quelque temps. Lobito l'intrigue, mais c'est naturellement à Luanda qu'il aura davantage d'occasions de répandre sa bile. Une ville improvisée dans les bidonvilles: «ce à quoi le monde ressemblera lorsqu'il disparaîtra», où il pressent un soulèvement d'une jeunesse – désespérée et ignorante – contre la corruption, le mépris à l'égard du lumpenproletariat auquel elle appartient. Rien ne lui plaît: c'est l'enfer transformé en des centaines de kilomètres carrés inhumains, recouverts de cahutes et de malheurs indicibles. Selon lui, l'Angola n'est pas un Etat policier, car ce qui importe à la bureaucratie, possédant la moindre parcelle d'autorité, c'est d'extorquer à la population et aux étrangers de passage un maximum d'argent et non pas d'imposer une quelconque dictature. La cupidité dans l'improvisation, mais sans intention politique bien ferme, sinon le maintien des privilèges. Lui qui a parcouru le monde entier (15 livres de voyages à son compteur!) termine son périple par une conclusion étonnante: Luanda, c'est la capitale de la paranoïa xénophobe, une ville qui dépasse toute rationalité, où les politiques et les hommes d'affaires sont les victimes consentantes de l'ivresse d'une richesse obtenue sans efforts.

Personnellement, nous pensons que l'auteur exagère parfois et qu'il verse trop dans l'outrance incantatoire et unilatérale. Mais on n'attend pas un romancier qu'il soit impartial et l'on peut suggérer que la violence dont il fait preuve est à la mesure de sa déception: à soixante-dix ans il était venu voir s'il retrouverait l'Afrique «idyllique» postcoloniale de ses vingt ans qu'il avait «construite» dans l'ex-Nyassaland. Or, en choisissant l'Angola de 2011, c'est le voyage de trop qu'il n'aurait pas dû entreprendre. Mais notre opinion d'historien et de petit bibliographe n'a aucun poids, face à l'impact que le moindre livre de Theroux a dans le monde qui lit encore. Il pulvérise donc en une centaine de pages tous les efforts – «mitigés» d'ailleurs –, de la propagande officielle. Mais quelle importance? Pourvu que cela dure, et, à raison d'un milliard de dollars que rapporte le pétrole tous les cinq jours (p. 307), «après moi le déluge» semble être la boussole du pouvoir et de ceux qui en dépendent.

Nous ne sommes même pas certain que ce livre sera interdit à la vente en Angola tant le public est restreint (hors des expatriés) et hors d'état de nuire efficacement. A quoi bon? Telle est la devise lasse du vieil amateur de trains vers la brousse. Il refusera donc de prendre le chemin de fer que les Chinois ont reconstruit jusqu'à Malange. Il est arrivé à la saturation ultime et repartira par avion. Une quasi-désertion pour l'auteur de ce dernier «travelogue», un grand livre néanmoins, mais un cri du cœur qui est un renoncement. Trop de misères et de déceptions à avaler. A soixante-dix ans, on aspire au calme, même lorsqu'on est un globe-trotter admiré. L'Angola a réussi un exploit involontaire: déguster Theroux de l'Afrique. Mais c'est une réaction qui n'est pas partagée par tous les Portugais qui ont vécu – ou non – en Angola et qui, depuis plusieurs années, se lancent dans des raids de véhicules tout-terrain à travers l'Angola pour exalter la nostalgie des conducteurs et en même temps constater la «renaissance» tardive du réseau routier et de l'hôtellerie provinciale. A ces occasions, bénéficiant de subventions de différentes origines, les organisateurs éditent des volumes valorisants et très illustrés, à l'intention des participants et de leur accompagnement médiatique. Il semble que la première publication dans cette série soit **Rumo ao Cunene**. 3.° **Raid TT Kwanza Sul**⁵ qui a été composé dans la précipitation – tare fréquente au Portugal – vers l'année 2008 (?). Il s'agit d'une compilation d'articles historiques et

5 Collectif (2008?), **Rumo ao Cunene**. 3.° **Raid TT Kwanza Sul**, Lisboa, sans indication d'éditeur, p. 164, nombreuses illustrations noir et blanc et couleur.

géographiques capturés sur Internet, assortis d'illustrations multiples. A noter que Namibe, Tombwa, Baía dos Tigres et Foz do Cunene sont bien représentés, avec des photos parfois inédites. Cette région côtière méridionale du Sud-Ouest est rarement couverte dans les livres de voyages postérieurs à la guerre civile.

Littéralement, c'est un autre «retour en Angola» qu'a rédigé António Janeiro⁶ mais avec des intentions bien différentes de celles du texte précédent. Là où les uns cherchent de vagues aventures sportives à visées promotionnelles, lui se replonge dans son passé d'ancien combattant qui arrive à la fin de la guerre coloniale (août 1973-février 1975) dans une zone «chaude» au début (les Dembos, à Quixico, zone caféière en pleine production), la mission de sa compagnie consistant à protéger les *fazendas* et les transports et éventuellement à s'attaquer à quelques maquis résiduels du FNLA. Il faut reconnaître que la période se caractérise plus par un grignotage ponctuel que par de grandes opérations. L'isolement est plus difficile à supporter que l'agressivité des guérilleros proprement dite. Certains chefs de maquis prennent même des contacts avec les Portugais. Sa compagnie est envoyée, après 14 mois dans les Dembos (sans avoir subi de morts), dans le district de Malange, bien après le 25 avril 1974, près de Marimba; en fait dans la Baixa de Cassange. Le FNLA occupe progressivement les postes abandonnés par les Portugais.

Ce qui le torturera bien après (1987) le retour au Portugal, ce sont les crises de panique, le stress post-traumatique, l'alcoolisme et le tabagisme, avec les séquelles des maladies tropicales. En ce sens, comme des dizaines de milliers d'anciens combattants, l'auteur revit les conséquences d'un conflit colonial. Il n'a jamais quitté l'Angola dans ses cauchemars.

Dans le même genre militaire, mais en plus optimiste, **Moçangola**⁷ relate les souvenirs anecdotiques d'un officier d'artillerie en retraite qui, après le Mozambique (1963-1965), effectua deux commissions en Angola (1^{ère}: Nova Lisboa et Luso en 1966-1968; 2^{ème}: Zala et Malange en 1971-1974). L'historien y glane des faits inédits ou tout au moins mal connus. On apprend ainsi que des soldats originaires du Nord-Angola, en garnison à Nova Lisboa, y volent des armes «pour tuer des commerçants des environs». Le complot est éventé, mais il ne dit rien sur le sort du réseau capturé. Des partisans du MPLA? L'auteur fait certaines confusions toponymiques. Page 29, il patrouille dans la mission canadienne évangélique abandonnée (?) de Monte Esperança. Bien, mais cette localité n'a pas été rebaptisée Kuito comme il le précise, mais Camacupa. Ce n'est pas non plus à la fin de 1963 mais de 1966 que la ville de Teixeira de Sousa a été attaquée par l'UNITA. Il participe à une opération lourde et infructueuse vers Lumbala en 1967. En 1971, il est posté à Zala (Dembos) où l'un des guides est un ex-guérillero du MPLA qui fut torturé par le FNLA et se mit au service des Portugais, avec une grande efficacité. Rien n'est monochrome dans les guerres coloniales. Autant le rappeler.

Ce volume contient aussi et tête-bêche sous le titre **Mousse de Manga**⁸ les souvenirs d'enfance d'une auteure née dans une famille de planteurs de café du Cuanza Norte qui assista – de loin – à huit ans, à l'insurrection de mars 1961. Curieusement, les deux auteurs sont devenus des peintres.

6 Janeiro, António (2012), **Regresso a Angola (Por não ter partido)**, Lisboa: Edições Vieira da Silva, p. 116, photos noir et blanc.

7 Figueiredo, José Castro de (2013), **Moçangola. Um olhar no masculino**, Linda-a-Velha: DG Edições, p. 60, photos noir et blanc + 2 photos couleur + 1 CD.

8 Magalhães, Helena Pinto (2013), **Mousse de Manga. Um olhar no feminino**, Linda-a-Velha: DG Edições, p. 75, photos noir et blanc + 2 photos couleur.

Ce dernier texte nous conduit tout naturellement à poursuivre dans un genre connexe et relativement fertile, lui aussi: les souvenirs des «paradis perdus» de *retornados* qui ont dû quitter l'Angola pendant l'exode. Du point de vue documentaire, l'un des plus importants et originaux de ces témoignages figure dans **A minha fuga de Angola**⁹. *Colona* typique du Nord-Ouest, l'auteure décrit les événements de juillet 1975 à Carmona/Uíge, attaqué par le FNLA, bataillant contre le MPLA et l'UNITA. Les gens de Holden Roberto occupent le Congo angolais de juillet à décembre 1975 et, en bien des cas, décapitent les métis du MPLA. En décembre 1975, avec l'appui des Cubains, le MPLA remonte à Carmona. Amélia Meireles et sa famille sont alors pris entre deux feux. Carmona est une ville abandonnée par les derniers colons qui s'enfuient au Zaïre en un convoi de véhicules, via Songo, franchissant les barrages du FNLA, jusqu'à Maquela do Zombo. La frontière est malheureusement fermée et les colons doivent laisser la plupart de leurs biens en arrière. La Croix-Rouge accueille 300 réfugiés (européens, suppose-t-on). Après 18 jours de blocus, leur libération intervient après avoir acheté le passage aux soldats du FNLA et du Zaïre. On est alors fin janvier 1976. La famille vend sa voiture à un colon belge de Kinshasa. Le 31 janvier 1976, elle embarque sur le dernier vol affrété vers Lisbonne par le gouvernement portugais, dit-elle. Ce texte est très neuf et détaillé. Il comble une lacune pour connaître le sort des derniers colons de Carmona/Uíge (et environs, suppose-t-on). La bibliographie relative aux grands courants de fuyards vers les aéroports et les ports, de même que celle concernant ceux qui dévalèrent du Centre et du Sud vers le Sud-Ouest africain, est assez fournie, mais on ne connaît pas grand-chose sur les colons de la Lunda ni même sur ceux qui prirent le chemin de la Zambie. Pas glorieuse du tout, cette fin d'empire.

L'auteure précédente est devenue une infirmière. **Crónicas de lá e de cá**¹⁰ est l'autobiographie d'un infirmier-chef, né en 1936, ayant travaillé dans différentes entreprises disposant d'un nombreux personnel africain. A compter de 1956, il est employé dans une plantation de la Gabela (Centre-Ouest angolais), à Alto Catumbela, à Lobito (Companhia Mineira do Lobito) et pour le Caminho de Ferro de Benguela. On relève que même dans cette région restée en dehors des troubles de 1961, on envoya cette année-là des femmes et des enfants au Portugal, par prudence. Le plus utile de son témoignage concerne sa fuite des mines de Cassinga en voiture vers Sá da Bandeira et Ruacaná avant de franchir la frontière sud. Il est revenu visiter les mines de Cassinga en juin 2005 où il travailla à partir de 1964. Vieilles retrouvailles dans un site abandonné.

Et puisque nous sommes arrivés à l'extrême-sud de l'Angola, regardons vers ce qu'en disent les Sud-Africains ayant combattu dans son ciel. Nick Lithgow et son **LZ Hot!**¹¹ brassent les souvenirs d'un pilote d'hélicoptère. L'intérêt pour l'Angola se situe d'abord pp. 33-35 où l'auteur et d'autres conscrits montent en convoi jusqu'à Luiana où les Portugais les invitent pour les remercier de leur avoir vendu du diesel (vers 1973). Les Portugais sont très détendus. L'auteur date très mal ses interventions en Angola. Il transporte ensuite des parachutistes allant récupérer (vers 1981?) un pilote abattu par la SWAPO à Omapanda (dans le Cuanhama angolais). Ils l'extraient de justesse.

9 Meireles, Amélia (2012), **A minha fuga de Angola. Do que ficou ao que trouxemos de África**, Lisboa, Chiado Editora, p. 98, illustrations couleur.

10 Rebola, Augusto (2012), **Crónicas de lá e de cá. Vivência de Angola**, Lisboa: Chiado Editora, p. 188.

11 Lithgow, Nick (2012), **LZ Hot! Flying South Africa's Border War**, Solihull (Angleterre), Helion & Company; Rugby (Angleterre), GG Books: p. 168 + 8 p. de photos noir et blanc et couleur.

Une autre opération de transport d'une unité de saboteurs chargés de faire sauter un tunnel dans la Serra da Chela réussit pleinement (pp. 112-118) sans qu'il la date non plus. D'autres opérations angolaises seront décrites mais la dernière, la plus importante, occupe un chapitre (pp. 147-154). C'est l'attaque massive d'une très importante base de la SWAPO, à Omapanda tout près de Ngiva. La combativité des Ovambo aurait réjoui le roi Mandume. Sous le napalm et face aux tanks, puis avec l'intervention terrestre du fameux bataillon 32 composé de mercenaires – angolais –, ils sont décimés, mais non sans avoir détruit un blindé, réduisant en bouillie treize de ses occupants. L'auteur récupérera dans des sacs ce qui restera des corps. Et le lendemain, une opération connexe se soldera par la perte d'un hélicoptère et de ses dix-sept occupants, sous le feu de l'artillerie anti-aérienne soviétique. On est très loin de Môngua et des hyperboles des commentateurs portugais ultérieurs. Si les Cuanhama avaient eu en 1915 un armement égal à celui de Pereira de Eça, et aussi des conseillers étrangers, l'histoire militaire du Sud-Angola serait à récrire et celle de l'Ovamboland (Sud-Ouest africain inclus) aussi.

Mais restons avec les faits et les mercenaires en Angola, grâce à Scott Fitzsimmons¹². C'est un politologue spécialiste des études de défense et il soutient que pour triompher d'ennemis plus nombreux et même peut-être aussi bien équipés qu'elles, les unités de mercenaires doivent posséder une culture militaire supérieure à celle de leurs adversaires, fondée sur la créativité, l'initiative, les connaissances techniques et un esprit de corps et une solidarité internes à leur groupe. C'est donc un théoricien des conditions que doivent remplir les mercenaires pour vaincre. Afin d'asseoir sa démonstration il a deux longs chapitres consacrés à : 1.°) l'exemple pitoyable et à l'échec des hommes du misérable «colonel Callan», un psychopathe embauché par un Holden Roberto aux abois, qui seront battus par le MPLA et surtout ses alliés cubains en 1975-1976, au Nord-Ouest angolais (pp. 109-166); 2.°) au succès des mercenaires sud-africains contre l'UNITA en 1993-1995 (pp. 167-230). Cette dichotomie perdants-gagnants est appuyée également par deux exemples gagnants-perdants tirés de l'histoire militaire de l'ex-Congo belge.

Nous n'avons pas à discuter ici de la pertinence des thèses de l'auteur qui s'adressent avant tout à un lectorat ciblé de militaires professionnels et de spécialistes des conflits. On se bornera à dire que les quatre cas qu'il a choisis sont tirés d'une Afrique noire désarticulée, en crise et en convulsions postcoloniales. Aurait-on les mêmes résultats ailleurs? Peu importe! Ce qui compte pour le lecteur s'intéressant à l'Angola, c'est de trouver deux fortes études, détaillées, extrêmement bien informées et convaincantes, car sans l'exubérance ou les règlements de compte des anciens participants, et le sensationnalisme journalistique trop fréquents dans ce genre de littérature. Un travail engagé du côté de la réflexion, ce n'est pas si fréquent pour l'Angola.

Nous en attendions autant d'un livre au titre alléchant : **The Post-War Angola**¹³ qui, selon son intitulé, donnerait à penser que ce Ph. D en sciences politiques d'un auteur, né à Malange, va faire un point sérieux sur la situation d'un pays où il est chercheur à l'Universidade Católica de Angola. En fait, dans un livre de quelque 330 pages, seuls trois chapitres concernent réellement la période à compter de 1975, soit une petite centaine de pages. Et avant? Avant, il théorise à grands renforts de penseurs avec évidemment les inévitables Foucault, Habermas et dix ou vingt autres autorités du même genre indispensables probablement

¹² Fitzsimmons, Scott (2012), *Mercenaries in asymmetric conflicts*, Cambridge: Cambridge University Press, IX, p. 332.

¹³ Faria, Paulo C. J. (2013), *The Post-War Angola: Public Sphere, Political Regime and Democracy*, Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, XII, p. 319.

pour suivre la dérive angolaise. Puis, il se lance dans des analyses des itinéraires politiques du MPLA, du FNLA et de l'UNITA et *ensuite* tente d'élaborer une histoire du «public» en Angola en commençant par la «tarte à la crème» des royaumes du Kongo et du Ngola.

On ne va pas lui reprocher de ne picorer qu'ici ou là dans les archives, car il semble être le premier à avoir exploité des sources nouvelles sur le XVIII^e siècle. Mais les hiatus dans son «histoire» angolaise donnent ce vertige irréprouvable provoqué par les gouffres béants. Finalement, la troisième et dernière partie de l'ouvrage comporte: a) une étude des constitutions (1975, 1992, 2010), de la législation applicable aux partis et à la presse, des «particularités» du régime, de sa mainmise sur les richesses nationales et l'appareil judiciaire, etc.; b) un chapitre entier sur la visite du Pape Benoit XVI et ses conséquences, et un autre (pp. 222-244) sur Radio Ecclesia et ses efforts pour contrebalancer la propagande officielle. Il accepte, les yeux fermés, des informations qui sont contestées depuis longtemps par les historiens, mais on lui accordera qu'il apporte beaucoup de faits nouveaux qui ne courent pas dans les livres et les articles des observateurs qui l'ont précédé. C'est déjà pas mal pour un pays qui, comme pour de nombreux Etats d'Afrique et d'ailleurs, se taille une histoire nationale en fonction des hommes au pouvoir. Mais qui va lire ce livre en Angola? Assurément pas ces victimes du système qui sont l'objet de l'analyse d'une super-assistante sociale qui réfléchit à son métier, à sa carrière et à ses protégés. **A delinquência juvenil em Luanda**¹⁴ est une *tese de mestrado* en sociologie d'une fonctionnaire des services de prévention de la délinquance des mineurs, services dépendant de la police d'une capitale qui dispose depuis 1975 d'hommes irréprochables, comme nous l'ont confirmé tous les résidents et les visiteurs étrangers qui ont eu à faire à eux, l'un des derniers en date étant Paul Theroux (cf. *supra*), lequel, on l'a vu, est son plus fervent admirateur. Maria Luzia N. Dumbo nous semble avoir fait un travail sérieux sur un tout petit échantillon (les «clients» mineurs du Centro de Observação de Luanda de la Police locale) dans une mégapole de peut-être 4 ou 5 000 000 de pauvres qui côtoient dans les embouteillages une richesse inaccessible, sinon à quelques dizaines (?) de milliers de «happy few». Ce qui l'intéresse, c'est de sonder les perceptions du bien et du mal chez ces jeunes victimes de l'ultra-dénuement, de l'exclusion sociale et de la déstructuration familiale. Vaste chantier dont la démesure désespérera les *mais velhos* qui ont connu la ville de Luanda au temps de la colonie. On peut même la comparer avec Alger où le pétrole, le Parti et l'Armée jouent un rôle ayant quelques ressemblances, à ceci près que si la mer est visible par tous, et ce gratuitement dans les deux cas, pour les miséreux de Luanda, l'émigration n'est pas la porte de sortie facile de leur enfer urbain.

Retour chez des militaires portugais d'une catégorie non larmoyante. Dans tous les pays, ayant eu des conflits tropicaux, les troupes d'élite, formées généralement de volontaires, estiment être l'aristocratie des combattants parce qu'elles ont subi un entraînement spécifique et une mise en condition mentale qui leur donne la «certitude» d'être supérieures à la piétaille mobilisée sans discernement et souvent malgré elle. Chez les Sud-Africains, les Britanniques, les Rhodésiens, les Espagnols, les Français et probablement les Néerlandais on ne compte plus les livres rédigés par ces «surhommes» vieillissant. Chez les Portugais aussi et le livre que l'historien militaire António Pires Nunes, lieutenant-colonel d'artillerie en retraite, vient de consacrer aux *comandos* de l'Armée de terre ne peut déroger à cet-

¹⁴ Dumbo, Maria Luzia N. (2012), **A delinquência juvenil em Luanda**, Porto: Edições Ecopy, p. 271, illustrations noir et blanc.

te règle. Mais son **Siroco**¹⁵ traite en historien sérieux, donc sans pathos ni exaltation, un seul théâtre d'opérations – avec quelques pages préalables sur Cabinda et les Dembos – à savoir l'Est de l'Angola des Portugais et leurs deux principaux adversaires locaux: le MPLA en premier lieu, puis l'UNITA et très accessoirement le FNLA. De 1966 à 1974, sur plus de 600 pages, il a donc eu tout l'espace nécessaire pour se concentrer sur l'action des *comandos* – laissant à d'autres le soin de s'occuper des soldats qui étaient chargés de quadriller le ventre mou de la présence coloniale, à partir de cantonnements nécessairement statiques. Les *comandos*, eux, arrivaient généralement par la route ou par les airs (souvent, à la fin, en hélicoptère) et leur mission n'était ni de protéger les populations, ni de patrouiller des pistes minées, mais de chercher les noyaux durs de la guérilla et de les casser, afin d'empêcher la progression du MPLA vers le Centre-Angola.

La grande nouveauté pour le Portugal est qu'il a confronté les rapports des officiers portugais avec les sources du MPLA (peu de chose du côté de l'UNITA) et il a analysé en détail toutes les principales opérations des *comandos* sur un terrain énorme: essentiellement le district du Moxico et certaines *circunscrições* du Haut-Cuando-Cubango (en gros et en tout un peu moins de 400.000 km²) d'un pays sous-administré, sous-peuplé et indéfendable devant des guérillas qui auraient été à la hauteur de leur propagande extérieure. Or, elles en étaient encore très loin, car les divisions ethniques, les antagonismes et les haines politiques entre les trois mouvements, le manque de cadres compétents et les tensions, au sein de chacun de ces groupes, entre chefs locaux et ceux venus des villes, militaient contre eux. A cela, s'ajoutaient l'infériorité et l'insuffisance de leur armement, l'hostilité du terrain et du climat, l'immensité des distances à parcourir, la réticence et la volatilité des soutiens des Etats voisins, et parfois l'hostilité de certains villageois face à des maquisards qui les obligeaient à s'enfoncer dans les forêts pour mener une vie de misérables sous-alimentés et parfois maltraités par de petits chefs initialement arrivés de l'extérieur. Certes, la plupart de ces paysans ne mouraient pas d'amour pour l'Administration des Portugais, leurs commerçants et les militaires mais, à choisir entre trois maux, beaucoup préféreraient encore se réfugier en Zambie, ou au pire dans un *aldeamento* portugais peu accueillant et contraignant, plutôt que de se lancer dans l'inconnu d'un futur où ce qui les attendait, c'était un bombardement ou un mitraillage, voire le napalm, la faim lancinante et les promesses intenable d'un appareil qui au sommet restait trop souvent à l'abri en Zambie.

Alors, face aux sauts de grenouilles ponctuels mais destructeurs des *comandos* ou des parachutistes, à la résilience résignée des soldats du quadrillage permanent, aux massacres commis par les *Flechas* de la PIDE ou les Katangais, l'impression taraudante que le MPLA n'était plus capable de les protéger efficacement explique, dans une large mesure, que les nationalistes tantôt débauchés par les Portugais (l'UNITA pendant des années) ou devenus trop faibles pour progresser ou se maintenir avec si peu d'hommes, évacuèrent – en ce qui concerne le MPLA – presque totalement à la fin de la période un terrain si «prometteur» en 1966, se concentrant: **a)** sur le minage des pistes frontalières exigeant beaucoup moins d'hommes et d'infrastructures, ou **b)** une inaction militaire réparatrice pour l'UNITA qui renforçait ainsi son organisation débutante.

Du simple point de vue historiographique, il est clair qu'António Pires Nunes a probablement dû adapter son texte aux exigences de ses éditeurs (l'Association des commandos)

¹⁵ Nunes, António Pires (2013), **Siroco. Os comandos no Leste de Angola**, s.l., Associação de comandos, p. 648, photos noir et blanc, cartes noir et blanc et couleur.

qui eux se soucient avant tout d'avoir un manuel aussi complet que possible sur les activités de leurs aînés et qui, ce faisant, veulent trouver les nombreuses citations, félicitations, éloges funèbres et toutes ces excroissances dont raffolent les anciens combattants et les militaires, vaniteux en général. Elles alourdissent le récit, alors qu'en les plaçant toutes en annexe on aurait obtenu le même résultat. Lire d'un seul jet plus de 600 pages d'une prose officielle et desséchée n'est pas toujours un exercice à la portée d'un simple critique. Néanmoins, ce livre est absolument indispensable à qui voudrait connaître en profondeur l'une des causes de la victoire à l'Est – momentanée car les événements renversèrent comme fêtu de paille le triomphalisme du Haut-Commandement. Victoire, certes, mais en 1974 on ne sache pas que même les troupes d'élite refusèrent violemment de se la faire voler par d'autres militaires, apparemment plus politisés qu'elles.

Ayant, à titre d'observateur neutre, examiné sur place en 1973 la situation de Luso à Cazombo, de Gago Coutinho à Luiana, de Mucusso à Cuangar et même jusqu'à Vila Nova da Armada, Cuito Cuanavale et Mavinga (cf. René Pélissier, *Le naufrage des Caravelles. Etudes sur la fin de l'Empire portugais*, Editions Pélissier, Orgeval, France, pp. 173-193), l'honnêteté nous oblige à dire que l'auteur a raison: militairement, les Portugais l'avaient emporté, cette année-là (1973). Seulement, si elles se gagnent parfois sur le terrain, ces victoires provisoires sont insuffisantes. C'est dans les têtes et autour des tables de négociations que les guerres se perdent, car il est rare que l'anéantissement de l'adversaire soit suffisant pour y mettre un terme. Encore que l'Angola nous ait démontré le contraire en 2002.

A titre professionnel, après la lecture – ardue, car sans index – de cette somme événementielle, et torrentielle mais capitale pour la connaissance des Terras do Fim do Mundo, nous nous demandons maintenant si ce que l'on nous avait dit à Luso en 1966, à savoir que c'était l'UNITA qui avait ouvert les hostilités à l'Est en massacrant un commerçant et sa famille à Chicote (toponyme de bien mauvais augure), à la frontière zambienne (cf. Douglas L. Wheeler & René Pélissier, *História de Angola*, Tinta-da-China, Lisboa, 2011, p. 412, note n.º 23), était bien exact, un pur *boato* ou une erreur sur l'identité des agresseurs.

Mozambique

Ouvrons cette section en rendant un hommage appuyé mais mérité au doyen portugais des études d'anthropologie, d'ethno-histoire et d'histoire coloniale du Mozambique. António Rita-Ferreira est né en 1922 et tout porte à croire que son imposante **Coletânea de documentos, notas soltas e ensaios inéditos**¹⁶ rassemble ses ultimes textes à être publiés. Il les a auto-édités en un douzième volume, ce qui en dit long probablement, à la fois sur sa fécondité (467 pages in-4.º), sur la conscience de sa valeur pour l'étude du Mozambique, mais aussi sur sa situation précaire dans le panorama scientifique portugais actuel (en 2012). L'ouvrage se compose de trois parties: 1.º) son édition très pointilliste de 20 documents (p. 254) allant des itinéraires d'António Fernandes à la persécution des Européens par le FRELIMO à Maputo en 1975 et à un soulèvement de soldats makonde en décembre de la même année dans la capitale; 2.º) 11 notes éparses (p. 74) aux thèmes encore plus variés (commençant par la découverte d'une tombe d'une autorité africaine assez mystérieuse et finissant par une notule sur un militaire portugais de la fin du XIX^e siècle

¹⁶ Rita-Ferreira, António (2012), *Coletânea de documentos, notas soltas e ensaios inéditos para a história de Moçambique*, Alcáçiche (Portugal): auto-édition, p. 467 + 1 carte couleur dépliant.

au nord du Zambèze); 3.^o) 6 essais inédits (p. 130) compris, d'une part entre une étude sur l'influence des Yéménites et des Omanais sur les Swahili et les royaumes zambéziens, et d'autre part sur l'éducation des Africains dans le Mozambique colonial!

Tout n'est pas d'une importance magistrale dans cette collection, tant s'en faut, mais il reste que l'auteur fut le seul à maîtriser l'essentiel de ce que l'on savait dans les milieux savants portugais sur l'histoire du Mozambique, du nord au sud, et transversalement de Zumbo à Quelimane, dans les années 1950-2000. Ses fonctions d'agent de l'Administration lui avaient permis de s'imprégner du passé et du présent de ses administrés indigènes, dans une assez grande variété de terroirs. Le moins que l'on puisse dire, c'est qu'il n'en profita pas pour s'enrichir frauduleusement, comme bien d'autres. Homme de science avant tout, relativement bien informé des études étrangères (en anglais) de son temps (tout au moins jusqu'à ce qu'il quitte le Mozambique et peu après), sa grande méticulosité lui permit également d'acquérir une connaissance approfondie – et pour certaines époques probablement unique – des richesses des archives pertinentes au Portugal. Administrateur colonial, il ne pouvait évidemment pas mordre la main qui le nourrissait, mais il avait suffisamment de lucidité et de recul pour mesurer la vacuité de certaines propagandes, tant avant qu'après l'indépendance et qu'elles émanent des pouvoirs «dictant la ligne» à Lourenço Marques ou à Maputo. Le Mozambique actuel aurait bien besoin de cinq ou six chercheurs locaux de son envergure et ayant son obstination à creuser toujours plus dans un passé restant à dégager de sa gangue, sans œillères et sans ces mystifications politiques, ou idéologiques comme on l'a vu après son départ d'Afrique. Chaque pièce est accompagnée de notes et presque toujours d'une bibliographie plus ou moins développée et à jour à la date de la rédaction, mais généralement polyglotte, dans les limites de ses connaissances linguistiques et de ce qu'on trouvait à Lisbonne, dans les bibliothèques publiques de son temps.

Un livre qui devrait le passionner, c'est **Slavery by any other name**¹⁷ d'Eric Allina. L'auteur a eu la bonne fortune de pouvoir exploiter les archives de la Compagnie du Mozambique que l'on croyait «perdues» mais qui furent «miraculeusement» retrouvées en 1977 à Beira dans des hangars abandonnés, oubliées, ensuite classées et finalement données en consultation au milieu des années 1990, à Maputo. Dans certains cas, l'historien qui travaille sur la colonisation portugaise contemporaine en Afrique s'apparente à un archéologue dans le brouillard, tant l'inimaginable retard, l'insuffisance et l'incurie des archivistes coloniaux sous l'Estado Novo (ainsi que leurs prédécesseurs et successeurs immédiats) se conjugaient pour entraver ses recherches. Nous sommes bien placé pour le savoir!

Sur le fond, Allina étudie surtout la situation du Manica et dans la Gorongosa, mais il a très peu de chose sur la rive droite du Zambèze. En revanche, il utilise les rapports internes de la Compagnie pour la révolte du Barué. Les péripéties financières de cette machine prédatrice ne sont pas son sujet. Ce qui l'intéresse, c'est l'exploitation de la main-d'œuvre locale par les mineurs et les planteurs situés dans la concession énorme concédée à la Compagnie par l'Etat portugais en 1892 et ultérieurement. C'est donc une pierre de plus lancée dans le jardin colonial portugais. A ceci près que c'était une société initialement dirigée par des capitalistes français puis anglophones et autres qui avaient subdivisé leur territoire «régalien» entre des sous-concessionnaires aussi bien étrangers que portugais. Comparée aux purs vampires spéculateurs de la Compagnie du Nyassa, on portera au crédit de celle

¹⁷ Allina, Eric (2012), **Slavery by any other name. African life under Company rule in colonial Mozambique**, Charlottesville & Londres: University of Virginia Press, XIII, p. 255 + 10 p. de planches noir et blanc.

du Mozambique qu'elle développa néanmoins certaines infrastructures lourdes (Beira et le chemin de fer vers la Rhodésie). Quant au régime du travail indigène proprement dit, l'auteur ressort l'arsenal habituel, tout en insistant sur certains points: **a)** la fuite des travailleurs vers l'ouest et les entreprises sud-africaines; **b)** le rôle de la chefferie, etc.

On abordera ensuite deux textes plus légers, en fait deux autobiographies d'auteurs qui ont gardé un bon souvenir, l'un du Mozambique colonial, l'autre du Mozambique indépendant. Tous les deux le remercient. L'auteur posthume de **Khanimambo «Merci»**¹⁸ est un personnage hors du commun mais sympathique. C'est un enfant des rues de Caracas, abandonné puis adopté à un âge incertain (4 à 6 ans) par une employée française de l'ambassade de France au Venezuela, qui sera vite mutée au consulat de Lourenço Marques. De l'école primaire jusqu'à son service militaire... dans l'armée portugaise, il fera son éducation complète en portugais, Mocidade Portuguesa comprise. Il est fasciné par les animaux, notamment les chevaux. A 17 ans, il mène donc la vie d'un jeune colon insouciant et entre en 1971 à l'Institut supérieur des sciences vétérinaires, puis il est mobilisé avec le grade d'officier et depuis le Cabo Delgado mène, sous Kaulza de Arriaga, des opérations de contre-guérilla. C'est probablement le premier témoignage d'un officier binational dans la *guerra colonial*. Il ne date pratiquement jamais ses expériences. On devine que dans le chaos de 1974 il est porté déserteur chez les Portugais; sa mère mariée est partie se réfugier au Portugal, le FRELIMO occupe Lourenço Marques et notamment son appartement. Avec un ami, il s'enfuit donc en Afrique du Sud, après bien des aventures rocambolesques. En tout, près de deux décennies passées au Mozambique sont comprimées à l'excès (pp. 14-48). En 1975 il est dans le Lisbonne de la folie révolutionnaire et y poursuit ses études de vétérinaire. Son récit est plein de trous et de silences mais, entré en France, l'Armée française l'appelle sous les drapeaux: le voilà officier parachutiste dans un pays qu'il ne connaît pas, la France! Tout le reste du livre est une succession de déboires dans les métiers de vétérinaire, de croque-mort, etc. Personnalité attachante mais instable depuis la naissance, il est mort avant d'avoir vu son livre imprimé. Le Mozambique méridional, pour lui, c'était le paradis vécu par un «étranger», un pied dedans, un pied dehors.

Arrive ensuite un auteur beaucoup plus méthodique et pondéré, bien qu'il s'agisse d'un homme attiré par les milieux artistiques exotiques qu'il fréquente en tant que coopérant¹⁹ de la République démocratique allemande. Dans les limites étroitement surveillées du régime communiste, il déploya une palette d'activités inattendues pour une époque dominée par la guerre civile: organisateur d'événements culturels, journaliste et gestionnaire, ses goûts et ses fonctions le conduisirent à conseiller des hiérarques municipaux, à hanter les cinéastes locaux, les troupes folkloriques, les peintres, les sculpteurs makonde et ce jusqu'au fin fond du Cabo Delgado (Nangololo). Il voyage beaucoup: Manica, Nampula, Tete, etc. Il couvre des visites officielles, des activités politiques, rencontre du très beau monde (des littérateurs, entre autres). Bref, c'est une sorte d'attaché culturel, réel ou autoproclamé. Il revint au Mozambique après la guerre civile voir s'il pouvait y attirer des touristes. Il dit avoir conservé le meilleur souvenir du pays qui a été un temps fort dans son existence. Il tient donc le milieu entre l'apparatchik et l'impresario, l'intermédiaire tous

¹⁸ Rozanier, Philippe (2011), *Khanimambo «Merci»*, Le Mazeau, 24520 Lamonzie-M (France): Editions Assielle, p. 194, photos noir et blanc.

¹⁹ Heinke, Harald (2010), *Khanimambo Moçambique. Tagebuch und malerische Impressionen einer bewegten Zeit in Mosambik von 1979 bis 1985. Ein Zeitzeuge erzählt*, Halle: Projekte-Verlag Cornelius, p. 213, photos noir et blanc et illustrations couleur.

azimuts, un doigt dans la politique et un autre chez les «cultureux». Le reste de la main? On ne veut pas le savoir.

Entièrement différent est un autre livre allemand luxueux qui se rapporte à une période antérieure et dans le monde bien particulier des industriels, diplomates en Allemagne, amateurs de safaris coloniaux, aviateurs sportifs et autres amis de la vie sauvage, telle que l'on pouvait espérer la rencontrer au Sud-Mozambique dans les années 50-60. Autant dire dans un univers plus proche de celui connu par Philippe Rozanier dans sa jeunesse dorée que des temps difficiles traversés par Harald Heinke en 1979-1985. **Flug zum Limpopo**²⁰ se divise entre les activités économiques, cynégétiques et aériennes du père de l'auteur, le raid aérien Allemagne-Afrique du Sud (avec l'auteur à bord) d'un appareil de tourisme prototype en 1960, et surtout des aventures de chasse conduites avec les meilleurs professionnels au sud du Save. Abondamment illustré, le livre est un régal pour les yeux. Pour les lecteurs insensibles à cet aspect, nous ajouterons qu'une attention particulière est accordée aux relations avec les Africains gravitant autour de ces richissimes pourvoyeurs de viande, à l'époque coloniale. Il ne faut évidemment pas chercher dans ce texte hédoniste (le dernier safari décrit remonte à 1968) ce qui n'y figure pas. Des éléphants de naguère, le long de l'Incomati et du Limpopo, combien ont résisté aux kalachnikovs?

Le livre suivant – à qui manque une carte, malheureusement – ne nous rassure pas beaucoup sur leur survie puisqu'il s'agit d'un roman légèrement érotico-humanitaire se déroulant dans une mission de Médecins sans frontière près de Chokwe (Gaza) vers 1979-1980 (?), peu après la mort du premier chef de la RENAMO. L'action se situe dans les mêmes parages que le précédent mais elle est autrement plus dramatique. Les rebelles attaquent un village et massacrent la population. L'auteure²¹ décrit la vie interne de cette cellule d'expatriés venus faire le bien dans un pays ravagé par la guerre et l'incompétence des autorités. On y lutte aussi contre le choléra et l'excision, deux problèmes qui ne semblaient pas inquiéter les furieux de la gâchette, ni les vétérinaires portugais de la haute époque.

A titre de curiosité, on se contentera de citer l'un de ces textes que le Portugal produit avec constance dans ses campagnes les plus lyriques: l'autobiographie en vers de mirliton. Avec **Rumo a Moçambique**²², une famille de pauvres paysans du Trás-os-Montes, espérant jouir d'une vie meilleure dans les terres du Sud-Mozambique, se retrouve en 1960 dans le *colonato* officiel du Limpopo, c'est-à-dire dans la même région décrite par l'auteure du roman que nous venons d'évoquer. En près de 200 pages nostalgiques, on va suivre la petite vie de ces colons que Salazar envoyait cultiver l'utopie agraire et intemporelle. Puis l'auteur est mobilisé et, en quelques quatrains, il expédie son service militaire (1970-1973) plutôt tranquille dans le nord du *distrito* de la Zambézia, encore largement épargné par la guérilla. Le plus intéressant est à la fin, quand les gens du FRELIMO interviennent dans les *colonatos*. Il rentre avec la famille au Portugal en 1976. La chimère est finie.

Beaucoup plus importante et originale est l'étude ethnologique et sociologique intitulée **Futebol e colonialismo**²³ qui révèle l'un des éléments majeurs de la culture populaire actuelle en Afrique et plus précisément au Sud-Mozambique autour de et dans Lourenço

20 Oestheld, Nikolaus (2011), **Flug zum Limpopo. Abenteuer in Portugiesisch-Ostafrika**, Melsungen (Allemagne): Neumann-Neudamm, p. 264, plus de 300 photos noir et blanc et couleur.

21 Carlu, Agnès (2011), **L'équipe du Mozambique**, 60660 Cramoisy (France): auto-édition, p. 209.

22 Aires, Abílio (2012), **Rumo a Moçambique. Uma família trasmontana**, Lisboa: Chiado Editora, p. 199.

23 Domingos, Nuno (2012), **Futebol e colonialismo. Corpo e cultura popular em Moçambique**, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 324, photos noir et blanc.

Marques. Nous sommes personnellement assez allergique au jargon sociologique et aux complications stylistiques qui sentent à plein nez l'Université lorsqu'elle se veut hermétique aux profanes. La carapace philosophique pour «faire savant» est trop indigeste pour les vulgaires consommateurs comme nous. Il reste que ce texte, une fois débarrassé de ses tics d'un langage non comestible, offre une très sérieuse histoire de l'emprise et de l'essor d'un jeu étranger importé localement par les Britanniques, absorbé avidement par les Portugais métropolitains et coloniaux, naturalisé par les élites africaines modernes, puis adopté universellement par les travailleurs des périphéries urbaines et, par osmose, par la quasi-généralité des Mozambicains. Inévitablement, dans une société coloniale marquée par le racisme et l'exclusion, on voit comment, malgré ces deux barrières, le jeu qui, sans investissements financiers lourds, fait appel aux ressources physiques et à l'habileté de ses adeptes (quelle que soit leur couleur de peau) était particulièrement bien adapté à l'environnement politico-social. Le plus humble des *contratados* pouvait rêver de se hisser, sinon à l'acceptation, tout au moins à une consécration économique jusqu'alors hors d'atteinte par ses seules connaissances ou son travail. En fait, taper dans un ballon, c'était déjà avoir des ambitions, voire de vouloir la renverser ou tout au moins de profiter de la colonisation. Rien que pour ses nombreux développements concrets – il y en a fort heureusement beaucoup – ce livre est d'une grande utilité pour mieux comprendre un contexte colonial *sui generis*.

Rebondissant plus en arrière, nous signalerons deux exemples d'une initiative que l'on souhaiterait voir se développer au Portugal: l'exhumation des archives familiales de documents inédits ayant un caractère historique ultramarin, voire la réédition de publications d'un ancêtre, totalement épuisées. **Um Carvalhense nas Guerras do Fim do Mundo**²⁴ relève plus de la conservation des traditions orales que de la republication d'un document connu. Manuel Gonçalves Baptista, un pauvre paysan mobilisé en avril 1916 fut envoyé au Nord-Mozambique et racontait à ses petits-enfants ce qu'il avait vu en Afrique. Il dénonçait la violence et le racisme des soldats portugais à l'égard des porteurs locaux (hommes battus, femmes violées, etc.) et l'horreur des conditions de vie au Cabo Delgado, dans l'incurie et la désorganisation totale du commandement. Souvenirs superficiels et «littérairement» un peu arrangés par sa petite-fille. A l'époque, il n'y avait pas beaucoup de soldats portugais qui savaient écrire, d'où la rareté des témoignages publiés. Et ceux qui étaient imprimés avaient presque toujours un officier ou quelque sous-officier pour auteur. Ni les uns ni les autres ne pouvaient être euphoriques en 1914-1918, ce qui contraste avec ce qui nous est parvenu, légué par les auteurs allemands ayant envahi le Nord-Mozambique en 1917. On en a un bon exemple fourni par la réédition par sa famille en 1988 de la monographie d'un capitaine²⁵, pourtant publiée en 1937 sur ordre du Ministère de la Guerre. Etait-ce de la part des autorités de l'Estado Novo le moyen de montrer indirectement à quel niveau était tombée l'expédition de 1915, envoyée par la Première République? On laissait peut-être ainsi entendre que, Salazar étant au pouvoir, une telle impréparation, une telle déliquescence ne se reproduirait plus jamais. On vit ce qu'il en fut en Angola au début de 1961.

24 [Baptista, Maria Celeste Barata] (2010), **Um Carvalhense nas Guerras do Fim do Mundo**, Carvalho (Portugal): auto-édition, p. 24, photos noir et blanc et couleur.

25 Silva, Júlio Rodrigues (réédition fac-similé de 1988), **Monografia do 3º Batalhão Expedicionário do R.I. n.º 21 à Província de Moçambique em 1915**, Amadora: auto-édition (?), p. 120 + 6 p. de photos noir et blanc et de reproduction d'une lettre d'hommage.

Pour clore cette section mozambicaine nous ferons retour sur deux ouvrages émanant des étudiants du Département d'Histoire de l'Université de São Paulo, afin de voir quelques thèmes africains développés récemment par ce centre, et l'orientation anticolonialiste (et donc hostile aux mythologies nourries par la plupart des auteurs portugais jusque dans les années 1970 et bien au-delà) que la nouvelle école africaniste brésilienne imprime à ses travaux. Le premier texte est à déconseiller à tous ceux des Portugais qui communient encore sur l'autel de Mouzinho de Albuquerque, de l'Escol de Enes, etc. Et ils sont nombreux. Ils risqueraient une attaque cérébrale ou cardiaque et crieraient au sacrilège et à une trahison du lusotropicalisme par une vile cousine ingrate. Gabriela Aparecida dos Santos²⁶ n'est certes pas une pionnière dans le choix de son sujet: le royaume du Gaza. Et elle a dû venir dans les archives de Lisbonne notamment à l'Arquivo Histórico Ultramarino (A. H. U.), enfin classé pour la période considérée, pour trouver de quoi déconstruire l'ultranationalisme de la quasi-totalité de ses prédécesseurs lusophones et leur incapacité à prendre en compte, à défaut de l'admettre, le point de vue de l'ennemi. Elle creuse assez profondément le substrat africain depuis le Mfecane et l'invasion des Ngoni de Manicussa, et elle développe largement les règnes de Mawewe et de Muzila, descendant même à des niveaux de détails qui devraient réjouir Rita-Ferreira s'il pouvait en avoir connaissance. Son morceau de bravoure concerne évidemment Gungunhana, à grands renforts de citations tirées de documents enfin accessibles à l'A. H. U. Elle en fait l'antithèse du monstre de cruauté et de duplicité décrit par António Enes et ses émules. Nous persistons à croire qu'il s'agissait avant tout d'une confrontation entre deux impérialismes précaires, l'un africain dont on a surestimé la puissance militaire et politique, et l'autre européen dont on (les Britanniques surtout) a surestimé la faiblesse parce qu'il était le plus pauvre et le plus mal organisé de tous les pouvoirs extérieurs lancés à la conquête de l'Afrique australe. Quelles que soient les raisons des uns et des autres, le facteur personnel joue toujours un rôle qu'elle n'a pas assez approfondi dans le cas étudié. On le note aussi dans l'importance, pratiquement oubliée, des fissures ethniques au sein du Gaza. Après plus de deux générations de dénigrement et de diabolisation de Gungunhana, il est naturel que des auteurs non impliqués rétablissent la balance, mais il ne faut pas non plus tomber dans l'outrance des sanctifications par lesquelles les Sudistes du FRELIMO ont remplacé les versions patriotiques des auteurs ultranationalistes portugais. En fait, les historiens officiels à Maputo ne veulent pas connaître autre chose qu'une «histoire» orale, «bricolée» au gré des vents politiques, à mesure que le Gaza réel s'est effacé des mémoires, avec la disparition de tous les intervenants du XIX^e siècle.

En tout cas, un historien ne doit jamais se laisser déborder par le nationalisme, ses antipathies et ses indignations. Et la plupart le font, depuis toujours. Et à chaque génération, il leur faut recommencer à récrire l'histoire. Cela, d'ailleurs, les aide à gagner leur vie.

La thèse de doctorat de Regiane Augusto de Mattos²⁷ ne soulèvera probablement pas de polémique, car nous doutons qu'un Portugais sur cent et un Brésilien sur cent mille sachent situer l'Angoche sur une carte muette de l'Afrique et même du Mozambique. L'Angoche n'a jamais fait son entrée tonitruante dans l'imaginaire portugais. C'est un angle mort de

26 Santos, Gabriela Aparecida dos (2010), *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do Sul de Moçambique (1821-1897)*, São Paulo: Alameda Casa Editorial, p. 192.

27 Mattos, Regiane Augusto de (2012), *As dimensões da resistência em Angoche: da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910)*, São Paulo, Universidade de São Paulo: Departamento de História, p. 313 (in-4.^o), illustrations noir et blanc.

l'histoire coloniale telle qu'on l'enseignait – si tant est qu'on l'ait jamais enseignée pour les XIX^e-XX^e siècles – sous l'Estado Novo et, depuis lors, dans les écoles primaires et secondaires de l'ancienne métropole. Raison de plus pour féliciter R. A. de Mattos de s'être attaquée en profondeur à ce trou noir. Elle n'est pas la première, cet honneur revenant à l'Américaine Nancy Hafkin, apparemment disparue des radars de l'historiographie luso-africaniste depuis sa thèse de 1973. Prenant le taureau par les cornes, Mattos a exploré les archives de Lisbonne et de Maputo et a étudié à Paris (pour sonder le monde swahili qui est fortement négligé par les lusophones de toutes nationalités). Du même coup, elle a accentué la dimension océanique dans l'historiographie du Mozambique où elle n'apparaissait jusqu'ici qu'à l'occasion de la traite négrière et du différend Portugal-Zanzibar. Pour faire bonne mesure, elle s'est informée sérieusement sur le facteur islamique et l'influence des Comores et de Madagascar sur le continent opposé, sans oublier évidemment le poids des Omanais. Cela étant, grâce à cet ample apport documentaire, probablement en grande partie actuellement introuvable chez les lusophones des trois continents, elle éclaire comme on ne l'a jamais fait depuis le début du XX^e siècle la figure de Mussa Quanto, le «Napoléon de l'Angoche», le négrier résistant et coriace, ses réseaux et ses ambitions. Ses successeurs, ses vassaux ou ses ennemis seront de pâles figures à côté de lui.

Les Brésiliens ont découvert tardivement l'histoire africaine et la luso-africaine en particulier, mais il suffirait qu'ils se lancent pour cette dernière dans une politique d'acquisitions de 8 ou 10 000 livres manquants et d'abonnement ou de rachat à une cinquantaine de revues en cours ou récentes et, en quelques années, ils pourraient rattraper leur retard. Le peuvent-ils? L'avenir le dira.

Sahara occidental et guinée équatoriale

Pablo-Ignacio de Dalmasas est un auteur²⁸ espagnol qui connaît fort bien l'ancienne colonie militaire découpée dans le désert, pour y avoir été le seul journaliste professionnel longtemps installé sur place, avant la fin de la colonisation. Il s'attaque à un thème sensible et d'une actualité encore tiède: la persistance de l'esclavage pendant la période espagnole (et depuis lors, malgré la législation contraire et les dénégations, tant du Maroc que du POLISARIO). Puisant dans ses souvenirs personnels, des interviews et surtout une littérature espagnole relativement abondante, il démontre et dénonce la tolérance des autorités militaires à l'égard de l'esclavage. Comme Madrid ne pouvait évidemment pas admettre officiellement sa persistance, lors du dernier recensement de 1974 qui affichait seulement 73 493 (?) habitants dans la «province», les esclaves avaient été classés sous la rubrique innocente «enfants adoptifs et parents pauvres», forte de 3 081 individus, soit un peu plus de 4 % de la population autochtone. Il y avait même un parlementaire saharien (d'ailleurs aux allégeances douteuses, en tout cas fluctuantes) qui siégeait à Madrid et qui était, de notoriété publique, propriétaire d'esclaves! Il est curieux que lorsque l'on étudie l'esclavage en Afrique au XX^e siècle, on ne parle que des Portugais, toujours en première ligne, et très accessoirement de la France au Sahel et d'autres Etats, tels que le Maroc, la Turquie, le Soudan, l'Ethiopie, le Liberia, voire l'Allemagne, à la rigueur, chez certaines bonnes âmes.

²⁸ Dalmasas, Pablo-Ignacio de (2012), *La esclavitud en el Sáhara occidental (Memoria de la esclavitud en los textos literarios)*, Barcelone: Ediciones Carena, p. 204, photos noir et blanc.

L'auteur a eu raison de nous rappeler combien les droits de l'homme sont à géométrie variable dans le monde et selon les époques.

Bien différent est le livre de la journaliste Sue Blackhall visant professionnellement le croustillant et le scandaleux qui font vendre. Dès lors, point n'est besoin pour elle de longues enquêtes. Il suffit de retravailler des dépêches de presse ou des articles (voire des livres) de confrères. Dans son **Simon Mann**²⁹ – un vrai gentleman (Eton, Sandhurst Academy, ex-officier des Scots Guards) juste un peu trop élizabéthain –, l'auteure revient sur l'échec conjoint des mercenaires qu'il commandait, d'impeccables hommes d'affaires, tels le fils de Margaret Thatcher et d'autres vertueux Levantins qui tous jouèrent à la roulette russe pour essayer de renverser en 2004 le régime irréprochable d'un clan au pouvoir en Guinée équatoriale. Du point de vue de l'historiographie, on comparera avec le scénario reconstruit en son temps par Adam Roberts, *The Wonga Coup*, New York, PublicAffairs, 2006. Mais plutôt que de signaler les faiblesses structurelles du présent texte, on dira en quoi il est novateur – elle a une excellente chronologie –, car elle a actualisé l'histoire arrêtée en 2005-2006. Elle utilise notamment un reportage de juin 2007 sur le chef mercenaire Nick Du Toit, un «colonel» sud-africain incarcéré depuis 2004 dans la terrible prison de Malabo. Après des années de détention au Zimbabwe qui le «rétrocéda» à la Guinée hispanophone, Simon Mann décida de collaborer avec ses nouveaux geôliers et, de ce fait, il bénéficia d'un régime de faveur par rapport aux autres détenus à Malabo. Après un second procès, Mann (et Du Toit) seront finalement «pardonnés» et libérés en 2009, après paiement d'une rançon. L'auteure donne aussi des informations accablantes sur la répression lancée dès 2004 par l'indéracinable président (depuis 1979) contre ses adversaires équato-guinéens et elle consacre deux chapitres au procès de Mann à Malabo, en juin-juillet 2008, couvert par une télévision britannique.

A cet égard, il est utile de rappeler que l'île de Fernando Poo (actuellement Bioko) fut pendant de nombreuses années au début du XIX^e siècle la station navale d'une Royal Navy émancipatrice luttant contre les négriers européens et brésiliens du Golfe de Guinée. Même s'ils n'en étaient peut-être pas conscients, l'action de ces néo-orpailleurs britanniques et sud-africains des années 2003-2004 s'inscrivait donc dans une tradition anti-esclavagiste ancienne. Eux aussi étaient, selon Mann, des libérateurs venus renverser une tyrannie. Les esprits mal tournés pensent plutôt qu'ils voulaient «libérer» l'or bien spécial de cette Guinée. Sa couleur est noire, mais sa valeur se chiffre en millions et milliards de dollars qui, après quelques coups de fusils, auraient été vite gagnés sur le dos des Equato-Guinéens et de leurs richesses off-shore. En cas de succès, évidemment. Les desseins de la Providence sont insondables en haute mer.

Timor

Nous devons être bref avec cette antenne en péril de la lusophonie, car nous n'avons pas les compétences pour développer les thèmes choisis par les auteurs ayant contribué à **Engaging Colonial Knowledge**³⁰. Si nous ne nous trompons pas trop lourdement, cet ouvrage

29 Blackhall, Sue (2011), **Simon Mann. The real story**, Barnsley (Angleterre): Pen & Sword Books, p. 182 + 8 p. de photos noir et blanc.

30 Roque, Ricardo & Wagner, Kim A. (eds.) (2012), **Engaging Colonial Knowledge. Reading European Archives in World History**, Basingstoke (Angleterre): Palgrave Macmillan, XI, p. 306, photos noir et blanc.

ambitieux montre que les archives coloniales ne doivent pas servir uniquement aux historiens et aux politologues, mais qu'elles offrent aussi un champ infini aux anthropologues, aux sociologues, aux aménageurs, aux écologistes et probablement à tous ceux qui veulent traiter les myriades de problèmes actuels. C'est une évidence. Ce qu'il y a de bien dans le volume, c'est qu'il fait appel à des spécialistes des colonisations britannique, danoise, néerlandaise, française, allemande, portugaise et espagnole en Afrique, Asie, Amérique et dans le Pacifique. Pour les Portugais qui sont bien couverts, nous avons droit à la représentation que se faisaient les autorités de Goa au XVII^e siècle des Cinghalais et notamment de leurs tendances supposées à la duplicité et à la trahison.

Pour Timor, Ricardo Roque, co-directeur de l'ouvrage, reprend ce qu'il a déjà exposé dans son *Headhunting and Colonialism: Anthropology and the Circulation of Human Skulls in the Portuguese Empire, 1870-1930*, Basingstoke (Angleterre) & New York, Palgrave Macmillan, 2010, XIV, p. 342. A partir d'éléments qu'un historien jugerait secondaires (l'origine d'une collection de crânes timoriens dans un musée portugais), l'auteur reconstruit des faits qui ne feront peut-être pas plaisir aux Timoriens actuels, à savoir que les autorités de Dili ont conquis leur moitié d'île grâce à leurs alliances changeantes et opportunistes avec les coupeurs de têtes de l'île, faute d'avoir les hommes et les moyens pour imposer la colonisation selon des méthodes plus en harmonie avec les autres impérialismes concurrents de l'époque (XIX^e-XX^e siècles). Cela va à l'encontre des dogmes que l'on cherche à inculquer dans les cénacles internationaux actuels, mais pour l'historien ce n'est pas contestable. Sauf exceptions clairement définies dans le temps et dans l'espace, la conquête portugaise – comme bien d'autres et même plus que d'autres – a eu massivement recours aux irréguliers, faute de disposer d'unités enrégimentées suffisamment nombreuses et compétentes. Et cela lui a plutôt bien réussi, si l'on compare avec les échecs piteux et exagérément sanglants enregistrés à la même époque par les Espagnols à Ponape, dans une île minuscule (334 km²) des Carolines. Voir René Pélissier, *Portugais et Espagnols en «Océanie»*. *Deux Empires: confins et contrastes*, Orgeval (France), Editions Pélissier, 2010, p. 154.

Lorsqu'il se cherche des ancêtres irréprochables, le nationalisme juvénile et fragile cultive souvent des mythes qui font rarement bon ménage avec la réalité telle qu'elle ressort des archives. On en verra d'autres exemples dans le livre, notamment à propos de la proto-colonisation danoise à Tranquebar qui sera une surprise pour de nombreux lecteurs amateurs de découvertes. Et quoi de mieux qu'une nouvelle découverte lorsque l'on ne veut pas vieillir trop vite?

John Ninet: Un témoin suisse de la révolution égyptienne de 1882

Anouar Louca et Anne-Lise Louca

John Ninet 1815-1895. Un disciple de Rousseau au pays des fellahs, Genève, Editions Slatkine, 2010, 271 pages.

Nizar Tajditi*

P. 175-179

Le “printemps arabe”, qui a renversé ou profondément secoué ces deux dernières années presque l’ensemble des états arabes (mis à part les pays du Golf), vient rappeler les mouvements de fond qui travaillent les sociétés arabes, depuis la décolonisation inachevée du milieu du XX^e siècle.

Si politiciens, politologues ou journalistes furent très surpris par l’étendue et la radicalité de ce phénomène révolutionnaire, les sociologues et les historiens, qui connaissent mieux l’histoire et la dynamique propres aux peuples méditerranéens, le furent beaucoup moins. Beaucoup de revendications politiques et sociales des jeunes militants de ce mouvement, comme le respect des droits humains fondamentaux (liberté, égalité, travail, etc.), la liberté d’opinion, la redistribution des richesses nationales, la bonne gouvernance, ne datent pas d’aujourd’hui. Ils furent au cœur des débats et des batailles qui, depuis la fin du XIX^e siècle, soulevaient les populations arabes vivant sous pression coloniale.

La parution, à Genève dans une maison d’édition connue par la qualité de ses collections, de ce livre posthume de l’historien comparatiste Anouar Louca (1927-2003), acquiert de l’actualité une importance évidente.

Deux raisons au moins peuvent expliquer la portée de cet ouvrage récent:

a) Il s’agit, à notre connaissance, de la première biographie érudite consacrée à John Ninet. Ce Genevois, oublié dans sa patrie et ressuscité aujourd’hui par cet éclairage, présentait en Europe des profils très peu compatibles avec l’ère coloniale. Il n’était pas seulement planteur de coton sur les bords du Nil au compte du vice-roi Ali Pacha et sa dynastie, négociant et secrétaire consulaire. Fin observateur des moeurs de la colonie européenne d’Alexandrie,

* Faculté des Lettres de Tétouan. Ceaup.

il fut également correspondant de *The Times*, du *Siècle*, de la *Revue des Deux Mondes* et ami complice d'Ahmad Urâbi (= Arabi Pacha), chef de file des indépendantistes égyptiens.

b) L'achèvement de l'ouvrage fut un véritable «défi» lancé et gagné par l'épouse de l'historien regretté, Anne-Lise Louca. «Rattrapé par la maladie, écrit cette dernière, l'auteur n'a pu mener à terme son ambitieux projet. À son décès, six chapitres de la biographie étaient terminés. Restaient en suspens la révolution d'Arabi et ses funestes conséquences.» (p. 10), c'est-à-dire, six autres chapitres (7, 8, 9, 10, 11, 12) achevés par A.-L. Louca.

Dans l'«Avant-propos», M^{me} A.-L. Louca rappelle comment la figure et l'œuvre de J. Ninet furent l'un des centres d'intérêt du professeur Anouar Louca. Depuis sa célèbre thèse sur les *Voyageurs et écrivains égyptiens en France au XIX^e siècle* (Paris, 1970), l'érudit, qui enseigna au Caire, à Aix-en-Provence et Lyon, suivait en effet la nature des «influences» et la «dynamique des échanges culturels» entre les pays du bassin méditerranéen. Ensuite, elle signale, les conditions d'accès aux archives et papiers sur lesquels s'est appuyé l'enquêteur: «après les dossiers difficilement accessibles de la Citadelle du Caire, où n'existait même pas une photocopieuse, la plongée dans la documentation des institutions genevoises était un pur bonheur.» (p. 10).

Dans les trois premiers chapitres, intitulés respectivement, 'D'Aubonne à Genève' (pp. 15-28), 'Louise Repingon' (pp. 29-42), 'Saint-Gervais et le Collège de Calvin' (pp. 43-54), Anouar Louca suit à la trace les origines modestes de la famille de John Ninet. Puis, il décrit le milieu protestant et républicain particulier dans lequel l'enfant fragilisé de parents divorcés puis le jeune homme s'était élevé et forgé ses premiers outils d'ouverture sur le monde industriel contemporain. «Commis négociant», J. Ninet parfait son enseignement basique en mathématiques et comptabilité par des cours d'humanités classiques dans le Collège et ensuite dans l'Académie: «Ses activités futures, d'écrivain et de négociant, prouveront assez la fécondité» de cette éducation genevoise (p. 53).

Formé 'Dans le laboratoire de la démocratie', J. Ninet gardera, en dehors de Genève, l'idéal roussseauiste de l'émancipation universelle des peuples. C'est le résultat de l'interrogation principale du chap. IV (pp. 55-82): «Dans quelle mesure, J. Ninet, élevé à Saint-Gervais, citadelle de l'opposition politique, a-t-il partagé pareils desseins [radicaux de Buonarroti?]' (p. 79). Non moins décisive pour le jeune J. Ninet, sur le plan technique, est 'L'initiation américaine' (chap. V, pp. 83-116) aux nouvelles méthodes mécanisées de la culture du coton. «Un souci de la qualité a donc présidé à ce déplacement, nous dit Anouar Louca. Aller à la source, au-delà de l'océan, pour étudier le cycle végétatif complet du cotonnier producteur de la longue soie, depuis sa semence jusqu'à sa cueillette et son exportation, de façon à pouvoir intervenir à chaque étape afin de pallier les difficultés et maîtriser la situation, c'était une option radicale, plus exigeante que la ruée des «négociants» vers l'abondance lucrative d'une matière première dont ils ne discernaient que superficiellement les nuances.» (p. 104). Le dernier chapitre rédigé par Anouar Louca, chap. VI (pp. 117-142), est substantiel. Avec sa minutie caractéristique, l'auteur retrace bien 'L'épopée du coton en Égypte'. Non pas du point de vue de l'historiographie coloniale, mais plutôt à partir de l'expérience vécue de J. Ninet, «planteur du coton» au service de Méhémet-Ali de 1839 à 1843. Il relève comment, à l'arrivée de J. Ninet, l'Égypte, dont la «vocation cotonnière» est déjà consacrée en Europe, était étroitement gérée par le vieux Pacha - détenteur de tous les monopoles: terres expropriées, outils et matières de la production, commerce avec les étrangers - «comme

une entreprise privée» (p. 117). Chargé par cet omnipotent de «cultiver dans le delta du Nil, 2000 feddans de coton *Sea-island*» (espèce américaine), le jeune suisse de 24 ans constata au fil des années passées les dégâts considérables de l'agriculture intensive d'état et de l'exploitation du fellah égyptien réduit par le dirigisme mercantile à la «condition du simple ouvrier agricole» (p. 122). Cette condition socio-économique s'aggrave terriblement avec les successeurs intéressés du vice-roi: «C'est au temps de Saïd puis d'Ismaïl, note l'auteur, que le fellah se trouvera face au pouvoir de l'Europe et non seulement face au pouvoir des pachas. IncurSION économique, puis politique, qui va compliquer la situation de l'Égypte.» Ce processus est fatal au pays puisqu'il conduira les pauvres fellahs égyptiens à la dette et la faillite généralisée (p. 132).

En arrière-plan de ce tableau socio-économique de l'Égypte dans la deuxième moitié du XIX^e siècle, l'historien peint l'évolution de la situation individuelle de J. Ninet. En 1841, il se maria avec Marie Loukmaggi - une jeune fille issue de la «puissante colonie grecque d'Alexandrie» - et cultiva le coton à son propre compte dans le domaine de Solimanieh, situé au nord-est du Caire. Il écoulera ainsi 43 ans de sa vie active au bord du Nil. Expert hors pair du coton et écrivain journaliste à la plume indomptable, J. Ninet «appellera l'Égypte, à juste titre, sa seconde patrie, et se présentera aux correspondants de la presse internationale comme *fellah suisse*.» (p. 141)

En se basant sur le précieux témoignage du chroniqueur infatigable J. Ninet, les deux auteurs consacrent le volumineux chap. VII, 'Le Canal de Suez à vendre' (pp. 143-174), à l'évolution de l'économie et des finances en Égypte après la disparition de Méhémet-Ali. Ils s'arrêtent sur le rôle des principaux acteurs politiques dans le grand naufrage financier de l'Égypte pendant la deuxième moitié du XIX^e siècle. Au sommet de l'oligarchie, sont ainsi décortiqués les faits et gestes inconséquents de deux maladroits vice-rois, Saïd Pacha et Ismaïl Pacha, et deux hommes étrangers nuisibles: l'astucieux ministre arménien Nubar Bey et le français Ferdinand de Lesseps, ami d'enfance de Saïd et patron profiteur de la Compagnie coloniale chargée par le firman du 30 novembre 1854 de creuser le coûteux Canal de Suez. Par leur voracité et intérêt personnel, ces quatre parasites ont mené l'économie déjà surannée du jeune état égyptien, mais prospère sous Méhémet-Ali et Abbas Pacha, vers l'endettement ruineux à l'égard de l'Europe impérialiste puis l'invasion britannique, en 1882 (p. 149). «À Nubar, partisan du capital européen, soulignent les auteurs, Ninet attribuera la dette nationale égyptienne de 100 millions de livres sterling, l'afflux de l'argent étranger et la fondation des banques de crédit, la multiplication des concessions, des emprunts, l'hypothèque des domaines de l'Etat, les pertes égyptiennes causées par le canal de Suez, l'introduction de fonctionnaires européens dans toutes les administrations et le contrôle anglo-français du pays, bref la dégradation de l'Égypte en tant que nation.» (pp. 153-154) J. Ninet fut lésé par Ismaïl Pacha en personne dans ses intérêts légaux. Sous pseudonyme d'abord, il signa alors plusieurs brochures pamphlétaires, livres et articles critiques qu'il publiait en Europe et faisait entrer discrètement en Égypte. Sa plume fut virulente aussi bien à l'égard des abus du pouvoir égyptien en place que par rapport aux spéculations immorales des impérialistes européens en Égypte. Outré par les violations morales d'une Europe coloniale, le fellah suisse passera finalement, à l'heure de la fameuse rébellion d'Arabi Pacha, de la «neutralité à la révolution» (p. 174).

Si le lieu exact où les deux hommes révoltés par la tyrannie du vice-roi et ses complices européens, J. Ninet et Arabi Pacha, se rencontrèrent n'est pas connu, les occasions ne manquaient pas dans cette Égypte du dernier quart du XIX^e siècle travaillée par différents

courants nationalistes. «Ce fut peut-être dans la province de Charkieh, familière à Ninet qui sillonnait inlassablement le Delta, ou alors dans le cadre d'une des sociétés secrètes où les revendications nationalistes commençaient à trouver leur expression.» (Chap. VIII, p. 177). Les deux auteurs précisent toutefois, dans 'La révolution égyptienne (1882)' (chap. VIII), que ces «mouvements clandestins n'avaient rien à voir avec les loges maçonniques fondées par des Européens, probablement dès l'invasion napoléonienne, (1798) et qui ont fleuri tout au long du XIX^e siècle sous l'impulsion des émigrés italiens, français, anglais ou allemands.» (p. 178) Ces dernières loges furent protégées et constamment manipulées par Ismaël. Différents facteurs ont mobilisé les forces contre le régime khédival et ses alliés turcs et européens. Outre la dette et l'usure infernales, les égyptiens supportaient très mal l'envahissement de la cour, de l'État, de la haute administration, et même de l'armée par des éléments francophones corruptibles, étrangers à la nation.

James Sanua, un juif du Caire patriote et ami d'Arabi Pacha, se moqua de ce système de corruption dans une feuille satirique, *Abou Naddara* (L'Homme aux Lunettes), destinée au grand public. Le succès foudroyant de cette lithographie anonyme «anti-khédivale et anti-britannique» dépassait le Caire. Grâce aux missions et aux écoles de Méhémet-Ali, une classe d'ingénieurs et de lettrés égyptiens, dont Anouar Louca avait suivi le parcours dans *Voyageurs et écrivains égyptiens en France au XIX^e siècle* (Paris, 1970), avait en effet fait jour en Egypte parmi l'élite nationale et répandait dans la société les idées de liberté et de progrès.

En novembre 1876, l'institution par décret khédival du «contrôle de la France et de l'Angleterre sur les finances égyptiennes» achève de donner à la subordination politico-financière de l'Egypte la forme d'un «véritable protectorat» (p. 183). Les officiers ne tardèrent pas à protester dans la rue, surtout en 1879, l'année de tous les espoirs. Nubar fut alors renvoyé et Ismaël déposé par le sultan ottoman Abd-el-Hamîd et remplacé par son fils inexpérimenté, Tewfik. Le Manifeste du Parti national égyptien ne tarda pas à sortir en novembre, empreint de la terminologie des réformes helvétiques des années 1830 (Annexe, p. 265). Sa traduction française fut en fait rédigée par J. Ninet. La *Loi de liquidation*, promulguée par le *Contrôle* en 1880, en confisquant le reste du pays, provoqua l'année suivante les manifestations des colonels nationalistes, soutenues par les ulémas d'al-Azhar (p. 188).

Le chapitre IX, 'Le bombardement d'Alexandrie', revient sur les péripéties politiques qui ont amené les Anglais, mécontents comme les français du gouvernement égyptien national, à canonner la cité par mer, le 11 juillet matin, puis à y faire débarquer leurs troupes. Intervention militaire qui annonça la fin de l'État égyptien et le prévisible affrontement avec les troupes d'Arabi, campées un peu loin de la «cité en flammes, abandonnée à l'anarchie et au pillage» (p. 205).

'La débâcle' (pp. 211-224) des troupes éparpillées d'Arabi devant les forces régulières anglaises, explique les auteurs dans le chap. X, fut rapide, fin août 1882. Déchu de ses fonctions de ministre de guerre par le khédiv, traité de traître par le sultan, le chef de l'armée égyptienne Arabi Pacha manqua d'initiative. Il n'avait pas su ni attaquer les envahisseurs dans les premières semaines décisives ni utilisé les moyens stratégiques qui étaient à sa portée pour bloquer leur avancée. J. Ninet, qui faisait partie de l'état-major d'Arabi, fut arrêté et emprisonné à Alexandrie puis envoyé en Turquie, sous faux passeport égyptien. À l'escale, le vieil homme parvint à s'évader dans un vapeur français et arriva à Berne le 16 octobre 1882. Les dernières années de sa vie, l'homme engagé dont la sœur, l'épouse et la fille aînée avaient disparu quelques années auparavant, allait les passer dans d'«Ultime» luttes en Europe. Le

testament de John Ninet' (chap. XI, pp. 225-246). Grâce à son ami anglais Wilfrid Blunt qui croyait à sa juste cause, il obtint pour Arabi et ses compagnons un «procès en bonne et due forme» qui leur sauva la vie (p. 230). En 1884, sort à Berne son livre de témoignage sur *Arabi Pacha*. Avant de s'éteindre le 3 février 1895, chez une cousine de son père, J. Ninet aura le temps de réfléchir et d'écrire sur les grandes mutations sociales qui secouaient la Suisse (*Choses helvétiques vues de près*, Genève, 1888).

Dans le dernier Chap. XII, qui est aussi la 'Conclusion' (pp. 247-255) de l'ouvrage, les auteurs reposent la question de l'échec de la révolution d'Arabi Pacha et ses causes.

Au terme de cette lecture, nous pouvons relever, dans l'ouvrage, quelques lacunes de fond et de forme: absence regrettable des index ; imprécision de quelques références ; trop de confiance accordée aux chercheurs francophones et anglophones et peu de références aux travaux des chercheurs égyptiens arabophones ; trop de zones d'ombre restent dans la vie familiale de J. Ninet après son mariage en Egypte ; quelques rares coquilles par-ci par-là. Ceci dit, nous ne pouvons que recommander vivement, au lecteur, la lecture de cette excellente biographie sociale de J. Ninet à Genève et en Egypte. Beaucoup de qualités y sont palpables: le grand travail d'enquête mené patiemment et passionnément par l'éditeur des *Lettres d'Égypte 1879-1882* (Paris, CNRS, 1979) à travers plusieurs capitales européennes (Londres, Paris, Lisbonne, etc.) et sur plusieurs décennies, la riche documentation de première main (archives, lettres, brochures, etc.), l'analyse remarquable du discours des principaux protagonistes de l'Égypte des vice-rois, le choix judicieux des citations, la lisibilité des 12 chapitres soudés par une narration savante et attrayante, les belles illustrations et photographies et enfin la qualité de l'impression.

Devenir métropolitain – Politique d’intégration et parcours de rapatriés d’Algérie en métropole (1954-2005)

Yann Scioldo-Zurcher

2010, Éditions de l’École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris

Isabel Maria dos Santos Lourenço*

p. 181-185

O autor propõe discutir a política francesa de integração dos repatriados da Argélia e os seus resultados. Assim, para “analisar o primeiro exemplo de política de integração iniciada por um Estado que, até ao momento, se manteve bastante discreto nesta matéria” (p. 28), explora a temática em três divisões cronológicas/abordagens que se entrecruzam e complementam (“Tornar-se repatriado” – capítulos I, II e III; “O Estado e os repatriados” – capítulos IV, V e VI e “Tornar-se metropolitano” – capítulos VII, VIII, IX e X).

No capítulo introdutório (pp. 15-28), apresenta-se, em primeiro lugar, uma síntese do estado da arte, defendendo-se que a reflexão histórica sobre os *pièdes-noirs* se tem deparado com “numerosos romances e testemunhos que apresentam uma memória, repleta de vingança e de vitimização, que procura «restabelecer» uma verdade que os autores consideram ignorada aos olhos da «História oficial»” (p. 19). Definem-se, seguidamente, as questões fundamentais da investigação: compreender os mecanismos que conduziram ao regresso massivo dos franceses da Argélia e a evolução das políticas públicas de acolhimento e de integração dos repatriados. Por último, enumeram-se as fontes selecionadas: cartas de franceses da Argélia a responsáveis políticos ou a “indivíduos influentes” (p. 25); arquivos nacionais, bases de dados nacionais, arquivos locais e de departamentos (Seine e Puy-de-Dôme).

Na parte I – “Tornar-se repatriado” (pp. 28-158) – os três primeiros capítulos traçam um perfil do êxodo (I – Os franceses da Argélia e a guerra de independência da Argélia; II – Repatriar os franceses da Argélia; III – Abandonar a Argélia), e dos repatriados, a partir das primeiras vagas migratórias, nos primeiros anos da guerra, até ao retorno massivo em 1962. “A cadência dos repatriamentos acelerou consideravelmente a partir de maio de 1962 e os

* CEAUP

repatriados que atravessaram o Mediterrâneo em junho eram cerca de 480 000” (p. 141). De facto, a posição social dominante dos franceses da Argélia, bem como as suas perceções sobre o conflito (1954-62) e sobre o processo de independência, revelaram-se fatores decisivos, a considerar nas políticas de integração.

O discurso colonial repressivo predominante, inicialmente instrumentalizado pelo poder político e por uma imprensa comprometida, que defendia que “as disparidades sociais entre franceses e argelinos se justificavam pelo «*savoir-faire*» agrícola francês” (p. 37), ou seja, “ditos racistas que atribuíam as causas da miséria a características étnicas ou religiosas” (p. 37), mobilizavam os colonos para uma união, frequentemente assente no medo, em defesa de uma Argélia francesa. Deste modo, assiste-se a um “desencontro”, senão divergência hostil, entre os franceses da colónia do norte de África e os franceses da metrópole, “ao ponto de comprometer, pelo menos durante algum tempo, a unidade nacional francesa” (p. 61). Com a independência, e a liderança da F. L. N. – *Front de Libération Nationale*, o repatriamento, mesmo que indesejado, tornava-se inevitável, pelo que o Estado francês começa a preparar os apoios indispensáveis, inicialmente sobre a forma de ajudas no transporte; mais tarde, no alojamento e, finalmente, na integração profissional. No capítulo II referem-se as instituições e os mecanismos, criados ainda antes do regresso massivo dos *piets-noirs*, para responder ao repatriamento dos colonos dos protetorados magrebinos, que se ocuparam, num primeiro momento, com a definição clara do repatriado como indivíduo “necessitado” (classificação dependente das embaixadas e dos consulados) e que privilegiavam o princípio de continuidade profissional. Finalmente, a Lei de 26 de dezembro de 1961 enquadra os repatriados e preside à sua integração profissional, com base no princípio de solidariedade nacional. Discute-se ainda se as medidas a propor se deveriam centrar na integração ou na indemnização. A definição das ajudas aos repatriados surge com o Decreto-Lei de 10 de março de 1962, “tardio, pois o governo não queria desencadear a partida dos franceses da Argélia” (p. 25), e incluem: prestação mensal imediata, com a duração de cerca de um ano, e próxima do salário médio nacional, visando uma integração laboral tranquila, sem necessidade de recurso a despromoção profissional; empréstimos a trabalhadores independentes; integração dos funcionários públicos (29 % dos repatriados) nas estruturas estatais da metrópole, já previamente antecipada com a anterior fusão das administrações francesa e colonial argelina; subsídios a inativos e a inválidos e indemnizações particulares, por bens abandonados.

No capítulo III analisam-se os movimentos migratórios, desde os primeiros conflitos entre franceses e argelinos, que se traduziram num êxodo rural e na primeira vaga de repatriados: agricultores franceses da Argélia que iniciaram a venda de terras a argelinos e o investimento em terras na metrópole. Em 1960, o recenseamento contabilizava 1 024 000 colonos franceses a residir na Argélia, enquanto em 1961 já eram apenas 860 000, o que pode ser explicado pelo “ambiente” de guerra, mas também pela situação económica precária da colónia, especialmente a crise no setor da construção. Estes primeiros repatriados foram sujeitos a uma política autoritária de recolocação nas zonas rurais e usufruíram de algumas ajudas sociais, atribuídas segundo critérios pessoais, e subjetivos, dos responsáveis locais. Em 1962, a violência e a falta de segurança generalizaram-se: imposições abusivas, humilhações, ameaças, roubos, raptos, ataques a símbolos cristãos e assassinatos. Os franceses da Argélia encontravam-se perante um Estado argelino autoritário e incapaz de os proteger. Acrescem as nacionalizações massivas dos bens franceses e a interdição de exercício de determinadas profissões. Os episódios traumáticos, vividos pelos colonos franceses,

e largamente difundidos na metrópole, reconciliaram os franceses metropolitanos e da Argélia: “os franceses já não eram considerados indistinta e coletivamente como partidários da O. A. S. (*Organisation Armée Secrète*) que ameaçavam a integridade republicana (...), eram novamente considerados como membros da nação que era necessário proteger e ajudar” (p. 155).

Na parte II – O Estado e os Repatriados (pp. 159-301) - analisam-se as medidas do Estado, e a sua evolução, no acolhimento, no alojamento e na integração profissional dos repatriados: receber (capítulo IV), alojar (capítulo V) e promover o emprego (capítulo VI) dos franceses da Argélia. “O governo não se preocupava apenas em receber os repatriados e providenciar-lhes um teto. Procurava também adaptar toda a legislação prevista que se confrontava, por vezes com dificuldades, com as realidades do repatriamento” (p. 181). Assim, a criação de processos administrativos individuais, com informações essenciais sobre todos os chefes de família repatriados, ambicionava um acompanhamento sistemático dos mesmos, evitando o seu isolamento. As práticas administrativas foram evoluindo e adaptaram-se às situações concretas (repatriados sem documentação, política de impostos e casos não previstos pelo legislador, como as mulheres celibatárias e os idosos), até uma inclusão plena no sistema social metropolitano, ou seja, medidas não excecionais que preconizavam a integração plena na sociedade francesa. Foram ainda abrangidos os estrangeiros repatriados, cerca de 60 000, na maioria espanhóis exilados da ditadura franquista.

Nos primeiros meses do êxodo, conhecem-se os locais de maior impacto do repatriamento, através das estatísticas locais, mas não o número exato de repatriados, devido à sua instabilidade geográfica. No recenseamento de 1968, os repatriados representavam 1,82 % da população total e a sua distribuição espacial era bastante desigual, preferindo os departamentos meridionais. “Muitos investigadores viram na dificuldade de sedentarização, e na atração dos repatriados pelos departamentos meridionais, a procura de um clima perdido (...), o desejo de reconstituição das unidades familiares era particularmente forte” (p. 203). O alojamento (capítulo V) representava também uma preocupação da política estatal de integração, face a uma crise de habitação na metrópole. Procedeu-se a requisições de alojamentos e estabeleceram-se convenções com proprietários privados, sem resultados satisfatórios. A reserva e a construção de habitações sociais resolveram tardiamente o problema, com uma média de um ano e meio para usufruto de habitação definitiva, não evitando as condições deploráveis em que muitos repatriados foram alojados, em centros de trânsito ou de acolhimento, frequentemente organizados por critérios étnicos e de condição social. Por outro lado, “com os primeiros repatriamentos coloniais, o governo já tinha tentado distribuir os repatriados pelo território nacional (...) em «zonas críticas» que correspondiam aos locais onde os repatriados tinham «possibilidades de exercer as suas atividades com melhores hipóteses de sucesso» (...). As tentativas do governo para criar um movimento migratório dos repatriados da Argélia para essas regiões fracassou. (...) Concentraram-se nas zonas do sul de França e na região parisiense” (p. 222). De qualquer modo, não existem dados suficientes, e fiáveis, que permitam estabelecer a trajetória migratória dos repatriados.

A integração profissional dos repatriados (capítulo VI) resultou de uma intervenção estatal autoritária e de irregular concertação com atores económicos e sociais metropolitanos, o que não impediu uma reprodução das hierarquias da sociedade colonial argelina. Os funcionários públicos, integrados nos respetivos ministérios, beneficiaram de uma carreira profissional sem interrupções, apesar das distintas medidas de integração nos diferentes

ministérios, organismos e empresas públicas: integração imediata, criação de quadros de excedentes, criação de quadros específicos e política de reformas antecipadas. A despromoção profissional não foi, contudo, evitada nos funcionários menos qualificados. Os trabalhadores independentes acederam a empréstimos para criação de empresas, no entanto “os agricultores repatriados ocupavam um lugar especial nas preocupações do governo. A regra que estabelecia que os repatriados fossem reinstalados em condições equivalentes às abandonadas não se aplicava a estes. Revelou-se impossível a criação de grandes explorações, de monocultura intensiva, com lucros equivalentes aos da Argélia” (p. 254). O surgimento de práticas legislativas e administrativas realistas, e inovadoras, facilitou a integração profissional dos repatriados, apesar da crónica lentidão administrativa e das opções erradas, e não negligenciáveis, de recuperação de profissões sem futuro na sociedade metropolitana. Por outro lado, o país encontrava-se numa situação de crescimento económico de “5,7 % entre 1955 e 1968 (...)”, e tratava-se também de um sentimento de pertença nacional cujos benefícios eram não apenas o acolhimento de franceses, mas igualmente o regresso a uma paz social, particularmente difícil no desfecho da história colonial francesa” (p. 300).

Na parte III – “Tornar-se metropolitano” (pp. 303-393) observam-se as políticas de “pacificação” dos repatriados (capítulo VI), a evolução da política de acolhimento e de instalação para uma política complementar de indemnizações (cap. VIII e XIX) e o processo de “reconstrução” da memória dos *pieds-noirs*. “O governo adotou uma regulação social e política assente na repressão, no autoritarismo, na solidariedade e na empatia pública” (p. 306). Os repatriados assumiram uma imagem pública de grupo em integração ativa, vítima da guerra da Argélia independente, e almejando um reencontro com os metropolitanos, após oito anos de guerra. As ajudas do Estado não eram divulgadas, para evitar tensões e promover um processo de integração “bem-sucedido”, fruto da coragem e da capacidade de adaptação a situações difíceis dos repatriados. “Uma tal atenção do Estado deve-se, em parte, à evidência de um grupo considerável de repatriados que eram agora cidadãos franceses e estavam em condições de pressionar o governo pela voz das urnas. Era então fundamental ouvi-los” (p. 314).

Nos anos 70 (capítulo VII) retoma-se o princípio da indemnização, o qual nunca tinha sido totalmente rejeitado pelo Estado. “Era considerada pelos repatriados como um caso de justiça e pelo governo como o complemento indispensável à sua reinstalação e pacificação” (p. 333). Minimizando-se as ajudas prestadas pelas políticas de integração estatais, propõe-se compensar os repatriados, vítimas da descolonização, ao mesmo tempo que se pretende recuperar a celebração da obra “civilizadora” dos franceses da Argélia. Esta problemática conduziu, pelo menos, à distinção efetiva entre franceses da Argélia e franceses muçulmanos (cerca de 55 000) e ao reconhecimento de que os apoios prestados a estes últimos não responderam às suas necessidades e características. De qualquer modo, a legislação publicada não resolveu atempadamente a questão da indemnização, tardiamente instituída, e somente na resolução de casos particulares, pelo que esta evoluiu para um conceito de “reparação moral”, reparação de guerra da Argélia, que tinha implícita a reabilitação histórica dos franceses do ultramar e do período de colonização (capítulo XIX). A atuação política respondeu, embora com alguma lentidão, às dificuldades sociais dos repatriados, o que é frequentemente esquecido na “memória” das associações de *pieds-noirs* (capítulo X). Na verdade, segundo o autor, “a guerra da Argélia foi, em primeiro lugar,

amplamente revisitada e o processo que conduziu ao êxodo dos repatriados dos franceses da Argélia foi também muito simplificado” (p. 374).

Por último, numa brevíssima “história comparada das políticas europeias de integração” – capítulo X (pp. 391-392) concluiu-se que estas são distintas, em função do contexto económico e político, mas também do número de indivíduos envolvidos. O caso português é similar ao francês, enquanto a descolonização britânica foi mais planificada. Afirma-se ainda que “a memória dos repatriados não recorda os apoios que lhes foram prestados. Prefere explicar as integrações pelas capacidades individuais e coletivas” (p. 391). Esta “reconstrução” da memória dos *pieds-noirs* pode ser compreendida pela tardia atuação do Estado, o que acarretou episódios/memórias traumáticos, e pelo “silêncio” em torno das ajudas concedidas, com o objetivo de pacificar dois grupos de cidadãos: repatriados e metropolitanos. A investigação apresentada por Sciolo-Zucher (tese de doutoramento) é uma abordagem interessante e relevante na historiografia sobre os *pieds-noirs*: percursos migratórios e integração de “imigrantes que não são estrangeiros” (p. 11). Descreve o estado da arte nesta temática, um recurso valioso para os investigadores dos processos de descolonização europeus e, nas últimas páginas, fornece ainda uma cronologia que relaciona os principais acontecimentos históricos com a adoção de medidas legislativas (1945 a 2005).

No caso da descolonização da Argélia, as informações disponíveis são insuficientes e pouco rigorosas, pelo que o autor selecionou fontes primárias diversas, incluindo a análise de conteúdo de cartas de repatriados, pretendendo colmatar a inexistência de bases de dados organizadas, consistentes e fiáveis.

São exploradas as características da sociedade colonial da Argélia, bem como o período de guerra e da independência, elementos essenciais nas políticas de integração e nos seus resultados. O autor centra-se no papel do Estado na integração dos repatriados, aliás estabelece inicialmente esse objetivo principal no capítulo introdutório, e minimiza o papel da comunidade metropolitana, e das famílias em particular, no acolhimento e no apoio aos franceses da Argélia, sabendo-se que se “estimava que 60 % dos repatriados que chegavam a Paris, durante o mês de junho de 1962, tinham um endereço para o qual se dirigiam depois desembarque. Os 30 % restantes, entre eles 5 % de «casos sociais» (...) beneficiavam de alojamento” (p. 164).

Resumos

Arqueologia da paisagem em Angola: das materialidades às dinâmicas territoriais

Luiz Oosterbeek

Partindo de uma interpretação sobre as condicionantes teóricas dos antigos trabalhos de arqueologia em Angola, são apresentadas algumas sugestões metodológicas nos planos do inventário nacional de sítios arqueológicos e das necessidades de formação para esse fim e para a investigação em geral, num horizonte de dois a cinco anos. Discute-se as relações da arqueologia com as dinâmicas actuais no território e um novo paradigma na relação entre investigação, cultura e economia.

Palavras-chave: inventário, formação, arqueologia, território.

Building from an interpretation of the theoretical constraints of prior Archaeological research in Angola, some methodological suggestions are made, related to the national inventory of Archaeological sites and the needs of training for such a purpose and for research in general, within a time horizon of two to five years. The relations of archaeology with current territorial dynamics are discussed, as well as a new paradigm in the relation among research, culture and economy.

Keywords: inventory, training, archaeology, territory.

Das potencialidades arqueológicas da bacia do Curoca/ Deserto do Namibe para um estudo diacrónico desde a pré-história africana ao período colonial - algumas notas

Nelson Campos

Esta comunicação tem por base um levantamento bibliográfico realizado no FSJ/CMTM (Fundo Santos Júnior do Centro de Memória de Torre de Moncorvo), complementado por outras recolhas e respectivas notas de leitura, procurando fazer um ponto da situação, em termos de conhecimentos, sobre um território que o autor considera de eleição para um estudo multidisciplinar (Geologia, Arqueologia, História, Antropologia) desde a pré-história aos tempos históricos (colonização portuguesa): a bacia do rio Curoca e deserto do Namibe, no Sudoeste de Angola.

Palavras-chave: Curoca, Namibe, arqueologia, história, antropologia, bibliografia.

This communication is based on a literature survey in FSJ/CMTM (Santos Júnior Found in Moncorvo's Memory Center), complemented by other collections and their reading scores, looking to make a progress in terms of knowledge about a territory that the author considers place of choice for a multidisciplinary study (geology, archeology, history, anthropology) from prehistoric to historic times (Portuguese colonization): Curoca river basin and the Namib Desert in southwestern Angola.

Keywords: Curoca, Namibe, archaeology, history, anthropology, bibliography.

Pesquisas arqueológicas na Baía Farta (Benguela-Angola)

Manuel Gutierrez

As pesquisas arqueológicas realizadas na região da Baía-Farta, Província de Benguela (Angola) permitiram de pôr em evidência a existência de um vasto complexo arqueológico nas duas margens do rio temporário Dungo. No Dungo IV, duas indústrias líticas bem distintas foram descobertas em estratigrafia, a mais antiga é considerada como pré-acheulense e a mais recente é atribuída ao Acheulense. A estação Dungo V apresenta um caso único de rapinagem de um cetáceo encalhado numa vasta depressão conhecida como paléo lago.

A cronologia das estações do Dungo encontram-se numa extensa «fourchette» entre 0,7 e 2,1 milhões de anos.

A escola de campo da Baía Farta permite a formação teórica-prática dos estudantes da Universidade Katiavala Bwila de Benguela.

Palavras-chave: Baía-Farta, Dungo, paleolítico, rapinagem, acheulense.

Les recherches archéologiques conduites dans la région de Baía-Farta, province de Benguela (Angola) ont permit de mettre en évidence l'existence d'un vaste complexe archéologique sur les deux rives du fleuve temporaire Dungo.

A Dungo IV, deux importantes industries lithiques bien distinctes ont été trouvées en stratigraphie, la plus ancienne est considérée comme Pré-Acheuléenne et la plus récente est attribuée à l'Acheuléen.

Le site Dungo V présente un cas unique de charognage d'un cétacé échoué sur une vaste dépression connue comme paléo lac.

La chronologie des sites de Dungo se trouve dans une large fourchette entre 0,7 et 2,1 millions d'années.

Le chantier école de Baía Farta permet la formation théorique et pratique des étudiants de l'Université Katiavala Bwila de Benguela.

Mots-clés: Baía-Farta, Dungo, paléolithique, charognage, acheuléen.

A investigação arqueológica no Ebo (Kwanza Sul, Angola)

Cristina Pombares Martins

Durante várias décadas a investigação arqueológica em Angola esteve estagnada, em parte consequência da guerra que devastou o país, mas agora começa a ser retomada gradualmente. Uma das áreas que começou a ser objecto de um projecto de investigação é região do Ebo, em relação à qual não existe qualquer estudo. No âmbito do Doutoramento em “Quaternário, Materiais e Culturas”, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) a autora deu início à investigação aqui apresentada.

Este artigo pretende dar a conhecer aquela pesquisa e os seus objectivos gerais, fazendo uma caracterização sumária da região e dos abrigos com pinturas rupestres, com indicação da metodologia adoptada para a investigação em curso.

Palavras-Chave: Angola, Ebo, arqueologia, arte rupestre.

For several decades archaeological research in Angola was stagnant, in part a consequence of the war that devastated the country, but now it begins to be restarted gradually. One of the areas that began to be the subject of a research project is the area of Ebo, for which there is no study. In the context of Ph.D. in “Quaternary Materials & Culture” from the University of Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) the author began the research presented here.

This article intends to show that research and its general objectives, making a brief characterization of the region and the shelters with paintings, showing the methodology adopted for the current investigation.

Keywords: Angola, Ebo, archaeology, rock art.

Etnoarqueologia da cerâmica angolana

Maria Helena Benjamim

A etnoarqueologia da cerâmica angolana é um estudo primário (em Angola) até agora, isto porque, praticamente, pouco ou quase nada foi feito sobre o tema. Nós propomos a fazê-lo, isto é, dando continuidade ao que foi feito durante e para obtenção do grau de Mestrado na Universidade de Paris 1.

O estudo é feito a partir da cerâmica arqueológica existente no Museu Nacional de Arqueologia de Benguela (MNAB) a qual comparamos com a cerâmica actual fabricada na região de Benguela a partir de inquéritos por nós realizados no terreno, para estudarmos a cadeia operatória de fabricação da cerâmica desde a aquisição da matéria-prima até a cozedura dos recipientes.

Palavras-chave: Angola, arqueologia, etnoarqueologia, cerâmica, neolítico.

L'ethnoarchéologie de la céramique angolaise est une étude primaire (en Angola) jusqu'au présent, c'est parce que pratiquement peu ou presque rien n'a été fait sur le sujet. Nous nous proposons de le faire, c'est-à-dire, continuant à ce qui a été fait au cours d'et pour l'obtention du Master à l'Université de Paris 1.

Cette étude se fait à partir de la céramique archéologique déposée au Musée National d'archéologie de Benguela (MNAB), qui nous l'avons comparé avec la poterie actuelle fabriquée dans la région de Benguela. Nous avons

effectué des enquêtes sur le terrain pour pouvoir suivre la chaîne opératoire de fabrication de la céramique depuis l'acquisition de la matière première jusqu'à la cuisson.

Mots-clés : Angola, archéologie, ethnoarchéologie, céramique (poterie), néolithique.

Recintos amuralhados da província da Huíla

Soraia Santos Ferreira

A problemática que nos coloca a nova fase da investigação acerca dos Recintos Amuralhados da Província da Huíla (Angola) implica confirmar *in loco* o que aparece referenciado em fontes bibliográficas não recentes e que indicam a existência de um grande número de recintos amuralhados naquela região. A retoma do estudo deverá assim começar por confirmar o total de recintos referidos na bibliografia. Deverá em seguida prosseguir no levantamento dos sítios e do seu estado de conservação, procedendo ao seu estudo. Esta será a primeira fase de um projecto que se pretende levar a cabo num futuro próximo.

Palavras-chave: Huila; arqueologia; recinto muralhado, levantamento de dados

The issues raised by a new stage of the research on the Walled Compounds of the Huila Province (Angola) leads to confirm *in loco* what was referred by the early literature on the subject. Resuming this project implies firstly to check the total figures registered; the survey must proceed by locating new sites and by checking its preservation condition. These are necessary steps in order to evaluate the previous interpretations and to formulate new ones.

Keywords: Huila; archeology; Walled Compounds; data collection

Legendas das ilustrações

1. Registo de arte rupestre – Caiombo – Angola. Foto de Cristina Pombares Martins.
2. Porta d'Armas da Fortaleza de Cambambe – Angola (século XVII). Foto de Adriano Vasco Rodrigues. (c.1968).
3. Descida do sítio Dalambiri – Angola. Foto de Cristina Pombares Martins.
4. Paisagem a partir do topo do inselberg do Caiombo – Angola. Foto de Cristina Pombares Martins.
5. Casa abrigo (agrupamento) - Deserto do Namibe – Angola. Foto de Adriano Vasco Rodrigues. (1968).
6. Abrigo Caiombo - Angola. Foto de Cristina Pombares Martins.
7. Conjunto de lascas, Dungo IV – Angola. Foto de Manuel Gutierrez.
8. Pinturas Dalambiri - Angola. Foto de Cristina Pombares Martins.
9. Pinturas Cumbira - Angola. Foto de Cristina Pombares Martins.
10. Cerâmica – superfície – Cumbira – Angola. Foto de Cristina Pombares Martins.
11. Escavações no Forte de St. Amaro – Luanda – Angola (séc. XVI). Foto de Adriano Vasco Rodrigues. (c.1969).
12. Adriano Vasco Rodrigues. Foto de Jorge Guimarães.
13. Adriano Vasco Rodrigues. Foto de Jorge Guimarães.
14. Túmulo de pedra – Dalimbiri – Angola. Foto de Cristina Pombares Martins.
15. Forja tradicional – Chade – Foto de Hamdji Noudjiko.
16. PT/CPF/AMB1217; Fundo Alberto Marçal Brandão (AMB) – Centro Português de Fotografia: Estado-maior da nossa caravana [s.d.]; Moçambique.
17. Embarque fluvial - Angola (1924). Foto da Coleção Ângela Camila e António Faria.
18. Roça São Nicolau – São Tomé – Foto de Maciel Santos.

Critérios para publicação

- 1) A *Africana Studia* aceita trabalhos científicos inéditos de qualquer área de investigação cuja temática seja África ou sociedades africanas. Os trabalhos poderão ser entregues em português, inglês ou francês.
- 2) A publicação de trabalhos está sujeita a apreciação do Conselho Editorial, que recorrerá ao Conselho Científico sempre que julgar necessário, e de um painel de árbitros constituído por membros internos e externos ao CEAUP.

Normas para apresentação de originais

- 1) Devem ser entregues em ficheiro informático (via correio electrónico ou CD), de preferência no programa WORD para Windows. O corpo de letra deverá ser de 12 pontos em fonte Areal ou Times New Roman, e o entrelinhamento de espaço e meio.
- 2) As imagens (mapas, quadros, figuras, fotografias etc.) devem ser numeradas de 001 a N. O número atribuído a cada imagem deve ser colocado no original na localização que o autor entende ser a mais conveniente. Estes elementos deverão ser entregues em ficheiros individuais (com a extensão XLS para ficheiros Excel e JPEG, TIFF ou EPS para os outros casos). Cada ficheiro deverá ter o número atribuído como identificação e colocado numa pasta a que se chamará “imagens”. As imagens deverão ter no mínimo 10x6 cm com 1200x800 pixel (300 dpi). Será de grande utilidade que todos os originais de mapas, fotografias ou outros sejam entregues com o original/texto para que o tratamento das imagens seja efectuado com rigor.
- 3) Os artigos terão no máximo 70 000 caracteres, incluindo espaços, notas e bibliografia (não serão contadas as imagens). Cada artigo será acompanhado de dois resumos: em português e/ou inglês e/ou francês, com um máximo de 500 caracteres. O resumo deverá incluir um conjunto de palavras-chave (máximo de 6), assim como a identificação do autor (instituição, últimas publicações e contactos).
- 4) As resenhas não poderão exceder os 25 000 caracteres.
- 5) Não serão considerados os artigos ou resenhas que ultrapassarem o número máximo de caracteres ou que não cumpram as normas de apresentação de originais.

Normas de revisão e citação bibliográfica

- 1) Os autores terão a possibilidade de reverem em últimas provas os seus trabalhos, após a revisão feita no CEAUP. Os autores comprometem-se a devolver as provas uma semana após o seu envio. Em caso de total indisponibilidade os autores deverão declarar por escrito que prescindem dessa revisão de autor.
- 2) As referências a autores, no texto, seguem a norma (autor, ano). Se houver uma referência a um mesmo autor no mesmo ano, este deve ser seguido de uma letra minúscula. Ex: (Rodrigues, 2000a) (Rodrigues, 2000b). Se a referencia citada for de vários autores ficará: (Rodrigues *et alia*, 2000).
- 3) As transcrições deverão ser em *itálico*, assim como vocábulos em língua estrangeira.
- 4) As notas de rodapé e outras deverão limitar-se a informações complementares de interesse substantivo, não ultrapassando 5 linhas em corpo 10.
- 5) A bibliografia será colocada no fim do artigo e deverá conter apenas as referências introduzidas no texto, listando-as por ordem alfabética e por ordem cronológica crescente quando forem do mesmo autor.
- 6) A bibliografia deve seguir os seguintes exemplos:
 - § Livros: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - § Colectâneas: Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs (2002), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - § Artigos em revistas: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, *Africana Studia*, n.º 8, pp. 12 a 35.
 - § Artigos em colectâneas: Matos, A. (2002), *Os novos políticos africanos*, in, Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs , *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - § As traduções deverão indicar sempre que possível o ano da 1.ª publicação e o tradutor.
 - § Na bibliografia electrónica indicar sempre o *site/path*, a data do artigo e a data da consulta.

Após a publicação, os direitos de autor passam a ser pertença da *Africana Studia*.

As imagens originais serão devolvidas.

Os originais não serão devolvidos.

Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

N.º 21 - 2.º semestre - 2013

O ESTADO COLONIAL: GÉNERO OU SUB-ESPÉCIE?



Assinatura Anual (Annual Subscription)

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U. P. - FLUP
Africana Studia - Via Panorâmica, s/n - 4150-564 PORTO - Portugal
Telefone / Fax (00-351-226077141)

Dois números semestrais (Two issues/year)

Portugal.....	22 €
U. E. (European Union).....	28 €
PALOP's.....	32 €
Resto do Mundo (Rest of the world).....	32 €

Desconto para estudantes (Student's discount) — 20% (*)

(*) Add copy of student's card

Nome (Name) _____

Morada (Address) _____

Telefone / Fax _____

Endereço electrónico (E-mail) _____

Modalidade de Pagamento (Payment by)

Transferência Bancária para: (Bank Transfer) _____

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U. P.

IBAN: PT50 0035 0194 0000 2032 53053 - BIC/SWIFT: CGDIPTPL

Cheque Bancário N.º (Bank Cheque Nr.) _____

Necessário juntar comprovativo (add copy of bank tranfer)

(Assinatura / Signature)